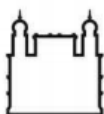


Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ
Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde
Nº 15/2022
02 a 15 de agosto



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 18 de agosto de 2022



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

Presidência
Centro de Relações Internacionais em Saúde - CRIS



SUMÁRIO

PG.	Tema	Autores
04	Apresentação - Paulo M. Buss e Pedro Burger	
<u>Sistema Nações Unidas</u>		
10	A dança de quatro ideias no quadro da ONU – <i>Santiago Alcázar</i>	
34	Quem piscar primeiro, perde – <i>Santiago Alcázar</i>	
38	Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
56	O peso de uma nomenclatura: conotações racistas, estigma e a limitação de esforços para o que importa - <i>Luiz Augusto Galvão, Paula Reges e Luana Bermudez</i>	
62	Iniciativas Sustentáveis e Soluções Baseadas na Natureza que Beneficiam a Saúde e o Bem-Estar - <i>Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão</i>	
68	Barreiras para uma proteção social mais inclusiva para pessoas vivendo com HIV e populações-chave - <i>Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa</i>	
72	Migrações, Refúgio e Saúde Global - <i>Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martin, Júlia Moraes, Marina Sujkowski e Deisy de Freitas Lima Ventura</i>	
76	Saúde de Jovens, Semana Mundial de Aleitamento Materno, os Desafios de Crianças Vivendo com HIV e a Vulnerabilidade Financeira de Mulheres - <i>Maria Teresa Rossetti Massari, Maria Auxiliadora Mendes Gomes e Karinne Marieta Carvalho</i>	
89	Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde- <i>Isis Pillar Cazumbá</i>	
93	Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras - <i>Claudia Chamas</i>	
95	Antropo-Ética dos Sistemas Alimentares para a Cidadania Terrestre - <i>Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell</i>	
100	Inclusão, equidade e desigualdade – <i>Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard</i>	
<u>Movimentos sociais globais e saúde</u>		
103	Conflitos, guerras, crises e a (re)produção de negligências - <i>Anna Carole D’Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz, Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert, Laurenice Pires, Marciglei Brito Morais, Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza</i>	
113	Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde - <i>Armando De Negri Filho</i>	
<u>Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países</u>		
122	Sul Global: UNOSSC – G-77 – MNA – Centro Sul - <i>Regina Ungerer</i>	

- 129** G7, G20 e OCDE: Guerra na Ucrânia, Transição Energética e Mudança Climática - *Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury, Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar*
- 134** Grandes conflitos de poder impulsionam a expansão do BRICS - *Claudia Hoirisch*
- 135** Saúde global e diplomacia da saúde na América Latina e Caribe - *Sebastian Tobar e Miryam Minayo*
- 145** O Continente Africano na Saúde Global e Diplomacia da Saúde - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*
- 154** A Europa raciona água e se movimenta para enfrentar a crise e acelerar a transição energética - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*
- 156** Das emergências ao efeito borboleta das disputas geopolíticas: a humanidade em risco - *Lúcia Marques*
- 164** O Incidente Ametista - *André Costa Lobato*
- 166** Notas de atualização EUA – *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - **169**

Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - **172

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - **173**

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 15/2022 – 2 a 15 de agosto de 2022

Apresentação

A posse de Gustavo Petro como novo presidente da Colômbia, no dia 7 de agosto, com um discurso de grande envergadura política dirigido à uma sociedade complexa, que nunca experimentara um governo de esquerda, é o destaque da quinzena na América Latina e Caribe. Com isto, cada vez mais a região se aproxima da anunciada ‘nova onda rosa’, denominação dada por alguns especialistas em política internacional para a reemergência de governos progressistas nos principais países do Sul do continente. Nos Estados Unidos, a aprovação pelas duas casas legislativas de um pacote de controle da mudança climática pelo maior poluidor do mundo é uma boa notícia num mundo devastado pelas consequências do aquecimento global em nível jamais alcançado.

Contudo, com já reiteramos à exaustão, a crise ambiental vai além das mudanças climáticas, pois inclui de forma contundente a perda da biodiversidade planetária, tampouco sendo o único flagelo que acomete a humanidade. A questão ambiental está determinada, como a crise sanitária, pela profunda e aviltante desigualdade econômica e social. A reemergência da fome global, políticas migratórias altamente discriminatórias, uma crise política sem igual no espaço multilateral, e o atraso na implementação do único pacto em prol do desenvolvimento verdadeiramente global – a Agenda 2030 e seus ODS – reforça o clima de pessimismo que tem acompanhado o mundo nos últimos anos.

Com pouco eventos ou documentos relevantes na quinzena, muitos dos analistas do Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde debruçaram-se em temas candentes da primeira parte do ano político.

Alcázar, por exemplo, apresenta-nos uma interpretação sobre as **Nações Unidas** desde sua criação com a finalização da Conferência de São Francisco, em 1945, a partir da interrelação de quatro ideias fundamentais: paz, independência, desenvolvimento e direitos humanos. Ventiladas durante o desenrolar da Segunda Guerra Mundial, elas constituíram a chave para livrar a humanidade do desastre que seria uma Terceira Guerra Mundial. É quase certo que elas também sejam cruciais para tirar-nos da situação de crise em que nos encontramos. Para isso, no entanto, é necessário conhecer em profundidade o que nos dizem e valorizar a mensagem que nos deixam.

No **Conselho de Direitos Humanos da ONU** já estão sendo preparados a agenda definitiva e os documentos a serem discutidos durante sua 51ª Sessão Ordinária (12/09 a 07/10/2022). Neste íterim, nosso analista *De Negri filho* aprofunda as reflexões sobre a relação entre a constituição de sistemas universais de saúde robustos e as condições em seu favor que podem ser alcançadas mediante a plena implementação do Direito ao Desenvolvimento. Para tanto, analisa o informe do Relator Especial do Direito ao Desenvolvimento, Embaixador Alfarargi, apresentado para debates na 77ª. Assembleia Geral da ONU (setembro de 2022): ‘Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a pandemia da doença coronavírus (Covid19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento a nível internacional’. Já para promover a melhor compreensão e implementação do Direito ao Desenvolvimento (destaque na 51ª Sessão do CDH, com a expectativa de resolução que encaminhe a adoção do Tratado sobre o Direito ao

Desenvolvimento), apresenta extratos de dois estudos temáticos realizados pelo Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos (o Advisory Committee, com uma nota que explica seu funcionamento e estrutura): 1) 'Importância de um instrumento legalmente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento', de 2020; e 2) 'Contribuição do desenvolvimento para o gozo dos direitos humanos, de 2019.

Para **Reges, Galvão e Bermudez**, no seu informe sobre a **OMS**, os movimentos da comunidade científica e civil ao redor da mudança do nome da Monkeypox seguem ativos. Argumentos que vão do embarreiramento à pesquisa científica, ao processo moroso de adequação da CID, passando pelo estigma vinculativo e à centralidade de discussões sobre a nomenclatura e o não foco nos *acting points* que possam efetivamente combater a doença, seu espalhamento e consequências. Mais uma ESPII expõe a necessidade do contínuo trabalho do INB na busca de novos instrumentos que aumentem a coordenação global e a segurança da saúde, construindo um mundo mais capaz de responder às emergências em saúde pública, e que, sobretudo, esteja sustentado em sistemas de saúde fortalecidos e equitativos.

Com objetivo de estreitar as relações saúde-natureza e de exaltar os benefícios que a natureza pode proporcionar para a saúde humana, o informe sobre **saúde e ambiente** do Observatório traz o conceito de Soluções baseadas na Natureza (NbS). Na ocasião da UNEA 5.2, vários países da América Latina e Ruanda propuseram uma resolução sobre NbS para alcançar desenvolvimento sustentável. Sua aprovação no UNEA 5.2 marcou o apoio do PNUMA para impulsionar sua adoção em todo o mundo. NbS envolvem trabalhar com a natureza para enfrentar os desafios sociais, como a pobreza, proporcionando benefícios tanto para o bem-estar humano quanto para a biodiversidade. **Magalhães e Galvão** apresentam exemplos já consagrados e incorporados pelo setor saúde, que são as cidades e hospitais verdes e saudáveis, e como está o desenvolvimento dessas ações nas diversas regiões de interesse, bem como acordos multilaterais.

Martins e Sousa abordam o documento orientador do **PNUD e OIT** para o incentivo de programas e políticas de proteção social inclusivos para pessoas que vivem com HIV e populações-chave. O documento discute as principais barreiras vivenciadas por esta população e principais falhas em políticas públicas que tenham este foco. O documento também desenvolve um checklist e princípios orientadores para o fortalecimento destes programas e políticas.

No informe sobre **migrações, refugiados e saúde global**, o grupo de trabalho liderado por **Deisy Ventura** destaca o acordo de cooperação entre o ACNUR e o IBGE, que visa a inclusão de dados sobre refugiados e solicitantes de refúgio no Censo Demográfico de 2022. Aborda também o relatório de agências da ONU sobre a interiorização de migrantes venezuelanos no Brasil, que demonstra a maior vulnerabilidade social das mulheres, em particular mulheres negras, no país. Adiante, sublinhamo o apelo da OMS para a grave situação no chamado "Chifre da África", onde a pandemia de Covid-19, condições climáticas adversas e conflitos internos armados geram fome para dezenas de milhões de pessoas e deslocamentos massivos por sobrevivência. Por fim, sublinham a denúncia de Médicos sem Fronteiras sobre a violência contra refugiados no Mediterrâneo.

Massari e Gomes abordam a quinzena na saúde global de **Mulheres, Crianças e Adolescentes** cobrindo; a UNFPA, que no dia 12 de agosto comemorou o Dia Internacional da Juventude; a **OMS**, que abordou o tema da Saúde do Adolescente e Jovem Adulto, tema pouco focado nos espaços da saúde global; a nova Aliança Global para Acabar com a AIDS em Crianças

até 2030, lançada por UNICEF, UNAIDS e OMS, assim como a Semana Mundial de Aleitamento Materno e Agosto Dourado, iniciativa da OPAS e UNICEF. No Brasil, destacam a publicação com orientações sobre Amamentação e Alimentação Complementar, lançada por FNDE, OPAS e Ministério da Saúde. Ainda na OMS, destacam a atualização da Declaração Provisória Sobre a Vacinação COVID-19 para Crianças, e o lançamento, junto com a OIT, do importante relatório sobre a 'Disparidade salarial entre homens e mulheres no setor de saúde e cuidados: uma análise global em tempos de COVID-19'. Da **ONU Mulheres** destacam a publicação sobre garantia pública de pensão alimentícia, uma política fundamental para melhorar o bem-estar econômico das famílias de mães solteiras.

A busca por encontrar os caminhos de conexões individuais e coletivas para alcançar **sistemas alimentares** inclusivos, sustentáveis e resilientes, tem sido objeto de lições e experiências nacionais e internacionais, segundo o informe de **Nilson, Oliveira e Silva e Ell**. Os autores discutem intenções e ações internacionais sobre tentativas de transformação dos sistemas alimentares pela reflexão de passos e desafios contemporâneos vividos por experiências de nações e de movimentos de governança global. Toma como referência o caso do *Sri Lanka*, de implementação universal da agricultura orgânica no país, experiência emblemática dos desafios de transformação de sistemas alimentares, que enfrentou os desafios estruturais de transformar sistemas, mas que conseguiu demonstrar a importância da governança, participação e planejamento como estratégias de uma transição protegida. Como também o jogo de interesses observado em painéis de especialistas internacionais que competem com narrativas e modos de transformação dos sistemas alimentares predatórios hegemônicos pela mitigação dos efeitos de suas atividades, e, por outro lado, atuam com narrativas que deixam nas mãos dos grupos corporativos propor soluções pelos problemas criados por eles. São necessárias mudanças profundas de planejamento, apoio, governança participativa, conhecimentos e evidências e tempo, prevendo uma transição protegida, guiada pela centralidade na saúde humana, animal e planetária. Transformações em âmbito local e nacional são possíveis e necessárias, mas sem o reconhecimento das atuais contradições e uma coordenação e prioridade global a partir das Nações Unidas, a mudança global e seus impactos não serão alcançados.

Entre as **instituições financeiras internacionais**, reporta **Cazumbá**, o **BID** lança novo relatório em parceria com o Center for Global Development sobre empresas da América Latina e do Caribe no período pandêmico. O Banco Mundial anuncia detalhes do seu pacote global para os mais vulneráveis. O FMI apresenta as perspectivas econômicas para a América Latina e Caribe.

A 12ª Conferência Ministerial (MC12) da **Organização Mundial do Comércio** ocorreu em Genebra de 12 a 17 de junho de 2022. Os ministros aprovaram um pacote de decisões, acordo e declarações, inclusive a "Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras". **Chamas** aprofunda a análise deste documento político chave para a dimensão econômica do enfrentamento da pandemia.

O ODS 4 da Agenda 2030 reflete a preocupação com a prevalência das desigualdades na **educação**. O cumprimento deste ODS depende da melhoria do aprendizado e fluxo escolar (Meta 7), ou seja, necessita da melhoria da qualidade da educação de uma forma geral. **Sanglard, Gaspar e Rodrigues** analisam como está a questão da inclusão, equidade e desigualdade entre os alunos das escolas públicas do ensino fundamental no Brasil.

As **organizações globais da sociedade civil** apresentaram manifestações mais tímidas na primeira quinzena de agosto, em relação ao quantitativo de posicionamentos publicados na quinzena anterior. Segundo o **grupo de trabalho** responsável por este informe, liderado por **Souza**, das cerca de 45 instituições acompanhadas, 26 apresentaram temáticas de interesse da Saúde Global. Conflitos e guerras, com seus impactos diretos e indiretos, e entrelaçamentos entre cenários de crises despontam como principais objetos de atenção, sobretudo das **organizações de interesse público**. Os desafios de (re)produção de negligências no enfrentamento de doenças também ganham ênfase, inclusive entre as **OSC de interesse privado**. As questões climáticas são abordadas e repercutem no panorama da insegurança alimentar. Os contextos geracionais e as questões de gênero aparecem em fragmentos, pontuados juntos a outros temas, como: tabagismo, povos originários, força de trabalho em saúde, parcerias pela saúde global, pesquisa e desenvolvimento, vacinação. Ao final, apresenta-se a agenda de eventos.

Com a intenção de destacar as formulações e orientações para a ação política transformadora, emanada dos **movimentos e organizações da sociedade civil defensora do interesse público**, nosso analista **De Negri filho** aborda os recursos de conhecimento derivados dos estudos do médico, antropólogo e sociólogo francês Didier Fassin para sustentar a necessidade de repolitizar o mundo, identificando as desigualdades em suas manifestações estruturais, refletidas em expectativas de vida injustamente desiguais. Fassin desafia o leitor com a pergunta ‘Quanto vale uma vida?’ e como pensa a dignidade humana na desigualdade. Nosso analista pensa a categoria ‘vítimas’ em seu contexto neoliberal, e como esta categoria, hoje reivindicada pelas vítimas das políticas de estado negligentes frente à pandemia, dialoga com as vítimas das ditaduras políticas e suas expressões sociais. Nosso analista destaca ainda as discussões da recente Conferência "Depois da Pandemia, a Guerra" (Lima, Peru, 8 e 9/08/2022), sobre a necessidade de politizar o mundo e assim resgatar os trabalhadores-escravos, os descartáveis, em ‘A grande crise do século XXI: democracias sequestradas, propaganda e rebeliões’, de Jorge Majfud, concluindo com a denúncia da Internacional Progressista sobre ‘Quem tirou nossa comida?’ para desmistificar a atual crise alimentar para aclará-la como crise especulativa do capital financeiro e não como crise de produção.

Ungerer é responsável neste informe pela área de **cooperação Sul-Sul e instituições do sul global**. Reporta ela que o **UNOSSC** promove e dá visibilidade a projetos de Cooperação Sul-Sul nas mais diversas áreas do conhecimento, mas uma de suas plataformas mais importantes é o *South-South Galaxy* que promove o compartilhamento de conhecimento e disponibiliza diversos exemplos de Cooperação. Neste informe, destacamos uma Agência de Cooperação que nem sempre está em evidência, a KOIKA, Agência Coreana de Cooperação Internacional que vem contribuindo para projetos e parcerias que contribuam com a Agenda 2030 e os ODS na Ásia, África e Oriente Médio.

O **G-77 e a China** se posicionaram, mais uma vez sobre o documento “Nossa Agenda Comum” e a esperança de que a Cúpula do Futuro agendada para a semana de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro, produza de fato um Pacto para o Futuro.

Sem destaque do **MNA** no período, o **Centro Sul** destacou a resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos sobre o acesso global e equitativo a medicamentos, vacinas e outras tecnologias médicas e a necessidade de ter uma visão abrangente do direito à saúde e os efeitos prejudiciais da pandemia do Covid-19 no combate aos problemas de saúde global.

Burger, Esteves e equipe reportam para os Cadernos, os clubes dos países mais ricos do mundo. No **G7**, o destaque na primeira quinzena de agosto vai para a declaração acerca do bombardeio russo próximo à usina nuclear ucraniana de Zaporizhzhya e o apoio à Agência Internacional de Energia Atômica. Para além disso, discutiu como reagir aos elevados preços do petróleo diante da guerra e a redução da dependência energética da Rússia. No **G20**, destacam-se os eventos promovidos pelo *Think20* que abordaram temáticas relacionadas à pandemia e mudança climática. Outros eventos tratados também dialogam com esses assuntos: a Conferência dos Ministérios/Agências de Turismo e Economia Criativa sobre turismo de bem-estar; e o ‘Seminário sobre carbono azul’, promovido pelo governo da Indonésia. Na **OCDE**, o destaque foi o relatório sobre inflação em países da OCDE. Além disso, acompanhamos o processo de acesso do Brasil à OCDE.

O presidente Xi enfatizou a aceleração do processo de expansão do **BRICS** na 14ª Cúpula do BRICS no final de junho. Alguns países já haviam enviado pedidos para ingressar no grupo e chanceleres de vários países participaram da Reunião de MRE do BRICS pela primeira vez em maio; essas ações mostram que a expansão do BRICS está se acelerando. No contexto do conflito em curso Rússia-Ucrânia e a intensificação da competição sino-americana, o confronto entre o Oriente e o Ocidente tornou-se cada vez mais proeminente. Ambos os lados querem ampliar a rede de parceiros. Como economias emergentes e grandes potências na região, os países BRICS têm uma forte motivação para absorver países nodais situados em locais estratégicos e economias em expansão para se juntar ao grupo. Para **Hoirisch**, quanto mais intenso for o confronto Leste-Oeste, mais forte será o ímpeto para a expansão dos BRICS.

O informe de **Minayo e Tobar** sobre **América Latina e Caribe** traz uma análise sobre o Seminário internacional: ‘Aprendizagem e lições internacionais para avançar em direção a sistemas de saúde universais, abrangentes e sustentáveis’, promovido pela CEPAL em colaboração com o Ministério da Saúde do Chile e a OPAS. Seguidamente, aborda a questão da vulnerabilidade e a dupla desproteção das mulheres migrante e refugiadas da Venezuela nos países de acolhida.

Na **África**, a Namíbia e a Ruanda avançam na implementação da iniciativa conjunta CDC África e Fundação Master Card. Gana aprova a liberação da primeira *commodity* geneticamente modificada. Relatório de avaliação da OMS revela que a esperança de vida saudável na Região Africana aumentou 10 anos. A UNECA assinala Dia Africano do Registo Civil e Estatísticas Vitais. Aposta da SADC no desenvolvimento de infraestruturas resilientes para a integração regional com a próxima Cúpula de Chefes de Estado e de Governo focada na industrialização. União Europeia envolvida no fomento de comércio transfronteiriço da Região COMESA. Semana do Clima da África com vasto programa para impulsionar ações em países, comunidades e economias. São estes os temas abordados pelo quarteto de analistas do CRIS, **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg**.

A **Europa** segue impactada pela seca e pela forte onda de calor, comprometendo a saúde da população, a segurança alimentar e até o transporte fluvial. Em resposta à crise energética e aos cortes no fornecimento do gás russo, Alemanha e Espanha propõem a retomada do projeto de construção do gasoduto MidCat, que conectará a península ibérica à rede gasística europeia. São os temas abordados no informe pela analista **Ana Helena Freire**, do CRIS.

Segundo **Marques**, o mundo enfrenta três grandes crises entrelaçadas: mudanças climáticas, pandemia e geopolítica em mutação, que são mães de outras tantas crises. Há uma falta de urgência da paz. O efeito borboleta dessas crises respingam (está mais para grandes

nódoas) nas agendas e prioridades dos fóruns de governança global, na inexistência de soluções efetivas, nas lições que não foram realmente aprendidas. Crises que demandam cooperação e multilateralismo. Mas é a bipolaridade que está ditando o futuro: noroeste rico X sudeste pobre ou Norte global X Sul global. **Ásia Pacífico e Oriente Médio** vivem de perto o estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo. Vivemos tempos mais tensos do que aqueles de quando o Acordo do Tabaco foi negociado ou quando o Acordo Trips foi assinado. As rivalidades geopolíticas não paralisavam as negociações como vemos hoje. Os desafios atuais chamam atenção para a importância da cooperação multilateral e da importância dos países do Sul global de avançarem em suas agendas, não só no campo da saúde, mas em todas as áreas que são determinantes para a saúde, para seu fortalecimento e para sua governança. E parece ser esse o movimento que estamos observando, nestes tempos de novas geopolíticas. Os países da Ásia Central, Pacífico e Oriente Médio estabelecem parcerias e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, para avançar em suas agendas. Movimento também que vimos surgir na sessão sobre reforma do RSI, na Assembleia Mundial da Saúde, em maio, na voz de Bangladesh, falando pelos países menos desenvolvidos.

Para **Lobato** no seu informe sobre **China**, reporta que os rastros aéreos do avião de Nancy Pelosi foram acompanhados ao vivo pela imensa população chinesa. Após pousar, a presidente da Câmara dos Representantes dos EUA disse que o encontro de Washington e Taipei não representava uma mudança da relação com Pequim. Mas foi exatamente isso que ocorreu: os exercícios militares sobre a ilha serão permanentemente expandidos e os diálogos estratégicos entre Washington e Pequim, cancelados ou suspensos. Do ponto de vista militar, o PLA fez sua mais significativa exposição de força naval.

Nos **Estados Unidos**, informa-nos **Guto Galvão**, foi aprovada a Lei de Redução da Inflação de 2022 (Inflation Reduction Act of 2022 – IRA), um ato histórico para combater a inflação, aumentar a produção de energia limpa para reduzir as emissões de carbono em cerca de 40% até 2030, e baixar o custo da atenção médica negociando preços de medicamento através do Medicare, e prorrogando a Lei de Cuidados Acessíveis ampliada (Affordable Care Act - ACA) por três anos, até 2025. Em outra esfera, o destaca vai para a *First Street Foundation*, que lançou um modelo sobre efeitos do calor extremo nos EUA. O modelo permite conhecer o impacto do aumento das temperaturas nos próximos 30 anos ao nível de propriedades.

Continuamos atentos aos desdobramentos da crise global de múltiplas dimensões, visando trazer a você, nosso leitor, uma interpretação dos principais fatos políticos da sinuosa e complexa teia da saúde global e da diplomacia da saúde.

Boa leitura e até nosso próximo encontro.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 18 de agosto de 2022

Paulo M. Buss e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz
(com Erica Kastrup)

A dança de quatro ideias no quadro da ONU

Santiago Alcázar

Quatro ideias

As ideias têm vida. Ninguém sabe de onde elas vêm. Surgem, como algo trazido pelo vento. Envolvem-se nas conversas com outras ideias. São trocadas, modificadas, melhoradas, pioradas. Sobrevivem em um sopro. Semeiam tempestade. Espalham-se por toda parte. Não são propriedade de ninguém. São respostas imemoriais a perguntas profundas. Sinais de vida concreta e imediata e por isso, surpreendentes. Iguais e diferentes em cada instante e em cada lugar, fazem-se presentes quando menos se espera.

Paz, independência, desenvolvimento, direitos humanos – circulavam em corredores e salas, vertidas em francês, inglês, russo, chinês, português e espanhol. Eram ouvidas, lidas e escritas em telegramas e despachos internos, em chancelarias, em pleno desenrolar da Segunda Guerra.

Havia algo de absurdo nessa conjuração improvável de ideias em meio às notícias de atrocidades cometidas. A guerra, a violência em estado bruto, provoca um maremoto de emoções confusas, geralmente indignas. Vingança, não paz. Sujeição, não independência. Destruição, não desenvolvimento. Obrigação, não direitos.

O absurdo desfazia-se, no entanto, ao fixar o olhar no espelho retrovisor. Era preciso reconhecer que o Tratado de Versalhes chegara tarde demais, quando os ódios haviam deitado raízes e a polarização fizera-se norma. Os resultados dificilmente poderiam ser outros. A Grande Depressão, o desemprego e a pobreza encontraram um terreno fértil para diferendos internacionais¹. A Liga das Nações, emanada dos primeiros 26 artigos daquele Tratado², parecia incapaz de resolver diferenças e tensões, sementes para conflitos. Manchúria, Etiópia, são talvez os exemplos mais notórios, mas não se pode desculpar a inação em Corfú ou Chaco Boreal, nem o silêncio ensurdecido frente à intervenção estrangeira na Guerra Civil da Espanha. A condenação mais enfática pelo bombardeio de Guernica foi feita por Picasso, não pela Liga.

Por isso era preciso agir sem tardança, enquanto se combatia, esperando evitar a repetição dos mesmos erros. Com esse espírito realizaram-se em rápida sucessão sete conferências, todas com o mesmo propósito: definir as condições para a paz.

Sete conferências

A primeira dessas conferências efetuou-se em junho de 1941, em Londres, onde residiam os representantes de oito países no exílio. Animava-os a ideia de ir além da simples vitória militar, como fizera-se sempre. Essa primeira conferência produziu a notável *Declaração do Palácio de St. James*, que reconhece como única base para a paz duradoura a vontade de cooperar entre os povos livres em um mundo onde todos podem alcançar a segurança econômica e social³. Esses termos grifados, como os que seguem, são importantes.

Em agosto de 1941, o Presidente dos EUA, Franklin Roosevelt e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, Winston Churchill, concluíram, numa base militar no Canadá, a chamada Carta

¹ A Liga preferia a expressão “diferendo internacional” para caracterizar o que de fato constituía um conflito internacional.

² https://www.foundingdocs.gov.au/resources/transcripts/cth10_doc_1919.pdf

³ <https://avalon.law.yale.edu/imt/imtjames.asp>

Atlântica, pela qual reconheciam que todos os Estados, grandes ou pequenos, vitoriosos ou vencidos, teriam acesso, em termos iguais, ao comércio e aos bens primários necessários para a prosperidade econômica, com vistas a garantir melhores padrões laborais e seguridade social. A Carta Atlântica faz referência à restauração da autodeterminação⁴.

Em janeiro de 1942, em Washington, aquelas duas autoridades e representantes de 24 governos (República da China, URSS) acordaram a Declaração das Nações Unidas. A ideia era criar uma comunidade em torno aos propósitos e princípios inscritos na Carta Atlântica. A Declaração ficou aberta à adesão, até 1945, de mais 21 países (Brasil, 1943). O grupo de Estados parte da Declaração ficou conhecido como Nações Unidas, que posteriormente serviria para dar nome à Organização multilateral que seria criada. A Declaração faz menção à necessidade de preservação dos direitos humanos, que posteriormente seriam objeto da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948⁵.

Em outubro de 1943, realizou-se a Conferência de Moscou, na qual as quatro grandes potências, URSS, EUA, Reino Unido e República da China acordaram quatro declarações⁶. Na primeira, reconheceram a necessidade de estabelecer o quanto antes uma organização internacional, baseada na igualdade soberana dos Estados, aberta à adesão de todos os Estados, para a manutenção da paz e a segurança internacional. Como curiosidade deve-se registrar que, inicialmente, a URSS havia objetado à inclusão da República da China no grupo das grandes potências.

Com vistas a levar adiante a ideia de estabelecer uma organização internacional, inserida na primeira das quatro declarações de Moscou, representantes dos EUA, Reino Unido, URSS e República da China reuniram-se de agosto a outubro de 1944, em Dumbarton Oaks, Washington, DC. Em decorrência da continuada objeção da URSS com respeito à República da China, a chamada Conferência de Dumbarton Oaks realizou-se em duas etapas. Na primeira, de agosto a setembro, com a participação dos EUA, Reino Unido e URSS. Na segunda, com EUA, Reino Unido e República da China.

As propostas apresentadas e discutidas em Dumbarton Oaks definiram o perfil do que viria a ser a organização internacional aventada em Moscou. Assim, a organização teria quatro órgãos; i) uma Assembleia Geral; ii) um Conselho de Segurança; iii) uma Corte Internacional de Justiça e; iv) um Secretariado. Facultava-se à organização a criação de *agências subsidiárias*. A ideia de incluir o Conselho de Tutela e a Corte Internacional de Justiça como órgãos resultantes da Carta das Nações Unidas emanaria, posteriormente, da Conferência de São Francisco.

Tendo em conta o reconhecimento da importância da ideia de estabelecer as condições econômicas e sociais necessárias para a paz duradoura, as propostas de Dumbarton Oaks incluíram foros para a facilitação de soluções internacionais econômicas, sociais e humanitárias, bem como para promover o respeito dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. A responsabilidade pelas “facilitações” iria recair sobre a Assembleia Geral e, sob a autoridade desta, em um Conselho Econômico e Social. As várias organizações econômicas, sociais ou “outras” deveriam estabelecer relação com a Organização, de acordo com termos definidos pelo Conselho Econômico e Social e mediante aprovação da Assembleia Geral.

⁴ <https://avalon.law.yale.edu/wwii/atlantic.asp>

⁵ https://avalon.law.yale.edu/20th_century/decade03.asp

⁶ <https://avalon.law.yale.edu/wwii/moscow.asp>

O documento final da Conferência tem o seguinte título: *Proposta das Nações Unidas de Dumbarton Oaks para uma Organização Internacional Geral a ser submetida a uma Conferência das Nações Unidas em 25 de abril, de 1945, em São Francisco*. O documento determina o estabelecimento de uma organização internacional geral sob o título de Nações Unidas, cuja Carta constitutiva deveria conter as propostas acordadas em Dumbarton Oaks⁷.

O documento final de Dumbarton Oaks deixava de fora detalhes importantes. Por essa razão, o Presidente Franklin Roosevelt, o Primeiro-Ministro Winston Churchill e o Presidente Josef Stalin reuniram-se fevereiro de 1945, em Yalta, Crimeia, para tratar, entre outros assuntos, da declaração sobre a liberação da Europa, o desmembramento da Alemanha, as reparações de guerra, ademais da questão da organização internacional geral. Havia também o acordo concernente ao Japão.

O Acordo de Yalta foi o resultado desse encontro dos três líderes⁸. Três pontos desse documento devem ser ressaltados para entender a sequência de eventos. O primeiro, é o compromisso dos EUA, em nome dos três, de consultar com o Governo da República da China e o Governo Provisório da França com respeito às decisões tomadas em Yalta. O segundo, o compromisso dos EUA, em seu próprio nome e no do Reino Unido, a URSS, a República da China e o Governo Provisório da França, de estender convites para os 50 Estados que participariam da Conferência de São Francisco, com vistas a que designassem representantes para redigir a Carta da organização internacional geral. O terceiro, é a manifesta prontidão da URSS em concluir pacto de amizade com o Governo Nacionalista da China para assisti-lo na guerra contra o Japão.

A Conferência de São Francisco teve início como previsto em 25 de abril e se estendeu até 26 de junho. Com base nas propostas de Dumbarton Oaks, o Acordo de Yalta e as sugestões dos países convidados, os 850 delegados presentes fizeram, literalmente, a Carta das Nações Unidas.

A Conferência de São Francisco exibiu uma ideia até então inédita. O então Secretário de Estado dos EUA, Edward Stettinius, que presidiu a Conferência, e também havia presidido a Conferência de Dumbarton Oaks, estendeu convite a 42 organizações nacionais nos EUA. Os representantes dessas organizações tinham as mesmas credenciais que os representantes dos governos e os mesmos privilégios exceto o de participar nas reuniões dos distintos comitês. O Secretário Stettinius explicava que esse grupo, que fazia parte da Delegação norte-americana, não constituía um grupo de pressão e nem deveria formular políticas, mas serviria como canal de comunicação com o homem comum. Afastado do exercício negociador, era preciso, para Stettinius, que esse homem comum estivesse informado sobre os principais objetos de negociação da Conferência com vistas a gerar as condições para legitimar os resultados e criar apoio suficiente da opinião pública. Estima-se que esse grupo representava entre oitenta e cem milhões pessoas⁹.

A Carta das Nações Unidas foi assinada em 26 de junho de 1945. Em 24 de outubro do mesmo ano entrou em vigor. Todos os anos, essa data é comemorada como o Dia das Nações Unidas.

⁷ <https://digital.library.cornell.edu/catalog/ss:21796682>

⁸ <https://avalon.law.yale.edu/wwii/yalta.asp>

⁹ https://www.carnegiecouncil.org/publications/100_for_100/report-from-san-francisco

"Nós, os povos" e a interrelação de ideias

A primeira linha do preâmbulo da Carta institui uma diferença crucial com a prática oriunda do sistema internacional westfaliano. Nesse sistema, os Estados, soberanos e iguais entre si estabelecem as condições para a paz e a estabilidade internacional. Por isso, a primeira linha do Tratado de Versalhes, por exemplo, que criou a Liga das Nações, começa com um imponente "As Altas Partes Contratantes". São os altos representantes dos Estados. A primeira linha da Carta das Nações Unidas, por outro lado, começa com um modesto "Nós, os povos das Nações Unidas". A diferença é crucial. A expressão "*nós, os povos*" não diz o mesmo que "*nós, os Estados soberanos*". A expressão, ademais de nova, parece revolucionária ao minar o protocolo de usanças do sistema westfaliano.

A Conferência do Palácio de St. James ressaltara a necessidade da *cooperação para alcançar a paz duradoura e a segurança econômica e social*. A Carta Atlântica sublinhara, como um dos fatores para a paz duradoura, o *acesso equitativo ao comércio e aos bens primários para conseguir a prosperidade econômica e melhores padrões trabalhistas*. A Conferência de Moscou enfatizara a urgência de *criar uma organização internacional geral* e a Conferência de Dumbarton Oaks tentara definir o perfil do que seria essa organização.

O que parece ressaltar dos documentos dessas quatro conferências são as ideias evocadas anteriormente, que circulavam em estado embrionário nas chancelarias: paz, independência, desenvolvimento, direitos humanos. Todas eram, e são, interdependentes. Assim, a paz é uma condição para o desenvolvimento econômico. A independência, ou a autodeterminação, é uma manifestação do universo dos direitos humanos. A observação e o respeito dos direitos humanos são essenciais para a paz. O desenvolvimento econômico é uma das exigências dos direitos humanos, que assim se torna desenvolvimento econômico e social.

A Carta

A ideia mais inovadora, a mais revolucionária, é a dos direitos humanos, presente no preâmbulo da Carta – *reafirmamos nossa fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e valor de todo ser humano, na igualdade de direitos de homens e mulheres* – ainda que enfraquecida pelo adjetivo "fundamental", que convida para a possibilidade de absurdos – a possibilidade de que haja um direito humano que não seja fundamental invalidaria a própria noção de direito. Quem, ademais, define o que é fundamental, sem que se perda *a fé na dignidade e valor de todo ser humano*? Como se pode observar, a redação não é satisfatória para o entendimento contemporâneo, mais amplo e generoso.

O que parece contido no preâmbulo é expandido no Capítulo XI – *Declaração com respeito aos Territórios Não-Autônomos*. É importante contextualizar. A redação do Artigo I prescreve que as Nações Unidas, o conjunto dos Estados e não somente alguns, devem desenvolver relações amistosas entre as nações com base no respeito ao princípio de igualdade de direitos e da *autodeterminação dos povos*. A autodeterminação é, dessa maneira, alçada à condição de princípio fundamental, desta vez indiscutível, da Carta. Ao tratar da questão dos territórios cujos povos ainda não alcançaram a autodeterminação, o Artigo 73 inclui na redação as ideias de paz e segurança, independência/autodeterminação, desenvolvimento e direitos humanos¹⁰.

¹⁰ Ver o artigo 73 da Carta em <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-11>

A redação desse artigo é tão importante que seria proveitoso destacar, a seguir, alguns dos pontos que revelam a relação estreita entre aquelas quatro ideias:

Os Estados que assumiram a responsabilidade pela administração desses territórios devem reconhecer o princípio segundo o qual o interesse dos habitantes desses territórios é primordial (DH) e aceitar a obrigação sagrada de promover o bem-estar dos habitantes (DH, Desenvolvimento e Paz) desses territórios. Para isso, devem garantir: a) o pleno respeito à cultura, ao avanço político, econômico, social e educacional (Desenvolvimento, Independência e DH); b) desenvolver a autodeterminação (Independência, Desenvolvimento e DH); c) promover a paz e a segurança (DH, Desenvolvimento, Independência e Paz); d) promover medidas construtivas de desenvolvimento (Desenvolvimento, Paz, DH e Independência).

A Declaração Universal de Direitos Humanos e a Carta

É preciso deixar registro de que a redação do Artigo 73 da Carta antecede a da Declaração Universal de Direitos Humanos em pelo menos três anos. Esta, em seu preâmbulo, extraído dos primeiros parágrafos da Carta, *reafirma a fé, das Nações Unidas, nos direitos humanos fundamentais, bem como em sua determinação de promover o progresso social e melhores condições de vida.* A sensação que se tem ao ler essa parte do preâmbulo da Declaração é que muita coisa fica de fora em comparação ao que projeta o Artigo 73 da Carta. No caso da Carta, é compreensível, pois o que é tratado no preâmbulo e no artigo 1º é expandido no Artigo 73. No caso da Declaração não há esse recurso. É preciso ir para o Artigo 23 da Declaração para identificar a relação dos direitos humanos com a ideia de desenvolvimento, ainda que de maneira indireta, como se pode ver a seguir:

Todos têm direito a segurança social (que implica desenvolvimento econômico) e devem poder aceder aos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis para a sua dignidade e desenvolvimento de sua personalidade.

A Declaração não diz o que são esses direitos econômicos, sociais e culturais, nem que os mesmos se identificam com os direitos humanos. A clareza de propósitos do Artigo 73 da Carta não se verifica nesse artigo da Declaração. A redação do Artigo 25 da Declaração, contudo, é mais amplo e específico, como se pode ver a seguir, ainda que permaneçam imprecisões importantes:

Todos têm direito a um padrão de vida adequado para a sua saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e os serviços sociais necessários, bem como o direito a seguro na eventualidade de desemprego, doença, incapacidade, viuvez, velhice ou qualquer circunstância de vida fora de seu controle.

Seria no mínimo desafiador tentar definir o que seria um nível de vida adequado para a saúde. Trata-se da única menção que se faz à saúde, que sequer é definida. Não se diz, ademais, que a saúde é um direito, como os direitos especificados na redação, mas que é o resultado de um padrão de vida adequado. A Constituição da OMS, que é de 1946, anterior à Declaração Universal de Direitos Humanos, define a saúde como *um estado de completo bem-estar físico, mental e social.* A ênfase no social será, mais tarde, desenvolvida nos chamados determinantes sociais da saúde, que ampliam o significado do termo, antes reduzido à ausência de doenças¹¹. A saúde, no texto da Constituição, é definida como um dos direitos fundamentais de todo ser

¹¹ <https://www.scielo.br/j/physis/a/msNmfGf74RqZsbpKYXxNKhm/?lang=pt>

humano, crucial para a paz e a segurança. É evidente que não houve cooperação entre o grupo de redatores da Constituição da OMS e o da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Outro ponto da Declaração que merece reflexão é a menção que se faz ao direito à alimentação, vestimenta, cuidados médicos e seguridade social. Não se diz como serão garantidos esses direitos, nem a que agência caberia garantir o acesso a esses direitos. Será preciso aguardar o Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, de 1966, para esclarecer que a responsabilidade pela garantia de acesso a esses bens cabe aos Estados Partes (do Pacto). A natureza vinculativa dessa responsabilidade é ainda assunto aberto a debate. A redação do Artigo 196 da Constituição brasileira, por exemplo, garante-se que a *saúde é um direito de todos e dever do Estado*. Não há dúvida com relação a esse dever. O Artigo 6º da Constituição define como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social etc. A redação é mais generosa que a da Declaração Universal de Direitos Humanos, ou mesmo que a do Pacto, mas, à diferença do Artigo 196, não se faz menção ao dever do Estado em garantir a efetivação desses direitos.

A Declaração Universal como se vê, talvez seja menos enfática que o Artigo 73 da Carta. Será preciso esperar a resolução A/Res/1514(XV), de 1960, intitulada “*Declaração sobre a concessão de independência aos países e povos colonizados*”, para que aquelas quatro ideias voltem a exibir uma relação estreita¹².

A autodeterminação

Como se pode ver, o primeiro parágrafo preambular dessa resolução repete o que já se tem na Carta, pela qual é reafirmada a fé nos direitos humanos fundamentais. O quarto preambular menciona os crescentes conflitos que se observam em razão dos impedimentos à independência. A relação se estabelece pela negativa: o impedimento à autodeterminação gera conflito, o contrário da paz. Há também a relação, subentendida, dessas duas ideias com o reconhecimento dos direitos humanos universais, estabelecido no primeiro preambular – os direitos humanos demandam a autodeterminação e a paz. O sétimo preambular deixa mais explícita a relação com a ideia de desenvolvimento, a paz e os direitos humanos. Com efeito, como se vê a seguir a redação não deixa dúvida sobre a interconexão dessas ideias:

Convencidos que a existência continuada do colonialismo previne o desenvolvimento da cooperação econômica internacional, impede o desenvolvimento social, cultural e econômico dos povos dependentes e milita contra o ideal das Nações Unidas em prol da paz universal.

A ideia de direitos humanos, como se vê, estabelece relações com as ideias de independência/autodeterminação, desenvolvimento e paz. Não resta dúvida de que é a ideia mais fundamental, aquela a partir da qual as demais são desenvolvidas. O que talvez tenha que ser dito de maneira explícita é que os direitos humanos e a autodeterminação dos povos figuram no texto da Carta (Preâmbulo e Artigo 1) antes do princípio westfaliano de igualdade soberana dos Estados (Artigo 2). A observação é importante na medida em que sugere um conflito entre as forças de mudança (direitos humanos e autodeterminação) e as forças conservadoras

¹² A indicação A/Res/1514(XV) significa a 1514ª resolução aprovada pela AGNU, desde a primeira sessão. XV é o número da sessão. Essa metodologia de numeração continuou até 1975. Até o final dessa sessão foram adotadas 3541 resoluções. No ano seguinte, na 31ª sessão, a metodologia foi mudada. A/Res/31/51, por exemplo, significa a 51ª resolução adotada na 31ª sessão da AGNU. A resolução em questão acima pode ser acessada em <https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/152/88/PDF/NR015288.pdf?OpenElement>

(soberania). Desde o seu início, em 1945, as Nações Unidas se debateram sobre a prioridade que deve ser atribuída à soberania em relação à autodeterminação ou, se, ao contrário esta última deve sobrepor-se àquela. A AGNU, em sua 25ª sessão (outubro de 1970) adotou a resolução A/Res/2625(XXV), pela qual aprovou-se a *Declaração sobre Princípios do Direito Internacional relativos às Relações de Amizade e Cooperação entre os Estados à luz da Carta das Nações Unidas*¹³. Segundo o texto da Declaração, o princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos tem exatamente o mesmo valor e hierarquia que o princípio de igualdade soberana dos Estados, como já se havia adiantado acima ao comentar o Artigo 1º da Carta. É nesse contexto que as ideias que deram origem às Nações Unidas minam a base do Estado westfaliano. Não obstante o importante reconhecimento da resolução 2625, os dois princípios – soberania e autodeterminação – continuaram se medindo, olhando-se, perscrutando-se, flexionando seus músculos, como para decidir a qual caberia a primazia.

A Conferência de Helsinque

A Ata Final da Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa, que se realizou em 1975, em Helsinque, parecia ter enterrado as divergências. Em plena *détente*, o propósito da Conferência, para a União Soviética, era o reconhecimento das fronteiras, com as anexações levadas a efeito em 1940. Para os europeus, o interesse principal residia no estabelecimento de condições para garantir a paz e a segurança. Os EUA não tinham interesse e acreditavam que a Conferência acabaria beneficiando unicamente a União Soviética. É preciso registrar que nos documentos da Biblioteca Presidencial Gerald R. Ford¹⁴, a preocupação dos norte-americanos recaia nos três países bálticos. Não há referência à Ucrânia, por exemplo, que não era um país como a Polônia, a Tchecoslováquia e a Hungria.

O decálogo é uma peça diplomática convoluta, de fácil leitura, mas de raciocínios e argumentos que lembram as profundezas da escolástica. São os seguintes os princípios consagrados e acordados:

- 1) igualdade soberana com respeito aos direitos inerentes à soberania;
- 2) abstenção de ameaça ou uso da força;
- 3) inviolabilidade das fronteiras;
- 4) integridade territorial dos Estados;
- 5) resolução de controvérsias por meios pacíficos;
- 6) não intervenção nos assuntos internos;
- 7) respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, inclusive liberdade de pensamento, consciência, religião ou crença;
- 8) igualdade de direitos e o direito à autodeterminação;
- 9) cooperação entre os Estados;
- 10) boa fé no cumprimento das obrigações do Direito Internacional.

À primeira vista parecem simples. Dizem o que dizem, de maneira direta e transparente. Não são. Os quatro primeiros princípios favoreciam claramente a União Soviética, que queriam garantir as fronteiras com a Europa Ocidental. O princípio 5, por um lado, constituía a almejada garantia de paz e segurança dos europeus e, por outro, moeda de troca para o Kremlin. Os princípios 7 e 8 atendiam às demandas ocidentais, que acreditavam que a *détente* expandiria a

¹³<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/348/90/IMG/NR034890.pdf?OpenElement>

¹⁴ <https://www.fordlibrarymuseum.gov/library/exhibits/helsinki/helsinki.asp>

possibilidade da democracia no espaço soviético. Os princípios 9 e 10, não tinham maior relevância e tanto poderiam favorecer a um como a outro.

Os princípios mais importantes, para um e para outro, anulavam-se. Assim, por exemplo, aos olhos do Kremlin, *a igualdade soberana com respeito aos direitos inerentes à soberania* (1) e *a não intervenção nos assuntos internos* (6) bloquearia qualquer ação proveniente da observação dos direitos humanos. Este princípio, ademais, encontrava-se enfraquecido pela restrição do respeito à liberdade de pensamento, consciência, religião e crença – todos assuntos de foro íntimo, que não podem ser extravasados em praça pública, ao menos no entendimento dos negociadores da União Soviética. Para os ocidentais, os *direitos humanos* (7) e o *direito à autodeterminação* (8) acabariam minando a resistência à *inviolabilidade das fronteiras* (3), com o presumível avanço da *détente*. Não é de balde que o Secretário de Estado Henri Kissinger disse, em conversa ao seu colega Andrei Gromyko, que era preciso ser um estudante do Talmude (*you have to be a talmudic student*) para entender as complicações da Conferência. Mais importante, no entanto, é o comentário que fez sobre as demandas dos europeus, aparentemente pouco realistas, talvez como as que levaram aos acontecimentos de hoje. Vale a pena reproduzir a fala do então Secretário de Estado, no original, em inglês:

“The trouble, Mr. President (Gerald Ford), is with our European allies. Speaking very frankly, every country wants to extract something from the Soviet Union. I've told all of them that the Soviet Union won't be overthrown without noticing it, and certainly not because of things like increased circulation of newspapers and so on”.

Não obstante as complicações talmúdicas e as *glutonices* europeias, a Conferência e os seus eventuais resultados não preocupavam Kissinger, que recordava ao Presidente Ford que a Ata Final seria um acordo, não um tratado e, portanto, não sujeito à aprovação do Congresso. *It is meaningless*, disse, como tantos outros acordos assinados, mas não ratificados. Ainda assim, deve-se registrar que a Conferência de Helsinque deu origem à Conferência para a Segurança e Cooperação na Europa (CSCE), a maior organização intergovernamental dedicada à segurança.

A queda da União Soviética pôs fim à Guerra Fria, acarretando o enfraquecimento do princípio da inviolabilidade das fronteiras ao tempo que fortalecia o princípio dos direitos humanos e o da autodeterminação dos povos. Em sucessivas ondas, os países do bloco comunista foram caindo na órbita de Washington e de Bruxelas. Todos pareciam felizes, afinal teriam acesso aos mesmos produtos consumidos pelos que se encontravam a oeste, inclusive a democracia e o neoliberalismo. O convite ao festim, no entanto, não foi para todos, não se sabe por quê. O que se sabe é que a dança a oeste, que levaria à integração com a UE, passou a incluir um inconveniente parceiro cismado em marcar o ritmo com tambores, trompete, bombardino e cornetão.

Surgiram desinteligências, como seria óbvio imaginar. O respeitado e experiente diplomata norte-americano George Kennan era crítico da expansão da OTAN. Em 1998 expressou sua contrariedade em termos severos, que não deixam dúvida sobre o erro político de um Senado, mal informado e sem interesse verdadeiro em política exterior. “Nossas diferenças durante a Guerra Fria eram com o regime comunista soviético. Agora estamos dando às costas às mesmas pessoas que fizeram a maior revolução não-sangrenta da história para

remover o regime comunista. A democracia russa está avançada, ou tão avançada como qualquer um dos países que prometemos defender contra a Rússia”¹⁵.

Esse último ponto levantado pelo Embaixador Kennan é fundamental para entender que a democracia é sempre uma obra em andamento, imperfeita e com distintas roupagens e não um modelo exemplar que somente se verifica em alguns países, como por algum desígnio divino. Não se sabe por acaso, que nas democracias “tradicionais” os que mandam e decidem não são necessariamente os representantes, mas os donos do poder, autocráticos que defendem os seus interesses e não os da comunidade?

A guerra na Ucrânia ofereceu uma oportunidade para resolver a pendência. Para a OTAN e quase toda a imprensa ocidental, a Rússia violou o princípio da inviolabilidade das fronteiras e, com isso, o da soberania. Por isso a acusação que se lhe faz de haver violado o Direito Internacional. A Rússia contra-argumenta que a OSCE, França e Alemanha não respeitaram o princípio de autodeterminação de Donetsk e Lugansk, inserido nos Acordos de Minsk. Privilegiar a soberania sobre a autodeterminação, como propugnado pela OTAN mina a ideia dos direitos humanos. Por outro lado, sobrepôr à soberania o princípio da autodeterminação valoriza aquela ideia, que pode ser defendida por um ou outro lado conforme a conveniência do momento. Kosovo é um exemplo que merece ser registrado.

Em todo caso, a ideia de direitos humanos alcançou hoje reconhecimento mundial, não obstante os continuados abusos e inobservâncias. Não há dúvida de que o conceito é evocado em todos os quadrantes e figura como peça fundamental em instrumentos reconhecidos como mapas de caminho para a construção de um mundo melhor, de que são exemplos recentes a Agenda 2030 e os 17 ODS, bem como as distintas resoluções e decisões relativas à pandemia da Covid-19. A própria noção de direitos humanos abre espaço para a participação de novos atores nas relações internacionais (a sociedade civil), alterando dessa maneira a governança internacional, com mais legitimidade e mais eficácia que a ameaça do uso da força.

A unidade quebrada

A Guerra Fria iria mudar tudo e quebraria essa intrincada relação dos direitos humanos com o desenvolvimento, a autodeterminação e a paz. Partiu-se assim ao meio a Declaração. De um lado, direitos políticos e civis. De outro, direitos econômicos, sociais e culturais. Todos esses direitos, no entanto, constituem direitos humanos indivisíveis, mas a partir dessa quebra, uns serão privilegiados por um grupo, outros, por outro. Curiosamente, a autodeterminação, por exemplo, presente na Carta, na Declaração Universal, bem como na Declaração sobre concessão de independência aos países e povos colonizados, ficaria tanto no Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, como no Pacto sobre Direitos Políticos e Civis. Como se sabe, os países socialistas defendiam o primeiro sobre o segundo, enquanto as democracias ocidentais faziam o oposto.

As ideias têm vida, como se disse no início. São modificadas, melhoradas ou pioradas e trocadas. Ninguém sabe de onde vêm. São trazidas pelo vento dos tempos e semeiam tempestade. Espalham-se por toda parte.

¹⁵https://www.nytimes.com/2022/02/21/opinion/putin-ukraine-nato.html?campaign_id=9&emc=edit_nn_20220222&instance_id=53920&nl=the-morning®i_id=165128819&segment_id=83524&te=1&user_id=98eb49ca6d28149944ad08fa1ae97899

O Desenvolvimento

O entendimento dos direitos humanos da geração fundadora das Nações iria influenciar o entendimento do desenvolvimento econômico e social, essa outra ideia inovadora, que foi incluída no Capítulo IX da Carta – Cooperação Econômica e Social. O Artigo 55 *estabelece o compromisso dos Estados membros com a promoção de padrões de vida mais altos, pleno emprego e as condições para o progresso econômico e social, bem como soluções para problemas econômicos, sociais, de saúde – com vistas a criar as condições de estabilidade e bem-estar, que são necessárias para as relações de amizade e paz entre as nações, com base no respeito do princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos*¹⁶.

Melhores padrões de vida, pleno emprego¹⁷ e condições para o progresso econômico e social são compromissos que os Estados membros assumem no âmbito das Nações Unidas. É preciso, no entanto, que haja uma espécie de “secretariado” encarregado de acompanhar a implementação de políticas voltadas para aqueles objetivos, fazer recomendações e, eventualmente, para coordenar esforços nesse sentido. Essa é a motivação do Artigo 58 da Carta, bem como a do Artigo 59, segundo o qual a Organização deverá iniciar negociações com os Estados membros para a criação das necessárias agências especializadas¹⁸. O “secretariado” propriamente, objeto do Capítulo X – Conselho Econômico e Social (ECOSOC) – é o ECOSOC, esse outro Órgão das Nações Unidas. É preciso esclarecer que o termo “secretariado” é usado aqui de maneira informal e não deve ser confundido com o Secretariado, que é um dos seis órgãos das Nações Unidas. O ECOSOC está integrado por 54 Estados membros, eleitos pela Assembleia Geral. Assim, o “secretariado” (ECOSOC) e o Secretariado (Órgão) trabalham em tandem para auxiliar os países a levarem adiante os compromissos assumidos à luz do Artigo 55 da Carta.

Hoje em dia ECOSOC é a principal instância para a realização do Foro Político de Alto Nível (mais conhecido nas siglas em inglês HLPF), encarregado de acompanhar e fazer recomendações relativas à implementação da Agenda 2030 e dos 17 ODS.

O quadro em que a ideia de desenvolvimento seria avançada nas Nações Unidas em suas primeiras horas era a de um desemprego massivo, bem como pela questão “subdesenvolvimento”, como se dizia, ignorando que os países a que se atribuía o qualificativo tinham uma história e uma cultura extremamente ricas. Em todo caso, o compromisso dos Estados membros das Nações Unidas, com o acordado no Artigo 55 da Carta, deve ser interpretado no sentido de uma responsabilidade que deve recair em todos, mas principalmente nos países industrializados, bem como na própria Organização. O que se viu, no entanto, foi diferente. O Plano Marshall, que seria a grande alavanca para a recuperação das economias praticamente destruídas pela guerra serviu apenas para uma região do mundo, a Europa. A URSS recusou a oferta de fazer parte dos países a serem beneficiados pelo Plano Marshall, provavelmente em razão da inevitável interferência em seus assuntos internos que implicaria a aceitação. É interessante observar que o Plano foi instrumento da política exterior dos EUA. Não houve intenção de confiar à recém-criada Organização das Nações Unidas e, de maneira específica ao ECOSOC, com apoio do Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais (DESA, nas siglas em inglês), a possibilidade de iniciar os seus trabalhos sobre desenvolvimento com objetivos mundiais. É quase irônico que todo o esforço empenhado na criação de uma

¹⁶ <https://www.un.org/en/about-us/un-charter/chapter-9>

¹⁷ Ver por exemplo <https://www.federalreservehistory.org/essays/employment-act-of-1946>

¹⁸ FAO, FMI, Banco Mundial e Unesco foram criadas em 1945. A OMS foi criada em 1948.

organização internacional geral, com objetivos tão nobres, tenha resultado em desconfianças desde o seu lançamento, que nunca chegaram a ser totalmente resolvidas.

A OIT e a Declaração de Filadélfia

A questão do desemprego remete à Organização Internacional do Trabalho (OIT), criada em 1919 pelo Tratado de Versalhes¹⁹. O preâmbulo da Constituição da OIT afirma que a paz universal e duradoura somente pode basear-se na justiça social. A Constituição da OIT sofreu diversas emendas ao longo de sua história. Aqui importa ressaltar a realização da 26ª Conferência da OIT, em 1944, na cidade de Filadélfia, nos EUA. Na ocasião foi aprovada a famosa Declaração de Filadélfia, que seria posteriormente anexada como parte integrante de sua Constituição.

A Declaração de Filadélfia foi concluída cinco meses antes da conclusão da Conferência de Dumbarton Oaks. O valor dos direitos humanos é nela amplamente destacado. Não obstante a importância da Declaração em seu conjunto, seria interessante sublinhar aqui apenas três pontos em vista da similitude com propostas progressistas relacionadas ao meio ambiente e pandemias no que concerne à necessária subordinação de políticas à saúde humana, animal e vegetal. Diz, assim, a Declaração:

Todos os seres humanos, sem distinção de raça, credo ou sexo, têm direito de buscar o seu progresso material e o seu desenvolvimento espiritual na liberdade e na dignidade, na segurança econômica e com igualdades de condições;

A realização das condições que permitam alcançar esse resultado deve constituir o objetivo central de toda política nacional ou internacional;

Todos os programas de ação e as medidas tomadas no plano nacional e internacional, mormente no campo econômico e financeiro, devem ser apreciados à luz desse ponto e somente deverão ser aceitas na medida em que parecem favorecer, e não entrar, a realização desse objetivo fundamental.

Os três pontos são muito mais avançados daquilo que está contido na Carta ou na Declaração Universal de Direitos Humanos. O primeiro ponto acima afirma a interdependência dos direitos políticos e civis com os direitos econômicos, sociais e culturais, mas os dois seguintes o fazem de maneira inédita e verdadeiramente revolucionária. Afirmam a necessidade de examinar as políticas e as ações, todas, nacionais ou internacionais à luz do objetivo primordial de garantir a realização dos principais anseios da humanidade, materiais e espirituais, com liberdade e segurança econômica. O que se tem aqui é uma lente definidora através da qual devem ser medidas as políticas todas, nacionais ou internacionais.

Compare-se, por exemplo, com a Declaração de Oslo, de 2007, concluída pelos ministros de negócios estrangeiros de África do Sul, Brasil, França, Indonésia, Noruega, Senegal e Tailândia e intitulada: “*Saúde global: assunto urgente da política exterior de nosso tempo*”. A Declaração anuncia a decisão de *fazer do impacto à saúde o ponto de partida e a lente definidora pela qual devem ser examinadas os principais elementos da política exterior, bem como as estratégias de desenvolvimento*²⁰. A pandemia da Covid-19, sabe-se, é resultado de políticas equivocadas na área de meio ambiente, de desinvestimentos nos sistemas de saúde e de proteção social e do

¹⁹ A Parte XIII, Artigos de 387 a 427 do Tratado de Versalhes cuidam do tema trabalho. Ver <https://mjp.univ-perp.fr/traites/1919versailles13.htm>

²⁰ https://bioeticaediplomacia.org/wp-content/uploads/2013/10/Oslo_Ministerial_Declaration.pdf

aumento das inequidades sociais, culturais e econômicas. É nesse sentido que a lente definidora da Declaração de Filadélfia e a Declaração de Oslo parecem pioneiras na concepção das políticas com impacto na saúde, no meio ambiente, no emprego, no desenvolvimento – enfim, em todas as áreas.

1960 – A década para o desenvolvimento

Ante o quadro de desemprego e a questão do “subdesenvolvimento” a formulação de soluções centrou-se preferencialmente no crescimento econômico acelerado, defendida como uma espécie de panaceia. Achava-se que bastava o crescimento econômico acelerado para que aqueles dois problemas desaparecessem. As mentes pareciam encantadas com velocidade, aceleração, corrida. Cinquenta anos em cinco; 24h de Le Mans; corrida para colocar em órbita ao redor da Terra o primeiro satélite; 500 milhas de Indianápolis; corrida para levar ao espaço o primeiro ser vivo, Laika, a célebre cachorrinha; corrida para levar ao espaço o primeiro astronauta, Yuri Gagarin; corrida para pisar primeiro a Lua, Neil Armstrong. A corrida armamentista.

O que se observava no final da década de cinquenta era o aumento da pobreza, o aumento do desemprego, o aumento das inequidades. É nesse contexto que, em dezembro de 1961, a Assembleia Geral das Nações Unidas adota a resolução A/Res/1710(XVI), intitulada “Década das Nações Unidas para o Desenvolvimento: um programa para a cooperação econômica”²¹. A resolução recorda, em seu primeiro parágrafo preambular, o compromisso inscrito na Carta de promover o progresso social e melhores padrões de vida e, para tanto, utilizar a necessária maquinaria (sic) internacional para o cumprimento daqueles objetivos. O primeiro parágrafo resolutivo estabelece a década das Nações Unidas para o Desenvolvimento, na qual os países industrializados e os países em desenvolvimento deverão redobrar esforços para alcançar o desenvolvimento mediante um crescimento econômico mínimo de 5%, para aqueles segundos.

À época o crescimento econômico acelerado tinha que vir acompanhado de acelerada redução de natalidade. A primeira vítima foi a noção de direitos humanos, perdida de vista na corrida desenfreada. Bastou menos que o tempo de uma geração para que a fé nos direitos humanos, na dignidade e valor de todo ser humano, fosse instrumentalizada para a produção de bens, como máquina. Não tardaria muito para que os direitos humanos passassem para segundo plano.

Não é possível entender o lançamento da Década para o Desenvolvimento sem a sua devida contextualização. O número de Estados membros das Nações Unidas foi crescendo ano a ano. Em 1945, eram 51. Dez anos mais tarde, em 1955, 76, um aumento de quase 50%. Nesse mesmo ano realizou-se em Bandung, Indonésia, a Conferência que iria lançar o Movimento de Países não-Alinhados. Dos 29 países que participaram da Conferência, 18 ainda não eram Estados membros das Nações Unidas²².

²¹<https://documents-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/167/63/PDF/NR016763.pdf?OpenElement>

²² Para ver a evolução dos membros das Nações Unidas ir a <https://www.un.org/en/about-us/growth-in-un-membership>

A última parte da Ata Final da Conferência de Bandung iria servir de inspiração para o lançamento do Movimento de Países não-Alinhados²³. Tinha-se perfeita consciência das tensões da Guerra Fria e do perigo que representavam para os países em desenvolvimento. Em Bandung fez-se um apelo para que as Nações Unidas promovessem a redução de armamentos e a eliminação das armas nucleares. Reconhecia-se que os recursos desviados para a corrida armamentista poderiam ser mais bem utilizados para as necessidades dos países africanos e asiáticos presentes à reunião, à luz do que prescreve a Carta com respeito a dirigir esforços para o progresso social e melhores condições de vida.

A Ata Final é importante também por definir três abstenções que iriam servir para definir o Movimento dos não-Alinhados: i) abstenção da intervenção ou interferência nos assuntos internos dos países; ii) abstenção de participar em arranjos de defesa coletiva; iii) abstenção de exercer pressão sobre terceiros.

O objetivo dos países não-alinhados era a criação de condições para efetivar a cooperação para o desenvolvimento, objeto dos capítulos IX e X da Carta. Abstrato em 1945, o tema da cooperação para o desenvolvimento assumiria uma realidade concreta e urgente com o processo da descolonização. O lançamento da Década para o Desenvolvimento era a consequência lógica desse processo. Ao estabelecer a meta de crescimento econômico em ao menos 5% para os países em desenvolvimento (ver a nota de pé de página 17), fez-se preciso que a ajuda ao desenvolvimento fosse também concreta. Estimou-se, desse modo, que essa ajuda deveria ser da ordem de 0,7% do PIB das economias desenvolvidas.

A ajuda pela via da cooperação seria uma das pernas do desenvolvimento. A outra seria o comércio. O pano de fundo que servia de referência para a atuação dos países em desenvolvimento era constituído, principalmente, pela vulnerabilidade ante as flutuações econômicas externas, bem como pela instabilidade dos preços das commodities, principais componentes de suas respectivas pautas de exportação.

Para tratar do problema do desenvolvimento dos países em desenvolvimento, criou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em 1964. A ideia da Conferência é que servisse de foro para a consideração dos problemas do desenvolvimento, sob a ótica dos países em desenvolvimento. Havia, talvez no início, a ideia para que a UNCTAD servisse como uma espécie de secretariado das Nações Unidas para os anseios dos países em desenvolvimento, um pouco como o ECOSOC servia para secretariar as políticas resultantes do Capítulo IX da Carta (ver acima).

Raul Prebisch, o renomado economista argentino, que por 13 anos (1950-1963) fora Secretário Executivo da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), uma das cinco comissões econômicas regionais das Nações Unidas²⁴, assumiu o cargo de Secretário-Geral da recém-criada UNCTAD, em 1963.

Raul Prebisch e Hans Singer, que foi um dos primeiros economistas do desenvolvimento recrutado para trabalhar no Secretariado das Nações Unidas, estabeleceram em larga medida o quadro conceitual do discurso dos países em desenvolvimento na UNCTAD. A ideia principal consistia em explicar o desequilíbrio persistente na balança de pagamentos desses países, que

²³Ver a Ata Final e a Declaração de Bandung em https://www.cvce.eu/en/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html

²⁴ Ver http://www.dhnet.org.br/abc/onu/onu_organograma.pdf

em tese impedia a acumulação de capitais necessários para o crescimento econômico. Prebisch e Singer argumentavam que o desequilíbrio era resultado da deterioração progressiva dos termos de intercâmbio entre a exportação de matérias-primas e alimentos, por um lado e, por outro, a importação de produtos industrializados. A balança de pagamento dos países em desenvolvimento seria, desse modo, sempre deficitária. O remédio consistiria numa industrialização dirigida para substituir as importações.

Um dos mais importantes resultados emanados da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento foi a Declaração de 77 países em desenvolvimento, que daria origem ao Grupo dos 77, G-77, hoje integrado por 134 países. A Declaração anuncia a ideia de criar uma nova ordem econômica mundial, com ênfase na elaboração de normas de comércio internacional mais favoráveis e justas. Os países em desenvolvimento, muitos dos quais acabavam de alcançar a independência, encontravam condições internacionais adversas para realizar um dos principais objetivos da Carta, melhorar o nível de vida das populações. Basicamente exportadores de matérias-primas, a balança de pagamentos dos países em desenvolvimento era sempre deficitária, confirmando as teses de Prebisch e Singer. A industrialização acelerada era uma necessidade. Queixavam-se de que a democracia não deveria limitar-se somente à esfera política, mas estender-se também às instâncias econômicas e financeiras. Defendia a criação de uma organização internacional de comércio²⁵.

Seguiu-se um período de rápido crescimento econômico e comercial global, com a inclusão das exportações dos países em desenvolvimento. Como resultado desse crescimento rápido e constante surgiu um mercado de capitais internacional, aberto aos países em desenvolvimento. Tudo parecia ir de vento em pompa e os objetivos econômicos e sociais da Carta pareciam ao alcance das mãos. Eventos paralelos, entretanto, iriam perturbar a evolução previsível dos acontecimentos, pelo menos do lado da economia, uma vez que a questão social permanecia quase intocada com todos os problemas do desemprego, subemprego, informalidade, falta de seguridade e de atenção à saúde, educação para poucos, fome e pobreza, explosão demográfica nas cidades e progressiva favelização, entre outros. A ideia de moda era a de Simon Kuznets, segundo a qual os países deveriam passar por etapas para alcançar o desenvolvimento. Na primeira etapa todos são pobres e a igualdade é quase completa. Na segunda etapa, ocorre o crescimento econômico acelerado. Alguns sobressaem e seguem em frente. Outros, a maioria, fica para trás. As inequidades são grandes. Na terceira etapa, ocorre de novo um puxão para frente, duradouro. Todos se beneficiam e as desigualdades desaparecem. A ideia guarda uma semelhança com a teoria do gotejamento, segundo a qual o crescimento econômico estimulado por medidas liberalizantes, entre as quais a diminuição de impostos e o aumento de benefícios para as grandes corporações traria benefício para todos. Kuznets obteve o Prêmio Nobel de Economia em 1971, certamente por outro motivo que não a do desenvolvimento por etapas.

É preciso fazer uma pausa e voltar no tempo para entender a sequência de eventos. Logo após a Segunda Guerra, os EUA transformaram-se no principal motor da economia mundial. Plano Marshall, investimentos e a exportação de aço, maquinarias, equipamentos, automóveis e caminhões produzidos nos EUA, para a Europa fizeram parte do esforço de reconstrução. O dólar era a principal moeda de troca para todas essas operações.

Pelos acordos de Bretton Woods, que faziam parte dos entendimentos gerais antes do fim da Segunda Guerra, o valor da moeda norte-americana corresponderia a US\$ 35 por onça,

²⁵ <https://www.g77.org/doc/Joint%20Declaration.html>

equivalente a 28,35 gramas. À época, os EUA detinham as maiores reservas em ouro e podiam garantir a convertibilidade. Com o tempo, o esforço de reconstrução das economias europeias iria alterar essa realidade.

Nos anos sessenta, os EUA deixaram de ter ouro suficiente para cobrir o volume de dólares em circulação no mundo. Como resultado, ocorreram corridas ao dólar, valorizado pela taxa fixa com o ouro.

A Guerra do Vietnã complicou ainda mais o quadro com o financiamento de gastos militares. Inflação, por conta do financiamento da Guerra, perda de empregos, por conta dos déficits da balança comercial, criavam severas pressões sobre o sistema de Bretton Woods.

As reservas norte-americanas em ouro caíam à medida que a dos países europeus, aumentava. Em um primeiro momento, esses países não quiseram valorizar as suas respectivas moedas, porque assim prejudicariam as suas exportações. Os EUA, ao contrário, não queriam desvalorizar, pois isso poderia afetar a imagem e a credibilidade do país. As pressões foram aumentando, até se tornarem insuportáveis.

No fatídico mês de agosto de 1971, o Presidente Richard Nixon anunciou que os EUA suspendiam a conversibilidade do dólar em ouro. O resultado foi uma desvalorização do dólar e uma valorização das outras moedas. A decisão, unilateral, evaporou o sistema de Bretton Woods.

A desvalorização do dólar favorecia as exportações norte-americanas, mas causava prejuízo ao comércio realizado em dólar, petróleo, por exemplo. Os países árabes viram os seus rendimentos encolhendo a olhos vistos. O mal-estar contra os EUA tornou-se visível. Aumentou ainda mais com o apoio a Israel durante a Guerra de Yom Kippur. A primeira crise do petróleo, 1973, foi a resposta dos países árabes à convergência daqueles dois fatores. O preço do petróleo quadruplicou. O efeito na economia global foi violento. O acesso aos mercados de capitais, facilitado pelo crédito fácil, transformou-se no problema da dívida externa para os países em desenvolvimento, uma vez que a inflação nas principais economias teve que ser debelada por meio de considerável aumento das taxas de juros.

O segundo choque do petróleo, em 1979, elevou o preço do barril de US\$ 12 para pouco mais de US\$ 33. De novo a inflação e a necessidade de aumentar as taxas de juros para controlá-la. Para muitos, a dívida contraída pelos países em desenvolvimento durante a bonança do crédito fácil tornou-se impagável. A década perdida, a dos anos 80, foi uma realidade penosa para os países em desenvolvimento. Nos países industrializados, a economia tampouco ia bem. Para empreendedores, taxas de juros elevadas são como impostos que atrapalham a livre iniciativa.

O Consenso de Washington

Entre o primeiro e o segundo choque, os EUA e o Reino Unido se tornaram exportadores do petróleo. Margaret Thatcher e Ronald Reagan entenderam que era preciso desamarraçar a economia para ganhar a competição Leste-Oeste, travada com todas as crises que pareciam pulular mundo afora. A liberalização da economia veio na forma de um discurso em favor da redução do Estado e de políticas orientadas a reduzir significativamente a regulamentação da atividade econômica. O impacto sobre a agenda social seria considerável.

O desenvolvimento é um processo multidimensional. Não basta concentrar todos os esforços no crescimento econômico se não se olha para o desemprego, para as inequidades e

para a pobreza nas periferias, entre outros. É necessário que o desenvolvimento cubra o horizonte todo, de maneira estruturante.

De novo a OIT – Necessidades essenciais

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) avançou a ideia de estruturar o desenvolvimento a partir do emprego. Em 1969, lançou o Programa Mundial do Emprego, com apoio de toda a família das Nações Unidas, inclusive do Banco Mundial. A ideia era definir políticas e ações concretas para as chamadas necessidades essenciais – alimentação, vestimenta, moradia, educação e transporte público²⁶. É preciso registrar que as necessidades essenciais da OIT se assemelham aos direitos humanos estabelecidos na Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, como algumas diferenças: não há menção, no Programa da OIT, a necessidades essenciais de saúde, nem a de redes de proteção social em caso de desemprego, incapacidade ou a de outra circunstância fora do controle do empregado. Outra diferença era a natureza qualitativa da proposta da Declaração vis-à-vis a abordagem quantitativa do Programa, que certamente terá seduzido os potenciais financiadores dos programas de desenvolvimento. Não obstante essas deficiências, o conceito de necessidades essenciais teve o mérito de organizar os investimentos para o desenvolvimento de maneira estruturada.

A liberalização da economia nos anos 1980, levada a cabo por Thatcher e Reagan, iria espalhar-se como um vírus pandêmico, impulsionada pela própria dinâmica da globalização, frustrando a própria ideia de desenvolvimento. Com efeito, a nova ortodoxia econômica iria privilegiar o ajuste estrutural, que se traduzia por programas de austeridade orçamentária, disciplina fiscal, controle dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização econômica, comercial e financeira, privatização e, claro, desregulamentação. Como se pode ver, nenhuma das medidas acima, que constituíam o cerne do chamado consenso de Washington, tem sintonia com as ideias de direitos humanos, seja com respeito às referências constantes na Carta das Nações Unidas, na Declaração Universal de Direitos Humanos, na Declaração de Filadélfia, anexada à Constituição da OIT, na definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), de onde se originariam mais tarde os determinantes sociais da saúde e que servem para estruturar o conceito de desenvolvimento.

Muitos ainda terão presente o relatório do Banco Mundial “Investindo em Saúde”, de 1993. O informe recomendava aos governos três ações: i) estimular a criação de um ambiente econômico que induza as famílias a melhorarem a própria saúde; ii) dirigir o gasto em saúde para a população pobre, enfatizando relação custo-efetividade; iii) promover maior diversidade e competição entre fornecedores de serviços de saúde. Caminhando na contramão às recomendações do Banco Mundial, que se inserem na lógica do consenso de Washington, o Brasil já havia criado o Sistema Único de Saúde (SUS), reconhecidamente o maior sistema de saúde pública do mundo, com resultados que seriam impossíveis de alcançar em um país em desenvolvimento, não fosse a execução de seus programas e ações de natureza universal e gratuita.

O fim da Guerra Fria iria permitir a revitalização da ideia de desenvolvimento, seriamente prejudicada, por um lado, pelas tensões Leste-Oeste e, por outro, pelas medidas de ajuste em voga.

²⁶ https://www.un.org/en/development/desa/policy/wess/wess_bg_papers/bp_wess2010_emmerij.pdf

O ciclo de conferências e a volta às origens

As Nações Unidas promoveram, de 1992 a 1996, um ciclo de conferências sobre temas sociais que mudariam o entendimento dominante sobre desenvolvimento, entre as quais caberia destacar as seguintes:

- i) Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Rio-92, em junho;
- ii) Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos, em junho de 1993, em Viena;
- iii) Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento, em setembro de 1994, no Cairo;
- iv) Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Social, em março de 1995, em Copenhague;
- v) Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, em setembro de 1995, em Beijing;
- vi) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), em abril de 1996, em Johannesburgo;
- vii) Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat II), em junho de 1996, em Istambul.

As conferências são como uma espécie de volta às origens das Nações Unidas. As ideias motoras de direitos humanos, desenvolvimento e autodeterminação voltam a exibir estreita interconexão, perdida de vista com o tempo.

A Conferência sobre Direitos Humanos, por exemplo, reafirma o direito à independência/autodeterminação (Artigo 2º da Declaração), bem como o direito ao desenvolvimento (Artigo 8º). A Declaração de Viena e o Plano de Ação que emanou da Conferência é tão importante que merece ser lida²⁷. A Declaração de Viena reafirma a importância da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos dois Pactos. Enfatiza que os direitos humanos são indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados. Estabelece relação bivalente entre a pobreza e a realização dos direitos humanos – a pobreza impede a realização dos direitos humanos; a realização destes é condição para acabar com aquela. Reafirma o direito ao desenvolvimento como um direito universal, inalienável e uma parte integral dos direitos humanos fundamentais. Todas essas ideias estão na Carta, como se viu acima, mas agora de maneira explícita. A novidade está no dever do Estado em promover, observar e proteger os direitos humanos. À semelhança da saúde, no Artigo 196 da Constituição, a promoção, observação e proteção dos direitos humanos passam a ser um dever do Estado.

A Conferência sobre Meio Ambiente, estabelece relação entre meio ambiente e temas que serão considerados nas conferências posteriores. Assim, a Agenda 21 menciona o combate à pobreza (Conferência de Copenhague); dinâmica demográfica e sustentabilidade (Conferência do Cairo); promoção de uma modalidade viável para os assentamentos humanos (Conferência de Istambul); medidas em favor da mulher (Conferência de Beijing).

A Rio-92 não faz referência explícita aos direitos humanos (menciona as comunidades autóctones, supostas protetoras do meio ambiente). As relações que estabelece, entretanto, com pobreza, população, assentamentos e mulher fazem essa referência, ainda que de maneira indireta. Com efeito, os direitos humanos à alimentação, vestimenta, moradia, cuidados médicos e serviços sociais, do Artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, dialogam

²⁷ <https://digitallibrary.un.org/record/183139>

com o combate à pobreza, a dinâmica populacional, a modalidade viável para os assentamentos e as medidas em favor da mulher, da Agenda 21.

Talvez um dos resultados mais importantes do ciclo de conferências tenha sido o espaço conquistado pela sociedade civil. Em todas elas, a sociedade civil teve um papel preponderante, na parte preparatória, na própria conferência e no monitoramento dos compromissos assumidos, organizando foros para debates, produção de documentos e relatórios, na troca de ideias, muitas das quais encontraram caminho para se inserirem nos documentos oficiais dos governos. Não seria exagero dizer que a sociedade civil assumiu o papel de consciência do revolucionário conceito “Nós, os povos” do preâmbulo da Carta das Nações Unidas, até então abstrato e difícil de identificar.

Como se disse acima, a expressão “nós, os povos” não diz o mesmo que “nós, os Estados soberanos”. Esta última é uma fórmula de usança corrente no sistema westfaliano. “Nós, os povos” é algo distinto, que em última análise se lhe opõe. A Carta estabelece a contradição ao iniciar o preâmbulo com “Nós, os povos” para logo determinar, no Artigo 2, que a Organização se fundamenta no princípio de igualdade soberana de seus membros. É preciso esclarecer que a expressão “nós, os povos”, bem como o princípio da autodeterminação dos povos, objeto do Artigo 1, encontra as suas raízes nos direitos humanos. Soberania e autodeterminação são desse modo reconhecidos como princípios basilares da Carta, ainda que contraditórios. A situação foi salva pela criação de dois espaços para a operacionalização desses dois princípios: o Conselho de Segurança, para o princípio da soberania e o Conselho de Tutela²⁸ para o princípio da autodeterminação. Na Assembleia Geral as duas ideias se encontravam, mas o predomínio da soberania sobre a autodeterminação era incontestável. No ECOSOC, a moeda corrente era a cooperação para o desenvolvimento. Na Comissão de Direitos Humanos, a disputa era evidente. A divisão forçada dos direitos humanos, por definição indivisíveis, produziu os dois Pactos, sobre direitos políticos e civis, por um lado e, por outro, sobre direitos econômicos, sociais e culturais. O espaço dominante era o da soberania.

O ciclo de conferências sobre temas sociais e a explosão da participação da sociedade civil nos assuntos internacionais aumentou o espaço original da autodeterminação, agora convertido em espaço dos direitos humanos. O espaço da soberania não aumentou, mantendo-se igual. O aumento de espaço dos direitos humanos na cena internacional não se traduziu em poder. Os Estados soberanos continuam a dominar as instâncias multilaterais de decisão, mas já não podem exercer o seu poder sem levar em consideração a opinião pública manifestada por meio da sociedade civil organizada. As manifestações de Seattle, em 1999, contra a agenda neoliberal da Organização Mundial do Comércio, que iria reunir-se naquela cidade e a pressão da sociedade civil contra a indústria farmacêutica, que permitiu a conclusão do Acordo de Doha sobre Propriedade Intelectual e Saúde Pública, são exemplos da força que tem a sociedade civil quando atua como consciência das grandes questões globais.

É nesse contexto que a sociedade civil desempenha o papel de consciência, atuando no debate das grandes questões globais, aglutinando e influenciando, plantando dúvidas, corroendo certezas, mudando hábitos e posturas, formulando alternativas que não podem ser ignoradas.

²⁸ O Conselho de Tutela é um dos seis órgãos resultantes da Carta das Nações Unidas, criado com vista a administrar e supervisionar territórios que se ponham baixo esse regime por acordos especiais.

A Cúpula do Milênio

Ao final dos anos 1990, ante o fracasso das promessas da globalização para a maior parte da humanidade e da necessidade de realizar uma espécie de síntese dos resultados do ciclo de conferências, decidiu-se convocar a Cúpula do Milênio, que se realizou em setembro de 2000, em Nova York.

Na economia global e orientada para o mercado, o fluxo de capital privado havia-se tornado várias vezes superior ao dos recursos públicos para o desenvolvimento. Por essa razão, representantes do setor privado foram convidados para assistir e contribuir com sugestões nos debates sobre as grandes questões globais apresentadas no ciclo de conferências das Nações Unidas, criando assim um espaço de atuação, diferente dos outros dois, reservados à atuação da soberania e dos direitos humanos, respectivamente. Esse espaço de atuação novo se faz em detrimento do Estado, que assim reconhece que tem que compartilhar as suas responsabilidades, algo impensável em 1945.

É interessante notar que esses novos atores, representantes do setor privado, tinham que ser instruídos com respeito à importância do papel das Nações Unidas na conformação das relações internacionais, conforme pode ser observado em estudo realizado pela Unidade de Inspeção Conjunta (JIU, nas siglas em inglês), em 1999, com respeito à participação do setor privado nas Nações Unidas²⁹.

A Cúpula do Milênio seria o lugar de encontro de Chefes de Estado e de Governo, sociedade civil e representantes do setor privado. Convocada pelo significado simbólico do ano 2000, como início de uma nova era onde seria preciso reafirmar os princípios e valores da Organização³⁰, a Cúpula produziu a Declaração do Milênio, dividida em oito capítulos.

O primeiro capítulo estabelece os valores e princípios que devem guiar os Estados. Os princípios são os da Carta. Entre os valores que servirão de norte surgem a solidariedade, o respeito à natureza e a responsabilidade compartilhada. O pano de fundo é o desafio de tornar a globalização vantajosa para o conjunto da humanidade. Os capítulos seguintes são: II – Paz, segurança e desarmamento; III – Desenvolvimento e erradicação da pobreza; IV – Proteger o meio ambiente; V – Direitos Humanos, democracia e boa governança; VI – Proteger os vulneráveis; VII – Atender às necessidades específicas da África; e VIII – Fortalecer as Nações Unidas.

Com vistas a operacionalizar os anseios contidos na Declaração e torná-los quantificáveis, foram elaborados, posteriormente, os seguintes 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: 1) erradicar a pobreza extrema e a fome; 2) alcançar educação primária universal; 3) promover igualdade de gênero e empoderar as mulheres; 4) reduzir a mortalidade infantil; 5) melhorar a saúde materna; 6) combater o HIV/AIDS; 7) garantir a sustentabilidade ambiental; 8) trabalhar em parceria (governo, setor privado e ONGs) para o desenvolvimento. Os objetivos tinham metas específicas a serem alcançadas até 2015. Alguns países conseguiram cumprir as metas, mas a maioria ficou para trás. É importante ressaltar que a origem dos ODMs remonta aos trabalhos do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a definição da estratégia “Moldando o

²⁹https://www.unjiu.org/sites/www.unjiu.org/files/jiu_document_files/products/en/reports-notes/JIU%20Products/JIU_REP_1999_6_English.pdf

³⁰<https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N99/765/13/PDF/N9976513.pdf?OpenElement>

Século XXI” (*Shaping the 21st Century*), adotada por essa Organização, em 1996³¹. Esse fato, de os ODMs resultarem, não de um processo amplo de consultas no seio da Organização multilateral democrática por excelência, mas de uma Organização restrita, quase um clube, é suficiente para questionar a sua legitimidade e minar a sua credibilidade.

Ainda assim, a Cúpula do Milênio talvez tenha sido uma tentativa sincera de sintetizar os resultados das conferências anteriores, procurando salvar a globalização, pois como se lê na Declaração *o principal desafio hoje é garantir que a globalização se torne uma força positiva*. Os dois movimentos se opunham. Enquanto as conferências privilegiavam os temas sociais, a globalização insistia no predomínio das teses neoliberais no pensamento econômico, que dificultavam, quando não impediam, a realização dos objetivos.

A Cúpula do Milênio trazia a esperança de pôr fim à pobreza. Os líderes reconheceram que o assunto mais urgente era esse e que para tanto não poupariam esforços ou recursos. A Declaração, pensava-se, exprimia um consenso político sobre o que deveria ser feito. As diferentes visões, a dos governos, a da sociedade civil, a das instituições financeiras internacionais, a da própria Nações Unidas, unem-se em uma só e fazem possível compartilhar o mesmo entendimento sobre o que é desenvolvimento. Não é um ponto menor. As quatro ideias que deram origem às Nações Unidas tomaram diversas formas ao longo de sua história e não sempre houve consenso quanto ao significado e alcance que deveriam ter. Diferentes momentos, sublinharam este ou aquele aspecto, privilegiaram noções e formulações, mais tarde substituídas por ideias de vanguarda, esquecidas logo depois. O entendimento sobre cada uma delas foi distinto em cada momento histórico. O fato de que a Cúpula do Milênio tenha conseguido a proeza de unificar os distintos entendimentos sobre desenvolvimento é algo que não deve ser menosprezado.

O entendimento compartilhado sobre desenvolvimento deve ser enfatizado. Não se trata apenas da visão comum dos Estados, ou dos Estados com as Nações Unidas, por eles criada, mas também com esses novos atores que representam a sociedade civil. É como se o espaço das soberanias não fosse mais suficiente para a enormidade dos desafios do milênio. Há, nesse contexto, um reconhecimento implícito de que levar adiante os objetivos propostos implica uma responsabilidade compartilhada. A responsabilidade pelo desenvolvimento recai principalmente sobre os países, com a participação da sociedade civil e do setor privado, mas os países industrializados têm o dever de tornar mais efetiva os seus programas de cooperação e de ajuda, bem como o de mudar as regras de comércio em favor do desenvolvimento. Essa é a mensagem da Declaração do Milênio.

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) não fazem menção ao respeito aos direitos humanos, fundamental para que o desenvolvimento não se faça exclusivamente pela ótica do crescimento econômico. A única explicação razoável para a não inclusão dos direitos humanos na estrutura dos ODMs é que estes são quantificáveis enquanto aqueles não. Teria sido importante, no entanto, que se dissesse que os ODMs fazem parte da implementação dos direitos humanos.

As Nações Unidas oferecem um foro para discussão e exame das melhores estratégias de implementação. Cabe aos governos, por meio de leis, medidas e mobilização da sociedade civil, criar as condições necessárias para concentrar esforços na direção dos ODMs. Essas condições não se verificaram em todos os países, o que explica que os ODMs não tenham sido

³¹ <https://www.povertyandconservation.info/en/biblio/b1209>

alcançados em sua totalidade em todos os países. O que deve ficar claro é a evidente limitação da capacidade dos Estados em levar adiante a agenda com a qual eles mesmos haviam se comprometido de maneira grandiloquente ao adotarem a fórmula westfaliana “Nós, os Chefes de Estado e de Governo”, deixando de lado o “Nós, os povos”. As Nações Unidas, no entanto, ao estender convite para a participação da sociedade civil e o setor privado no ciclo de conferências reconhecia que o trabalho titânico de levar adiante a agenda social teria que ser feita de maneira compartilhada, com todos os atores e não mais exclusivamente pelas instâncias de governo. Em certo sentido, a Cúpula do Milênio foi o canto do cisne do sistema de Westfalia nas Nações Unidas.

A Cúpula de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2030

É nesse contexto que as Nações Unidas realizam a Cúpula do Desenvolvimento Sustentável, em 2015, que produz a histórica resolução A/Res/70/1, *Transformando o nosso mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*³². Não é o caso de fazer aqui uma análise exaustiva dessa importante resolução. Basta ressaltar os pontos cruciais que tem a ver com o destaque conferido aos direitos humanos, esse espaço originário das Nações, limitado em sua origem ao Conselho de Tutela e pouco depois à Comissão de Direitos Humanos.

A resolução A/Res/70/1 apresenta a Agenda 2030. Diz-se no preâmbulo desse documento que a Agenda é um plano de ação para os povos, o planeta e a prosperidade. Reconhece-se em seguida que o maior desafio global é a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, inclusive a pobreza extrema. Para não deixar dúvida sobre a quem cabe a responsabilidade dessa tarefa, esclarece que todos os países e todas as partes interessadas, agindo de maneira colaborativa, irão (sic) implementar a Agenda.

Marcando uma diferença importante com a Declaração do Milênio, afirma que o propósito dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) é a realização dos direitos humanos (vide parágrafo 17). Há três observações importantes a fazer: 1) os ODS já vêm anexados à Agenda 2030, ao contrário dos ODMs que tiveram de ser formulados posteriormente à adoção da Declaração do Milênio; 2) as ações que deverão decorrer são efetivamente realizações dos direitos humanos; 3) os ODS são integrados e indivisíveis, como os direitos humanos, e expressam as dimensões econômica, social e de meio ambiente. A preocupação com o meio ambiente é reafirmada de maneira clara.

Segue a Declaração propriamente que começa com o “Nós, os Chefes de Estado e de Governo e Altos Representante”, em seguida qualificado pela inusitada fórmula “Em nome dos povos a quem servimos” – *adotamos objetivos centrados nos povos*. Deve ser a primeira vez que se é tão claro com respeito aos objetivos que devem ser centrados nos povos concretos, de carne e osso e não em numerologias e estatísticas abstratas de estudos e relatórios econômicos. É preciso recordar aqui as lentes laboral e de saúde sugeridas pela Declaração de Filadélfia e pela Declaração de Oslo sobre Saúde Global e Política Exterior, respectivamente.

A Declaração afirma o compromisso que ninguém será deixado para trás. Não se trata de uma afirmação retórica. O texto, adotado pela Assembleia Geral, é claro. A Agenda é aceita por todos. Não há dúvidas, incertezas, vacilo. Todos estão comprometidos.

Segue a visão do que deve ser o mundo, nos parágrafos 7, 8 e 9 da Declaração. Esses parágrafos têm importância histórica e devem ser lidos com atenção. Em grandes linhas, o

³² <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N15/291/89/PDF/N1529189.pdf?OpenElement>

primeiro imagina um mundo onde não há mais pobreza, fome, medo e violência. Há nesse parágrafo uma referência ao preâmbulo da Constituição da OMS ao imaginar um mundo onde deve garantir-se um estado de bem-estar físico, mental e social. Essa menção específica da Agenda 2030 é um reconhecimento à definição de saúde da OMS, bem como aos determinantes sociais da saúde. O segundo parágrafo imagina um mundo de pleno respeito aos direitos humanos. O terceiro, um mundo em que todos os países se desenvolvem de maneira sustentável.

Os desafios apresentados são enormes. Os líderes reconhecem que nunca haviam se comprometido com uma agenda tão ampla e complexa como esta. Afirmam que esta pode ser a primeira geração a efetivamente acabar com a pobreza, assim como pode ser a última a salvar o planeta.

O parágrafo 52 é quase uma declaração de independência do sistema westfaliano. Com efeito, como se lê – “Nós, os povos” são as celebradas palavras introdutórias da Carta”, recorda e segue: *“Agora, nós, os povos, estamos embarcando no caminho para 2030. A nossa jornada envolverá governos, parlamentos, o sistema das Nações Unidas e outras instituições internacionais, autoridades locais, comunidades autóctones, sociedade civil, empresariado e setor privado, comunidade científica e acadêmica – todos, em suma. A Agenda 2030 é dos povos, pelos povos e para os povos”*. Não se pode ser mais claro.

A Agenda 2030 é, talvez, o documento mais importante das Nações Unidas, na medida em que os direitos humanos e o desenvolvimento são apresentados quase como sinônimos. Significam basicamente a mesma coisa, com o mesmo sentido. Mas, não é somente essa identidade que torna a Agenda crucial. O envolvimento de todos os atores, nacionais e internacionais, é o verdadeiro mapa de caminho. A Agenda 2030 é tão ambiciosa que não pode ser realizada sem a participação de todos. A chamada “dos povos, pelos povos e para os povos” não é retórica. Expressa a condição *sine qua non* para a sua realização. Expressa também, em última instância, o reconhecimento da limitação do Estado diante dos desafios lançados, por parte do próprio Estado. São os Estados que fazem esse reconhecimento ao adotarem a Agenda 2030 por consenso. As implicações, naturalmente, vão muito além da Agenda e afetam a própria Carta das Nações Unidas, cujos princípios e valores, agora, devem ser sustentados, apoiados e efetivados pelo conjunto da população. A Agenda 2030 torna-se, dessa maneira, a lente pela qual devem ser examinadas todas as políticas e estratégias de desenvolvimento, à semelhança da Declaração de Filadélfia e da Declaração de Oslo, mas muito mais ampla e precisa.

No mesmo ano de 2015, conclui-se o Acordo de Paris sobre mudanças climática, que visa limitar o aumento da temperatura global em, ao máximo, 2º C e, idealmente, 1,5º C, acima da média do nível pré-industrial. Para tanto os países devem comprometer-se com metas ambiciosas, nacionalmente acordadas. A importância do meio ambiente já havia sido sublinhada na Rio-92. Aqui se trata especificamente da mudança climática provocada pelo aquecimento global, resultado da emissão de gases de efeito estufa. O Acordo de Paris é importante porque estabelece uma meta de temperatura que não pode ser ultrapassada, sob o risco de tornar inviável a vida na Terra.

A Agenda 2030 e o Acordo de Paris são desse modo as duas referências mais importantes para a construção de um mundo melhor. A Agenda 2030, pelo compromisso de todos com a plena realização dos direitos humanos, por meio do desenvolvimento sustentável. O Acordo de Paris, porque todas as ações levadas a cabo pela Agenda 2030 devem ser realizadas

à luz do compromisso de limitar as emissões de gases de efeito estufa com vistas a manter a temperatura abaixo de 1,5º C.

O terceiro espaço, caótico e imprevisível

Ambos os textos são de 2015. Muitas de metas da Agenda encontravam-se defasadas em 2020, levantando dúvidas sobre se seriam alcançáveis em 2030. Também em 2020, o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apontava aumento, em vez de redução do volume das emissões de gases de efeito estufa, resultando em uma preocupante elevação de temperaturas.

Em março de 2020, a OMS declarou pandêmica Covid-19. Primeira pandemia global moderna, o seu impacto foi devastador em todas as áreas. As fotos de algumas das maiores cidades do mundo davam a impressão de terem sido abandonadas. Havia um clima de medo e de desconfiança que se espalhou por toda a parte. Muitos disseram que se tratava da crise mais grave que a humanidade havia vivido desde a Segunda Guerra.

Os compromissos acordados no âmbito das Nações Unidas, de não poupar esforços e recursos para levar adiante a Agenda 2030 se desfizeram, como por arte de mágica. Os ODS e as suas metas específicas sofreram retrocessos importantes, talvez irreversíveis. A mesma situação no que concerne ao Acordo de Paris. Com efeito, ao invés de uma redução de gases de efeito estufa por conta da quase paralisação da economia o que se observou foi um aumento, que poderá também ter efeitos irreversíveis.

As inequidades explodiram. No plano internacional, a solidariedade não esteve à altura dos acontecimentos. O açambarcamento das vacinas por um punhado de países talvez tenha sido o lado mais visível da falta de empatia. Na OMC, um grupo de países insiste, até hoje, que as leis de comércio se sobrepõem à pandemia.

As armas contra esta ou outra pandemia que poderá vir, como dizem muitos, são as que já se conhecem: afastamento social, higienização das mãos, máscaras faciais e, sobretudo, vacinas, que têm que ser produzidas em grande escala, de preferência em várias partes do mundo, inclusive nos países em desenvolvimento.

É notável que ante a ocorrência da pandemia da Covid-19, que muitos dizem ser a primeira de uma série, por conta da mudança climática e de seus efeitos sobre a vida, humana, animal e vegetal, se tenha feito tão pouco. A devastação causada pela pandemia talvez não seja tão assustadora quanto a devastação causada na Segunda Guerra. Não houve conferência no Palácio de St. James, nem Carta Atlântica, nem Conferência de Dumbarton Oaks, com o seguimento em São Francisco. Não haverá uma nova organização para cuidar de uma questão muito maior do que pode equacionar a OMS, fechada com suas considerações de saúde, uma vez que os seus determinantes não são tratados nesse foro. É desolador que a OMS somente tenha imaginado abrigar as negociações para um eventual acordo internacional sobre pandemias, mesmo sabendo que as pandemias têm mais dimensões do que podem ser tratadas em sua estrutura limitada. É isso, apenas em 2024, sem pressa.

A esperança que nos resta é essa nova Nações Unidas, soprada pela Agenda 2030, sobretudo no que diz respeito à sua abertura para todos os atores. A governança terá que ser repensada, naturalmente, antes que seja tarde, pois há uma ameaça considerável.

Estudo do FMI revela que haveria mais de US\$ 36 trilhões em paraísos fiscais. Esse montante não está sujeito ao espaço das soberanias e, por essa razão, não estão sob o controle

dos Estados³³. A estimativa do FMI talvez seja subestimada. Estudo da consultoria Bain&Company mostra como os ativos financeiros cresceram a taxas superiores ao do Produto Interno Global. Segundo o estudo, o valor dos ativos financeiros globais em 2020, eram dez vezes o valor do PIB Global³⁴. O significado profundo dessa diferença representa a criação de um espaço novo nas relações internacionais, independente e bastante caótico, uma vez que escapa às jurisdições dos Estados.

É evidente que esse novo espaço é consequência das políticas de desregulamentação postas em prática em muitos países desde o início da década de 1980. A realização dos objetivos da Agenda 2030, bem como do Acordo de Paris, somente podem ser realizados com a união de todos, já se disse. Sem a regulamentação desse espaço caótico talvez seja impossível.

³³ <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2019/09/tackling-global-tax-havens-shaxon.htm>

³⁴ https://media.bain.com/Images/BAIN_REPORT_A_world_away_in_money.pdf

Quem piscar primeiro, perde

Santiago Alcázar

A um mês do início da 77ª sessão da AGNU é tempo de parar, olhar para trás, recordar o caminho percorrido e refletir. O pano de fundo para essa reflexão é a continuada pandemia da Covid-19 e seus efeitos nefastos, a realização da ameaça da mudança de clima e da perda da biodiversidade, com todas as consequências previsíveis, o crescimento assustador das inequidades com impacto direto no aumento da fome, da pobreza e da falta de acesso à saúde e à educação. As referências são muitas e todas entrelaçadas entre si, de modo que o encaminhamento de soluções, se soluções houver, terá que ser feito em conjunto e de maneira harmônica, sob pena de criar fragmentos de ilusão de êxito, quando em realidade são fracassos à luz da obscena miséria humana.

A cena é suficientemente desafiadora para desencorajar o mais destemido homem ou mulher de ação, mas eis que um outro pano de fundo começa a ser desenrolado devagarinho frente àquele primeiro, começando a cobri-lo, escondendo-o dos olhos: a guerra na Ucrânia.

Seis meses se passaram e a impressão que se tem é que as apostas na Ucrânia são muito maiores que as que estão sendo feitas para frear a mudança climática, a perda da biodiversidade, o crescimento das inequidades, a pobreza e a fome. Seria legítimo perguntar se a guerra na Ucrânia não é uma ocasião para desviar a atenção daquelas questões globais e decisivas para a nossa existência, que até aqui têm se mostrado surpreendentemente resistentes aos tratamentos prescritos pelo atual ordenamento internacional. Não que a guerra na Ucrânia será fácil de resolver, mas é que aquelas questões reclamam para a sua solução verdadeiro espírito de solidariedade e de cooperação, historicamente ausente na tomada de decisões no plano global, como se viu durante a pandemia ou no enterro do direito ao desenvolvimento, enquanto esta guerra exige apenas, por enquanto, gastos militares, aos que, pelo visto, os responsáveis envolvidos no conflito não parecem fazer objeção.

Claro, tudo pode mudar com as tensões sociais que poderão advir. Os cortes no uso de energia e a alta de preços de alimentos costumam gerar insatisfação generalizada. Se essa situação não for resolvida em tempo, poderá enraizar-se em frustração aberta a soluções pela via da violência. Some-se a isso a aceitação lenta, mas inflexível, de que há uma culpa a ser expiada e que, a história mostra, recai habitualmente sobre o inimigo que vem de fora, ou seja o estrangeiro e os migrantes, sem exclusão dos ucranianos, hoje festejados como heróis. A possibilidade para a explosão de todas as formas de discriminação em escala nunca vista é real. Num cenário assim, que perspectivas haverá para as agendas progressistas voltadas para a justiça social à luz dos direitos humanos? Que chances, para o andar trôpego da implementação da Agenda 2030 e dos ODS?

O problema é que a guerra na Ucrânia não é uma mais entre tantas outras guerras, que poucos sabem quantas são, onde são e porque são – e por isso podem ser ignoradas sem prejuízos maiores para o desdobramento do dia a dia dos que se encontram fora dos espaços restritos em que acontecem. A guerra na Ucrânia, por outro lado, não pode, não deve ser ignorada porque o que está em jogo é todo o espectro do ordenamento internacional. Nada fica de fora de seu impacto e nesse sentido é como uma pandemia, ou como se diz com propriedade com respeito à Covid-19, uma síndemia.

Chegou-se à absurda situação em que nenhum dos dois lados pode ceder, sob o risco de perda total. Pode-se pensar que essa situação somente ocorreria no caso de um ataque

nuclear que, em consequência, desencadearia uma resposta também nuclear, seguida de uma contrarreação e assim por diante. Abrir-se-ia, assim, o caminho da loucura e da destruição total. Ainda não se chegou, evidentemente, a esse momento crítico, mas é possível que não estejamos longe.

Para desarmar ânimos à flor da pele é costume recorrer ao bom senso, que segundo o filósofo René Descartes, na primeira linha de seu famoso Discurso sobre o método, é a coisa mais bem distribuída no mundo. É duvidoso saber se o sábio francês manteria a mesma opinião se pudesse visitar-nos. O mais provável seria que fizesse emenda ao seu Discurso, ao estilo dos que por aqui fazem emendas à Constituição, muito moderno portanto, de modo a qualificar a sua afirmação de maneira a restringir o seu entendimento ao um mínimo subatômico.

Descartando o bom senso, resta a possibilidade de recorrer à diplomacia, essa difícil arte que nos trouxe até aqui, para o bem ou para o mal. Infelizmente, essa possibilidade não parece realista a julgar pela degradação ou erosão das boas maneiras, absolutamente necessárias para levar adiante essa difícil arte. Considere-se, por exemplo, a incontinência verbal dos representantes dos EUA e de Estados membros da UE em relação à Rússia ou aos seus representantes durante as sessões do Conselho de Segurança das Nações Unidas. É algo extraordinário que ultrapassa a grosseria mais abjeta. Quando o Representante Permanente da Rússia junto às Nações Unidas apresentou documentos, segundo os quais haveria mais de cinquenta laboratórios biológicos em território ucraniano, alegadamente mantidos pelos EUA e supostamente envolvidos em atividades vedadas pela Convenção sobre a Proibição do Desenvolvimento, da Produção e do Armazenamento das Armas Bacteriológicas ou Tóxicas e sobre a sua Destruição, de 1972, a resposta daqueles representantes, ao invés de solicitarem investigação exaustiva e imediata, foi grosseira, rasteira, indigna do que se poderia entender como comportamento “diplomático”. A mesma observação poder-se-ia fazer com relação a informação do mesmo Embaixador, segundo o qual, a massacre de civis em Bucha teria sido perpetrada pelo lado ucraniano. O Embaixador por pouco não foi silenciado por meio de vaías e assobios, tal a grosseria manifestada por delegados abespinhados. Não há espaço para o exercício da diplomacia. Os que estão vociferando dessa maneira não somente perderam o comedimento, pior, perderam o uso da razão. São como loucos brincando com fogo em casa de palha.

Ou talvez, não sejam loucos, mas fantoches a serviço de interesses maiores dos que aqueles a que deveriam submeter-se pela vontade de seus respectivos eleitores. Não é razoável imaginar que eleitores tenham votado pelo aumento dos preços dos combustíveis, dos alimentos, pelos cortes de energia e pela instalação do caos em suas vidas. Quem deu mandato para que os representantes autorizassem a expansão da OTAN para o Leste, não obstante os avisos seguidos de que essa ação seria respondida por uma reação extrema por parte da maior potência nuclear, que não aceitaria ser dobrada, sob risco de tornar-se irrelevante? Não é óbvio que a reação viria e seria terrível para os que nada tem a ver com essas loucuras abstratas? A quem ouvem os representantes? Ou talvez não seja esse o problema, pois os fantoches não têm aparelho auditivo, nem cordas vocais. Alguém fala por eles, claro.

Os três eventos multilaterais de maior importância até o presente – a 75ª sessão da Assembleia Mundial da Saúde, de 22 a 28 de maio, a 12ª Conferência Ministerial da OMC, de 12 a 17 de junho, e a sessão 2022 do Foro Político de Alto Nível (HLPF, nas siglas em inglês), de 5 a 15 de julho – realizaram-se sob o signo das dificuldades em controlar a mudança de clima, a perda da biodiversidade, o aumento das inequidades, da fome e da pobreza, agora complicado com a guerra na Ucrânia. A situação lembra a usina de Chernobyl e a série de eventos que levou ao desastre, na medida em que estamos todos à beira do colapso do sistema, do descontrole da

reação em cadeia, que poderá resultar no derretimento do reator, em sua explosão térmica e na liberação letal de material radioativo.

Um observador de outra galáxia que, sabedor do risco que corremos, assistisse essas reuniões acima, anotaria em seu caderno que tudo transcorreu de maneira calma e ordenada e até um pouco enfadonha, como terá concluído ao flagrar um bocejo ou uma queda de cabeça empurrada pelo sono. Na Assembleia Mundial da Saúde, teria certamente notado a tranquilidade dos delegados, quase acadêmica, com que responderam ao chamado de criar um instrumento internacional sobre prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias que, se tudo sair bem, ficará pronto em 2024. Isso em plena pandemia da Covid-19, que já matou mais de 18 milhões de pessoas em todo o mundo. Não se sabe por que não fizeram críticas à OMC, como lhes facultaria o parágrafo 15 da estratégia global sobre saúde pública, inovação e propriedade intelectual, anexada à resolução WHA61.21³⁵, de 2008. Tampouco se sabe, pela mesma lógica, por que o Diretor Geral da OMS deixou passar a oportunidade com a realização da 12ª Conferência da OMC para afirmar que a questão dos direitos de propriedade intelectual não pode ficar restrita à esfera dos interesses da indústria farmacêutica; que esta deveria juntar-se à OMS na defesa da saúde da população e não aos interesses da junta de diretores orientados pelas regras de “mercado”, uma vez que a saúde é um direito humano fundamental. Com respeito ao Foro Político de Alto Nível, que produziu como de costume uma Declaração Ministerial, semelhante a que foi aprovada ano passado, o clima parece ter sido semelhante ao que se verificou nas duas reuniões anteriores: bucólico, despreocupado, como se o pano de fundo terrível não existisse, ou existisse apenas na retórica.

Resta pela frente a 77ª sessão da AGNU, que deverá iniciar-se na terça-feira, dia 13 de setembro, a Cúpula dos Estados Partes da Convenção sobre mudança de clima (COP-26), que se realizará de 7 a 16 de novembro, em Sharm El-Sheikh e a Cúpula dos Estados Partes sobre Biodiversidade (COP-15), sobre a qual paira um mistério sobre a data de sua realização. Não obstante a urgência dos temas ambientais, não parece haver “ambiente” para priorizá-los na agenda internacional dominada pela guerra na Ucrânia.

Ao que parece, o segundo pano de fundo sobrepôs-se totalmente ao primeiro. A guerra na Ucrânia realiza-se em meio ao mais intenso e perigoso ataque à democracia aqui como em outros lugares. O pleito de Volodymyr Zelensky, dublê de presidente e modelo da Vogue, de exigir como condição para a paz o *status quo ante*, ou seja, a retirada das forças russas do território ucraniano, a devolução da Crimeia e o abandono das províncias de Donetsk e de Lugansk, de maioria russa, à própria sorte, poderia soar engraçado em condições normais. No grau de loucura caracterizada pela situação ambiental catastrófica, precarização social crescente e ataques sistemáticos à democracia, essa exigência, levada a sério pela OTAN, parece repetir a cadeia de eventos que levou à tragédia de Chernobyl. O *meltdown* teórico, que atravessaria a Terra não se produziu naquela ocasião, mas por que não agora quando os riscos em jogo são muitas vezes maiores?

Em 1940, quatro ideias revolucionárias circulavam em corredores e salas, vertidas em francês, inglês, russo, chinês, português e espanhol. Eram ouvidas, lidas e escritas em telegramas e despachos internos, em chancelarias, em pleno desenrolar da Segunda Guerra. Paz, independência, desenvolvimento e direitos humanos.

³⁵ https://apps.who.int/gb/ebwha/pdf_files/WHA61-REC1/A61_REC1-en.pdf

As ideias têm vida. Ninguém sabe de onde elas vêm. Surgem, como algo trazido pelo vento. Envolvem-se nas conversas com outras ideias. São trocadas, modificadas, melhoradas, pioradas. Sobrevivem em um sopro. Semeiam tempestade. Espalham-se por toda parte. Não são propriedade de ninguém. São respostas imemoriais a perguntas profundas. Sinais de vida concreta e imediata e por isso, surpreendentes. Iguais e diferentes em cada instante e em cada lugar, fazem-se presentes quando menos se espera.

Naquele momento eram como sementes para a criação da maior realização coletiva da humanidade: a criação das Nações Unidas.

Onde estão as ideias que poderão salvar a humanidade do desastre eminente? Onde estão, que ninguém, aparentemente, as conhece? Que sopro, vento ou tempestade as trará antes que a morte nos surpreenda?

Atividades do Conselho de Direitos Humanos da ONU de interesse para a Saúde Global e a Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Enquanto aguardamos a publicação da agenda definitiva e dos documentos a serem discutidos durante a 51ª Sessão Ordinária do Conselho de Direitos Humanos da ONU (de 12 de setembro a 07 de outubro de 2022), aproveitaremos para aprofundar um tema sempre desafiante para a Saúde Global: a relação entre a constituição de sistemas universais de saúde robustos e as condições em seu favor que podem ser alcançadas mediante a plena implementação do Direito ao Desenvolvimento. Para tanto vamos destacar três documentos importantes, para entender a sua atualidade mediante o informe do Relator Especial do Direito ao Desenvolvimento – Embaixador Alfarargi, apresentado para debates na próxima Assembleia Geral da ONU (77ª) – “ Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a pandemia da doença coronavírus (Covid19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento a nível internacional.” Neste informe se destacam os elementos estruturais vinculados à ordem econômica internacional e suas transformações com o objetivo de sustentar o enfrentamento das desigualdades pré-existentes e agravadas pela pandemia. A urgência das medidas recomendadas, inclui advertências sobre a distinção entre interesses públicos e privados e a necessidade de fortalecer o papel dos estados libertando-os das condições draconianas das dívidas e empréstimos internacionais e as condicionalidades impostas pelas instituições financeiras, refletindo-se na adoção de políticas de austeridade que comprometem ainda mais as possibilidades de garantia dos direitos humanos no marco da recuperação pós-pandêmica. Recomendamos a leitura detalhada do informe e sua discussão junto aos espaços da sociedade civil e das forças políticas e governamentais em cada País.

Para promover a melhor compreensão e implementação do Direito ao Desenvolvimento, (o qual estará em destaque na 51ª Sessão do CDH, com a expectativa de resolução que encaminhe a adoção do Tratado sobre o Direito ao Desenvolvimento), anexamos extratos de dois estudos temáticos realizados pelo Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos (o Advisory Committee, com uma nota que explica seu funcionamento e estrutura). O primeiro, mais recente, realizado em 2020 e adotado pelo CDH em sua 45ª Sessão, sobre a “Importância de um instrumento legalmente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento”, o qual ajuda a entender o conteúdo e as posições em debate em torno a proposta de um tratado sobre o direito ao desenvolvimento e a urgência de sua adoção em favor da criação das bases políticas e materiais para o enfrentamento das desigualdades no Mundo. O segundo estudo, “Contribuição do desenvolvimento para o gozo dos direitos humanos”, realizado e adotado pelo CDH em sua 41ª Sessão em 2019, permite adentrar este complexo debate entre o desenvolvimento baseado em direitos humanos e os direitos humanos baseados no desenvolvimento, debate mais que necessário no âmbito dos nossos países e região.

A seguir apresentamos extratos traduzidos ao português, dos três estudos mencionados:

1. Planos e políticas de resposta e recuperação sobre a Pandemia da doença coronavírus (Covid19) na perspectiva do direito ao desenvolvimento a nível internacional. Proposto para debate na UNGA - 77ª Sessão Item 69 (b) da agenda provisória. O Secretário-Geral tem a honra de transmitir à Assembleia Geral o relatório do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Saad Alfarargi, apresentado de acordo com as resoluções do Conselho de Direitos Humanos 33/14 e 42/23.

Resumo. No presente relatório, submetido ao Conselho de Direitos Humanos nos termos das resoluções do Conselho 33/14 e 42/23, o Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, Saad Alfarargi, analisa a resposta e a recuperação da pandemia da doença coronavírus (Covid19) sob a perspectiva do direito ao desenvolvimento em nível global, destaca boas práticas e revisa desafios na garantia da igualdade entre os países. O Relator Especial conclui o relatório com recomendações sobre a integração do direito ao desenvolvimento em tais planos e políticas de resposta e recuperação.

...“37. Essas ações descritas acima, sem dúvida, responderam a necessidades urgentes e cruciais. No entanto, no processo de consultas para a elaboração do presente relatório, as organizações da sociedade civil levantaram uma série de preocupações com o Relator Especial relacionados às políticas subjacentes à resposta do Grupo Banco Mundial. Muitos dos projetos foram propostos como parte de uma modalidade de rápido desembolso ou "fast track", o que, na prática, significava que os projetos foram propostos e aprovados com prazos de preparação mais curtos e com limitações substanciais nas consultas de stakeholders.¹⁹ Os obstáculos exacerbados das comunidades dificultavam o acesso das comunidades à informação e participação em projetos e processos de desenvolvimento, uma vez que eram impostas restrições aos movimentos das comunidades e direito de se reunir e ser significativamente consultados, e repressão foi realizada sob o pretexto da resposta pandêmica.²⁰

O Relator Especial enfatizou anteriormente o princípio de que as comunidades afetadas devem sempre ter a propriedade de agendas, orçamentos e processos de desenvolvimento.²¹ Ele recomendou que os bancos de desenvolvimento realizem consultas significativas para garantir que as prioridades de desenvolvimento dos beneficiários pretendidos sejam reforçadas pelos projetos que financiam e que os bancos garantam acesso às informações sobre projetos que financiaram antes da autorização dos projetos.²²

38. Mais preocupações foram levantadas de que a resposta inicial de emergência do Grupo Banco Mundial forneceu, em alguns casos, um ponto de entrada para um escopo mais expansivo para reformas estruturais, incluindo aquelas ligadas a um papel mais substancial para o setor privado nas finanças de desenvolvimento, em consonância com a abordagem do Grupo Banco Mundial para o financiamento do desenvolvimento, resumido no quadro Maximização das Finanças para o Desenvolvimento.^{23,24} Embora haja amplo espaço para as finanças privadas nas agendas de desenvolvimento, o Relator Especial já levantou a questão de qual seria o uso adequado do privado versus as finanças públicas.²⁵ Em sua opinião, o financiamento privado não é adequado para todas as necessidades de financiamento, e deve-se considerar como os riscos do financiamento privado são gerenciados.

Ele recomendou que as parcerias público-privadas promovidas por meio de empréstimos, projetos e outros arranjos de financiamento envolvendo bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras de desenvolvimento devem estar sujeitas a revisões independentes de seus resultados de desenvolvimento, incluindo um exame minucioso de seus direitos humanos e impactos ambientais.²⁶ Esta recomendação é igualmente válida em relação aos projetos de resposta e recuperação do COVID-19." ...

"40. Ao longo das consultas anteriores à elaboração do presente relatório, quase todas as organizações internacionais e organizações da sociedade civil consultadas pelo Relator Especial ou que forneceram submissões por escrito identificaram os encargos da dívida soberana como um grande desafio na mobilização de recursos para responder à pandemia.²⁹ Abordando o ônus da dívida dos países do Sul global, o que reduz consideravelmente o espaço

fiscal disponível para financiar sua recuperação e investir na realização de direitos fundamentais, como saúde, educação, habitação e seguridade social, requer intensificar a cooperação internacional. 30. Para muitos países, moratórias da dívida e reestruturação da dívida podem ser insuficientes. 31

41. Em seu relatório de 2020 sobre financiamento para o desenvolvimento, o Relator Especial ressaltou que induzir a austeridade econômica é um desafio fundamental para as políticas públicas de finanças. Tais medidas muitas vezes envolvem a eliminação ou redução de subsídios, inclusive sobre combustíveis, agricultura e produtos alimentícios; cortes e tetos sobre os salários do setor público, em especial os salários dos trabalhadores dos setores de educação, saúde e outros públicos, que compõem grande parte da conta salarial pública nos países em desenvolvimento; racionalizar e tornar mais direcionadas redes de segurança social e programas de seguros, pensões, benefícios habitacionais, benefícios infantis e benefícios por incapacidade; e ampliação dos impostos sobre o consumo, como o imposto sobre o valor agregado, sobre produtos básicos que são desproporcionalmente consumidos pelas famílias pobres.³²

Documentos referenciados: 29 Ver submissões de: Centro de Direitos Econômicos e Sociais; Coalizão pelos Direitos Humanos em Desenvolvimento; Rede Europeia de Endividamento e Desenvolvimento; e Projeto Internacional de Responsabilidade. Disponível em www.ohchr.org/en/special-procedures/sr-development. 30 Ver submissão do Centro de Direitos Econômicos e Sociais. Disponível em www.ohchr.org/en/procedimentos-especiais/sr-desenvolvimento. 31 Ibid. De acordo com o Centro de Direitos Econômicos e Sociais, o cancelamento de todos os pagamentos da dívida externa pública com vencimento em 2020, incluindo principal, juros e encargos, para credores bilaterais, multilaterais e privados, liberaria cerca de US\$ 25,5 bilhões para países de baixa renda.

42. Durante as consultas para a elaboração do presente relatório, diversas organizações da sociedade civil ³³ levantaram preocupações relacionadas ao impacto negativo das medidas de austeridade na recuperação. Em meio à crise econômica desencadeada pela pandemia, alguns governos recorreram à adoção de medidas de austeridade, por orientação do FMI.³⁴ O FMI propôs, como parte de acordos de empréstimos, medidas como cortes e congelamentos de contas salariais, aumentos ou introdução de impostos sobre o valor agregado e cortes gerais de gastos públicos. ³⁵ Entre 2021 e 2023, 80 países implementarão medidas de austeridade no valor, em média, de 3,8% do PIB. ³⁶

43. O Relator Especial observa que a imposição de medidas de austeridade limita ainda mais a capacidade dos governos de atender às necessidades das pessoas em relação à saúde, água e saneamento, proteção social, emprego e moradia, que são direitos econômicos e sociais fundamentais.³⁷ Em seus relatórios, o Grupo de Trabalho sobre a discriminação contra mulheres e meninas e o Especialista Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais relacionadas dos Estados sobre o pleno gozo todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais têm enfatizado repetidamente o papel da proteção social no amortecimento do impacto da crise econômica, para as mulheres em particular.³⁸ "...

IV. Conclusões e recomendações

53. O impacto devastador da pandemia em todas as categorias de direitos humanos foi bem documentado. ⁶² O Relator Especial expressa grande preocupação com os efeitos mundiais da pandemia COVID-19 e pediu aos Estados que não deixem ninguém para trás em suas respostas à crise. A participação é um componente fundamental do direito ao desenvolvimento,

especialmente a participação daqueles em alto risco de vulnerabilidade. Isso é igualmente verdade em nível nacional e global. 54. O Secretário-Geral solicitou um novo contrato social entre Governos, pessoas, sociedade civil, setor privado, instituições financeiras internacionais e outras partes interessadas fundamentais, para garantir emprego, desenvolvimento sustentável, cobertura universal de saúde e proteção social, baseada em igualdade de direitos e oportunidades para todos.⁶³

55. Diante da maior crise de saúde pública do século XXI, a comunidade internacional deve projetar e implementar políticas e medidas ambiciosas e abrangentes. A Agenda 2030 e o Acordo de Paris precisam ser implementados de acordo com o quadro universal dos direitos humanos para garantir uma recuperação rápida que não simplesmente restaure o status quo pré-pandemia, mas avance as metas de desenvolvimento e ação climática para todas as pessoas e o planeta. Os Estados devem cooperar em um espírito de multilateralismo fortalecido e renovado, inclusive nos processos e mecanismos das Nações Unidas.

Documentos referenciados: 56 Ver Resolução do Conselho de Direitos Humanos 46/14, preâmbulo. 57 Ibid., parágrafo 6. 58 Ibid., parágrafo 7. 59 Ibid., parágrafo 16. 60 Ibid., parágrafo 9. 61 Ibid., parágrafo 14. 62 Veja, por exemplo: A/HRC/47/31, seitas. II.A e II.B; A/HRC/50/40, seita III; A/HRC/48/53; A/HRC/48/54; A/HRC/47/29; A/HRC/47/35; A/HRC/46/19; e A/HRC/46/34. 63 A/75/1, parágrafo 21.

56. O Relator Especial recomenda que a cooperação e a coordenação internacional entre os Estados levem em conta obrigações extraterritoriais, ou obrigações governamentais que cruzam as fronteiras do Estado, como princípio dos direitos humanos centrais para a implementação de soluções transfronteiriças no contexto da pandemia. 57. Os Estados devem garantir que todas as partes interessadas sejam significativamente incluídas no processo de negociação de acordos internacionais, incluindo acordos comerciais internacionais. Os países em desenvolvimento devem ser melhor integrados ao sistema comercial global, o que exigirá a construção da capacidade dos Estados e representantes não-estatais envolvidos em processos de negociação. As informações sobre as próximas iniciativas devem ser disponibilizadas em nível nacional em um estágio inicial para que a sociedade civil e as comunidades em causa possam participar de processos de negociação multilateral. 64

Os Estados devem promover um maior comércio intra-regional, garantindo que os acordos comerciais regionais sejam avaliados para os seus direitos humanos e impactos ambientais. 58. Os Estados devem promover o estabelecimento de um mecanismo internacional de reestruturação das dívidas. O relator especial insta os Estados a defender a emissão de direitos especiais de saque pelo FMI às nações do Sul global para liberar os recursos necessários para a ação de resposta e recuperação. Governos e organizações internacionais que financiam programas de desenvolvimento não devem impor condicionalidades aos governos beneficiários, uma vez que isso poderia ter efeitos não intencionais adversos sobre a população, em particular verdadeiras quando as condicionalidades enfraquecem os sistemas de saúde e bem-estar social e as políticas de desenvolvimento humano.

60. No que diz respeito à cooperação internacional em matéria tributária, o Relator Especial reitera sua recomendação (ver A/75/167, parágrafo 66) de que seja criada uma comissão fiscal inclusiva e intergovernamental das Nações Unidas, com mandato e recursos para garantir a cooperação com vistas a promover uma mobilização efetiva dos recursos domésticos. Tal comissão também deve abordar todas as questões relacionadas a fluxos financeiros ilícitos, incluindo evasão e evasão fiscal. A adesão universal, o que implica que todos os países

participariam em igualdade de condições, poderia facilitar a sanção de políticas e práticas fiscais prejudiciais e a eliminação de paraísos fiscais e jurisdições de sigilo e outros elementos que facilitem fluxos financeiros ilícitos.

61. O Relator Especial reitera sua recomendação de que, ao responder aos impactos econômicos da pandemia, os Estados devem discernir cuidadosamente o uso adequado das finanças privadas versus públicas, uma vez que o financiamento privado pode não ser adequado para todas as necessidades de financiamento. Os riscos do financiamento privado precisam ser melhor geridos, especialmente no que diz respeito ao setor público e aos custos do passivo contingencial nas contas oficiais do Estado (ver A/75/167, parágrafo 70).

62. O Relator Especial também reitera sua recomendação de que os parceiros de desenvolvimento devem se comprometer com a meta de destinar 0,7% da renda nacional bruta à ODA, fornecendo calendários e marcos de prestação de contas, incluindo a promulgação de legislação em nível nacional. Os parceiros de desenvolvimento também devem redirecionar a ajuda para onde é mais necessária com ações e cronogramas claros, fornecendo 50% de ODA aos países menos desenvolvidos (ver A/75/167, parágrafo 61).

63. Planos e políticas que visem auxiliar a recuperação econômica devem proporcionar o desenvolvimento sustentável e a neutralidade de carbono e contribuir para a implementação da Agenda 2030 e os objetivos do Acordo de Paris, 64 Ver A/HRC/42/38, parágrafo 41. a fim de garantir a capacidade das gerações atuais e futuras de desfrutar de toda a gama de direitos humanos. As políticas de resposta e recuperação do COVID-19 devem acelerar, ou pelo menos não dificultar, a transição para economias de emissão zero.

64. O Relator Especial reitera suas recomendações de que as instituições monetárias internacionais e os Estados devem evitar medidas de austeridade e escolhas de gastos públicos que revertam o progresso na proteção social universal e na entrega de bens e serviços públicos, tomando tais medidas somente quando todas as opções alternativas de resourcing tiverem sido esgotadas. Os bancos de desenvolvimento não devem impor condicionalidades aos Estados que os exijam que tomem medidas, como o ajuste da infraestrutura fiscal e a imposição de medidas de austeridade, que seriam prejudiciais ao seu próprio desenvolvimento.⁶⁵

65. A nível global, os Estados e as instituições monetárias internacionais precisam: garantir maior coordenação das políticas econômicas, incluindo as políticas monetárias, para que a recuperação de um grupo de países não seja alcançada às custas de outro; fornecer apoio internacional por meio de empréstimos e subsídios, especialmente para os muitos países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e países de renda média que foram mais atingidos pela crise; e fortalecer a cooperação internacional para iniciativas ampliadas de redução da dívida e sustentabilidade para os países em desenvolvimento, de acordo com os compromissos relevantes contidos na Agenda 2030 e na Agenda de Ação adis Abeba da Terceira Conferência Internacional de Financiamento para o Desenvolvimento.

66. No que diz respeito ao acesso às vacinas COVID-19, os Estados devem continuar a apoiar uma abordagem global bem coordenada para o desenvolvimento e distribuição de vacinas para garantir o acesso a todos os povos de forma não discriminatória. Os Estados devem cooperar plenamente e contribuir para o COVAX Facility e a COVID-19 Vaccine Delivery Partnership para garantir, no mínimo, que essas iniciativas atendam às suas metas.

67. Consistente com sua obrigação com relação à cooperação internacional, de responder a emergências de saúde pública de natureza global, os membros da OMC devem:

continuar as negociações para ampliar a renúncia do Acordo TRIPS para cobrir não apenas patentes relacionadas às vacinas COVID-19, mas também restrições relacionadas a produtos e tecnologias de saúde, como diagnósticos, terapêuticas, dispositivos médicos, equipamentos de proteção individual, seus materiais ou componentes, e seus métodos e meios de fabricação; ampliar o uso das exceções nos termos do artigo 30 do Acordo TRIPS, para permitir a fabricação e exportação desses produtos; e rever o regime internacional de propriedade intelectual existente (incluindo o artigo 31 bis no anexo do Acordo TRIPS) para acelerar o compartilhamento de tecnologia e know-how.

68. Os países de alta renda devem investir esforços adicionais na assistência aos países do Sul global, em particular países menos desenvolvidos, para permitir que seus sistemas de saúde forneçam instalações de saúde, bens e serviços disponíveis, acessíveis, aceitáveis e de boa qualidade para todos.

2. Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos. [OHCHR | Advisory Committee](#)

De acordo com a resolução 5/1 do Conselho de Direitos Humanos, o Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos (doravante "o Comitê Consultivo"), composto por 18 especialistas, foi criado para funcionar como um think-tank para o Conselho e trabalhar em sua direção. O Comitê Consultivo substitui a antiga Subcomissão de Promoção e Proteção dos Direitos Humanos. O Comitê realizou sua primeira reunião em agosto de 2008. Ele se reúne duas vezes por ano, durante uma semana em fevereiro, imediatamente antes da sessão de março do Conselho e por uma semana em agosto. O Comitê Consultivo aporta perícia ao Conselho na forma e maneira solicitada por ele. Foca-se principalmente em estudos e conselhos baseados em pesquisas. A Comissão também pode propor, no âmbito do trabalho estabelecido pelo Conselho, para a apreciação e aprovação deste último, sugestões de novas propostas de pesquisa. Em seu trabalho, a Comissão deve ser orientada para a implementação e o escopo de seu conselho deve limitar-se a questões temáticas relativas ao mandato do Conselho, ou seja, promoção e proteção de todos os direitos humanos. Não adotará resoluções ou decisões.

O Comitê é composto por 18 especialistas independentes de diferentes origens profissionais representando as diversas regiões do mundo (5 de Estados Africanos; 5 de Estados Asiáticos; 2 de Estados do Leste Europeu; 3 de Estados da América Latina e caribenha, e 3 da Europa Ocidental e outros Estados). Especialistas são nomeados por governos e eleitos pelo Conselho. As eleições ocorrem normalmente na sessão de setembro do Conselho. Os membros cumprem pena por um período de três anos e podem ser reeleitos uma vez. Seu mandato de filiação começa em 1^o de outubro do ano de sua eleição.

3. "Importância de um instrumento legalmente vinculante sobre o direito ao desenvolvimento." Relatório do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos. Conselho de Direitos Humanos 45^a Sessão de 14 de setembro a 2 de outubro de 2020. [A/HRC/45/40 \(un.org\)](#)

V. Avançando no direito ao desenvolvimento

56. O ex-Alto Comissariado para os Direitos Humanos Navi Pillay fez a seguinte observação: De um lado, os defensores do direito ao desenvolvimento afirmam sua relevância (ou mesmo primazia) e, por outro, os céticos (e os rejeicionistas) relegam esse direito à importância secundária, ou mesmo negam sua própria existência. Infelizmente, ao mesmo tempo em que gera muito interesse acadêmico e estimula o teatro político, esse debate pouco

fez para libertar o direito ao desenvolvimento da lama conceitual e da areia movediça política em que foi atolado todos esses anos.⁵⁷

57. Além disso, desafios e obstáculos dentro do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento há muitos anos impossibilitaram o cumprimento do seu mandato.⁵⁸ Apesar de mais de 33 anos terem passado desde a sua adoção, o potencial da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento permanece não realizado.

A. Apoio a um instrumento legalmente vinculante

58. Nesse contexto, é importante lembrar que a esmagadora maioria dos Estados-Membros endossou o direito ao desenvolvimento como um direito humano fundamental. Uma clara maioria dos Estados-Membros também atribui alta importância à implementação de um instrumento legalmente vinculativo em apoio a esse direito, ⁵⁹ Notável é uma declaração conjunta feita pelo Grupo de 77 (60) e pelo Movimento Não-Alinhado.⁶¹

O documento final da Décima Oitava Cúpula do NAM incorporou 43 referências ao direito ao desenvolvimento. Em uma dessas referências, foi reafirmado que todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, são universais, inalienáveis, indivisíveis, interdependentes e interrelacionados, e que as questões de direitos humanos devem ser tratadas no contexto global por meio de uma abordagem construtiva, não confrontante, não politizada e não seletiva, baseada no diálogo, de forma justa e equitativa, com objetividade, respeito à soberania nacional e integridade territorial, não-interferência nos assuntos internos dos Estados, imparcialidade, não seletividade e transparência como princípios norteadores, tendo em conta as particularidades políticas, históricas, sociais, religiosas e culturais de cada país. No documento final, ficou acordado que seria realizado trabalho para maior aceitação, operacionalização e realização do direito ao desenvolvimento a nível internacional.⁶¹ A declaração foi feita em setembro de 2016 no segmento de alto nível da Assembleia Geral para comemorar o trigésimo aniversário da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, e é especialmente significativa, pois reflete a posição de dois dos maiores agrupamentos das Nações Unidas. No comunicado, o Grupo do 77 e o Movimento Não Alinhado reiteraram seu compromisso inequívoco com o direito ao desenvolvimento e também especificaram a necessidade de buscar maior aceitação, operacionalização e realização do direito ao desenvolvimento a nível internacional.⁶² ⁵⁹. No documento final da 18ª Cúpula do NAM, foi declarado que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a extrema pobreza, foi um dos elementos críticos na promoção e realização do direito ao desenvolvimento e foi o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Além disso, todos os Estados foram instados a realizar a formulação de políticas necessárias a nível nacional e a instituir medidas para a implementação do direito ao desenvolvimento como um direito humano fundamental. Também foram instados a ampliar a cooperação mutuamente benéfica, a fim de garantir o desenvolvimento e eliminar obstáculos a ela, no contexto de promover uma cooperação internacional eficaz para a realização do direito ao desenvolvimento. Além disso, foi instado o maquinário de direitos humanos das Nações Unidas a garantir a operacionalização prioritária desse direito, inclusive elaborando uma Convenção sobre o Direito ao Desenvolvimento.⁶⁴

B. **Oposição a um instrumento legalmente vinculante.**

Por outro lado, vários Estados-Membros, ao reiterarem seu apoio ao direito ao desenvolvimento, não favoreceram a elaboração de uma norma jurídica internacional vinculante sobre o direito ao desenvolvimento.⁶⁵ Além disso, um Estado-Membro que considera que o desenvolvimento de um instrumento legalmente vinculativo não seria um meio apropriado e eficaz de concretizar o direito ao desenvolvimento, alegou que, a fim de avançar na elaboração de um instrumento legalmente vinculativo, alegou que, a fim de progredir na elaboração de um instrumento legalmente vinculativo. instrumento vinculante sobre o direito ao desenvolvimento, então é crucial primeiro superar bloqueios, trabalhar para a reconciliação e buscar uma narrativa comum. ⁶⁶ Apresentando sua opinião de que, nesta fase, um instrumento legalmente vinculante seria contraproducente, uma vez que não gozava de apoio universal, um Estado-Membro até sugeriu que trabalhar para tal instrumento prejudicaria os esforços para implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.⁶⁷ Outro Estado-Membro expressou reservas sobre o desenvolvimento de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento, porque, em sua opinião, tal instrumento não gozava de consenso, implicaria uma duplicação de esforços e poderia até mesmo reverter o consenso existente. Em vez disso, sugeriu redobrar esforços para elaborar critérios e supostos operacionais para o cumprimento do direito ao desenvolvimento, reunindo um consenso sobre eles e alinhando tais esforços com compromissos assumidos na Agenda 2030. O Estado propôs que as discussões sobre um instrumento sobre o direito ao desenvolvimento poderiam ocorrer após a elaboração de diretrizes.⁶⁸

C. Progresso em um instrumento legalmente vinculante

61. A partir da abordagem da maioria dos Estados-Membros, é imperativo promover e implementar de forma mais eficaz a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. A Declaração coloca claramente a responsabilidade primária sobre os Estados de criar condições favoráveis para a sua realização. Além disso, os Estados-Membros têm o dever de cooperar uns com os outros na garantia do desenvolvimento, eliminando obstáculos a ele e tomando medidas para facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento. De fato, a cooperação internacional é parte integrante da implementação e realização desse direito.

62. Neste contexto, os Estados-membros do Movimento Não-Alinhado acreditam firmemente que a realização do direito ao desenvolvimento é uma necessidade agora mais do que nunca, e que a comunidade internacional deve demonstrar seu compromisso e dar o direito ao desenvolvimento do alto perfil que merece.⁶⁹

63. O direito ao desenvolvimento reflete os valores da Carta das Nações Unidas e abrange os três pilares da paz e da segurança, do desenvolvimento e dos direitos humanos, e a realização desse direito é relevante e necessária para o respeito, proteção e cumprimento de todos os outros direitos humanos. ⁷⁰ É hora de superar a polarização política, transcender o debate e focar em medidas práticas para implementar a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento. Também é hora de o direito ao desenvolvimento ser reconhecido como um direito primário que fornece uma base normativa para a realização de todos os outros direitos.⁷¹

VI. Valor agregado de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento.

64. Um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento é importante, pois promoveria o desenvolvimento efetivo dos Estados, melhorando as condições de vida de suas populações. O valor agregado resultante também derivaria do fato de que

forneceria um arcabouço jurídico abrangente e abordagem de políticas e programas que abrangem todas as partes interessadas e abrangem todos os direitos humanos – civis, políticos, econômicos, sociais e culturais – ao mesmo tempo em que integraria aspectos tanto da teoria e da prática dos direitos humanos quanto do desenvolvimento.

65. A Corte Interamericana de Direitos Humanos e a Corte Africana dos Direitos humanos e dos Povos têm usado a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento para proteger a cultura e o modo de vida dos povos indígenas e tribais. Isso pode ser visto, por exemplo, em duas decisões marcantes da Corte Africana dos Direitos Humanos e dos Povos – uma sobre supostas violações devido ao deslocamento da comunidade indígena Endorois de terras ancestrais, e outra sobre a suposta violação dos direitos humanos do Ogiek, uma comunidade de habitação florestal no Quênia.⁷² No entanto, tais exemplos são mais a exceção do que a regra e o direito ao desenvolvimento, em grande parte, ainda falta justiciabilidade. Um instrumento legalmente vinculativo forneceria valor agregado ao firmar a fundação para permitir que essa importante preocupação fosse tratada de forma mais abrangente.

66. Da mesma forma, embora existam procedimentos de denúncia de direitos substantivos que constituem o direito ao desenvolvimento, e o Conselho de Direitos Humanos possa exercer a persuasão moral sobre os infratores, o direito ao desenvolvimento em si carece de uma plataforma institucional firme para se posicionar. A codificação de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento ajudaria a resolver essa lacuna.

67. Além disso, uma vez que um instrumento legalmente vinculativo incorporaria os princípios relacionados aos direitos humanos de igualdade, não discriminação, participação, transparência e responsabilização, bem como o princípio da cooperação internacional, de forma integrada, tal instrumento seria capaz de orientar melhor nossas respostas às preocupações e desafios contemporâneos.

68. Um instrumento legalmente vinculativo pode ajudar a tornar o desenvolvimento uma realidade para todos, garantindo a operacionalização do direito ao desenvolvimento como prioridade, proporcionando um ambiente propício para a plena realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e elevando o direito ao desenvolvimento ao mesmo nível de todos os outros direitos humanos e liberdades fundamentais.⁷⁴ Tal instrumento ajudaria a garantir melhor a política de desenvolvimento abrangente e centrada no ser humano, os processos de desenvolvimento participativo, a justiça social e a equidade.⁷⁵ Também aumentaria os esforços para construir sociedades mais inclusivas, sustentáveis e resilientes.

69. A concretização do direito ao desenvolvimento fomentaria a operacionalização de cada Meta de Desenvolvimento Sustentável. O direito ao desenvolvimento deve ser mantido central para a implementação da Agenda 2030, que depende profundamente de uma abordagem integrada, holística e abrangente por todos os Estados, através da qual se realiza um desenvolvimento justo e equitativo, a dignidade humana alcançada e o direito de autodeterminação respeitado.⁷⁶ De fato, o direito ao desenvolvimento pode proporcionar um equilíbrio, estrutura abrangente e capacitante para fortalecer a parceria global para alcançar os Objetivos, ao mesmo tempo em que promove todos os direitos humanos para todos.⁷⁷

70. A importância de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento também deriva de seu potencial de servir como uma medida fundamental para enfrentar a crescente desigualdade, dentro e entre países, a discriminação sistêmica e a privação persistente enfrentada por grupos historicamente marginalizados ou vulneráveis e/ou aqueles que vivem na pobreza. Nesse sentido, a codificação do direito ao desenvolvimento deve

abranjer uma distribuição mais justa e equitativa de recursos, boa governança e coerência política em todos os níveis e responsabilização por violações dos direitos humanos, com um foco particular em indivíduos e grupos historicamente marginalizados e discriminados.⁷⁸ A implementação do direito ao desenvolvimento é relevante tanto para os países desenvolvidos quanto para os países em desenvolvimento e pode limitar os efeitos negativos da globalização.

71. Embora um instrumento legalmente vinculativo, sem dúvida, adere aos princípios e conceitos contidos na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, sua negociação proporcionaria uma oportunidade para aprimorar e enriquecer o conteúdo dessa Declaração. Codificar um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento apresentaria uma oportunidade de afirmar e trazer mais claramente a dimensão coletiva desse direito.⁷⁹

72. Um quadro legalmente vinculativo constituirá um importante passo para a realização de uma nova ordem social e internacional mais humana e responsável.⁸⁰ Proporcionará uma oportunidade de enriquecer a definição holística de desenvolvimento, refletida na Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, com a importante noção de que o desenvolvimento também deve respeitar e preservar o meio ambiente para atender às necessidades das gerações presentes e futuras.

De fato, também proporcionaria uma abertura para incorporar adequadamente o imperativo do desenvolvimento ser sustentável, a necessidade de garantir a equidade intrageracional e intergeracional, e permitiria levar em conta a crise climática em curso cujo impacto disruptivo prejudicará mais os pobres, vulneráveis e marginalizados. Essas questões e conceitos importantes não se refletiram na Declaração, uma vez que ainda estavam para emergir e cristalizar quando foi adotada em 1986.

73. A importância de um instrumento legalmente vinculativo também deriva da oportunidade que proporcionaria para reforçar a natureza abrangente das obrigações de direitos humanos e afirmar que elas se aplicam igualmente a todas as partes dos Estados, independentemente de seu nível de desenvolvimento.⁸¹

74. A necessidade de tal instrumento também deve estar enraizada nas obrigações dos Estados-Membros de tomar medidas, individual e por meio da cooperação internacional, para garantir a plena realização de todos os direitos econômicos, sociais e culturais. Nesse contexto, aumentaria o papel essencial da cooperação internacional e a necessidade de ações conjuntas e separadas nesse sentido.⁸²

75. Embora um Estado seja o principal protetor dos direitos humanos e das liberdades fundamentais dentro de suas fronteiras, muitos países em desenvolvimento não estão em posição de cumprir os direitos econômicos, sociais e culturais de seus cidadãos, pois muitas vezes não têm recursos financeiros e capacidades técnicas para cumprir efetivamente suas obrigações a esse respeito. ⁸³ No contexto da expansão da interdependência global, é útil reconhecer o papel que a cooperação financeira e técnica poderia desempenhar no avanço do direito ao desenvolvimento.

76. Embora o processo de desenvolvimento tenha de ser nacionalmente de propriedade e impulsionado por necessidades, programas e prioridades nacionais, ele tem de ser complementado por relações econômicas e um ambiente econômico favorável a nível internacional, inclusive via cooperação internacional aprimorada em matéria tributária.⁸⁴ A nível internacional, reivindicar o direito ao desenvolvimento da justiça social implica, entre

outras coisas, formulando políticas econômicas sólidas que promovem o crescimento com equidade. Significa a realização de reformas democráticas das instituições financeiras multilaterais; tornando inclusive a globalização; baseando a cooperação internacional na solidariedade internacional; remoção de iniquidades e assimetrias no comércio global; prevenção da corrupção; eliminação de paraísos fiscais, evasão fiscal e evasão fiscal; transferência de tecnologia; e cancelamento da dívida externa, no mínimo o dos países menos desenvolvidos.⁸⁵

77. A codificação do direito ao desenvolvimento é importante para tornar esse direito uma realidade para todos, especialmente para os pobres, mais vulneráveis e marginalizados, a fim de não deixar ninguém para trás. Seria benéfico se a responsabilização pela manutenção do direito ao desenvolvimento também se concentrasse nas discussões que levam a um instrumento legalmente vinculativo.⁸⁶

78. Tal instrumento servirá para codificar nacionalmente um direito de viabilizar o respeito de outros direitos humanos e ajudar na codificação internacional de uma abordagem para a redução das iniquidades e a eliminação da discriminação. Também codificará pela primeira vez um conceito holístico e integral de desenvolvimento em um instrumento legalmente vinculativo e oferecerá uma oportunidade para estabelecer referências nacionais para a implementação desse direito.⁸⁷

79. A codificação do direito ao desenvolvimento torna-se particularmente relevante diante dos desafios colocados pela globalização. Fornecerá um arcabouço legal com potencial para humanizar o mercado global e reforçará as obrigações de cooperação internacional relativas ao desenvolvimento sustentável.⁸⁸ Isso adquire nova relevância no contexto da pandemia COVID-19 e suas consequências.

80. O foco na responsabilidade do Estado-Membro no direito do tratado de direitos humanos restringe a integração dos direitos humanos ao esforço de desenvolvimento internacional e, portanto, de cumprir a promessa de proteção aos prejudicados afetados pela globalização. O valor agregado potencial de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento também poderia estar na complementação do atual regime de direitos humanos com tal instrumento que, ao reiterar a responsabilidade primária de um Estado de proteger e promover os direitos humanos, pode se inspirar em princípios derivados da cooperação internacional ao desenvolvimento, incluindo a responsabilização mútua, alinhamento de políticas entre países parceiros e parcerias internacionais inclusivas.⁸⁹

81. Um instrumento juridicamente vinculativo servirá para extrair a dimensão coletiva do direito ao desenvolvimento e possibilitar a elaboração de seus aspectos coletivos. O potencial normativo de um instrumento vinculante sobre o direito ao desenvolvimento relaciona-se principalmente às dimensões externas da direita, ou seja, aos seus aspectos solidários. Traduzir a noção de solidariedade em um dever de cooperar e se engajar ativamente em parcerias internacionais fortalecidas em apoio ao desenvolvimento representaria outro resultado notável da codificação do direito ao desenvolvimento. Também pode ser vista como uma espécie de solidariedade preventiva que reduz a vulnerabilidade dos países a crises ambientais e desastres naturais e proporciona maior resiliência no futuro.⁹⁰

VII. Conclusões.

82. Um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento criaria um ambiente propício para o desenvolvimento e condições mais favoráveis para todos os

direitos humanos. Facilitaria uma abordagem holística para abordar as causas sistêmicas e estruturais da pobreza; fortalecer a base para o crescimento inclusivo com a devida atenção aos direitos dos pobres, vulneráveis e marginalizados; ajudar a reduzir a discriminação; promover a igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres; e servem para reafirmar os princípios da autodeterminação e da soberania plena sobre a riqueza e os recursos naturais. Pode-se esperar aumentar os laços amigáveis entre as partes dos Estados e impulsionar a solidariedade internacional e a cooperação, especialmente em áreas de especial preocupação para os países em desenvolvimento, em particular para países em desenvolvimento, países menos desenvolvidos e estados em desenvolvimento de pequenas ilhas, por meio de medidas como: (a) Estender a assistência oficial ao desenvolvimento; (b) Melhorar o acesso à ciência, tecnologia e inovação; (c) Fornecimento de transferência de tecnologia em termos preferenciais e concessionários; (d) Construção de capacidades; (e) Promover um sistema de negociação universal, aberto, baseado em regras, não discriminatório e equitativo; (f) Aprimorando a política e a coerência institucional; (g) Colocar em prática a sustentabilidade da dívida de longo prazo.

83. Garantir um progresso duradouro através da implementação do direito ao desenvolvimento também exigiria políticas limpas e de boa governança e de desenvolvimento eficazes a nível nacional, além de relações econômicas equitativas e um ambiente econômico favorável e favorável a nível internacional.

84. Todos os Estados-Membros têm o dever de cooperar na eliminação de obstáculos ao desenvolvimento. Nesse contexto, a cooperação internacional tem um papel muito importante a desempenhar no avanço do direito ao desenvolvimento e à sua realização. A concretização desse direito, por sua vez, fortaleceria e revitalizaria a parceria global para o desenvolvimento.

85. A implementação precoce e a realização do direito ao desenvolvimento adquirem uma urgência renovada, tendo em vista o desafio multidimensional de erradicar a pobreza extrema e atender aos cronogramas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável decorrentes da pandemia COVID-19, e das ameaças contemporâneas representadas pela potencial perturbação climática e declínio da biodiversidade.

86. Como o desenvolvimento é um conceito dinâmico, sua reflexão em um instrumento legalmente vinculativo precisaria equilibrar adequadamente os aspectos centrais inalienáveis do desenvolvimento, mantendo a flexibilidade de sua adaptação futura em um mundo em mudança.

87. A codificação do direito ao desenvolvimento em um instrumento legalmente vinculativo, e a possível criação de um novo órgão de tratado associado a ele, ajudariam a canalizar e fornecer coerência aos esforços da comunidade mundial para construir uma ordem econômica, social, ambiental e jurídica internacional propícia à plena realização de todos os direitos humanos, especialmente o direito ao desenvolvimento.

88. Um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento deve ser equilibrado e flexível, encorajar uma forte abordagem multilateral e ser lançado a um nível que facilitaria a sua aceitação por um número suficiente de Estados-Membros. 89. A codificação precoce de um instrumento legalmente vinculativo sobre o direito ao desenvolvimento seria um passo importante na direção certa e contribuiria para enfrentar de forma mais eficaz o desafio de garantir para todos – as gerações presentes e futuras – uma vida de dignidade em um ambiente limpo, seguro, seguro e saudável. “

Referências:

"50 World Social Report 2020: Inequality in a Rapidly Changing World (United Nations publication, Sales No. E.20.IV.1). 51 Global Sustainable Development Report: The Future is Now. 52 World Economic Situation and Prospects 2020 (United Nations publication, Sales No. E.20.II.C.1). 53 Ibid., p. iv. 54 Global Sustainable Development Report: The Future Is Now, pp. xi and xx. 55 UN News, "COVID-19 pandemic exposes global 'frailties and inequalities': UN deputy chief", 3 May 2020. 56 United Nations, Shared Responsibility, Global Solidarity: Responding to the Socio-economic Impacts of COVID-19 (March 2020). 57 Realizing the Right to Development: Essays in Commemoration of 25 Years of the United Nations Declaration on the Right to Development (United Nations publication, Sales No. E.12.XIV.1). 58 Statement by Bolivarian Republic of Venezuela on behalf of the Non-Aligned Movement, twentieth session of the Working Group on the Right to Development, Geneva, 29 April 2019. 59 This has been repeatedly affirmed by NAM summits. The current membership of the Non-Aligned Movement constitutes just over 62 per cent of membership in the United Nations. 60 The Group of 77 consists of 134 Member States and is currently the largest intergovernmental organization of developing countries at the United Nations. 61 The Non-Aligned Movement consists of 120 member States, 17 observer States and 10 international organizations with observer status. 62 www.g77.org/statement/getstatement.php?id=160922 (accessed on 7 July 2020). 63 NAM 2019/CoB/Doc.11. 64 NAM 2019/CoB/Doc.1, paras. 977.1, 980.14 and 980.15. 65 See note verbale dated 4 June 2019 from the Permanent Delegation of the European Union, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. The Permanent Delegation also expressed regret that in Human Rights Council resolution 39/9, the Council had prejudged the outcome of the ongoing discussions in the Working Group on the Right to Development, adding that divergent views in the understanding of the right to development remained, with fundamental differences on issues such as the role of indicators, the content of the right to development, its implications as well as appropriate instruments to realize that right. (As at 1 January 2020, the European Union consisted of 28 Member States of the United Nations.) 66 Note verbale dated 31 May 2019 from the Permanent Mission of Switzerland, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva (in French). Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 67 Note verbale dated 11 June 2019 from the Permanent Mission of Liechtenstein, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 68 Note verbale dated 31 May 2019 from the Permanent Mission of Mexico, Geneva, to the Working Group on the Right to Development, Geneva. 69 Statement by the Bolivarian Republic of Venezuela on behalf of the Non-Aligned Movement. 70 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 65 See note verbale dated 4 June 2019 from the Permanent Delegation of the European Union, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. The Permanent Delegation also expressed regret that in Human Rights Council resolution 39/9, the Council had prejudged the outcome of the ongoing discussions in the Working Group on the Right to Development, adding that divergent views in the understanding of the right to development remained, with fundamental differences on issues such as the role of indicators, the content of the right to development, its implications as well as appropriate instruments to realize that right. (As at 1 January 2020, the European Union consisted of 28 Member States of the United Nations.) 66 Note verbale dated 31 May 2019 from the Permanent Mission of Switzerland, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva (in French). Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 67 Note verbale dated 11 June 2019 from the Permanent Mission of Liechtenstein, Geneva, to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 68 Note

verbale dated 31 May 2019 from the Permanent Mission of Mexico, Geneva, to the Working Group on the Right to Development, Geneva. 69 Statement by the Bolivarian Republic of Venezuela on behalf of the Non-Aligned Movement. 70 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 71 General statement by India at the twentieth session of the Working Group on the Right to Development, Geneva, 29 April 2019. 72 African Court on Human and Peoples' Rights, African Centre for Minority Rights Development and Others v. Kenya (2009), AHRLR 75 (ACtHPR 2009); and African Commission on Human and Peoples' Rights v. Republic of Kenya, ACtHPR, Application No. 006/2012 (2017). 73 Paul Quintos, "Reclaiming the right to development", *Our World*, 21 November 2011. 74 Statement by the Bolivarian Republic of Venezuela on behalf of the Non-Aligned Movement. 75 www.un.org/en/events/righttodevelopment/pdf/rtd_at_a_glance.pdf (accessed on 7 July 2020). 76 Statement by the Bolivarian Republic of Venezuela on behalf of the Non-Aligned Movement. 77 General statement by India at the twentieth session of the Working Group on the Right to Development, Geneva, 29 April 2019. 78 Letter dated 29 May 2019 from Amnesty International to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. Available at www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/AdvisoryCommittee/Pages/RightToDevelopment.aspx. 79 The Declaration on the Right to Development, despite having been adopted by an overwhelming majority vote, has remained controversial for a few, with a particularly harsh critic alleging that it contains too much ambiguity over basic issues, such as whether it is a collective or an individual right (S. Fukuda-Parr, "The right to development: reframing a new discourse for the twenty-first century", *Social Research: An International Quarterly*, vol. 79 (2012), pp. 839–864). 80 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. 81 Letter dated 29 May 2019 from Amnesty International to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. 82 Ibid. 83 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII. 84 General statement by India at the twentieth session of the Working Group on the Right to Development, Geneva, 29 April 2019. 85 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII. 86 Letter dated 29 May 2019 from Amnesty International to the secretariat of the Advisory Committee to the Human Rights Council, Geneva. 87 Submission by Associazione Comunità Papa Giovanni XXIII. 88 Ibid. 89 Ibid. 90 Ibid. "

4. Contribuição do desenvolvimento para o gozo dos direitos humanos. Estudo do Comitê Assessor do Conselho de Direitos Humanos. Conselho de Direitos Humanos 4ª sessão 24 de junho a 12 de julho de 2019. A/HRC/41/50 [G1913214.pdf \(un.org\)](https://www.un.org/ruhr/1913214.pdf) em espanhol: <https://daccess-ods.un.org/tmp/4944689.27383423.html>

"A. Conclusões. 47. As questões abordadas na implementação do direito ao desenvolvimento abordam todos os aspectos da economia global e da política doméstica que afetam a melhoria constante do bem-estar de toda a população e de todos os indivíduos. O imperativo para alcançar tanto o desenvolvimento quanto a realização dos direitos humanos não é sem tensão e esperanças irrealistas. A resistência das instituições globais e regionais criadas para outros fins que não a promoção dos direitos humanos, e dos governos que criam essas instituições, é inevitável. 48. É fundamental engajar o maior número possível de países para gerenciar o papel cada vez mais ativo da comunidade internacional em questões fundamentais relacionadas ao desenvolvimento e à segurança humana. O desenvolvimento é, entre outras coisas, uma questão de mudança social e tem um papel básico na promoção do gozo dos direitos humanos.

Usar lições aprendidas com experiências positivas e negativas para agir de forma mais eficaz tem o potencial de melhorar as condições de vida. Embora o aspecto econômico seja importante, não é o único fator no desenvolvimento humano. Experiências de intercâmbio internacional muitas vezes têm efeitos mais profundos e duradouros no desenvolvimento. 49.

Os direitos humanos estão no início do processo de desenvolvimento, não no final. O processo e os objetivos relativos ao desenvolvimento devem ser baseados em direitos humanos. Práticas promissoras têm demonstrado que uma abordagem baseada em direitos humanos, interna e internacionalmente, leva a melhores esforços de desenvolvimento sustentável e maiores retornos sobre os investimentos. Os princípios e normas de direitos humanos orientam sobre o que deve ser feito para alcançar a liberdade e a dignidade de todos, construindo as capacidades das instituições públicas e privadas, fortalecendo a coesão social com foco nos grupos mais marginalizados, ancorando os direitos dos direitos humanos no âmbito de leis e instituições e estabelecendo processos democráticos.

1. O desenvolvimento é propício para a prosperidade de um Estado. 50. O desenvolvimento de cada Estado é propício para melhorar os padrões de vida e o bem-estar de sua população. A pobreza e o atraso podem levar um país a cair no caos. Somente em uma situação de paz e estabilidade pode um Estado e sua sociedade estabelecerem o ambiente básico necessário para o gozo de todos os direitos humanos. O desenvolvimento e a estabilidade de um Estado estão intimamente relacionados com o gozo dos direitos humanos. Portanto, o desenvolvimento econômico e social sustentável de um país, juntamente com a democracia e o Estado de Direito, é propício para melhor equilibrar as relações sociais entre todos os níveis da sociedade, para criar uma sociedade justa, próspera e harmoniosa, e para proteger melhor os direitos humanos e melhorar o gozo dos direitos humanos.

Referencias: 37 Contribution from China. 38 See http://p.china.org.cn/2017-12/10/content_50095729.htm. 39 Bamazi Kossi Tcha, "The realization of South-South development rights: examples of poverty alleviation, health, education and job creation", available at http://www.chinahumanrights.org/html/2017/PAPERS_1212/9849.html.

51. O nível de desenvolvimento nacional determina o nível de gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais em um país. Quando um Estado melhora seu nível de desenvolvimento, tem uma capacidade reforçada para melhorar ainda mais o gozo dos direitos econômicos, sociais e culturais. 52. O desenvolvimento de um Estado também diz respeito ao gozo dos direitos civis e políticos dentro de sua jurisdição. O desenvolvimento é propício para elevar o nível de educação da população e seus valores culturais e morais. O desenvolvimento geral de um país, especialmente nas áreas de educação, cultura e metodologia jurídica (conhecimento) pode promover e fornecer uma base moral para a democracia, o Estado de Direito e a boa governança dentro do país, melhorando a compreensão das pessoas sobre seus direitos humanos e sua disposição de exercê-las conscientemente. O desenvolvimento deve facilitar a evolução mental e moral positiva de cada ser humano no interesse das gerações atuais e futuras, e deve contrariar as ameaças ao progresso da humanidade. Nesse sentido, o desenvolvimento pode servir de base para o gozo dos direitos políticos. O desenvolvimento também fornece uma base material para a realização de direitos civis e políticos.

2. O desenvolvimento contribui proativamente para o gozo de todos os direitos humanos. 53. Desenvolvimento e direitos humanos são dois grandes aglomerados que levam a uma sociedade justa harmoniosa. Ambos os aglomerados dependem e promovem um ao outro. O desenvolvimento não é simplesmente o desenvolvimento econômico de um Estado, ou qualquer projeto de desenvolvimento específico, mas o desenvolvimento abrangente da população, incluindo indivíduos e sociedade. O desenvolvimento é o processo de promoção e avanço dos direitos humanos e é a forma fundamental de concretizar os direitos humanos; o desenvolvimento econômico é uma base necessária para a plena realização dos direitos humanos. A promoção dos direitos humanos é o propósito do desenvolvimento, e é um

processo gradual e natural que ocorre no curso do desenvolvimento. Seria injusto ver as questões de desenvolvimento e as questões dos direitos humanos como contraditórias. É errado afirmar que não há desenvolvimento sem direitos humanos, ou que não há direitos humanos sem desenvolvimento.

54. À medida que um país se desenvolve, emergem mais condições para o gozo dos direitos humanos. Se os princípios da boa governança e da proteção dos direitos humanos fossem um edifício alto, seria difícil construir uma superestrutura sem o desenvolvimento econômico e social como base firme. Ao garantir uma base sólida e estável para o desenvolvimento, os diversos esforços para proteger os direitos humanos em um país serão mais eficazes. 55. A erradicação da pobreza está entre os requisitos mais importantes para o desenvolvimento e uma condição substancial para o gozo dos direitos humanos. As experiências de muitos países pobres e menos desenvolvidos mostram que a pobreza é um grande obstáculo para o gozo de todos os direitos humanos. A pobreza gera conflitos e violência que colocam em risco os direitos humanos, e o desenvolvimento é necessário para eliminar a pobreza.

Quando uma pessoa que vive em extrema pobreza não tem condições básicas de vida, alimentos para comer, educação básica e cuidados médicos, ele ou ela é incapaz de se exercitar e desfrutar de seus direitos humanos básicos. 56. A pobreza em um país ou região não fornece ao Estado ou autoridade regional uma justificativa ou uma desculpa para violar os direitos humanos. No entanto, o gozo dos direitos humanos básicos é severamente constrangido pela falta de condições básicas de sobrevivência, como alimentos, roupas e desenvolvimento. A pobreza tem dado espaço para violações dos direitos humanos. 57. A comunidade internacional deve cooperar para promover o desenvolvimento comum de todos os países por meio de cooperação plena, aberta e igualitária, incluindo assistência econômica e social aos países em desenvolvimento, cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e melhoria das condições para o gozo de todos os direitos humanos. A fim de promover o desenvolvimento comum de todos os países e garantir o gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, os governos de todos os Estados devem cooperar uns com os outros e realizar intercâmbios em pé de igualdade para promover o desenvolvimento econômico e social mútuo entre todos os países e, em geral, melhorar as condições para o gozo de todos os direitos humanos por todos.

58. A cooperação Sul-Sul abre novas oportunidades para os países em desenvolvimento erradicarem a pobreza e alcançarem o desenvolvimento. A cooperação Sul-Sul é um importante canal para os países em desenvolvimento em seu objetivo de auto-confiança e progresso social. A compreensão mútua e a cooperação entre os países em desenvolvimento, atribuindo importância à realização universal do direito ao desenvolvimento, devem estar focadas na criação de condições adequadas para a promoção do desenvolvimento e do pleno gozo dos direitos humanos.

B. Recomendações. 59. Os mecanismos das Nações Unidas, a OHCHR e todas as partes interessadas devem desempenhar um papel crescente na promoção do desenvolvimento comum de todos os países, em particular: (a) A Assembleia Geral, o Conselho Econômico e Social e o Conselho de Direitos Humanos devem atribuir a devida importância à consideração construtiva do direito às questões de desenvolvimento e desenvolvimento e à sua visibilidade; (b) A OHCHR deve promover, em pé de igualdade, a realização do desenvolvimento com uma abordagem baseada em direitos humanos em todos os países, e a proteção dos direitos humanos com uma abordagem baseada no desenvolvimento, e trabalhar para a capacitação e melhoria das condições para o gozo dos direitos humanos em todos os países, inclusive com

base na coordenação entre agências dentro do sistema das Nações Unidas que têm relevância direta para o gozo dos direitos humanos no contexto o direito ao desenvolvimento, conforme delineado pelo Conselho de Direitos Humanos em sua resolução 39/9 sobre o direito ao desenvolvimento;

c Ao tratar de questões temáticas e nacionais, os procedimentos especiais de direitos humanos e os órgãos de tratado devem levar em conta e ser guiados pelo conceito do "nível de desenvolvimento nacional" e estatísticas de desenvolvimento das agências de desenvolvimento das Nações Unidas relevantes. 60. De acordo com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas, todos os Estados têm as mesmas obrigações e responsabilidades para a promoção e proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais e devem fazer os mesmos esforços para alcançar os direitos consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, na Declaração e Programa de Ação de Viena e em vários outros instrumentos internacionais de direitos humanos, sem discriminação ou distinção.

61. Ao mesmo tempo, uma vez que diferentes países possuem diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, existem certos obstáculos materiais e restrições condicionais que impedem a realização dos direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais, e especialmente nos países em desenvolvimento. Todos os países devem estar envolvidos na luta pelo desenvolvimento. A erradicação da pobreza extrema deve ser a prioridade para criar melhores condições para a plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais em todos os países. 62. As Nações Unidas devem continuar a atribuir a importância adequada à assistência aos países em desenvolvimento no contexto de seus desafios específicos na proteção dos direitos humanos.

63. Alcançar o desenvolvimento nacional para uma melhor promoção e proteção dos direitos humanos deve ser uma meta para os governos em seu planejamento de desenvolvimento. As agências das Nações Unidas, especialmente as responsáveis pelo desenvolvimento e pelos direitos humanos, devem fazer suas contribuições práticas para a proteção dos direitos humanos em todos os países, a fim de alcançar o desenvolvimento universal, eliminar as violações dos direitos humanos e fornecer condições para o respeito aos direitos humanos. 64. Na fase atual de avaliação de diferentes escopos, mecanismos e quadros do discurso desenvolvimentista, o foco incremental na contribuição do desenvolvimento para o gozo de todos os direitos humanos na implementação do direito ao desenvolvimento pode ser fortalecido através de: (a) Aumentar a clareza conceitual e a consistência metodológica e promover uma experiência institucional positiva, particularmente no que diz respeito à força-tarefa de alto nível na implementação do direito ao desenvolvimento. As lições aprendidas com esses três elementos podem ajudar o Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento a melhorar e fortalecer ainda mais seus esforços colaborativos para cumprir seu mandato de acordo com a Comissão de Direitos Humanos resolução 1998/72 e a resolução 4/4 do Conselho de Direitos Humanos; (b) Desenvolvimento de conjuntos separados de diretrizes com fios de implementação contextualizados. Documentos futuros poderiam assumir a forma de resultados multissetoriais de natureza jurídica variada, conforme apropriado ao contexto específico em que se destinam a operar, podendo integrar os direitos humanos ao discurso de desenvolvimento por meio de um quadro sobre o direito ao desenvolvimento estabelecido pela força-tarefa de alto nível e endossado pelo Grupo de Trabalho; (c) Promover um processo interdisciplinar e multi-stakeholder para adotar uma abordagem baseada em direitos humanos para concretizar o direito ao desenvolvimento, incluindo a engenharia institucional dos papéis complementares dos atuais mecanismos de direitos humanos, eventualmente substituindo a força-tarefa de alto

nível por um órgão especialista ad hoc; (d) Apoiar a iniciativa do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento de continuar as consultas regionais sobre as boas práticas na implementação prática do direito ao desenvolvimento, a fim de identificar um conjunto abrangente de boas práticas.

65. A seção OHCHR responsável pelo desenvolvimento e o direito ao desenvolvimento deve ser reforçada em termos de pessoal e recursos financeiros e outros. 66. Deve ser realizado um estudo de viabilidade sobre a criação de um órgão de pesquisa e implementação (como um fundo de desenvolvimento para os direitos humanos) no sistema das Nações Unidas, em particular no âmbito da OHCHR, que seria responsável por estudar e implementar a contribuição do desenvolvimento para o pleno gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais. O Conselho de Direitos Humanos poderia considerar a possibilidade de ampliar as responsabilidades do Grupo de Trabalho sobre o Direito ao Desenvolvimento e do Relator Especial sobre o direito ao desenvolvimento, a incluir: (a) Fornecer informações básicas sobre o desenvolvimento e o gozo dos direitos humanos em todos os países aos organismos das Nações Unidas, especialmente no campo dos direitos humanos; (b) Fornecer dados e dados de desenvolvimento nacional sobre direitos humanos como material de fundo relevante para consideração por procedimentos especiais de direitos humanos ao tratar de questões de direitos humanos; (c) Apoiar o desenvolvimento nacional e a promoção dos direitos humanos; (d) Conduzir projetos de desenvolvimento e capacitação no campo dos direitos humanos em diversos países; (e) Estabelecer contato regular com várias agências especializadas de desenvolvimento das Nações Unidas e criar uma plataforma de compartilhamento de informações. 67. Um seminário deve ser realizado sobre desenvolvimento e promoção dos direitos humanos, e deve continuar a ser dada atenção ao tema no nível acadêmico.

68. O Conselho de Direitos Humanos deve instruir o Comitê Consultivo a continuar sua pesquisa relevante com base no presente relatório e convidar os Estados a estabelecer orientações sobre as atividades das Nações Unidas e governos relativos à contribuição do desenvolvimento para o gozo dos direitos humanos, levando em consideração as seguintes: atividades e pontos de vista expressos pela comunidade internacional, incluindo em comemoração ao 70º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos; atitudes dos países em relação à Declaração Universal dos Direitos Humanos e outros instrumentos internacionais de direitos humanos; e progressos periódicos feitos em relação à Agenda 2030.

O peso de uma nomenclatura: conotações racistas, estigma e a limitação de esforços para o que importa

Paula Reges, Luana Bermudez, Luiz Augusto Galvão

Ainda Monkeypox?

Os movimentos da comunidade científica e civil ao redor da mudança do nome da *Monkeypox* seguem ativos. Para criticarmos e advogarmos pela mudança do nome, é importante compreendermos o que há de processo para essa modificação.

Em 2015, a OMS, em consulta e colaboração com a Organização Mundial de Saúde Animal e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação identificaram as melhores práticas para a nomeação de novas doenças humanas. Estes concluem:

- se o patógeno causador for conhecido, deve ser usado como parte do nome da doença com descritores adicionais; por exemplo, síndrome respiratória do novo coronavírus;
- os nomes devem ser curtos (número mínimo de caracteres) e fáceis de pronunciar; por exemplo, H7N9;
- acrônimos em potencial devem ser avaliados para garantir que também cumpram essas melhores práticas
- localizações geográficas, como cidades, países, regiões e continentes devem ser evitadas; exemplos anteriores pobres incluem encefalite de Murray Valley e gripe espanhola
- nomes de pessoas (como doença de Chagas) e nomes de espécies (como gripe suína e gripe aviária) devem ser evitados.

A nomeação da doença causada pelo SARS-CoV-2, COVID-19, não incluiu o nome do patógeno. Mas cumpriu os outros critérios e, felizmente, não foi chamado de doença de Wuhan ou vírus da China.

A OMS não é diretamente responsável por nomear ou renomear vírus, clados de vírus e as doenças que esses vírus causam. A nomeação das espécies de vírus é responsabilidade do Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus (<https://ictv.global>).

Monkeypox é um membro da família dos orthopoxvirus e relacionado com a varíola, que foi erradicada em 1979. Ao contrário de outras doenças, como causadas por parasitas artrópodes, a exemplo da malária (*Plasmodium falciparum*) ou por bactérias como *Staphylococcus aureus*, ainda não há um sistema de atribuição de nomes latinizados binomiais (duas palavras) aos vírus.

Um subcomitê do Comitê Internacional de Taxonomia de Vírus está em processo de finalização de uma proposta de novos nomes binomiais para todos os poxvírus, incluindo a varíola dos macacos.

A maioria das condições virais têm nomes diferentes para a doença que causa e para o próprio vírus. No caso do novo coronavírus que causa a atual pandemia, o nome abreviado da doença é Covid-19 (coronavirus disease), enquanto o vírus é denominado coronavírus 2 da síndrome respiratória aguda grave (severe acute respiratory syndrome coronavirus 2 - SARS-CoV-2), como pode ser consultado neste [link](#).

Monkeypox não é um vírus novo; foi descoberto em 1958. Embora, aparentemente, o nome *monkeypox* não pareça estigmatizante (além de macacos), alguns apontaram que os macacos raramente são associados ao mundo ocidental, e essa associação com o Sul global pode ser vista como problemática. A palavra macaco também foi empregada em insultos racistas contra pessoas de cor.

Ademais, *Monkeypox* também é um equívoco porque os macacos não são o hospedeiro natural da doença, que provavelmente está em roedores, o que não foi totalmente elucidado. O nome do vírus foi dado porque foi identificado pela primeira vez em macacos de laboratório em Copenhague.

Há ainda um problema com os nomes dos clados do vírus. Os dois principais clados eram nomeados em homenagem à África Ocidental (West Africa) e à Bacia do Congo (Congo Basin), esta última associada a manifestações mais graves da doença. Isso contraria os esforços da OMS para evitar nomear doenças virais após países ou continentes. Foi por isso, que em 12 de agosto, um grupo de especialistas globais convocado pela OMS concordou com novos nomes para as variantes do vírus da varíola dos macacos, como parte dos esforços contínuos para alinhar os nomes da doença, vírus e variantes da varíola dos macacos – ou clados – com as melhores práticas atuais. Os especialistas concordaram em nomear os clados usando algarismos romanos.

A melhor prática atual é que vírus recém-identificados, doenças relacionadas e variantes de vírus devem receber nomes com o objetivo de evitar ofender qualquer grupo cultural, social, nacional, regional, profissional ou étnico e minimizar qualquer impacto negativo no comércio, viagens, turismo ou bem-estar animal.

Assim, especialistas em virologia da varíola, biologia evolutiva e representantes de institutos de pesquisa de todo o mundo revisaram a filogenia e a nomenclatura das variantes/clados conhecidos e novos do vírus da varíola dos macacos. Houve discussão sobre as características e a evolução das variantes consideradas, suas aparentes diferenças filogenéticas e clínicas e possíveis consequências para a saúde pública e futuras pesquisas virológicas e evolutivas.

O grupo chegou a um consenso sobre uma nova nomenclatura para os clados de vírus que está de acordo com as melhores práticas. Eles concordaram em como os clados de vírus deveriam ser registrados e classificados em sites de repositórios de sequências genômicas.

Para se referir ao antigo clado da Bacia do Congo (África Central) como Clado um (I) e o antigo clado da África Ocidental como Clado dois (II). Além disso, foi acordado que o Clado II consiste em dois subclados.

A estrutura de nomenclatura adequada será representada por um numeral romano para o clado e um caractere alfanumérico minúsculo para os subclados. Assim, a nova convenção de nomenclatura compreende Clado I, Clado IIa e Clado IIb, com o último referindo-se principalmente ao grupo de variantes que circulam amplamente no surto global de 2022. A nomeação das linhagens será proposta pelos cientistas à medida que o surto evoluir. Os especialistas serão convocados novamente conforme necessário. Os novos nomes para os clados devem entrar em vigor imediatamente enquanto o trabalho continua nos nomes de doenças e vírus.

Outro ponto é que, infelizmente, muitos meios de comunicação usam fotos de africanos, muitas vezes crianças, com a erupção cutânea reveladora. Isso aumenta a percepção de que

esta é uma “doença africana” que escapou para o mundo ocidental e não expõe as características atuais do surto.

Apesar dos critérios de nomenclatura da OMS anunciados em 2015, a agência não conseguiu alterar o nome da Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), causada por um coronavírus de camelo. De fato, um dos maiores surtos de MERS ocorreu na Coreia do Sul.

Uma das principais razões apontadas para não mudar o nome é que poderia desconectar futuros pesquisadores de trabalhos de pesquisa escritos ao longo de mais de cinco décadas. Este parece um argumento fraco porque é quase certo que futuros pesquisadores estarão cientes do nome original. Outro desafio é que o nome precisaria ser alterado na Classificação Internacional de Doenças (CID) que é usada em todo o mundo para faturamento médico e estudos de epidemiologia clínica.

Enquanto ainda aguardamos as próximas semanas, a OMS contribuiu na divulgação do link de proposição em consulta aberta para novos nomes à doença, que sigam as orientações dentro do CID-11. [Aqui](#) pode ser encontrado o endereço para tal contribuição.

Ao longo deste longo processo de mudança de nome, a prevenção e o controle da *monkeypox* permanecem os mesmos:

- vigilância;
- detecção dos casos, seguimento do isolamento e rastreamento de contatos;
- orientações e esclarecimentos;
- vacinação de contatos próximos e tratamento de doenças graves com medicamentos antivirais.

Envolvimento com movimentos sociais e comunidades mais afetadas pelo vírus é fundamental. É crucial prevenir o estigma e a discriminação, não só por causa do nome do vírus em si, mas daqueles que são mais vulneráveis à infecção e ao preconceito

Fase de lua de mel no INB?

No mundo atual lidamos com três Emergências em Saúde Pública de Interesse Internacional (ESPII): Covid-19, Poliomielite e Monkeypox. Neste contexto, como abordado também em nossos informes anteriores, o Órgão de Negociação Intergovernamental (INB - Intergovernmental Negotiating Body) da OMS concordou em negociar e redigir um tratado de pandemia juridicamente vinculativo. É dito este ser o apelo à ação da saúde global com maior possibilidade transformadora desde que a própria OMS foi formada como a primeira agência especializada das Nações Unidas em 1948. É oportunidade de transformar uma crise pandêmica em uma reforma fundamental, assumindo compromissos genuínos uns com os outros, com seus cidadãos e com a comunidade global.

A coordenação da pandemia deve ser melhorada de várias maneiras, desde a capacidade dos países de detectar e relatar surtos de doenças até o compartilhamento de dados e vacinas, entretanto, não há alinhamento sobre quais normas vinculativas os governos estariam dispostos a concordar. As nações abrirão mão de alguma medida de flexibilidade individual e soberania nacional em favor da ação coletiva global?

Se amplamente adotado, um novo tratado de pandemia aumentaria muito a coordenação global e a segurança da saúde. A Covid-19 devastou o planeta em parte porque muitos governos se recusaram a compartilhar informações entre si e com a Organização Mundial

da Saúde; não conseguiram implantar contramedidas para rastrear a progressão do SARS-CoV-2,; e tentaram acotovelar-se à frente da linha de fornecimento de vacinas, muitas vezes minando mecanismos globais de compartilhamento como o COVAX. Essas fraquezas podem ser enfrentadas de forma equitativa e justa, mas somente se os países concordarem com o que deve ser feito e seguirem fielmente.

Primeiro, o planejamento e as negociações para um tratado de pandemias devem incluir não apenas os governos, mas também as principais partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil e comunidades afetadas. Uma razão pela qual o direito internacional tem sido questionável e enfraquecido como representatividade polísona global é que ele é percebido pela formação por elites em centros como Nova York e Genebra. Até agora, o Órgão de Negociação Intergovernamental agiu de maneira razoavelmente inclusiva, convidando a contribuições de organizações da sociedade civil, sociedades profissionais e até mesmo críticos. Mas é necessária uma participação mais significativa e inclusiva, corroborando a qualidade profissional de outros centros, fazendo jus a representação, por exemplo, do Sul Global.

Em segundo lugar, qualquer tratado deve ser formado com compromissos críveis e mecanismos de prestação de contas. Isso inclui o compartilhamento equitativo de patógenos, dados de sequenciamento genômico e informações científicas, além de compartilhar os benefícios da pesquisa em saúde pública. Os países exportadores de vacinas, por exemplo, costumam anunciar sua intenção de compartilhar contramedidas médicas, incluindo vacinas, mas a pandemia de Covid-19 mostrou que muitas vezes são reticentes em fazê-lo em uma crise. Mas isso pode mudar no período interpandêmico, apoiando a retórica com compromissos legais exequíveis que protegem os acordos de compras que os países importadores de vacinas fizeram.

Um tratado também poderia aumentar a capacidade de mais países – especialmente em países de baixa e média renda – de produzir diagnósticos, terapias e vacinas, construídos por um compromisso global de fundos, experiência e transferência de tecnologia. Além da potência para criar e sustentar sistemas de alerta precoce para surtos de doenças que relatam informações aos países vizinhos e à OMS em tempo real.

Terceiro, os governos podem assumir compromissos ainda mais profundos para evitar novos surtos, o que é sempre melhor do que ter que responder a eles. É possível encontrar acordos sobre manejo de animais e terras, mercados úmidos de animais vivos e até mesmo desmatamento que poderia impedir a propagação zoonótica de populações de animais para humanos. A regulamentação do uso de antibióticos e antivirais em animais e em humanos pode reduzir a rápida adaptação de micróbios a medicamentos essenciais. O investimento em sistemas de saúde fortes e resilientes em países de baixa e média renda e nações mais vulneráveis econômica e socialmente ajudaria na recuperação de pandemias de forma mais resiliente.

O fim do período de lua de mel reconhece que as barreiras à entrada são altas. Apenas dois tratados vinculantes formados sob a constituição da OMS foram concluídos nos quase 80 anos de história da organização - Framework Convention on Tobacco Control e o Regulamento Sanitário Internacional.

O INB foi amplamente debatido no Seminário 118 do CRIS: [Desafios da regulação da saúde global](#) e pode ser visto no youtube em três idiomas.

De olho no Fundo Intermediário Financeiro para Prevenção, Preparação e Resposta à Pandemias (FIF-PPR)

Enquanto muitos estão de férias no hemisfério norte, as organizações da sociedade civil (OSCs) se mantêm ativas, e participarão de uma consulta oficial, nos dias 16 e 17 de agosto, sobre as discussões em torno do FIF-PPR, fundo criado pelo Banco Mundial.

Nas sessões, pretende-se abordar a governança do Fundo, incluindo número/proporção de assentos, direitos de voto, processo de seleção para assentos de constituintes e protocolos de tomada de decisão; o envolvimento das OSCs no projeto e nas operações do FIF-PPR a longo prazo, incluindo estrutura e cadência das reuniões, transparência e compartilhamento de informações e prestação de contas; e por fim a forma e a função do Painel Consultivo Técnico do FIF-PPR, incluindo sua composição, mandato e interações com o Conselho de Administração e a sociedade civil.

Espera-se que esta consulta seja o início de um processo contínuo para envolver as OSCs em torno do FIF-PPR e que o secretariado e os doadores priorizem estas reuniões como oportunidades críticas para aprender e se envolver com a sociedade civil.

Grito fraco de fome no Chifre da África

A saúde e a vida das pessoas no Grande Chifre da África estão ameaçadas, pois a região enfrenta uma crise alimentar sem precedentes. Para realizar um trabalho urgente e salvar vidas, a OMS está lançando hoje um apelo de financiamento de US\$ 123,7 milhões.

Estima-se que mais de 80 milhões de pessoas nos 7 países da região – Djibuti, Etiópia, Quênia, Somália, Sudão do Sul, Sudão e Uganda – estejam em situação de insegurança alimentar, com mais de 37,5 milhões de pessoas classificadas na fase 3 do [IPC](#) (Integrated Food Security Phase Classification), um estágio de crise em que as pessoas têm de vender os seus bens para se alimentarem a si próprias e às suas famílias, e onde a desnutrição é abundante.

Impulsionada por conflitos, mudanças climáticas e a pandemia de COVID-19, esta região tornou-se um foco de fome com consequências desastrosas para a saúde e a vida de seu povo.

“A fome é uma ameaça direta à saúde e à sobrevivência de milhões de pessoas no grande Chifre da África, mas também enfraquece as defesas do corpo e abre as portas para doenças”, disse Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. “A OMS espera que a comunidade internacional apoie nosso trabalho no terreno, respondendo a essa dupla ameaça, fornecendo tratamento para pessoas desnutridas e defendendo-as contra doenças infecciosas”.

Os fundos serão destinados a medidas urgentes para proteger vidas, incluindo o reforço da capacidade dos países para detectar e responder a surtos de doenças, adquirir e garantir o fornecimento de medicamentos e equipamentos que salvam vidas, identificar e preencher lacunas nos serviços de saúde e fornecer tratamento para crianças doentes e gravemente desnutridas.

A região já tem cerca de 4,2 milhões de refugiados e requerentes de asilo, e esse número deve aumentar à medida que mais pessoas são forçadas a deixar suas casas. Quando estão na estrada, as comunidades têm mais dificuldade de acesso aos cuidados de saúde, um serviço já escasso após anos de pouco investimento e múltiplos conflitos. As mudanças climáticas, com as já agora constantes falhas das estações chuvosas, catalisam as crises. Existem surtos de sarampo em 6 dos 7 países, num contexto de baixa cobertura vacinal. Os países estão lutando

simultaneamente contra surtos de cólera e meningite à medida que as condições de higiene se deterioram, com a água potável se tornando escassa e as pessoas saindo de casa a pé para encontrar comida, água e pasto para seus animais.

A OMS já liberou US\$ 16,5 milhões de seu Fundo de Contingência para Emergências para garantir que as pessoas tenham acesso a serviços de saúde, tratar crianças doentes com desnutrição grave e prevenir, detectar e responder a surtos de doenças infecciosas.

Iniciativas Sustentáveis e Soluções Baseadas na Natureza que Beneficiam a Saúde e o Bem-Estar

Danielly de Paiva Magalhães e Luiz Augusto Galvão

Em informes anteriores, trouxemos vários acordos, diálogos e relatórios sobre políticas globais em ambiente que conversam com a Saúde Global. Neste, será um pouco diferente, vamos trazer exemplos práticos de ações que contribuem para mitigação da tripla crise planetária ao mesmo tempo que promovem a conservação da natureza e beneficiam a saúde humana, focando nas Soluções Baseadas na Natureza (*Nature based Solutions*, sigla em inglês *NbS*).

A natureza é um sistema vivo que suporta o funcionamento do Planeta e a vida. NbS envolvem trabalhar com a natureza para enfrentar os desafios sociais, como a pobreza, proporcionando benefícios tanto para o bem-estar humano quanto para a biodiversidade. São ações pautadas na natureza e desenhadas e implementadas com total engajamento e anuência das comunidades locais e dos Povos Indígenas. Especificamente são ações que envolvem a proteção, restauração ou manejo de ecossistemas naturais e seminaturais; a gestão sustentável de sistemas aquáticos e terras de trabalho, como terras agrícolas ou florestas; ou a criação de novos ecossistemas dentro e ao redor das cidades, conectando parques, lagos, estuários etc. A criação de telhados e paredes verdes e o plantio de árvores nas cidades pode moderar os impactos das ondas de calor, capturar águas pluviais e diminuir a poluição. Tais medidas também têm resultados positivos para a saúde mental e física.

NbS também facilitam e catalisam o envolvimento de partes interessadas intersetoriais para unir forças para a implementação de um ambicioso Plano Global de Biodiversidade (GBF) Pós-2020 e avançar para alcançar a Visão da CBD 2050 de 'Viver em harmonia com a natureza'. NbS também oferece um caminho para sinergias entre vários acordos ambientais multilaterais, inclusive para diversidade biológica (CBD), mudança climática (UNFCCC), redução de risco de desastres (Sendai Framework), desertificação (UNCCD) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) mais amplos - e para integrar a conservação da natureza nos processos de tomada de decisão setoriais.

NbS pode fornecer cerca de 30% da mitigação econômica necessários até 2030 para estabilizar o aquecimento global abaixo de 2°C, além de fornecer uma poderosa defesa contra os impactos e perigos de longo prazo das mudanças climáticas, que é a maior ameaça à biodiversidade e à saúde humana. Encontrar maneiras de trabalhar com ecossistemas, em vez de confiar exclusivamente em soluções convencionais de engenharia, pode ajudar as comunidades a se adaptarem aos impactos causados pelas mudanças climáticas. Usar a natureza para cidades verdes também pode resultar em economias significativas de energia e benefícios para a saúde.

Muitos países já estão tomando medidas para incluir o NbS em suas estratégias nacionais para controle climático, sendo importante garantir que essas ações sejam desenvolvidas e implementado com base nos melhores critérios e práticas disponíveis e que sejam interdisciplinares. Aqui vamos apresentar alguns exemplos em saúde



Fonte: [brCarbon](https://brcarbon.org/)

Negociações globais e regionais em soluções baseadas na natureza

Em janeiro de 2022 na ocasião do Fórum de Ministros de Meio Ambiente da América Latina e Caribe, as autoridades ambientais discutiram resoluções para serem apresentadas na quinta sessão da Assembleia das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEA-5.2) em Nairóbi em 28 fevereiro de 2022. Uma resolução sobre NbS foi proposta pelo Peru e Ruanda, juntamente com Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, Peru, Uruguai e outros. As NbS foram um dos principais tópicos da UNEA-5.2, adotando a proposta [resolução focada em soluções baseadas na natureza](#) com o objetivo de proteger, conservar, restaurar, bem como usar e gerenciar ecossistemas de forma sustentável. O acordo exigia que o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) apoiasse a implementação de tais soluções, ajudando a impulsionar sua adoção em todo o mundo.

Na semana do Clima da América Latina e Caribe de 2022, as NbS também foram apontadas como principal solução para avançar nas questões climáticas e para segurança alimentar e foi pedido mais esforços em sua implementação.

Soluções baseadas na natureza e efeitos na saúde

A terceira Conferência Internacional sobre Promoção da Saúde, realizada em Sundsvall, na Suécia, em 1991, teve como temática os Ambientes Favoráveis à Saúde. Nas cidades, o ambiente construído e natural são importantes determinantes da saúde, particularmente entre os grupos desfavorecidos pela pobreza relativa, desemprego, baixo status, gênero, etnia e deficiência ([OMS, 2012](#)). As evidências do impacto do espaço verde e azul fornecidas pelas soluções baseadas na natureza desempenham um papel importante influenciando os resultados da saúde física, como saúde geral, obesidade, peso ao nascer, desenvolvimento comportamental infantil, mas também a prevalência de transtornos mentais em toda a sociedade ([Dzhambov, et al. 2018](#); [Dempsey et al., 2018](#); [Vaeztavakoli, et al., 2019](#)). Pesquisas sugerem que o contato com a natureza pode auxiliar na redução da prevalência de doenças cardiovasculares, musculoesqueléticas, respiratórias e outras, especialmente entre grupos com maior acesso a espaços verdes e baixo nível socioeconômico ([Sandifer et al., 2015](#)).

Outro estudo, avaliando 50 referencias mostrou que a proximidade das pessoas com ambientes naturais está associada a menor estresse, recuperação mais rápida de eventos psicológicos, melhoria da qualidade do ar, redução do superaquecimento urbano e aumento do nível de atividade física. Portanto, soluções baseadas na natureza podem contribuir para uma redução considerável da depressão da vida urbana e fornecer formas alternativas de superar os impactos negativos na saúde ([Kolokotsa et al., 2020](#)).

Estratégias Regionais para cidades saudáveis e benefícios para a saúde

Uma cidade sustentável – também conhecida como “cidade verde” ou “eco-cidade” – é um enclave urbano cujo projeto, construção e operação priorizam a preservação do mundo natural ao lado da saúde e bem-estar econômico, social e físico dos habitantes da cidade. No contexto da saúde é chamada de Cidade saudáveis.



Cidade do futuro

Em 2018, na ocasião da XII Conferência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os Chefes de Estado e de Governo presentes, reconhecendo a inegável convergência estratégica com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, encorajaram a criação da uma Rede de Municípios e Cidades Saudáveis dos Países de Língua Portuguesa, que potencie a promoção da saúde e a qualidade de vida nos países do espaço CPLP. Em 2021, foram realizados três importantes eventos internacionais com a participação de Brasil, de Cabo Verde e de Portugal que permitiram a partilha de experiências e a criação de uma rede de Cidades e Municípios Saudáveis de Língua Portuguesa.

Na América Latina e Caribe, A Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) promove a Estratégia para Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis (MCS) que tem como missão fortalecer a execução de ações de promoção e proteção da saúde na área local. Coloca a promoção da saúde no topo da agenda política, envolve o poder público e a comunidade, incentiva o diálogo e partilha conhecimentos e experiências e estimula a colaboração entre municípios, cidades e comunidades. A estratégia conta com ferramentas como o Boletim da Rede de MCS das Américas, um banco de experiências, uma lista eletrônica que visa promover o intercâmbio de boas práticas de MCS e uma biblioteca virtual para captar a documentação

existente em cada país. As informações podem ser encontradas na página do programa [Estratégia para Municípios, Cidades e Comunidades Saudáveis da PAHO](#).

Na Europa, A NATURVATION, de NATure-based URban innovATION, é um projeto financiado pela Comissão Europeia envolvendo 14 instituições em toda a Europa nas áreas de desenvolvimento urbano, geografia, estudos de inovação e economia. Liderado por Harriet Bulkeley, da Universidade de Durham, que procurou compreender como as NbS podem ser aplicadas nas cidades e seus benefícios, examinou como a inovação pode ser fomentada neste domínio e contribuiu para a realização do potencial das NbS para responder aos desafios de sustentabilidade trabalhando com comunidades e partes interessadas. O projeto completo pode ser encontrado [aqui](#). Uma série de relatórios também podem ser encontrados [aqui](#).

No continente Africano também há vários exemplos do uso de NbS para cidades verdes. Desde 2016, em Ruanda, há uma nova abordagem de plano em NbS para Cidades Verdes. Visando mais de 620 hectares na capital do país em Kigali, a Iniciativa Cidades Verdes é uma das muitas iniciativas das Nações Unidas para construir cidades verdes no continente africano.

O [Programa de Gestão Costeira da África Ocidental](#) (WACA) é uma iniciativa conjunta do Banco Mundial e da IUCN, que abrange 11 países costeiros. O programa WACA foi desenvolvido em parceria com os povos da África Ocidental que vivem na costa e dela dependem para sua subsistência, nutrição, segurança alimentar e prosperidade. O programa apoia o esforço dos países para melhorar a gestão de seus recursos costeiros compartilhados e reduzir os riscos naturais e causados pelo homem que afetam as comunidades costeiras. A WACA impulsiona a transferência de conhecimento, promove o diálogo político entre os países e mobiliza financiamento público e privado para combater a erosão costeira, inundações, poluição e adaptação às mudanças climáticas. Outros programas neste sentido na região africana podem ser encontrados [aqui](#).

Hospitais Verdes e Saudáveis

A contribuição dos fatores ambientais para a carga de doenças será ampliada e reforçada pelos crescentes impactos das mudanças climáticas relacionados com a saúde. Esses impactos incluem: mudanças nos padrões de doenças, insegurança hídrica e alimentar, vulnerabilidade habitacional e dos assentamentos humanos, eventos climáticos extremos, doenças relacionadas com o aumento de temperatura e migrações populacionais. A magnitude dessas crises levou a revista The Lancet a afirmar em 2009 que, “a mudança climática é a maior ameaça global à saúde do século XXI” e que “implicará em maior risco para a vida e o bem-estar de bilhões de pessoas”.

A saúde, apesar de tratar das enfermidades decorrentes da degradação ambiental, também se constitui como agente poluidor e pensando nesses impactos foi criado o projeto Hospitais verdes e Saudáveis, baseado no preceito de “antes de tudo, não causar dano”, incorporando uma perspectiva mais global de saúde e de sustentabilidade. Os hospitais verdes e saudáveis aplicam metodologias para substituir substâncias químicas perigosas por alternativas mais seguras, reduzir a pegada de carbono dos hospitais e eliminando a exposição da população aos resíduos da área de saúde, e outras ações divididas em dez objetivos interligados (abaixo) integram este referencial. Além disso, aumenta a resiliência dos estabelecimentos de saúde, prepare-os para os impactos das condições climáticas extremas e a mudança do estigma em relação às doenças. Também se concentra na educação de funcionários e público, promovendo políticas para preparar a saúde pública para as mudanças climáticas. Cada um contém uma série de ações que podem ser implementadas tanto por hospitais quanto por sistemas de saúde.



Ferramentas e recursos de suporte à implementação dessas ações estão disponíveis no site www.hospitaisverdes.net e em seu [manual](#). Os hospitais podem começar com dois ou três objetivos, definindo os passos específicos para realizá-los e planejando as estratégias para as etapas subsequentes.

1. LIDERANÇA: Priorizar a saúde ambiental
2. PRODUTOS QUÍMICOS: Substituir produtos químicos nocivos por alternativas mais seguras
3. RESÍDUOS: Reduza, trate e descarte com segurança os resíduos de saúde
4. ENERGIA: Implementar eficiência energética e geração de energia limpa e renovável
5. ÁGUA: Reduzir o consumo de água hospitalar e fornecer água potável
6. TRANSPORTE: Melhorar as estratégias de transporte para pacientes e funcionários
7. ALIMENTAÇÃO: Compre e sirva alimentos saudáveis e cultivados de forma sustentável
8. FARMACÊUTICOS: Gerenciar e descartar produtos farmacêuticos com segurança
9. EDIFÍCIOS: Apoie o projeto e a construção de hospitais verdes e saudáveis
10. COMPRA: Compre produtos e materiais mais seguros e sustentáveis

A Rede Global de Hospitais Verdes e Saudáveis conta com mais de 1.500 membros em 75 países envolvendo mais de 43.000 hospitais e centros de saúde. Todo ano há uma premiação dos hospitais com o selo *Health Care Climate Challenge*. Os hospitais e centros de saúde que participam podem ser encontrados [aqui](#).

Soluções baseadas na natureza para melhorar a qualidade de ar de ambientes fechados

A baixa qualidade do ar de ambientes internos é um problema cada vez mais importante devido à urbanização. Ambientes internos com baixa circulação podem ter 2 a 5 vezes mais poluentes do que áreas externas. Como as pessoas passam a maior parte do tempo em ambientes fechados (cerca de 90%), a má qualidade do ar interno causa sérios problemas de saúde humana, resultando em perdas econômicas significativas. Baseado no princípio de NbS,

são propostos por exemplo, o uso de filtro de ar que utilizam microalgas como organismo micro filtrante. Nesses sistemas, os organismos fotossintéticos podem capturar CO₂ e outros poluentes gerados em ambientes internos, e transformá-los em biomassa para seu crescimento. A biomassa de alga pode ser ainda encaminhada para geração de energia por biomassa e para geração de aquecimento. O estudo de [Mata et al. \(2021\)](#) apresenta vários layouts possíveis para a implementação de sistemas de limpeza do ar interior à base de microalgas, tendo em conta os sistemas atualmente disponíveis à escala comercial. Uma análise crítica dos sistemas de purificação interna de microalgas é apresentada, destacando suas vantagens e desvantagens, e sugerindo possíveis melhorias e futuras linhas de pesquisa e desenvolvimento na área.

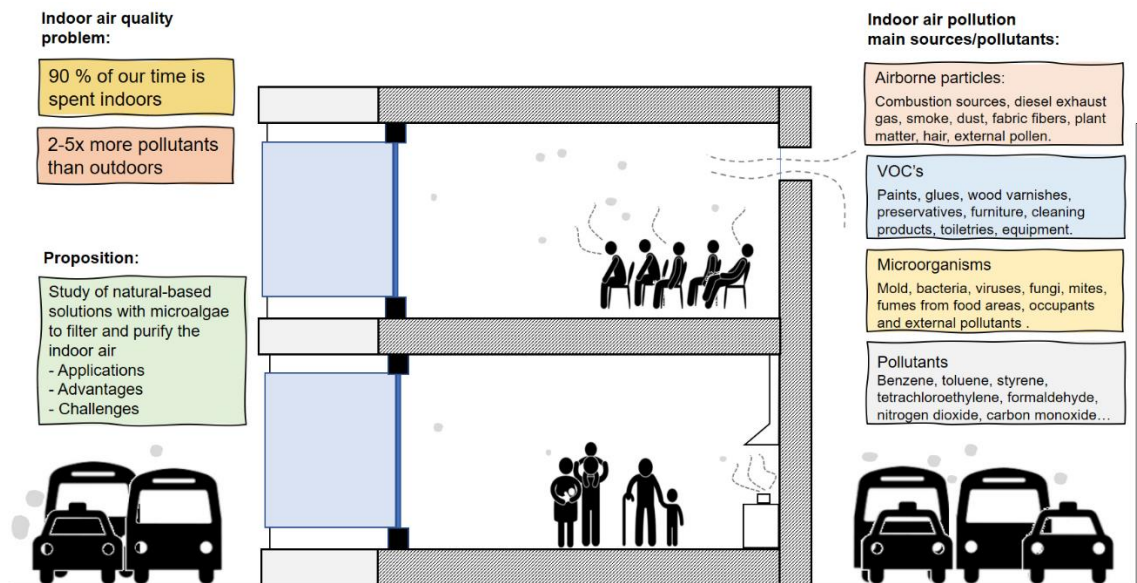
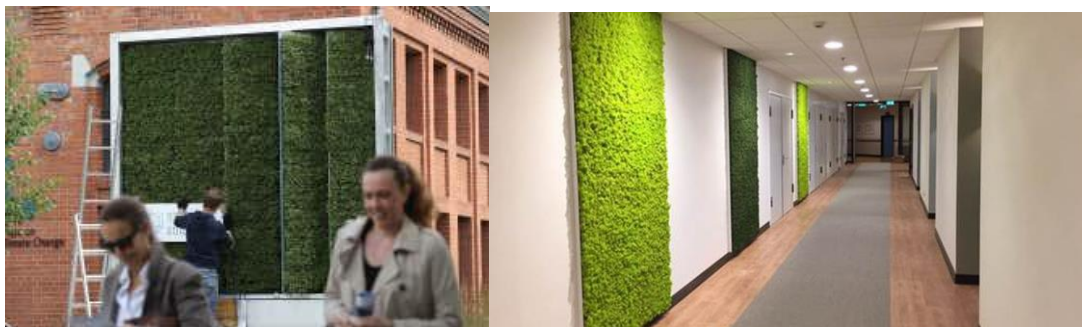


Figura ilustrando a composição do ar interno. Fonte [Mata et al. \(2021\)](#)

Outra novidade muito interessante que já vem sendo usada em cidades (nas ruas de Berlim, por exemplo, figura abaixo) e também em ambientes internos são as paredes de líquen, que ajudam a filtrar o ar em até 80% e demandam quase nenhum cuidado de manutenção, apenas a manutenção de certa umidade do ar.



Em 2009 a OPAS lançou um documento sobre o [Uso da Ventilação Natural para o controle de infecções](#) provendo orientação para construções hospitalares que utilizassem melhor as correntes de vento. Existe hoje uma série de propostas de construção que melhor aproveitam a luz solar para economia de energia, captação de água da chuva, tratamento de efluentes usando biomassa etc. Embora alguns desses mecanismos não sejam considerados como NbS porque não trazem benefícios diretos para a biodiversidade, mas eles diminuem por consequência o uso de energia e os impactos ambientais.

Barreiras para uma proteção social mais inclusiva para pessoas vivendo com HIV e populações-chave

Ana Luísa Jorge Martins e Rômulo Paes de Sousa

O PNUD, em parceria com a OIT, tem realizado um trabalho conjunto na área de programas e políticas de proteção social para transformá-los em programas mais inclusivos para as pessoas que vivem com HIV e populações-chave, e contribuir para não deixar ninguém para trás. Esta parceria tem gerado várias iniciativas colaborativas.

Em 2021, por exemplo, o PNUD e a OIT organizaram um “Diálogo Global sobre Proteção Social para Pessoas Vivendo com HIV e Populações-Chave em Maior Risco de HIV”³⁶. O diálogo convocou participantes de 52 países durante dois dias para compartilhar estratégias e boas práticas e permitiu que várias partes interessadas se envolvessem em um diálogo construtivo sobre como os esquemas de proteção social podem ser mais inclusivos. O PNUD age de forma associada com a OIT, que é a agência do sistema ONU que têm maior presença nos temas referentes à proteção social. Nessa ação colaborativa, o PNUD agrega a competência da agência parceira sobre o tema e evita eventuais disputas quanto à titularidade temática da proteção social no sistema ONU.

Esta parceria também gerou um novo documento de orientação que será abordado neste informe, denominado “Como tornar a proteção social inclusiva para pessoas vivendo com HIV e populações-chave”³⁷. Além de discutir as principais barreiras vivenciadas por esta população e principais falhas em políticas públicas com este foco, o documento também desenvolve um checklist para o fortalecimento destes programas e políticas.

O checklist fornece uma estrutura para os países avaliarem se seus programas e políticas de proteção social incluem pessoas vivendo com HIV e populações-chave e contribuem para o compromisso de não deixar ninguém para trás. Este documento explica os motivos para tornar a proteção social inclusiva para pessoas vivendo com HIV e populações-chave, assim como inclui um apelo à ação e identifica boas práticas para melhorar a inclusão destas pessoas na proteção social. De acordo com a definição abordada no documento, as populações-chave consideradas são: trabalhadores do sexo, homens gays e outros homens que fazem sexo com homens, pessoas trans, pessoas que injetam drogas e pessoas em prisões e outros ambientes fechados.

De acordo com os dados da UNAIDS³⁸, 38,4 milhões de pessoas em todo o mundo vivem com HIV, e 1,5 milhão de pessoas foram recentemente infectadas com HIV em 2021. No mesmo ano, cerca de 650.000 pessoas morreram de doenças relacionadas à AIDS, e 85% das pessoas que vivem com HIV conheciam seu status de HIV. Entre as pessoas que conheciam seu status, 88% estavam acessando tratamento. O UNAIDS estima que mais de 15 milhões de pessoas em todo o mundo que se beneficiariam dos serviços de prevenção, cuidados e tratamento do HIV não são contabilizadas nas estimativas de tamanho populacional dos países que informaram seus dados.

³⁶ [Publications on HIV/AIDS \(HIV and AIDS\) \(ilo.org\)](https://www.ilo.org/publications-on-hiv-aids)

³⁷ [How to make social protection inclusive of people living with HIV and key populations: a checklist | United Nations Development Programme \(undp.org\)](https://www.undp.org/publications/how-to-make-social-protection-inclusive-of-people-living-with-hiv-and-key-populations-a-checklist)

³⁸ [Global HIV & AIDS statistics — Fact sheet | UNAIDS](https://www.unaids.org/global-hiv-aids-statistics)

Além disso, o presente documento afirma que as populações-chave e seus parceiros sexuais representaram 65% das novas infecções por HIV em todo o mundo em 2020, e 93% das novas infecções excluindo os dados da África Subsaariana. Mais especificamente, as pessoas que usam drogas injetáveis têm um risco 35 vezes maior de contrair a infecção pelo HIV do que as pessoas que não usam drogas injetáveis; mulheres transexuais têm 34 vezes mais risco de adquirir HIV do que outros adultos; as trabalhadoras do sexo têm um risco 26 vezes maior de contrair o HIV do que outras mulheres adultas; e homens gays e bissexuais e outros homens que fazem sexo com homens têm um risco 25 vezes maior de contrair o HIV do que homens adultos heterossexuais.

É preciso lembrar ainda que a Agenda 2030 estabeleceu a meta ambiciosa de acabar com a AIDS como uma ameaça à saúde pública até o ano de 2030 sem deixar ninguém para trás, assim como também possui como meta a implementação de sistemas e medidas de proteção social apropriados para todos e alcançar uma cobertura substancial dos pobres e vulneráveis.

Tanto a “Declaração Política das Nações Unidas de 2021 sobre HIV e AIDS: Acabar com as desigualdades e no caminho certo para acabar com a AIDS até 2030”³⁹, e a “Estratégia Global de AIDS 2021–2026: Acabar com as Desigualdades. Acabar com AIDS.”⁴⁰ reconhecem que a AIDS continua sendo uma crise global urgente, mesmo apesar do progresso recente. Há uma preocupação com o progresso desigual e inadequado na resposta ao HIV e AIDS entre países e também internamente dentro dos países para as populações-chave em todo o mundo. Este progresso desigual é uma reflexão das várias desigualdades interseccionais que se cruzam em meio ao tópico.

Um dos efeitos da pandemia do COVID-19 foi revelar a fraqueza dos sistemas de proteção social existentes, especialmente para pessoas “deixadas para trás” nas políticas públicas dos países. E apesar de um número considerável de países ter investido temporariamente no setor da proteção social durante a pandemia, considerando as circunstâncias que levaram a este investimento, as condições de cobertura dos sistemas de proteção social ainda não incluem pessoas vivendo com HIV e populações-chave de forma sistematizada.

De acordo com a plataforma Laws and Policies Analytics⁴¹ do UNAIDS, atualmente existem apenas 92 países que relatam ter uma estratégia de proteção social que possui como principais beneficiários as pessoas vivendo com HIV. Em relação à estas estratégias, as populações-chave são reconhecidas como principais beneficiárias em apenas 53 países.

O documento afirma que as estratégias de redução da pobreza e proteção social devem levar em conta a dinâmica de gênero relacional e específica do contexto, incluindo as interseções complexas entre as barreiras estruturais que afetam as pessoas que vivem com HIV e as populações-chave, incluindo gênero, deficiência, educação, raça, religião e status socioeconômico.

A criminalização de pessoas vivendo com HIV e populações-chave é uma barreira significativa para o acesso às políticas de proteção social. A existência de barreiras legais (como a criminalização de certos comportamentos como relacionamentos entre pessoas do mesmo

³⁹ [Political Declaration on HIV and AIDS: Ending Inequalities and Getting on Track to End AIDS by 2030 \(unaids.org\)](https://www.unaids.org/en/resources/press-material/2021-political-declaration-on-hiv-and-aids)

⁴⁰ [Global AIDS Strategy 2021-2026 — End Inequalities. End AIDS. \(unaids.org\)](https://www.unaids.org/en/resources/press-material/global-aids-strategy-2021-2026)

⁴¹ [Laws and Policies Analytics | Home \(unaids.org\)](https://www.unaids.org/en/resources/press-material/laws-and-policies-analytics)

sexo ou trabalho sexual) impedem ou dificultam muito o acesso de algumas populações-chave à proteção social. Além disso, a criminalização afeta tanto a elegibilidade para proteção social quanto a aceitação pública destes programas, incentivando a discriminação em relação às pessoas que vivem com HIV e populações-chave. O estigma e a discriminação levam os usuários de tais políticas a temerem sanções ao se identificarem publicamente, o que aumenta o custo de acesso e excluem estas pessoas dos programas existentes.

Uma outra barreira importante é a falta de compreensão dos tomadores de decisões e trabalhadores da linha de frente sobre as necessidades das pessoas que vivem com HIV e populações-chave. Em alguns casos, esta falta de compreensão pode criar protocolos ou desenhos de programas que formam barreiras não intencionais para essas populações no acesso a serviços disponíveis publicamente. Um exemplo disto seria a falha em proteger a confidencialidade das informações relacionadas ao HIV por parte dos trabalhadores da linha de frente, e a falta de consequências por quebrar a confidencialidade. Outro exemplo de falta de compreensão do público almejado, e que comumente se torna uma barreira neste tipo de política pública é tornar o emprego formal um pré-requisito para o acesso à proteção social. Devido ao perfil sociodemográfico de parte dessa população, este requisito excluiria a maioria das pessoas vivendo com HIV e populações-chave que estão desempregadas ou trabalham no setor informal.

Checklist para abordar as barreiras enfrentadas por pessoas vivendo com HIV e populações-chave no acesso a programas de proteção social existentes ou planejados

Princípios para abordar as barreiras interseccionais e implementar as políticas:

- Aplicar uma abordagem baseada em direitos humanos e os princípios de “não causar danos” e “não deixar ninguém para trás”.
- Abordar as desigualdades de poder de gênero nas diferentes etapas do ciclo de prestação de proteção social, desde o planejamento e os quadros jurídicos e políticos até a concepção, implementação, monitoramento e avaliação, governança e financiamento.
- Abordar a criminalização, o estigma e a discriminação como principais barreiras no acesso à proteção social, relacionadas à idade, identidade de gênero, orientação sexual, ocupação, status de cidadania e outros fatores.
- Colaborar com uma variedade de partes interessadas e aproveitar o conhecimento e a experiência vivida por pessoas que vivem com HIV e populações-chave em toda a sua diversidade.
- Envolver ativamente as pessoas que vivem com HIV, populações-chave e outras partes interessadas não tradicionais no planejamento da proteção social e nos processos de tomada de decisão, incluindo departamentos governamentais que coordenam a igualdade de gênero e os direitos humanos. Garantir o equilíbrio de gênero em todos os processos.
- Ser sensível a novos dados, evidências, lições e considerações de gênero emergentes em tempo real por meio de consultas com pessoas vivendo com HIV e populações-chave.

O checklist é composto por 12 questões acerca da elegibilidade, 7 questões sobre o design do programa, 8 questões sobre conscientização e *outreach*, 3 questões sobre a sua manutenção, 2 questões sobre monitoramento do programa e duas sobre sua sustentabilidade financeira. Estas orientações e a checklist podem ser usadas tanto para programas de proteção social existentes quanto para o desenvolvimento de um programa de proteção social mais inclusivo. Sua versão completa também abriga um conjunto de exemplos de boas práticas, como a expansão de elegibilidade na Índia, e laços comunitários nas políticas da Etiópia.

Por fim, uma das recomendações mais destacadas é de forjar parcerias com organizações da sociedade civil, movimentos sociais, redes de pessoas vivendo com HIV e redes de populações-chave. O envolvimento significativo de pessoas vivendo com HIV e populações-chave durante o processo de construção e implementação da política pública é vital para garantir que suas necessidades sejam atendidas.

Migrações, Refúgio e Saúde Global

Ananda Melo King, Caio Murta, Harim Baek, Jameson Martins, Júlia Moraes, Marina Sujkowski, Deisy de Freitas Lima Ventura

Censo 2022 coletará informações sobre pessoas refugiadas no Brasil

No dia 01 de agosto, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) assinou um acordo de cooperação técnica com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a finalidade de apoiar o levantamento de dados do Censo Demográfico que ocorrerá esse ano. A partir da assinatura do documento, o ACNUR vai auxiliar na coleta e análise de dados sobre a população solicitante da condição de refugiado e apátrida que reside no Brasil, principalmente a população venezuelana presente nos estados de Roraima, Amazonas e Pará. Além disso, o ACNUR também auxiliará o IBGE, analisando dados no contexto de deslocamentos forçados; apoiando as equipes de recenseadores a fim de garantir um acesso fácil aos abrigos que realizam o serviço de acolhimento; acompanhando o andamento das entrevistas, para assegurar o respeito às normas culturais e à organização social, principalmente com relação às pessoas refugiadas e migrantes de diferentes etnias indígenas.⁴²

Vale ressaltar que no Pará, o ACNUR já aplicou treinamentos para coordenadores do Censo deste ano, para assegurar que uma abordagem culturalmente qualificada permaneça presente para os indígenas venezuelanos da etnia Warao que residem no estado. Para além de treinamentos, a agência apoiou a confecção de um vídeo sobre o Censo no idioma Warao, e com legendas em espanhol. Intérpretes serão contratados para ajudar na realização do recenseamento no Pará juntamente com a população venezuelana.⁴³

No Amazonas, os promotores comunitários e voluntários da Cáritas Arquidiocesana de Manaus estão trabalhando para tornar o entendimento mais simples e claro sobre o que é o Censo 2022 para as pessoas de diferentes nacionalidades que habitam a região. Em Roraima, o ACNUR concedeu um treinamento para recenseadores e irá ajudar nas entrevistas realizadas nos abrigos da Operação Acolhida.⁴⁴

Na mesa de abertura da cerimônia de lançamento do Censo Demográfico 2022, no Museu do Amanhã, no Rio de Janeiro, o Representante interino do ACNUR no Brasil, Federico Martinez, falou sobre a importância de se coletar dados populacionais com o objetivo de não deixar ninguém sem a devida contemplação pela Agenda 2030 e nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, assim como a relevância de permanecer com o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas da população refugiada, solicitante da condição de refugiado e apátridas no Brasil.⁴⁵ Um dos objetivos do ACNUR no Brasil é tratar de temáticas relacionadas

⁴²<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/02/censo-2022-coletara-informacoes-sobre-pessoas-refugiadas-no-brasil/>

⁴³<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/02/censo-2022-coletara-informacoes-sobre-pessoas-refugiadas-no-brasil/>

⁴⁴<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/02/censo-2022-coletara-informacoes-sobre-pessoas-refugiadas-no-brasil/>

⁴⁵<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/02/censo-2022-coletara-informacoes-sobre-pessoas-refugiadas-no-brasil/>

com as esferas públicas, assim pode-se investir no desenvolvimento de leis e políticas públicas com o objetivo de preservar os direitos humanos.⁴⁶

Martinez disse que as vantagens da agência assumir um compromisso juntamente com o IBGE de integrar as pessoas refugiadas no Censo 2022 são imensas, já que é através do levantamento de dados realizados com a devida qualidade que se entende o perfil da população refugiada acolhida no Brasil, desta forma, pode-se pensar e estruturar políticas públicas que se adequem às demandas da população. Além disso, deve-se considerar a extensão do território brasileiro, com grande potencial de deslocamento das pessoas refugiadas buscando uma melhor qualidade de vida em cidades distintas, logo, a realização do Censo nos abrigos gera a possibilidade de conhecer melhor as necessidades de cada região e pode contribuir para as ações efetivas de integração nas cidades de acolhida.⁴⁷

Interiorização facilita integração socioeconômica de migrantes e refugiados, mas beneficia mais homens.⁴⁸

O processo de interiorização de migrantes e refugiados vindos da Venezuela possibilitou um aumento nos índices de emprego, educação e moradia para eles - mesmo na época da pandemia. Contudo, as mulheres - especialmente as mulheres negras - recebem menos oportunidades de integração socioeconômica, conforme estudo "Oportunidades e desafios à integração local de pessoas de origem venezuelana interiorizadas no Brasil durante a pandemia" da ACNUR, ONU Mulheres e UNFPA, lançado no dia 11 de agosto.

Desde 2018, mais de 78 mil pessoas foram interiorizadas de Roraima para mais de 800 municípios por todo país, sendo um dos pilares da Operação Acolhida - principal resposta ao deslocamento de venezuelanos em direção ao Brasil.

Nesse sentido, as mulheres representam apenas 27,3% nas vagas de emprego sinalizadas e 57,3% na reunificação familiar. O estudo encontrou também dados que apontam maiores dificuldades para pessoas com filhos e mulheres, que foram interiorizadas, em entrar no mercado de trabalho. O desemprego feminino nesse grupo é de 17,7% e o masculino de 6,4%. A informalidade laboral feminina é também 1,2 vezes maior que a masculina e as mulheres ganham quase metade do que os homens ganham, em rendimento médio. Além disso, aproximadamente um terço dos dois grupos já relataram terem sofrido insegurança alimentar, e novamente, o grupo feminino se mostrou novamente em maior vulnerabilidade (33,7% contra 30,8%)

Assim, a pesquisa conclui que a política de interiorização deve prezar por análises com viés de gênero para uma implementação mais eficaz quanto ao acesso a trabalho e a renda de migrantes e refugiados.

⁴⁶<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/13/censo-2022-alcanca-1-800-residencias-temporarias-nos-abrigos-da-operacao-acolhida-em-roraim>

⁴⁷<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/02/censo-2022-coletara-informacoes-sobre-pessoas-refugiadas-no-brasil/>

⁴⁸<https://www.acnur.org/portugues/2022/08/11/estrategia-de-interiorizacao-favorece-integracao-socioeconomica-de-pessoas-refugiadas-e-migrantes-mas-ainda-beneficia-mais-homens-que-mulheres-aponta-pesquisa/>

OMS lança apelo para responder às necessidades de saúde urgentes no Chifre da África

A Organização Mundial da Saúde busca chamar atenção para a crise vivida no Chifre da África⁴⁹, onde 7 países têm mais de 80 milhões de pessoas em situação de insegurança alimentar. A pandemia de COVID-19, conflitos internos e mudanças climáticas são algumas das principais causas da crise de fome vivida na região.

Segundo a OMS, há uma estimativa de mais de 4 milhões de pessoas deslocadas e refugiadas nessa região, número que tende a aumentar ao passo que o cenário se agrava e pessoas são forçadas a deixar suas casas. Quando estão em deslocamento, essas pessoas têm dificuldade para acessar serviços de saúde essenciais, visto que o sistema de saúde local já está enfraquecido devido a anos de falta de investimento e conflito.

As expectativas são que a situação piore com a falta de uma estação chuvosa. A região deve enfrentar mais mortes de crianças e mulheres, um aumento ainda maior na violência, epidemias de sarampo, cólera e meningite por conta da baixa vacinação, péssimas condições de higiene e falta de água.

Assim, a OMS procura mobilizar o apoio da comunidade internacional para o que chama de “dupla ameaça”: a fome por si só, que já é um perigo direto à vida e à saúde, e o risco de contágio por doenças infecciosas, que é piorado em pessoas desnutridas. Já foram liberados US\$16 milhões pelo Fundo de Contingência para Emergências, mas a organização ainda pede doações para alcançar o valor de US\$123 milhões para agir na região.

Crise migratória no Mediterrâneo e violência contra refugiados

Segundo a Médicos Sem Fronteiras⁵⁰, a situação na qual se encontram os refugiados que buscam sair do norte da África, principalmente da Líbia, em direção à Europa é alarmante. Os barcos que utilizam para cruzar o mar Mediterrâneo oferecem péssimas condições sanitárias e grandes riscos de vida para os passageiros, além das dificuldades para entrar nos países vizinhos. Nas primeiras semanas de agosto, foram quase vinte barcos resgatados por forças civis, impedindo a morte de quase 500 pessoas.

A falta de engajamento da marinha europeia na execução de operações para busca e resgate dessas embarcações de refugiados, além dos atrasos para determinar locais seguros para desembarque, prejudicam a capacidade de salvar vidas de refugiados. Para agravar ainda mais essa situação, a marinha da Líbia negligencia seu papel nos esforços para conduzir essas operações, até mesmo enviando sobreviventes de volta à Líbia. Diante desse cenário, os refugiados passam dias no mar ou na costa arriscando sua saúde, sem condições mínimas para a sobrevivência.

Na Grécia⁵¹, mais de 500 pessoas que buscavam refúgio da Turquia receberam atendimento de primeiros socorros para saúde física e psicológica da Médicos Sem Fronteiras. Muitas são vítimas de violência em sua jornada até a Europa, sofrem de desidratação e exaustão

⁴⁹<https://www.who.int/news/item/02-08-2022-who-launches-appeal-to-respond-to-urgent-health-needs-in-the-greater-horn-of-africa>

⁵⁰<https://www.msf.org/critical-risk-more-deaths-central-mediterranean-absence-search-and-rescue-operations>

⁵¹<https://www.msf.org/fear-beatings-and-pushbacks-people-seeking-safety-greek-island-samos>

e acabam se machucando ao fugir das autoridades gregas, que ameaçam, violentam e deportam grupos de refugiados.

Assim, além dos riscos já impostos pelo deslocamento forçado, como falta de água, alimentos e condições básicas de higiene, os refugiados que chegam à Grécia enfrentam intercepções de autoridades nas fronteiras. Muitas pessoas relatam ser sujeitas à ou testemunhas de violência física e tratamento desumano e degradante, ou acabam enviadas de volta a seus países de origem, numa forma de “pushback” ilegal, que prejudica a capacidade desses grupos de pedir refúgio.

Saúde de Jovens, Semana Mundial de Aleitamento Materno, os Desafios de Crianças Vivendo com HIV e a Vulnerabilidade Financeira de Mulheres

***Maria Teresa Rossetti Massari,
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes e
Karinne Marieta Carvalho***

UNFPA - 12 de agosto - Dia Internacional da Juventude

1,21 bilhão. Essa é a quantidade de jovens entre 15 e 24 anos que habitam a Terra, 15,5% da população global, de acordo com estimativas do Relatório Mundial da Juventude de 2020 das Nações Unidas. Desde que foi endossado pela Assembleia Geral em 1999, o dia 12 de agosto marcou o Dia Internacional da Juventude para reconhecer e ampliar a importância da participação dos jovens nos assuntos atuais.

O tema de 2022 é “Solidariedade Intergeracional: criando um mundo para todas as idades” e tem como objetivo combater o preconceito de idade e construir pontes entre as gerações. Da sabedoria dos jovens à energia e idealismo dos idosos, a ideia é acolher e aproveitar os dons que as pessoas de todas as idades trazem e garantir que ninguém seja deixado para trás. Os problemas do mundo são vastos demais para que gerações inteiras não possam ajudar a resolvê-los.

Os jovens têm levantado suas vozes para exigir que empresas e governos abordem questões como desigualdade socioeconômica, de gênero, raça e mudanças climáticas. Sem esperar por um convite ou permissão, jovens ativistas reúnem seus pares, iniciam e alimentam movimentos, e se alinham com seus valores, chamando líderes políticos e desafiando seu status para ajudar a moldar o mundo em que desejam viver, onde todos possam prosperar. Para os jovens, isso significa ter acesso a educação sexual integral e cuidados em saúde sexual e reprodutiva para exercer autonomia corporal e tomar decisões informadas sobre seus corpos, vidas e futuros. Tal direito é fundamental.

Os jovens de hoje são os líderes de amanhã que sabem que nada mudará se ficarem parados: a mudança só acontece quando eles se levantam.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde - Saúde do Adolescente e Jovem Adulto

→ Visão geral

As chances de sobrevivência para adolescentes e adultos jovens variam muito em todo o mundo. Em 2020, a probabilidade de morrer entre aqueles com idade entre 10 e 24 anos foi maior na África Subsaariana, Oceania (excluindo Austrália e Nova Zelândia), norte da África e sul da Ásia. A probabilidade global média de uma criança de 10 anos morrer antes dos 24 anos era 6 vezes maior na África Subsaariana do que na América do Norte e na Europa.

→ Principais problemas de saúde

Lesões - Lesões não intencionais são a principal causa de morte e incapacidade entre os adolescentes. Em 2019, cerca de 100.000 adolescentes (10–19 anos) morreram em decorrência de acidentes de trânsito (pedestres, ciclistas ou motociclistas). Em muitos países, as leis de segurança no trânsito precisam ser mais abrangentes e a aplicação delas precisa ser fortalecida. Além disso, os motoristas jovens precisam aprender como dirigir com segurança, enquanto as

leis que proíbem dirigir sob a influência de álcool e drogas devem ser rigorosamente aplicadas em todas as faixas etárias. Os níveis de álcool no sangue devem ser menores para motoristas jovens do que para adultos.

O afogamento também está entre as principais causas de morte entre adolescentes; estima-se que mais de 40 mil adolescentes, mais de 3/4 deles meninos, tenham se afogado em 2019. Ensinar crianças e adolescentes a nadar é uma intervenção essencial para prevenir essas mortes.

Violência - A violência interpessoal está entre as principais causas de morte em adolescentes e jovens em todo o mundo. Sua proeminência varia substancialmente por região. Causa quase 1/3 de todas as mortes de adolescentes do sexo masculino em países de baixa e média renda na Região das Américas. De acordo com a pesquisa global de saúde estudantil escolar, 42% dos meninos adolescentes e 37% das meninas adolescentes foram expostos ao bullying. A violência sexual também afeta uma proporção significativa de jovens: 1 em cada 8 jovens denunciam abuso sexual.

A violência durante a adolescência também aumenta os riscos de lesões, HIV e outras infecções sexualmente transmissíveis, problemas de saúde mental, baixo desempenho e evasão escolar, gravidez precoce, problemas de saúde reprodutiva e doenças transmissíveis e não transmissíveis.

Saúde mental - A depressão é uma das principais causas de doença e incapacidade entre adolescentes, e o suicídio é a segunda principal causa de morte em pessoas de 15 a 19 anos. As condições de saúde mental são responsáveis por 16% da carga global de doenças e lesões em pessoas de 10 a 19 anos. Metade de todos os transtornos de saúde mental na idade adulta começam aos 14 anos, mas a maioria dos casos não é detectada e não é tratada.

Muitos fatores têm impacto no bem-estar e na saúde mental dos adolescentes: violência, pobreza, estigma, exclusão e viver em ambientes frágeis podem aumentar o risco de desenvolver problemas de saúde mental. As consequências de não abordar a saúde mental dos adolescentes se estendem até a idade adulta, prejudicando a saúde física e mental e limitando as oportunidades de levar uma vida plena. Para acessar outros fatos sobre saúde mental de adolescentes, [clique aqui](#).

Uso de álcool e drogas - O consumo de álcool entre adolescentes é uma grande preocupação em muitos países. Pode reduzir o autocontrole e aumentar os comportamentos de risco, como sexo inseguro ou direção perigosa. É uma causa subjacente de lesões (incluindo as decorrentes de acidentes de trânsito), violência e mortes prematuras. Também pode levar a problemas de saúde mais tarde e afetar a expectativa de vida. Em todo o mundo, mais de 1/4 de todas as pessoas com idades entre 15 e 19 anos consomem álcool, totalizando 155 milhões de adolescentes. A prevalência de episódios de consumo excessivo de álcool entre adolescentes de 15 a 19 anos foi de 13,6% em 2016, com maior risco no sexo masculino.

A cannabis é a droga psicoativa mais usada entre os jovens, com cerca de 4,7% das pessoas de 15 a 16 anos usando pelo menos uma vez em 2018. O uso de álcool e drogas em crianças e adolescentes está associado a alterações neurocognitivas que podem levar a alterações comportamentais, emocionais, problemas sociais e acadêmicos na vida adulta.

A prevenção do uso de álcool e drogas são áreas importantes das ações de saúde pública e podem incluir estratégias e intervenções de base populacional, atividades na escola,

comunidade, família e no nível individual. Estabelecer uma idade mínima para comprar e consumir álcool e eliminar o marketing e a publicidade para menores estão entre as principais estratégias para reduzir o consumo de álcool entre os adolescentes.

Uso do tabaco - A grande maioria das pessoas que usam tabaco hoje começou a fazê-lo quando eram adolescentes. Proibir a venda de produtos de tabaco a menores de 18 anos e aumentar o preço desses produtos por meio de impostos mais altos, proibir sua publicidade e garantir ambientes livres de fumo são cruciais. Globalmente, pelo menos 1 em cada 10 adolescentes de 13 a 15 anos fuma, embora existam áreas onde esse número seja muito maior.

→ HIV/AIDS

Estima-se que 1,7 milhão de adolescentes (10 a 19 anos) viviam com HIV em 2019, com cerca de 90% na Região Africana. Embora se observe declínios substanciais em novas infecções entre adolescentes a partir de um pico em 1994, os adolescentes ainda representam cerca de 10% das novas infecções por HIV em adultos, com 3/4 entre meninas adolescentes. Além disso, embora as novas infecções possam ter caído em muitos dos países mais gravemente afetados, a cobertura recente de testes permanece baixa, sugerindo que muitos adolescentes e jovens vivendo com HIV podem não saber seu status.

Adolescentes que vivem com HIV têm pior acesso ao tratamento antirretroviral, adesão ao tratamento, retenção nos cuidados e supressão viral. Um fator-chave que contribui para isso é a oferta limitada de serviços voltados para esse grupo, incluindo intervenções e apoio psicossocial.

→ Outras doenças infecciosas

Graças a uma melhor vacinação infantil, as mortes de adolescentes e as incapacidades causadas pelo sarampo caíram acentuadamente. Por exemplo, a mortalidade de adolescentes por sarampo caiu 90% na Região Africana entre 2000 e 2012.

Estima-se que diarreia e infecções do trato respiratório inferior (pneumonia) estejam entre as 10 principais causas de morte de adolescentes de 10 a 14 anos. Essas duas doenças, juntamente com a meningite, estão entre as 5 principais causas de morte de adolescentes em países africanos de baixa e média renda.

Doenças infecciosas, como o Papilomavírus Humano (HPV), que normalmente ocorre após o início da atividade sexual, podem levar a doenças de curto prazo (verrugas genitais) durante a adolescência, mas, mais importante, também podem levar ao câncer cervical posteriormente. O início da adolescência (9 a 14 anos) é o momento ideal para a vacinação contra a infecção pelo HPV e estima-se que, se 90% das meninas em todo o mundo receberem a vacina contra o HPV, mais de 40 milhões de vidas poderão ser salvas no próximo século. No entanto, estima-se que em 2019 apenas 15% das meninas em todo o mundo receberam a vacina. Para acessar outros fatos sobre o Papilomavírus Humano (HPV) e o Câncer do Colo do Útero, [clique aqui](#).

→ Gravidez e parto precoces

Aproximadamente 12 milhões de meninas de 15 a 19 anos e pelo menos 777.000 meninas com menos de 15 anos dão à luz a cada ano nas regiões em desenvolvimento. As complicações da gravidez e do parto estão entre as principais causas de morte de meninas de 15 a 19 anos em todo o mundo.

A Divisão de Populações da ONU estima a taxa global de natalidade de adolescentes em 2020 em 41 nascimentos por 1.000 meninas dessa idade, sendo que as taxas variam de 1 a mais de 200 nascimentos por 1.000 meninas.

Uma das metas específicas do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável da Saúde (ODS 3) é que, até 2030, o mundo deve garantir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo planejamento familiar, informação e educação, e a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais. Os adolescentes precisam e têm direito à educação integral em sexualidade, já que um melhor acesso a informações e serviços contraceptivos pode reduzir o número de meninas que engravidam e dão à luz muito jovens. As leis aplicadas que especificam uma idade mínima para o casamento aos 18 anos podem ajudar.

As meninas que engravidam precisam ter acesso a cuidados pré-natais de qualidade. Quando permitido por lei, as adolescentes que optam por interromper a gravidez devem ter acesso ao aborto seguro. Para acessar outros fatos sobre gravidez na adolescência, [clique aqui](#).

→ Deficiências nutricionais e de micronutrientes

Em 2019, a anemia ferropriva foi a segunda principal causa de anos perdidos por adolescentes, por morte e invalidez. Os suplementos de ferro e ácido fólico são uma solução que também ajuda a promover a saúde antes que os adolescentes se tornem pais. Recomenda-se o tratamento oportuno à parasitas em áreas onde helmintos intestinais, como ancilostomídeos, são comuns, a fim de prevenir deficiências de micronutrientes (incluindo ferro).

→ Desnutrição e obesidade

Muitos meninos e meninas nos países em desenvolvimento entram na adolescência desnutridos, tornando-os mais vulneráveis a doenças e morte precoce. No outro extremo do espectro, o número de adolescentes com sobrepeso ou obesidade está aumentando em países de baixa, média e alta renda. Globalmente, em 2016, mais de 1 em cada 6 adolescentes de 10 a 19 anos estava acima do peso. A prevalência variou entre as regiões da OMS, de menos de 10% na Região do Sudeste Asiático a mais de 30% na Região das Américas.

O desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis na adolescência é a base para uma boa saúde na idade adulta. Reduzir a comercialização de alimentos ricos em gorduras saturadas, ácidos graxos trans, açúcares ou sal e proporcionar acesso a alimentos saudáveis são importantes para todos, mas principalmente para crianças e adolescentes.

→ Atividade física

A atividade física proporciona benefícios fundamentais para a saúde dos adolescentes, incluindo melhora da aptidão cardiorrespiratória e muscular, saúde óssea, manutenção de um peso corporal saudável e benefícios psicossociais. A OMS recomenda que os adolescentes acumulem pelo menos 60 minutos de atividade física de intensidade moderada a vigorosa por dia ao longo da semana, podendo incluir brincadeiras, jogos, esportes, mas também atividades de transporte (como ciclismo e caminhada) ou educação física.

Globalmente, estima-se que apenas 1 em cada 5 adolescentes atenda a essas diretrizes. A prevalência de inatividade é alta em todas as regiões e há maior em adolescentes do sexo feminino em comparação com os adolescentes do sexo masculino. Para acessar as diretrizes da OMS sobre atividade física e sedentarismo, [clique aqui](#).

→ Direitos dos adolescentes

Os direitos de crianças e jovens menores de 18 anos de sobreviver, crescer e se desenvolver estão consagrados em documentos legais internacionais. Em 2013, o Comitê dos Direitos da Criança (CRC), que supervisiona a [Convenção dos Direitos da Criança](#), publicou diretrizes sobre o direito de crianças e adolescentes de se beneficiarem do mais alto padrão de saúde possível. Ele destaca as obrigações dos estados em reconhecer as necessidades especiais de saúde e desenvolvimento e os direitos dos adolescentes e jovens. A [Convenção sobre a Eliminação da Discriminação Contra as Mulheres \(CEDAW\)](#) também estabelece os direitos das mulheres e meninas à saúde e aos cuidados de saúde adequados.

→ Diretrizes da OMS

Em maio de 2017, a OMS publicou o relatório: [Ação Acelerada Global para a Saúde dos Adolescentes: orientação para apoiar a implementação no país](#), conhecido como AA-HA! O documento foi organizado a partir de contribuições e consultas a estados-membro, agências das Nações Unidas, adolescentes e jovens, sociedade civil e outros parceiros. Seu objetivo é ajudar os governos a decidir o que planejam fazer e como planejam fazê-lo ao responder às necessidades de saúde dos adolescentes em seus países. O documento é destinado a formuladores de políticas e gerentes de programas a nível nacional para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de programas de saúde para adolescentes.

Outro documento da OMS, em colaboração com UNAIDS, UNESCO, UNFPA, UNICEF, ONU Mulheres, Banco Mundial e o Programa Alimentar Mundial (WFP), estabeleceu a [Ação Global para Medição da Saúde do Adolescente \(GAMA\)](#). O programa fornece orientação técnica para a OMS e agências parceiras da ONU para definir um conjunto básico de indicadores de saúde do adolescente, com o objetivo de harmonizar os esforços em torno da medição e notificação da saúde do adolescente.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#), [clique aqui](#) e [clique aqui](#). Outros materiais de apoio e interesse:

- Em janeiro de 2022, a OMS publicou o relatório [Trabalhando por um Futuro mais Brilhante e Saudável](#). O relatório abrange uma série de questões e abordagens de saúde do adolescente: definição de prioridades de pesquisa; apoio ao desenvolvimento de normas e padrões; advogar por atenção e investimento; apoiar a ação nos países e construir capacidade para um envolvimento significativo.

- [Declaração de Consenso Global sobre o Envolvimento Significativo de Adolescentes e Jovens](#) - Princípios e práticas foram criados em conjunto com organizações que trabalham e são lideradas por adolescentes e jovens.

- [Conselho da Juventude da Organização Mundial da Saúde](#) - estabelecido em 4 de dezembro de 2020 com o objetivo de fornecer aconselhamento à Organização sobre questões de saúde e desenvolvimento que afetam os jovens.

- [Fórum Global para Adolescentes](#) - será realizado em outubro de 2023, com apoio da [Parceria para Saúde Materna, Neonatal e Infantil \(PMNCH\)](#).

UNICEF, UNAIDS E OMS - Nova Aliança Global para Acabar com a AIDS em Crianças até 2030

Globalmente, apenas metade (52%) das crianças que vivem com HIV estão em tratamento. Preocupados com a estagnação do progresso para crianças e a crescente lacuna

entre crianças e adultos, UNAIDS, UNICEF e OMS formaram uma aliança global para garantir que nenhuma criança vivendo com HIV tenha tratamento negado até o final da década e que novas infecções infantis pelo HIV sejam prevenidas. “Nenhuma criança deve nascer ou crescer com HIV, e nenhuma criança com HIV deve ficar sem tratamento. O fato de apenas metade das crianças com HIV receberem antirretrovirais é um escândalo e uma mancha em nossa consciência coletiva”, disse o Dr. Tedros Adhanom, Diretor-Geral da OMS.

“Apesar do progresso para reduzir a transmissão vertical, aumentar os testes e o tratamento e expandir o acesso à informação, as crianças em todo o mundo ainda têm muito menos probabilidade do que os adultos de ter acesso aos serviços de prevenção, cuidados e tratamento do HIV”, disse a diretora executiva do UNICEF, Catherine Russell.

A nova Aliança Global para Acabar com a AIDS em Crianças até 2030 foi anunciada por figuras de destaque na Conferência Internacional de AIDS, ocorrida em Montreal, Canadá. Além das agências das Nações Unidas, a aliança inclui movimentos da sociedade civil, como a Rede Global de Pessoas vivendo com HIV, governos nacionais dos países mais afetados e parceiros internacionais, incluindo PEPFAR e o Fundo Global. Doze países aderiram à aliança na primeira fase: Angola, Camarões, Costa do Marfim, República Democrática do Congo (RDC), Quênia, Moçambique, Nigéria, África do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia e Zimbábue.

As consultas da Aliança identificaram quatro pilares para a ação coletiva:

1. Fechar a lacuna de tratamento para meninas adolescentes grávidas e lactantes e mulheres vivendo com HIV e otimizar a continuidade do tratamento;
2. Prevenir e detectar novas infecções por HIV entre adolescentes e mulheres grávidas e lactantes;
3. Testagem acessível, tratamento otimizado e atenção integral a bebês, crianças e adolescentes expostos e vivendo com HIV;
4. Abordar os direitos, a igualdade de gênero e as barreiras sociais e estruturais que dificultam o acesso aos serviços.

A aliança durará os próximos oito anos (até 2030), com o objetivo de corrigir uma das disparidades mais gritantes na resposta à AIDS. Os membros da aliança estão unidos na avaliação de que o desafio é superável por meio da parceria.

Existe uma grande lacuna na cobertura de tratamento entre crianças e adultos. Através desta aliança, busca-se enfrentar essas disparidades, com novos medicamentos melhorados, novo compromisso político e o ativismo determinado das comunidades.

Para acessar a matéria completa [clique aqui](#).

OPAS e UNICEF - Semana Mundial de Aleitamento Materno e Agosto Dourado

Para intensificar as ações de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno a UNICEF e OPAS lançaram documentos sobre o tema na Semana Mundial de Aleitamento Materno. O mês de Agosto foi designado pela OMS como Agosto Dourado, por simbolizar a luta pelo incentivo à amamentação.

A amamentação protege seu bebê de infecções de ouvido, diarreia, pneumonia e outras doenças infantis, protege a mãe de diabetes, câncer de mama e ovário, doenças cardíacas e depressão pós-parto. O “primeiro leite” – ou colostro – é rico em anticorpos e dá aos recém-

nascidos um aumento de imunidade enquanto seus próprios sistemas imunológicos ainda estão em desenvolvimento. A UNICEF lança documento com 14 MITOS sobre a amamentação:

Mito 1: Amamentar é fácil -> Os bebês nascem com o reflexo de procurar o seio da mãe. No entanto, muitas mães precisam de apoio prático para posicionar seu bebê para amamentar e certificar-se de que seu bebê esteja corretamente preso ao seio. A amamentação leva tempo e prática para mães e bebês. A amamentação também é demorada, então as mães precisam de espaço e apoio em casa e no trabalho.

Mito 2: É normal que a amamentação doa e mamilos doloridos são inevitáveis -> Muitas mães sentem desconforto nos primeiros dias após o nascimento, quando estão aprendendo a amamentar. Mas com o suporte certo para posicionar o bebê para amamentar e garantir que o bebê esteja corretamente preso ao seio, os mamilos doloridos podem ser evitados. Se uma mãe enfrenta desafios de amamentação, como mamilos doloridos, o apoio de um consultor de lactação ou outro profissional qualificado pode ajudá-la a superar o problema.

Mito 3: A mulher deve lavar os mamilos antes de amamentar -> Lavar os mamilos antes de amamentar não é necessário. Quando os bebês nascem, eles já estão muito familiarizados com os cheiros e sons de sua própria mãe. Os mamilos produzem uma substância que o bebê cheira e tem “bactérias boas” que ajudam a construir o próprio sistema imunológico saudável dos bebês por toda a vida.

Mito 4: Deve-se separar um recém-nascido da mãe para deixar a mãe descansar -> Médicos, enfermeiros e parteiras muitas vezes incentivam a prática de “pele a pele” – também conhecida como mãe canguru – imediatamente após o nascimento. Colocar seu bebê em contato direto, de modo que a pele dele fique contra a sua, é uma prática muito importante que o ajuda a encontrar e pegar o seio. Se você puder praticar isso dentro de uma hora após o nascimento e depois com frequência, isso ajuda a estabelecer a amamentação. Se a mãe não puder fazer isso, o parceiro ou outro membro da família pode intervir.

Mito 5: A mãe só deve comer alimentos simples durante a amamentação -> Como todo mundo, as mães que amamentam precisam ter uma dieta equilibrada. Em geral, não há necessidade de mudar os hábitos alimentares. Os bebês são expostos às preferências alimentares de suas mães desde o momento em que estão no útero. Se uma mãe percebe que seu bebê reage a um alimento específico que ela ingere, o melhor é consultar um especialista.

Mito 6: O exercício afeta o sabor do leite materno - O exercício é saudável, também para mães que amamentam. Não há evidências de que isso afete o sabor do seu leite.

Mito 7: A mãe não poderá amamentar a menos que o faça imediatamente -> É mais fácil iniciar a amamentação se você começar na primeira hora após o nascimento, porque os reflexos do bebê são muito fortes nesse momento. Eles estão prontos para aprender a se alimentar no peito. Se você não pegar seu bebê logo após o nascimento, faça-o o mais rápido possível em sua situação. Se você precisar de ajuda para colocar seu bebê no peito, peça apoio de um consultor de lactação qualificado ou outro profissional qualificado. O contato pele a pele frequente e colocar o bebê no peito ajudarão a amamentar.

Mito 8: Não se pode usar fórmula se quiser amamentar -> As mães podem decidir que precisam usar fórmula em algumas ocasiões, enquanto continuam a amamentar. É importante buscar informações imparciais sobre fórmulas e outros produtos que substituem o leite materno. Para manter a produção de leite materno, continue oferecendo a mama ao seu bebê

com a maior frequência possível. Pode ser útil que as mães consultem um especialista em lactação ou profissional qualificado para ajudar com um plano que funcione melhor para que elas continuem amamentando.

Mito 9: Muitas mães não conseguem produzir leite suficiente -> Quase todas as mães produzem a quantidade certa de leite para seus bebês. A produção de leite materno é determinada por quão bem o bebê pega na mama, a frequência da amamentação e quão bem o bebê está retirando o leite a cada mamada. A amamentação não é um trabalho de “uma mulher” e as mães precisam de apoio. Apoio como orientação contínua sobre amamentação de profissionais de saúde, ajuda em casa e manutenção da saúde comendo e bebendo bem.

Mito 10: A mãe não deve amamentar se estiver doente -> Dependendo do tipo de doença, as mães geralmente podem continuar amamentando quando estão doentes. Você precisa ter certeza de receber o tratamento certo e descansar, comer e beber bem. Em muitos casos, os anticorpos que seu corpo produz para tratar sua doença ou enfermidade passarão para seu bebê, construindo suas próprias defesas.

Mito 11: A mãe não pode tomar nenhum medicamento se estiver amamentando. É importante informar ao seu médico que você está amamentando e ler as instruções com todos os medicamentos que você compra no balcão. Pode ser necessário tomar medicamentos em um horário específico ou em uma dosagem específica, ou tomar uma formulação alternativa. Você também deve informar o médico do bebê sobre quaisquer medicamentos que esteja tomando.

Mito 12: Bebês que foram amamentados são pegajosos -> Todos os bebês são diferentes. Alguns são pegajosos e outros não, não importa como sejam alimentados. A amamentação fornece não apenas a melhor nutrição para os bebês, mas também é importante para o desenvolvimento do cérebro. Os bebês amamentados são muito acolhidos e, por causa disso, a amamentação demonstrou aumentar o vínculo com a mãe.

Mito 13: É difícil desmamar um bebê se ele for amamentado por mais de um ano -> Não há evidências de que seja mais difícil parar de amamentar após um ano, mas há evidências de que amamentar até dois anos é benéfico tanto para mães quanto para crianças. Todas as mães e bebês são diferentes e precisam determinar juntos por quanto tempo desejam amamentar.

Mito 14: Se a mãe voltar ao trabalho, terá que desmamar seu bebê -> Muitas mães continuam amamentando depois de voltar ao trabalho. Primeiro, verifique as políticas do seu país e do seu próprio local de trabalho. Se você tem direito a tempo e lugar para amamentar durante o horário de trabalho, pode ir para casa e amamentar, pedir a um familiar ou amigo para trazer seu bebê até você ou extrair seu leite e levá-lo para casa. Se você não tiver a opção de amamentar durante o horário de trabalho, procure momentos durante o dia para extrair seu leite e depois alimente seu bebê diretamente quando estiver em casa. Se você decidir dar ao seu bebê um substituto do leite materno para algumas mamadas, ainda é muito bom continuar amamentando sempre que estiver com seu bebê.

Para acessar a matéria completa, [clique aqui](#).

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e Ministério da Saúde publicaram orientações sobre Amamentação e Alimentação Complementar.

No marco da Semana Mundial do Aleitamento Materno, o Brasil publicou orientações para promover nas creches públicas a amamentação e alimentação complementar adequada e saudável das crianças de até três anos de idade.

As Orientações são voltadas às famílias, professores, gestores, merendeiros, entre outros atores envolvidos com alimentação escolar nas creches públicas. Essas recomendações também reforçam o cumprimento da [Norma Brasileira de Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras \(NBCAL\)](#) e do [Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos](#), especialmente ao recomendar que não haja oferta de alimentos ultra processados (de alto teor calórico e baixo valor nutricional, como os gordurosos ou açucarados) para crianças.

No material, também há destaque para o aleitamento materno. Uma série de evidências científicas têm demonstrado que crianças amamentadas têm menor probabilidade de sobrepeso, melhor desempenho em testes de inteligência, maior frequência escolar e renda na vida adulta, entre outros benefícios. A saúde da mãe também melhora, porque o aleitamento reduz o risco de câncer de mama, de ovário e de diabetes.

Por isso, a recomendação da OPAS, da OMS e do Ministério da Saúde é de que o leite materno seja oferecido até os dois anos ou mais, sendo de forma exclusiva até o sexto mês de vida da criança. Ao completar seis meses, deve-se introduzir a alimentação complementar adequada e saudável, com a continuidade do aleitamento materno. Ainda assim, hoje, menos da metade (45,7%) das crianças do Brasil são amamentadas exclusivamente nos primeiros 6 meses.

Para acessar a nota técnica, [clique aqui](#), e para acessar a notícia, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

OMS - Atualização da Declaração Provisória Sobre a Vacinação COVID-19 para Crianças (Documento foi publicado pela primeira vez em 24 de novembro de 2021 e atualizado em 11 de agosto de 2022).

A OMS, com o apoio do Grupo Consultivo Estratégico de Peritos (Strategic Advisory Group of Experts - SAGE) sobre Imunização, está continuamente revisando a literatura, em contato com os fabricantes de vacinas, a comunidade de pesquisa e os estados-membro para obter os dados mais completos e recentes sobre o tema.

- As vacinas COVID-19 na lista para Uso Emergencial da OMS que foram submetidas a ensaios clínicos em crianças e adolescentes são seguras e eficazes na prevenção de doenças neste grupo. Crianças com comorbidades e condições imunocomprometidas graves devem receber a vacinação.

- Embora as avaliações de risco-benefício claramente sustentem o benefício de vacinar todas as faixas etárias, incluindo crianças e adolescentes para reduzir o número de infecções, hospitalizações e mortes por COVID-19, o benefício direto para a saúde ao vacinar crianças e adolescentes saudáveis, é menor em comparação com vacinar mais velhos adultos devido à menor incidência de COVID-19 grave e mortes em pessoas mais jovens. Como crianças e adolescentes tendem a ter doenças mais leves em comparação com adultos, a menos que

estejam em um grupo com maior risco de COVID-19 grave, é menos urgente vaciná-los do que pessoas mais velhas, pessoas com condições crônicas de saúde e profissionais de saúde.

- O documento ressalta que há benefícios de vacinar crianças e adolescentes que vão além dos benefícios diretos à saúde: minimizar as interrupções na educação das crianças e manter seu bem-estar geral, saúde e segurança são considerações importantes. A vacinação que diminui a transmissão do SARS-CoV-2 nessa faixa etária pode reduzir a transmissão de crianças e adolescentes para adultos mais velhos e pode ajudar a reduzir a necessidade de medidas de mitigação nas escolas. Vale ressaltar que, durante o atual período dominante da Ômicron, o impacto da vacina na transmissão é apenas moderado e de curta duração.

- As estratégias dos países relacionadas ao controle da COVID-19 devem facilitar a participação das crianças na educação e em outros aspectos da vida social e minimizar o fechamento de escolas, mesmo sem vacinar crianças e adolescentes. A UNICEF e a OMS desenvolveram orientações sobre como minimizar a transmissão nas escolas e manter as escolas abertas, independentemente da vacinação de crianças em idade escolar (para acessar, [clique aqui](#)). Professores, familiares e outros contatos adultos de crianças e adolescentes devem, idealmente, ser vacinados para proteção direta.

- Os países devem considerar os benefícios individuais e populacionais de imunizar crianças e adolescentes em seu contexto epidemiológico e social específico ao desenvolver suas políticas e programas de imunização COVID-19.

- É necessária uma ação alinhada e coordenada para atingir as metas globais de vacinação contra a COVID-19. A decisão de vacinar adolescentes e crianças deve levar em conta a priorização para proteger totalmente os subgrupos de maior risco por meio de séries primárias de vacinação e à medida que a eficácia da vacina diminui com o tempo desde a vacinação, por meio de doses de reforço. Assim, antes de considerar a implementação de séries primárias de vacinação em adolescentes e crianças, alcançar alta cobertura de séries primárias - e doses de reforço conforme necessário com base em evidências de diminuição e otimização do impacto da vacinação - em grupos de uso de maior e alta prioridade, como idosos, deve ser perseguido. Além disso, é de extrema importância que as crianças continuem a receber as vacinas infantis recomendadas para outras doenças infecciosas.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde e Organização Internacional do Trabalho lançam relatório em conjunto: A disparidade salarial entre homens e mulheres no setor de saúde e cuidados: uma análise global em tempos de COVID-19

A COVID-19 destacou a importância crítica dos profissionais de saúde e assistência, que foram aplaudidos e celebrados. Também revelou a extensão das desigualdades que os trabalhadores deste setor altamente feminizado vêm enfrentando há décadas. Entre essas desigualdades, destaca-se a disparidade salarial entre os sexos. É por esta razão que a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Saúde desenvolveram o primeiro relatório global setorial sobre diferenças salariais entre homens e mulheres.

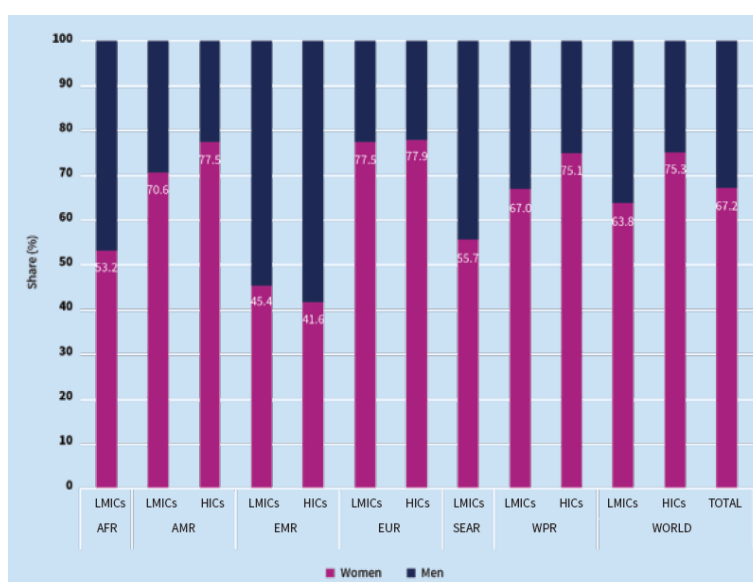
Este relatório foi lançado em um evento paralelo do High Level Political Forum (HLPF 2022) com o objetivo de impulsionar o compromisso com a ação política integrada para melhorar a igualdade de gênero, trabalho decente, crescimento econômico, boa saúde e bem-estar. O relatório mostra que, enquanto o setor de saúde e cuidados continua a ser uma

importante fonte de emprego para as mulheres em todo o mundo (elas representam 67% dos trabalhadores do setor), as mulheres sofrem um duplo risco: os rendimentos médios no setor são inferiores aos outros setores e uma disparidade salarial de 24% entre homens e mulheres, que é, em média, mais elevada do que em setores não relacionados com a saúde.

Os homens estão representados como os que mais ganham no setor de saúde e assistência, com uma clara lacuna geracional que precisa ser abordada por meio de políticas públicas que tragam um equilíbrio de gênero no setor. Ainda assim, isso não seria suficiente para eliminar as disparidades salariais entre homens e mulheres: grande parte das disparidades salariais entre homens e mulheres na saúde e nos cuidados continua sem explicação pelos atributos do mercado de trabalho que, na prática, deveriam ser os únicos fatores de determinação salarial. Entre as mulheres no setor de saúde e cuidados, há evidências de uma lacuna na maternidade.

Por fim, é importante enfatizar que a COVID-19 afetou desproporcionalmente os trabalhadores da faixa inferior da escala salarial, a maioria dos quais são mulheres, inclusive afetando mulheres no setor de saúde e assistência. Claramente, políticas e estratégias intersectoriais e interconectadas são necessárias para fechar as lacunas de gênero que prevalecem hoje na saúde e na atenção como um resultado universal em todos os países.

Participação de mulheres e homens entre todos os trabalhadores empregados no setor de saúde e cuidados em 189 países, 2020.



Para acessar o documento completo, [clique aqui](#), para acessar o sumário executivo, [clique aqui](#).

ONU Mulheres - Garantia pública de pensão alimentícia: uma política fundamental para melhorar o bem-estar econômico das famílias de mães solteiras

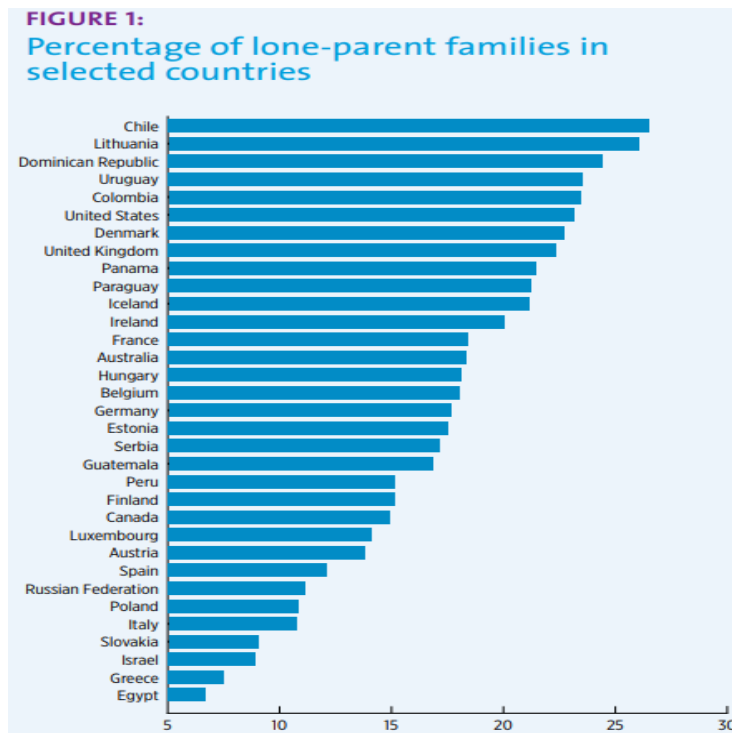
Pensão alimentícia: transferência monetária de um dos tutores para o outro tutor para ajudar com o custo de criação dos filhos após a dissolução da união. Esta é uma fonte crítica de renda para a proporção crescente de famílias de mães solteiras, especialmente aquelas em risco de sofrer pobreza e dificuldades materiais. Ainda assim, em vários países, uma proporção significativa de mães solteiras não recebe apoio financeiro do pai de seus filhos.

Por que a pensão alimentícia é importante para famílias de mães solteiras?

O aumento dos nascimentos não matrimoniais e da dissolução da união aumentou a proporção de crianças que vivem separadas de um de seus pais. As famílias monoparentais são

desproporcionalmente pobres em relação às famílias com dois pais em uma ampla gama de países. Dados recentes de 33 países mostram que em metade desses países, uma em cada cinco famílias com crianças menores de 18 anos são famílias monoparentais.

Existe alguma variação nessas estimativas: Na República Dominicana, Chile e Lituânia, por exemplo, a proporção de famílias monoparentais é três vezes maior do que o observado no Egito, Grécia e Israel.



Famílias de mães solteiras são comuns e muitas vezes vivem a pobreza e as dificuldades materiais. Enquanto a guarda do pai aumentou, as mães quase sempre mantêm a custódia de seus filhos após a dissolução da união. Como resultado, a grande maioria dos pais solteiros são mulheres: mais de 75% dessa população.

Mulheres que têm filhos fora de uma relação de coabitação ou casamento tendem a ter menos recursos econômicos do que mulheres que têm filhos com seus parceiros, especialmente para aquelas que são casadas. Ainda assim, ter filhos dentro de uma parceria não protege necessariamente as mães passarem por insegurança financeira se elas se separarem do pai das crianças.

Pesquisas apontam que a pensão alimentícia é uma fonte de renda crítica para mães solteiras e seus filhos, mas a proporção dessas famílias que recebem essa transferência é relativamente baixa em diversos países. Na Colômbia, Peru e Uruguai, por exemplo, aproximadamente dois terços das mães solteiras não recebiam apoio financeiro do pai de seus filhos no início deste século.

Quais políticas podem garantir pensão alimentícia regular e adequada?

Os sistemas de apoio à criança em todo o mundo estão organizados de formas diferentes. Alguns países têm sistemas nos quais os tribunais têm a responsabilidade de determinar e fazer cumprir obrigações de suporte (por exemplo, Canadá, Alemanha, Uruguai) e esses processos geralmente ocorrem como parte do processo de divórcio; outros países têm órgãos públicos responsáveis por essas tarefas (por exemplo, Austrália); e um terceiro grupo de países têm sistemas em que tanto os tribunais como os órgãos públicos desempenham papel na determinação e aplicação da pensão alimentícia (por exemplo, Colômbia, Finlândia, Estados Unidos).

O documento faz ainda algumas recomendações:

1. Abordar a escassez de dados de pensão alimentícia adicionando um módulo sobre este tema nas pesquisas domiciliares existentes nos países;
2. Adaptar os sistemas de apoio à criança às mudanças nos padrões de formação e dissolução das relações, oferecendo serviços que apoiem pais casados e solteiros;
3. Aproveitar os programas de transferência de renda existentes para criar uma pensão alimentícia pública, garantida para famílias de mães solteiras;
4. Assegurar garantia de um programa público de pensão alimentícia compatível com outros programas de assistência social; mães solteiras não deveriam ter que escolher entre receber pensão alimentícia e receber outros benefícios do governo;
5. Decretar políticas sociais e de mercado de trabalho, incluindo creches de alta qualidade e acessíveis, que aumentem a capacidade das famílias de mães solteiras para alcançar a segurança econômica, reconhecendo que a pensão alimentícia por si só é inadequada para atingir esse objetivo.

Para acessar o documento inteiro, [clique aqui](#).

Instituições Financeiras Multilaterais e Saúde

Isis Pillar Cazumbá

Lançado no início de agosto, o novo relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em parceria com o Center for Global Development conclui que muitas empresas da América Latina e do Caribe (ALC) sobreviveram à pandemia cortando investimentos, mas que esse declínio agora ameaça restringir a retomada da economia na região.

De acordo com o estudo, para reverter a situação e evitar que ela leve a uma espécie de "COVID econômico longo", onde um setor privado fraco não consegue criar empregos e estimular o crescimento econômico, os governos da região devem redefinir uma série de políticas para ajudar as empresas a impulsionar investimentos e contratar novos funcionários.

O estudo colheu dados do balanço de grandes empresas da região e constatou que o investimento caiu acentuadamente enquanto os níveis de dívida permanecem altos, especialmente em setores mais atingidos pela pandemia COVID-19. Além disso, a demanda por trabalhadores formais diminuiu e o emprego informal aumentou vertiginosamente durante a recuperação.

O relatório analisa empresas em grande parte da economia da região. Embora as receitas em empresas de setores como exploração madeireira, mineração e outras indústrias extrativas tenham se recuperado principalmente, em muitos setores — incluindo construção, varejo e a maioria das indústrias de colarinho branco — as receitas permanecem significativamente deprimidas.

O relatório em conjunto recomendou uma série de medidas a serem tomadas pelos governos para promover melhorias no setor econômico:

- ❖ A criação de uma nova instituição público-privada, independente e temporária, com o mandato de identificar e apoiar as empresas que sofreram durante a pandemia, mas ainda são viáveis e precisam de investimentos. Esta instituição precisa ser equipada pelo setor privado para evitar interferências políticas.
- ❖ A promoção de estratégias de digitalização em cada país, com foco em políticas comprovadas de custo-benefício e de aumento do crescimento, como a priorização do investimento em infraestrutura digital.
- ❖ Políticas para impulsionar e incubar empresas promissoras e melhorar o acesso ao capital de risco, tanto através de redes internacionais quanto de mercados locais.
- ❖ Procedimentos legais mais simples, transparentes e eficientes para permitir que as empresas se reorganizem ou entrem em falência de forma mais eficaz. Uma maior flexibilidade para os tribunais, melhores quadros de insolvência e um fórum internacional para ajudar com as falências ajudariam as empresas malsucedidas a reformar ou encerrar suas atividades.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/after-surviving-pandemic-companies-latin-america-caribbean-need-help-report>

Projetos do BID

O BID e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) assinaram um acordo de cooperação técnica para criar modelos para a realização de avaliações preliminares de viabilidade de projetos de parceria público-privada e concessões de serviços

para água e saneamento no Brasil. O BID doou US\$ 350 mil para construir ferramentas inovadoras para apoiar o trabalho do BNDES para estruturar esses projetos, especialmente em áreas remotas onde os projetos têm menor viabilidade financeira. O objetivo é canalizar mais investimentos para essas áreas, reduzindo riscos associados e aumentando as chances de sucesso para todos os tomadores de decisões.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/idb-bndes-partner-enable-investment-water-and-sanitation-vulnerable-groups>

Foi aprovado pelo BID um financiamento de US\$ 100 milhões para Barbados promover a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento econômico. Esses recursos permitirão ao país criar um instrumento de longo prazo para financiar medidas relacionadas à sustentabilidade e conservação marinha.

A garantia do BID ajudará a reduzir os custos de empréstimos para o país, pois busca arrecadar fundos para atividades de conservação, o que inclui a criação de um fundo de conservação, conhecido como Fundo de Sustentabilidade Ambiental de Barbados. A operação, estruturada como garantia baseada em políticas, também apoiará reformas para melhorar a governança ambiental e a gestão sustentável da dívida no país.

Fonte: <https://www.iadb.org/en/news/barbados-promote-environmental-sustainability-innovative-idb-solution>

O Banco Mundial (BM) anunciou detalhes de seu pacote global de resposta a crises para ajudar os países em desenvolvimento a navegar em múltiplas crises que estão atingindo os mais vulneráveis.

Os detalhes dessa resposta podem ser encontrados em um artigo do Global Crisis Response Framework intitulado: *Navegando em múltiplas crises, mantendo o curso sobre desenvolvimento de longo prazo: a resposta do Grupo Banco Mundial às crises que afetam os países em desenvolvimento (Navigating Multiple Crises, Staying the Course on Long-Term Development: The World Bank Group's Response to the Crises Affecting Developing Countries*, em inglês). O documento descreve uma estrutura que guiará a resposta operacional do BM durante o período de 15 meses de abril de 2022 a junho de 2023. Este artigo segue o [Roteiro de Abril de 2022](#), que destacou que o BM fará até US\$ 170 bilhões em financiamento disponível durante este período de 15 meses para apoiar os países em desenvolvimento à medida que navegam nessas crises sem precedentes. A alocação de recursos entre países e questões evoluirá de acordo com as necessidades específicas e a força de programas que alcançam o desenvolvimento e apoiam as pessoas.

No documento, são descritas as principais orientações a serem trabalhadas pelo BM:

- ❖ Responder à insegurança alimentar através do apoio à produção, facilitando o comércio, apoiando os vulneráveis e investindo em sistemas alimentares sustentáveis. Isso se alinha à [resposta do BM à insegurança alimentar anunciada em 18 de maio de 2022](#).
- ❖ Proteger as pessoas e preservar empregos para ajudar a mitigar o impacto a médio e longo prazo das crises.
- ❖ Fortalecer a resiliência identificando e apoiando caminhos para construí-la a longo prazo.
- ❖ Fortalecimento de políticas, instituições e investimentos para reconstrução, utilizando políticas de longo prazo para melhorar os resultados do desenvolvimento.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/08/03/world-bank-group-outlines-global-crisis-response-package-to-help-developing-countries-navigate-multiple-compounding-crisis>

Projetos do BM

Devido a grave crise de insegurança alimentar, o BM aprova de forma célere projetos para os países que se mostram mais vulneráveis neste quesito. O BM aprovou um empréstimo de US\$ 300 milhões que beneficiará cerca de 130.000 famílias de comunidades rurais e produtores na Bolívia. O financiamento contribuirá para aumentar a segurança alimentar, o acesso ao mercado e a adoção de práticas agrícolas inteligentes para o clima no país.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/08/10/the-world-bank-will-support-bolivian-producers-to-increase-food-security-and-market-access>

No setor da saúde, o BM aprovou um crédito de US\$ 51 milhões para São Vicente e Granadinas modernizar os serviços hospitalares e construir uma infraestrutura e sistema de saúde mais resiliente e sustentável, incluindo a construção de uma nova reforma hospitalar e do setor de saúde. De acordo com o Banco, o projeto beneficiará mais de 110.900 moradores e cerca de 350.000 turistas que visitam a ilha todos os anos.

Fonte: <https://www.worldbank.org/en/news/press-release/2022/08/10/saint-vincent-and-grenadines-health-system-resilience-world-bank-support>

As perspectivas econômicas atualizadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) relacionadas à ALC foram cautelosas. O Fundo prevê a possibilidade de um crescimento de 3% para este ano, o que significa uma revisão para cima de 0,5 ponto percentual do que foi mostrado em abril. Diferentemente, no segundo semestre, a situação não será tão favorável. Isso se deve ao fato dos principais desafios que o mundo vem enfrentando: inflação alta, crescimento global lento e insegurança nos setores de energia e da alimentação.

Devido a esses problemas, a previsão para 2023 na região não é considerada boa: 2% de expansão, uma revisão para baixo de 0,5 ponto percentual.

Crescimento dos países

A Argentina crescerá 4% em 2022, o Brasil 1,7% em 2022, Chile 1,8%, Colômbia 6,3%, México 2,4% e Peru 2,8%.

No Caribe, as economias crescerão 3,4%, atrasadas em sua recuperação porque ainda não atingiram o nível do setor turístico anterior à pandemia.

Embora haja otimismo na economia da região, há muitos motivos para preocupação. A demanda está reprimida devido ao declínio dos preços de algumas matérias-primas, aumento da taxa de juros e a inflação alta já mencionada, trazendo dificuldades para o aumento do consumo e de investimento.

Fonte: <https://blogs.imf.org/2022/07/27/shifting-global-winds-pose-challenges-to-latin-america>

Economic forecasts: Western hemisphere

(real GDP growth; percent)

	2021	PROJECTIONS	
		2022	2023
Western Hemisphere			
United States	5.7	2.3	1.0
Canada	4.5	3.4	1.8
Latin America and the Caribbean	6.9	3.0	2.0
South America ¹	7.2	2.8	1.9
CAPDR	11.0	4.7	3.9
Caribbean			
Tourism dependent ²	3.0	3.4	2.9
Commodity exporters ³	5.1	19.5	16.6
Brazil, Chile, Colombia, Mexico, Peru (LA5)	6.3	2.5	1.5
Latin America			
Argentina	10.4	4.0	3.0
Brazil	4.6	1.7	1.1
Chile	11.7	1.8	0.0
Colombia	10.7	6.3	3.5
Mexico	4.8	2.4	1.2
Peru	13.5	2.8	3.0

Sources: IMF, World Economic Outlook database; and IMF staff calculations.

Note: Regional aggregates are purchasing-power-parity GDP-weighted averages.

¹Excludes Guyana and Suriname.

²Includes Antigua and Barbuda, Aruba, The Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Grenada, Haiti, Jamaica, St. Kitts and Nevis, St. Lucia, and St. Vincent and the Grenadines.

³Includes Guyana, Suriname, and Trinidad and Tobago.

IMF

Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras

Claudia Chamas

A [12ª Conferência Ministerial](#) (MC12) da [Organização Mundial do Comércio](#) ocorreu em Genebra de 12 a 17 de junho de 2022. Os ministros aprovaram um pacote de decisões, acordo e declarações, inclusive a “[Declaração Ministerial sobre Resposta à Pandemia e Preparação para Pandemias Futuras](#)” (no original, em inglês, “Ministerial Declaration on the WTO Response to the COVID-19 Pandemic and Preparedness for Future Pandemics”). A seguir, destaco os principais pontos do documento:

1. Durante a pandemia da COVID-19 acesso a vacinas, medicamentos, diagnósticos e outros produtos médicos essenciais não ocorreu de maneira equitativa. Vários países sofreram restrições de fornecimento desses bens, uma vez que não dispunham de capacidades financeiras e de importação para garantir estoques.

2. As lições da COVID-19 serão úteis para o enfrentamento de futuras pandemias.

3. Um ambiente de comércio previsível pode facilitar a produção, o fornecimento e a distribuição de vacinas, medicamentos, diagnósticos e outros bens médicos essenciais contra a COVID-19.

4. A pandemia revelou a importância do acesso equitativo global a produtos para o combate à Covid. O sistema multilateral de comércio pode apoiar a expansão e diversificação da fabricação desses bens e serviços, inclusive participação da OMC na promoção do desenvolvimento inclusivo.

5. A recuperação econômica não se dá uniformemente entre os países e novos desafios surgem – novas variantes e ritmo irregular de vacinação.

6. A transparência e notificações à OMC de medidas relacionadas ao comércio com relação ao COVID-19 e futuras pandemias são pilares importantes do enfrentamento de crises sanitárias. A informação rápida pode permitir a localização de interrupções nas cadeias de suprimentos durante a COVID-19 e futuras pandemias.

7. Os países reconhecem que medidas comerciais de emergência destinadas a combater a COVID-19, se consideradas necessárias, sejam proporcionais, transparentes, temporárias e não criem barreiras desnecessárias ao comércio nas cadeias de suprimentos, de acordo com o previsto pelas regras da OMC e levando-se em consideração conta as diversas circunstâncias dos países, em particular os interesses de alguns países em desenvolvimento e suas necessidades de suprimentos de emergência e assistência humanitária.

8. Os países reiteram a importância do Acordo de Facilitação do Comércio da OMC reconhecem as necessidades de capacitação dos países em desenvolvimento, com destaque para a Seção II do Acordo de Facilitação do Comércio.

9. Os países reconhecem as medidas voluntárias adicionais de facilitação do comércio que os países implementaram para lidar com a pandemia em andamento, incluindo a simplificação dos procedimentos alfandegários, diminuindo e simplificando os requisitos de documentação, reduzindo ou ajustando temporariamente as tarifas e outros encargos sobre vacinas, medicamentos, diagnósticos e outros produtos médicos essenciais para a COVID-19, incluindo seus insumos.

10. Os países incentivam a a cooperação regulatória e o compartilhamento de informações regulatórias de forma voluntária.

11. Os países recordam a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública de 2001 e reiteram que o Acordo TRIPS não impede e não deve impedir que os Membros tomem

medidas para proteger a saúde pública, reafirmando que o Acordo pode e deve ser interpretado e implementado de forma a apoiar o direito dos Membros da OMC de proteger a saúde pública e, em particular, de promover o acesso a medicamentos para todos.

12. Os países reafirmam o direito de usar, integralmente, o Acordo TRIPS e a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública de 2001, que oferecem flexibilidade para proteger a saúde pública, inclusive em futuras pandemias.

Os países reconhecem que aumentar o nível de preparação global para pandemias requer o fortalecimento da capacidade produtiva, científica e tecnológica em todo o mundo, sendo que essa capacidade desenvolve soluções para outras crises de saúde pública, inclusive AIDS, malária, tuberculose e doenças tropicais negligenciadas

13. . A transferência de tecnologia contribui para essa capacitação.

14. Os países reafirmam o compromisso dos países-membros desenvolvidos com o Artigo 66.2 do Acordo TRIPS.

15. Os países ressaltam o papel fundamental dos serviços para garantir a resiliência durante pandemias.

16. Os países reconhecem a relevância de uma maior cooperação dentro do mandato da OMC e suas regras para impulsionar a recuperação pós-pandemia e os fluxos comerciais, inclusive em requisitos de testes e resultados, reconhecimento de certificados de vacinação e interoperabilidade e reconhecimento mútuo de aplicativos de saúde digital, continuando a proteger a saúde pública e garantindo a privacidade e a proteção de dados pessoais.

17. Os países reconhecem a importância da segurança alimentar global na construção da resiliência e na resposta às pandemias atuais e futuras.

18. Os países ressaltam a importância do trabalho da OMC alinhados a outras organizações internacionais como a Organização Mundial da Saúde para resposta internacional à pandemia, incluindo atividades como correspondência rápida de oferta à demanda, mapeamento de capacidades e demandas de produção.

Referências

OMC. Ministerial Declaration on the WTO Response to the COVID-19 Pandemic and Preparedness for Future Pandemics. Disponível em: <https://docs.wto.org/dol2fe/Pages/SS/directdoc.aspx?filename=q:/WT/MIN22/31.pdf&Open=True>
Acesso em: 14 de agosto de 2022.

Antropo-Ética dos Sistemas Alimentares para a Cidadania Terrestre

Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva e Erica Ell

Temos escrito que o modelo de desenvolvimento de sistemas alimentares contemporâneos percorre caminhos erráticos no planeta. Para Edgar Morin, o modelo civilizatório adotada ameaça o destino dos seres humanos no Planeta. E para isto, o autor propõe estudar a incompreensão das raízes deste problema e propõe como caminho a revisão da ética do destino dos seres humanos que se expressa de forma ternária “indivíduo/sociedade/espécie como possibilidades de aberturas de criação e de reinvenção para regenerar a humanidade. Em que são necessários vários conhecimentos a serem utilizados na educação planetária que convoca os seres humanos para a educação e cidadania terrestre para que as responsabilidades individuais e sociais não se desconectem de nosso destino comum como condôminos do Planeta Terra.

A busca por encontrar os caminhos de conexões individuais e coletivas para alcançar sistemas alimentares inclusivos, sustentáveis e resilientes, tem sido objeto de lições e experiências nacionais e internacionais. Nesse informe, discutimos intenções e ações internacionais sobre tentativas de transformação dos sistemas alimentares para pela reflexão de passos e desafios contemporâneos vividos por experiências de nações e de movimentos de governança global. Tendo como referência o caso do Sri Lanka de implementação universal da agricultura orgânica no país, experiência emblemática dos desafios de transformação de sistemas alimentares, que enfrentou os problemas estruturais de transformar sistemas, e que conseguiu demonstrar a importância da governança, participação e planejamento como estratégia de uma transição protegida. Como também o jogo de interesse observado em painéis de especialistas internacionais que competem com narrativas e modos de transformação dos sistemas alimentares predatórios hegemônicos pela mitigação dos efeitos de suas atividades, e, por outro lado atuam com narrativas que deixam nas mãos dos grupos corporativos a proposição de soluções para os problemas criados por eles próprios.

A trajetória da antropo-ética do desenvolvimento dos sistemas alimentares contemporâneo representa inúmeras incertezas observadas em fóruns internacionais em que a coordenação global de transformação dos sistemas alimentares para alcançar impactos globais centrados na saúde humana, animal e planetária e as Nações Unidas e suas agências devem posicionar-se e agir firmemente nessa direção.

Em muitos dos informes anteriores sobre a agenda global de segurança alimentar e nutricional, foram destacadas as contradições dos sistemas alimentares hegemônicos e o quanto, como causas das atuais zoonoses de doença relacionadas à alimentação inadequada e à falta de alimentos, bem como de mudanças climáticas, não podem ser o centro da solução para essas crises.

Transformações nesses sistemas podem resultar em alguns impactos em termos de redução de danos à saúde humana e planetária, contudo não alterarão sua essência que é a base na concentração de renda, terras e tecnologia, na produção de commodities agrícolas, no ultraprocessoamento de alimentos e na forte vinculação com o mercado financeiro. Ademais, mesmo com mudanças, manterão sua incapacidade em prover alimentos diversos, culturalmente adequados e em quantidade e qualidade necessários para a população global, de forma sustentável, inclusiva e resiliente.

As fragilidades e desigualdades associadas a esses sistemas hegemônicos ficaram ainda mais claras com crises recentes relacionadas ao aumento da insegurança alimentar e nutricional no mundo antes da pandemia (e agravado por ela) e pelo impacto da invasão russa à Ucrânia na disponibilidade de fertilizantes químicos dos quais a agricultura de commodities depende fortemente. Ou seja, os sistemas agroalimentares modernos são cada vez menos focados na produção de alimentos e novas “Revoluções Verdes” não serão a solução para a fome. No entanto, é crescente o debate em torno da intensificação sustentável de sistemas produtivos e abordagens relacionadas, como a agricultura “*climate smart*”, a agricultura sensível à nutrição e cadeias de valor alimentar sustentáveis, que se colocam como possíveis caminhos para gerar mudanças nesses sistemas.

Por outro lado, implementar modelos contra hegemônicos requer grande apoio político, técnico e financeiro do nível local ao nível global e deve ser pensado numa perspectiva de implementação gradual para garantir que sejam estratégias sustentáveis nos médio e longo prazos e que maximizem seus impactos. Além disso, é fundamental que esses planos contem com a participação e acompanhamento em todas as fases dos atores das mudanças, tais como os pequenos produtores, populações indígenas e outros grupos da sociedade civil.

Essa resistência a mudanças se manifesta em termos de inércia no campo das políticas públicas, das estruturas corporativas, dos sistemas educacionais, dos hábitos dos consumidores e no investimento em pesquisa para modelos alternativos, que, por sua vez, favorecem os modelos dominantes de agricultura e de sistemas alimentares. Além disso, prevalecem os argumentos da contribuição econômica dos sistemas hegemônicos sem considerar suas externalidades ambientais e sociais, de modo que o campo de disputa dos modelos é bastante desigual e favorável à manutenção do *status quo*.

Por exemplo, sem investimentos e esforços em todos os níveis para formular e implementar abordagens inovadoras, tais como as abordagens agroecológica, não será possível criar e dar escala a modelos alternativos ao dominante. Diante desse contexto, apesar de não ser factível uma transformação com a substituição imediata de sistemas alimentares, a coexistência desses sistemas deve ser baseada na proteção dos sistemas de agroecologia e outras formas de produção sustentável, resiliente e inclusiva até que ganhem a escala que precisam.

Nesse sentido, é preciso lidar com as divergências entre os modelos de sistemas alimentares e o próprio antagonismo que apresentam em relação a aspectos como produção regenerativa ou eficiência, diversificação ou especialização, adaptação ou mitigação climática, intensificação laboral ou de capital, localizado ou globalizado, considerando, ainda, a importância da governança, da biodiversidade e da produção e disseminação de conhecimento.

No campo da governança global, em particular, é fundamental aprofundar o debate sobre a apropriação do multilateralismo pela abordagem de múltiplos atores, que tem diminuído o espaço dos atores da mudança, como pequenos produtores, sociedade civil e populações indígenas, enquanto os processos têm sido ameaçados por captura corporativa e permeados por conflitos de interesses, como abordado em nosso informe anterior. É preciso, portanto, no desenvolvimento e implementação de planos de mudanças, considerar a própria complexidade dos sistemas alimentares e os interesses e relações de poder que competem nas agendas, favorecendo o *status quo* e impedindo mudanças nas políticas.

Recentemente, a experiência do Sri Lanka em buscar uma transformação uma revolução orgânica ganhou a mídia internacional e interpretações distorcidas deste processo passaram a

ser usadas como argumento contra mudanças nos sistemas alimentares hegemônicos. Em 2021, o presidente do país anunciou um plano de 10 anos para que o país produzisse alimentos totalmente orgânicos, que envolvia o banimento imediato da importação e uso de fertilizantes sintéticos na agricultura. Em consequência, houve impactos negativos severos na economia, que incluíram escassez de combustível, energia, gás, medicamentos e comida, que por fim levaram a população a demandar a destituição do próprio presidente⁵².

Contudo, o exemplo do Sri Lanka deve ser encarado em termos das lições que traz às discussões e sistemas alimentares, visto que, apesar do forte apoio político do nível central na agenda, foram contrariadas as recomendações internacionais nesse campo, levando a algumas falhas fatais no planejamento, implementação e governança desse processo foram determinantes para seu insucesso. Por exemplo, o processo não previu um planejamento prévio detalhado de transição e incluiu mudanças repentinas em insumos (como os fertilizantes) que causaram grande impacto na produção de alimentos. Além disso, houve ausência de participação dos produtores agrícolas, da população e de especialistas na discussão e implementação das transformações pretendidas, mesmo sendo os agentes, potenciais beneficiários e apoiadores das transformações. E, completando o que se tornou uma “tempestade perfeita”, o mundo ainda buscava a recuperação dos impactos da pandemia de covid-19, tornando o momento inoportuno para mudanças drásticas.

Em contraponto a isso, as mudanças mais graduais, planejadas e implementadas com forte apoio político e de maneira participativa em direção a sistemas alimentares mais sustentáveis em países europeus, até de forma mais silenciosa, tem avançado de maneira robusta. É fundamental, todavia, considerar que o contexto europeu é muito diferente dos países da África, América Latina e Sudeste Asiático, principalmente em termos da inclusão e resiliência, e que corporações multinacionais europeias, incluindo alimentos, sementes e agrotóxicos, estão fortemente ligadas ao sistema alimentar hegemônico.

Diante desses grandes desafios, grupos de especialistas internacionais ligados às agências internacionais e a seus fóruns e iniciativas tem promovido discussões em relação aos sistemas alimentares e segurança alimentar, tais como o Painel Global sobre Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição⁵³ e o Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas (HPLC/CFS)⁵⁴.

O Painel Global sobre Agricultura e Sistemas Alimentares para a Nutrição produziu relatório científico para apoiar a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU, denominado “Os passos da transição necessária para transformar nossos sistemas alimentares” (*The Transition Steps Needed to Transform Our Food Systems*)⁵⁵, em que busca equilibrar a transição dos sistemas alimentares na perspectiva do atual multilateralismo e dos chamados sistemas agroalimentares. Com isso, o relatório não assume a influência dos conflitos de interesses nas agendas e reforça a abordagem de múltiplos atores que prevalece sobre o multilateralismo e abre-se sem filtros para a participação privada.

Nesse sentido, traz uma visão pouco realista de governança, de poder e de responsabilidades, ao recomendar que corporações trabalhem proximamente aos governos para articular agendas para promover dietas sustentáveis e saudáveis, enquanto a sociedade

⁵² <https://diplomatie.org.br/o-que-podemos-aprender-com-a-revolucao-organica-no-sri-lanka/>

⁵³ <https://www.glopan.org/the-transition-steps-needed-to-transform-our-food-systems/>

⁵⁴ <https://www.fao.org/cfs/cfs-hlpe/en>

⁵⁵ https://www.glopan.org/wp-content/uploads/2021/05/FSS_Brief_Food_System_Transformation.pdf

civil deve fazer o *advocacy* para fortalecer as agendas pelos governos, incluindo aspectos de transparência e prestação de contas e ao mesmo tempo pressionar o setor privado que operam os sistemas alimentares para que gerem mudanças. Além disso, declara que doadores devem focar na proteção de populações vulneráveis durante as mudanças e, ao tratar do comércio internacional tende replicar narrativas dos riscos do protecionismo e do papel da globalização como instrumento de proteção contra volatilidade dos preços dos alimentos e crises, colocando os sistemas hegemônicos no centro das propostas de transição.

Ainda assim, muitos pontos relevantes são apontados pelo relatório do Painel Global, no que tange a colocar como objetivos das transformações enfrentar a fome e todas as formas de má nutrição, reduzir iniquidades e incorporar perspectivas e produção sustentável. Para tanto, também propõe novas prioridades e princípios para guiar a transição dos sistemas, com transparência, participação de populações marginalizadas e base em evidências científicas, bem como garantia de apoio político, técnico e financeiro à transição pretendida.

Nesse sentido, recomenda para os governos políticas de promoção do desenvolvimento inclusivas, centradas nas pessoas e suas necessidades, e que reduzam a pobreza e implementem guias alimentares baseados em alimentos que também incorporam elementos de sistemas alimentares saudáveis, justos e sustentáveis, inclusive como indutores e orientadores de políticas de segurança alimentar e nutricional.

Contudo, ao mesmo tempo que colocam nos governos a responsabilidade para solucionar distorções nas políticas, que impedem mudanças nos sistemas alimentares, inclusive mediante a articulação intersetorial entre outras áreas relevantes (saúde, agricultura, pesca, infraestrutura, ambiente) para realinhar modelos de produção para dietas mais saudáveis e sustentáveis, destaca que parcerias com o setor privado são fundamentais para apoiar essas agendas.

Portanto, o relatório que tem por objetivo orientar cientificamente as mudanças necessárias para superar as crises e zoonoses atuais, colocam no centro da solução os sistemas hegemônicos e seus agentes como parte da solução do problema que causaram.

Em contraposição destaca-se a atuação e produção do Painel de Alto Nível de Especialistas do Comitê de Segurança Alimentar e Nutricional das Nações Unidas (HPLE/CFS), que por seus múltiplos relatórios tem explorado questões ligando saúde, segurança alimentar e nutricional e sistemas alimentares. Por sua independência, as posições desse painel são mais incisivas em relação os fatores que impedem a transformação (fatores de governança, econômicos, de conhecimento, sociais e culturais e de recursos) e na forma e direção das mudanças necessárias, baseadas no direito humano à alimentação, considerando modelos como a agroecologia, permacultura, agrofloresta e outras práticas sustentáveis, resilientes e inclusivas como centrais, de forma a mudar todo o sistema alimentar, da produção ao consumo⁵⁶.

Para as mudanças incrementais nos sistemas alimentares nessa direção, a transição deve favorecer o uso de processos naturais de produção, limitando os insumos externos e reduzindo ao máximo as externalidades negativas da produção, por meio da incorporação de saberes locais e com processos participativos, aliando experiência com métodos científicos para o aumento da eficiência da produção. Enquanto a forma convencional da inovação é centrada na introdução e ampliação da adoção de novas tecnologias, essa nova perspectiva incorpora

⁵⁶ <https://www.fao.org/3/ca9731en/ca9731en.pdf>

uma governança inclusiva e participativa, uma lógica de coprodução e compartilhamento de conhecimentos e a inovação responsável do ponto de vista ambiental.

A antro-ética do desenvolvimento de sistemas alimentares inclusivos, sustentáveis e resilientes deve seguir os caminhos propostos por Edgar Morin de compreender o desenvolvimento econômico e social como expressão do conjunto das autonomias individuais e comunitárias para promover a consciência de conexão e pertencimento planetário. Para isto alguns passos transformativos são necessários em direção ao estabelecimento de conexões mais diretas entre produtores e consumidores no nível local e, globalmente, construir um novo sistema alimentar baseado na participação, ação local, equidade e justiça.

As experiências nacionais e as recomendações de diferentes painéis internacionais trazem muitos subsídios, lições e reflexões sobre os caminhos para transformar os sistemas alimentares para que sejam saudáveis, sustentáveis, resilientes e inclusivos para que as Nações Unidas e suas agências exerçam seu mandato de coordenação global das mudanças necessárias para reverter as crises e zoonoses atuais. Contudo, frequentemente competem narrativas, paradigmas e éticas, que contrapõem mudanças de caráter mitigatório no âmbito dos sistemas hegemônicos e verdadeiras transformações na produção, distribuição, acesso e consumo de alimentos em direção ao bem coletivo.

Como toda mudança profunda, são fundamentais planejamento, apoio, governança participativa, conhecimentos, evidências e tempo, prevendo uma transição protegida, guiada pela centralidade na saúde humana, animal e planetária. Transformações em âmbito local e nacional são possíveis e necessárias, mas sem o reconhecimento das atuais contradições e uma coordenação e prioridade global a partir das Nações Unidas, a mudança global desejada e seus impactos não serão alcançados.

Inclusão, equidade e desigualdade

Vitor Rodrigues, Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard

Em julho de 2022, a UNESCO em parceria com a Universidade Federal de Minas Gerais publicou o relatório “[Inclusão, equidade e desigualdades entre estudantes das escolas públicas de ensino fundamental no Brasil](#)” promovendo uma análise sobre a qualidade do ensino fundamental que mesmo praticamente universalizado ainda carece de oportunidade de aprendizado, com qualidade, para todos os grupos sociais que compartilham características em comum.

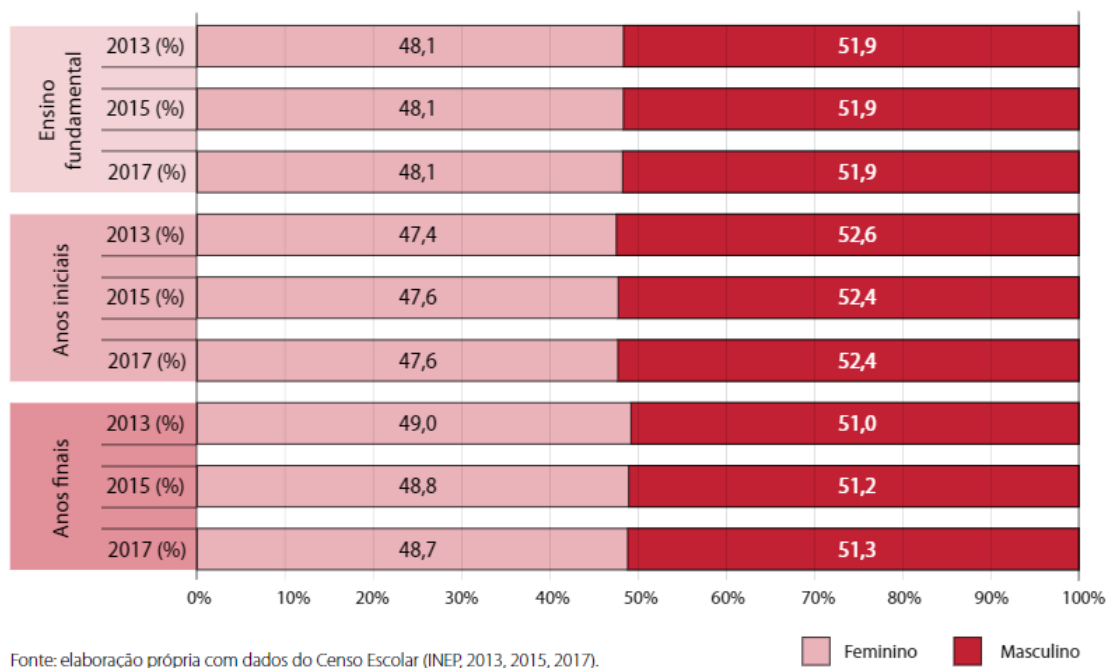
O relatório utilizou variáveis sexo, cor/raça e condição deficiência dos para analisar dados do Censo Escolar e do Saeb, ambos produzidos pelo Inep, referente aos anos de 2013, 2015 e 2017. O Censo Escolar coleta anualmente informações sobre as escolas de educação básica em todas as suas etapas, níveis educacionais e modalidades, com a colaboração dos estados e municípios. Em contrapartida, o Saeb tem a finalidade de diagnosticar o aprendizado dos estudantes e os fatores que podem influenciar nesse resultado.

De acordo com o censo escolar de 2017, o número de pessoas matriculadas na educação básica caiu em relação aos anos anteriores, e o número total de pessoas nas escolas em todos os níveis de ensino foi de 48,6 milhões em 2017, 48,8 milhões em 2015 e 50 milhões em 2013. Desse total, cerca de 80% da taxa de inscrição pertence à rede pública. As modalidades de ensino são divididas em ensino regular, educação inclusiva e educação de jovens e adultos (EJA). O ensino regular representa cerca de 90% do total de matrículas e a educação especial apenas 0,4%. A EJA foi a forma que mais cresceu nesse período, passando de 7,5% para 9,8% de 2013 a 2017. Trata-se de um alerta para trajetórias escolares interrompidas por reprovação e/ou abandono e posterior entrada em idade avançada, o que exclui os alunos do ensino formal.

Em comparação com o século passado, as taxas de matrícula escolar no século XXI aumentaram significativamente. No entanto, a maioria dos alunos não conclui o ensino fundamental na idade esperada e, entre os alunos de áreas rurais, negros e mais pobres, a média de anos de estudo é inferior a 12 anos. Apesar da expansão global da educação, dois terços dos analfabetos do mundo são meninas, e mesmo que as mulheres possam frequentar a escola, poucas seguem carreiras científicas e menos de 30% se tornam pesquisadores. As mulheres estão sub-representadas em cargos de gestão educacional e são mais vulneráveis a preconceitos e barreiras na prática profissional.

No Brasil, dados do censo escolar mostram que, em média, os meninos estão matriculando 2% a mais do que as meninas na educação básica. Esse padrão é idêntico ao observado na população em idade escolar. Na vida adulta, a relação se inverte: as mulheres se tornam maioria e participam mais do ensino superior. Em 2019, 76,4% das mulheres de 15 a 17 anos cursavam o ensino médio; entre os homens dessa idade, a proporção era de 66,7% (IBGE, 2019). A escola parece ser o primeiro momento de exclusão dos meninos na sociedade. Para as meninas, o desafio é entender por que elas iniciam trajetórias educacionais mais regulares e possuem níveis de escolaridade mais elevados do que os homens, mas isso não as devolveu a um status mais igualitário no mercado de trabalho e em outras áreas da vida adulta.

Gráfico 1 – Matrículas nas escolas públicas de ensino fundamental (estaduais e municipais), total, por etapa, sexo e ano – Brasil, 2013; 2015; 2017



A democratização da educação básica não eliminou as desigualdades existentes no sistema educacional. A desvantagem dos alunos pretos e pardos em relação aos brancos, principalmente os classificados como pretos, persistiu mesmo após o controle dos níveis socioeconômicos dos alunos. Durante os 10 anos da Prova Brasil, alunos de todas as cores/raças melhoraram no desempenho escolar, mas a distância entre brancos e negros não diminuiu. Em 2017, menos de 40% dos estudantes autodeclarados negros alcançaram níveis "adequados" de aprendizado em leitura e menos de 30% em matemática. Em 2007, esses percentuais eram de 15% e 19%, respectivamente. No entanto, a desvantagem desse grupo em relação aos alunos brancos aumentou nesse período. Em 2007, a diferença entre leitura e matemática era de cerca de 15 pontos e, em 2017, a diferença entre as duas habilidades aumentou para 25 pontos.

Até recentemente, crianças e jovens com deficiência eram pouco visíveis ou mesmo excluídos da maioria dos conjuntos de dados. No Brasil, a Constituição Federal de 1988 passou a considerar a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares, e a escolaridade dessas pessoas aumentou desde então (Brasil, 1988). No entanto, segundo o censo de 2000, 60% deles eram analfabetos, e a diferença de anos de escolaridade entre deficientes e não deficientes aumentou à medida que o nível médio de escolaridade da população em geral aumentou. Além de contar com professores mais qualificados, a matrícula de alunos da educação especial na rede geral de ensino tem aumentado ao longo do tempo. Entretanto, há uma precariedade no que diz respeito à acessibilidade dos prédios escolares e ao recebimento do Auxiliar de Apoio ao Educando (AAE), uma vez que a maioria dos alunos não recebem o apoio desse auxiliar e os estabelecimentos não possuem as adaptações físicas necessárias. Os recursos para a educação especial e os equipamentos adaptativos não são bem distribuídos entre as escolas, o que é considerado um desserviço ao trabalho pedagógico inclusivo, que visa dar a todos os alunos o direito à educação.

O 4º Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4) da Agenda 2030 reflete a preocupação dos países signatários com a prevalência dessas desigualdades, que afetam mais alguns grupos sociais do que outros. Difícilmente essas metas serão cumpridas, e que algumas regiões terão muito mais dificuldade de garantir esses objetivos. Elas dependem da melhoria do

aprendizado e fluxo escolar, previsto na Meta 7, que visa fomentar a qualidade da educação pela melhoria da qualidade da educação de uma forma geral.

Nas últimas duas décadas, muitos esforços foram feitos no Brasil para melhorar a qualidade da educação. Contudo os avanços parecem ser mais rapidamente apropriados pelos grupos que trazem consigo vantagens de origem, como os estudantes brancos, de nível socioeconômico mais alto e sem histórico de reprovações na escola. Em relação à variável sexo, este estudo observou que, quanto maior a proporção de alunas, maior a taxa de aprovação, possuindo a maior diferença no Sudeste, região onde o maior volume de matrículas ressalta as trajetórias mais regulares das meninas na educação básica.

As escolas com mais estudantes brancos, que por sua vez estão mais presentes em escolas com mais recursos e práticas pedagógicas que favorecem o aprendizado, têm taxas melhores de aprovação em comparação com escolas onde há mais estudantes pretos, pardos ou indígenas. As alunas, pelo menos no que diz respeito ao ensino fundamental, têm conseguido manter uma trajetória escolar mais regular, e a maior presença delas na escola está associada ao ambiente mais favorável para a escola atingir seus objetivos. Ter mais estudantes com deficiência ou TGD na escola não parece relevante para a piora dos indicadores de rendimento, pois os coeficientes têm valores pequenos e próximos de zero. Evidentemente, essa é uma população numericamente muito pequena e, ao que parece, a sua matrícula ocorre em escolas com mais recursos.

Conflitos, guerras, crises e a (re)produção de negligências

***Anna Carole D'Amelio, Danielle Keylla Alencar Cruz,
Jesus Enrique Patiño Escarcina, Lara Daibert,
Laurenice Pires, Marciglei Brito Moraes,
Patrícia Lewis e Luis Eugênio de Souza***

Introdução

Para atenuar os impactos dos conflitos armados, as OSC seguem demandando esforços para proteção dos civis. Ucrânia e Iêmen aparecem como cenários de emergência para adoção de medidas de garantia de direitos. A ebulição de crises, guerras e conflitos potencializou os deslocamentos e as migrações o que, por sua vez, produziram violências e violações de direitos.

Também é destaque o aumento de ataques aos serviços e profissionais da saúde ao longo das últimas décadas, incluindo o momento da pandemia. Pasquistão, EUA e Sri Lanka estão entre os países com maior número de ataques registrados.

A preocupação com as armas de destruição em massa e a adesão “fictícia” de alguns países ao Tratado de Não-Proliferação é pauta de discurso enfático na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação.

As doenças crônicas, as doenças não-transmissíveis e as doenças negligenciadas permanecem no roteiro das OSC, que tensionam e buscam mais investimentos em pesquisas, desenvolvimento de novos tratamentos, diagnóstico e prevenção dessas doenças.

Os impactos das mudanças climáticas são enfatizados diante de desastres provocados por enchentes e secas prolongadas, que aprofundam a crise alimentar em diversas partes do mundo.

Nas temáticas geracionais, há um chamado ao cuidado com o envelhecimento da população, principalmente à necessidade de garantir ao idoso proteção e dignidade. Para a juventude, a necessidade ampliar o protagonismo dos jovens nos debates públicos ganha evidência. Na abordagem de gênero, a condição da mulher em situação de insegurança alimentar é tema da CARE *International*.

Também há a convocação para reformular as parcerias em saúde global com o intuito de garantir o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

As OSC de interesse privado são enfáticas ao abordar a emergência e (re)emergência de doenças e a inação global, convocando à atenção para COVID-19, HIV, Tuberculose e Poliomielite. Também abordam a intersecção entre crise climática e segurança alimentar. Inserem ações direcionadas de enfrentamento ao racismo e financiamento.

Outras questões seguem em manifestações isoladas, mas não menos importantes, diante de tantos campos de atuação das OSC.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público

Conflitos, guerras e crises

O *International Federation of Social Workers* (IFSW)⁵⁷ criou um [Centro de Serviço Social Comunitário na Ucrânia](#), que tem como objetivo atuar como um balcão único onde os membros da comunidade, incluindo os muitos novos deslocados internos, podem marcar atendimentos com assistentes sociais, médicos voluntários, especialistas em trauma social, organizar atividades para crianças, apoiar populações vulneráveis, utilizar as habilidades para formar negócios sociais, bem como de grupos de ajuda mútua.

A *CARE International* (CARE)⁵⁸ divulgou a [Declaração conjunta](#) sobre o conflito no Lêmen, antes do fim do atual acordo de trégua liderado pela ONU. As organizações humanitárias no Lêmen instam todas as partes em conflito a aderir e estender o acordo para proteger civis em todo o país. As organizações afirmam que, durante os últimos quatro meses, desde que a trégua entrou em vigor em 2 de abril, os relatos de vítimas civis caíram significativamente. A vida de civis continua ameaçada por violações da trégua em algumas áreas.

A instituição também discutiu como os [preços em alta no Líbano](#) têm impactado e repercutido no custo de vida. Sem meios de subsistência, os idosos passam a depender de auxílio dos familiares que não possuem recursos suficientes para a sobrevivência de todo o núcleo familiar. Este ano, o Líbano também foi duramente atingido pela guerra na Ucrânia, seja pelas reservas de trigo, seja pelo aumento do preço do petróleo.

A CARE deu [destaque](#) aos dois anos da explosão de Beirute, no Líbano. A explosão de 2020, a terceira maior da história depois de Hiroshima e Nagasaki, matou 220 pessoas, feriu mais de 6.500, deslocou temporariamente cerca de 300.000 pessoas de suas casas e destruiu bairros inteiros da cidade. Alguns dados da tragédia apontam que apenas cerca de 50% das pessoas que viviam na área devastada retornaram para suas casas, seja porque o trabalho necessário não foi feito para permitir o retorno com segurança ou em decorrência dos traumas. Sobre este tema, há também o [artigo](#) intitulado Líbano: 'Como chamam aqueles que não têm mais cidade?', que apresenta os desafios para a reconstrução do país.

O ex-co-presidente da *Associação Internacional de Médicos para a Prevenção da Guerra Nuclear* (IPPNW)⁵⁹, Ira Helfand, fez uma importante [declaração](#) na Conferência de Revisão do Tratado de Não-Proliferação (TNP) nas Nações Unidas em Nova York, no dia 5 de agosto. O médico afirmou que atualmente existem nove países, dos quais cinco são signatários desse tratado, que optaram por ignorar suas obrigações em relação ao TNP. Em vez disso, eles mantiveram enormes estoques de armas capazes de destruir a civilização moderna e estão todos envolvidos em esquemas extremamente caros para modernizar e aprimorar esses arsenais.

As equipes dos *Médecins Sans Frontières* (MSF)⁶⁰ forneceram [assistência médica](#) de emergência e apoio psicológico a mais de 570 pessoas, incluindo 24 mulheres grávidas, que chegaram em pequenos barcos à ilha grega de Samos desde a Turquia. Muitos relataram ter sido devolvidos à força, assim como ter sido vítimas ou testemunhas de violência física e tratamento

⁵⁷ <https://www.ifsw.org/>

⁵⁸ <https://www.care.org/>

⁵⁹ <https://www.ippnw.org/>

⁶⁰ <https://www.msf.org.br/>

degradante, como espancamentos, exames genitais forçados e colocados à deriva em barcos sem motor.

A *Associação Mundial de Medicina de Desastres e Emergências* (WADEM)⁶¹ publicou um [artigo](#) na revista [Prehospital and Disaster Medicine](#), sobre o uso de veículos anfíbios em desastres e emergências. Destacou o uso desses meios de transporte como forma de aprimorar a resposta humanitária.

A WADEM publicou o [artigo](#) “Atenção Primária como Alvo Primário: Uma Revisão de Ataques Terroristas Contra Prestadores de Atenção Primária e seus Escritórios”. A violência contra os prestadores de cuidados primários (PCPs) aumentou durante a atual pandemia. Embora alguns desses atos violentos não sejam definidos como eventos terroristas, eles são eventos intencionais com o objetivo de perturbar, matar ou ferir. Houve 29 ataques terroristas contra PCPs e seus escritórios entre 1970-2019. A maioria dos ataques ocorreu a partir de 2010. Houve 58 mortes, 52 feridos e 13 reféns. A maioria dos ataques documentados ocorreu no Paquistão, nos Estados Unidos e no Sri Lanka. Os bombardeios envolveram 55% dos casos e 21% foram sequestros de reféns.

A WADEM publicou outro [artigo](#) “Aplicando a Matriz Haddon à Preparação e Resposta aos Cuidados na Linha de Frente na Guerra Assimétrica”. A guerra assimétrica e a reação às suas ameaças têm implicações na forma como a assistência médica é fornecida. A nova estrutura para melhorar a preparação e a resposta aos cuidados da linha de frente usando a Matriz Haddon facilitou a identificação de um conjunto de estratégias para apoiar os profissionais de saúde de maneira mais eficiente. Uma vez que a abordagem e as ferramentas existentes são insuficientes para a guerra moderna, pesquisas adicionais são necessárias.

A *Action Aid*⁶² [pede ações urgentes](#) para a abertura da Faixa de Gaza. Após uma operação militar de Israel em 6 de agosto, 44 cidadãos palestinos morreram e 360 ficaram feridos. A organização pede à União Europeia e aos signatários da Convenção de Genebra da ONU que pressionem Israel a cumprir o compromisso de proteger civis em tempos de guerra.

A organização *Global Citizen*⁶³ lançou, em 11 de agosto, seu [o Global Citizen Festival 2022](#), que marca uma campanha mundial para o fim imediato da pobreza extrema. A organização recolhe assinaturas em apoio à campanha e realizará um festival com grandes nomes da música em setembro, na cidade de Nova Iorque.

A *World Medical Association* (WMA)⁶⁴ [expressou horror](#) diante de relatos de que uma máquina de guilhotina foi instalada em uma clínica médica em prisão iraniana para realizar amputações. Também condenou o suposto envolvimento de médicos nos procedimentos.

Doenças Crônicas, DCNTs e Doenças Negligenciadas

A *World Heart Federation* (WHF)⁶⁵ lançou o [primeiro relatório do Programa Cores para Salvar](#). Realizado em parceria com o Ministério da Saúde e da Educação de Moçambique, o projeto tem por objetivo a detecção precoce e prevenção da Febre Reumática e da Doença

⁶¹ <https://wadem.org/>

⁶² <https://actionaid.org.br/>

⁶³ <https://www.globalcitizen.org/en/>

⁶⁴ <https://www.wma.net/>

⁶⁵ <https://world-heart-federation.org/>

Reumática Cardíaca. Tem como público alvo: 600 professores, 60.000 alunos e visa atingir diretamente 200.000 famílias.

A *NCD Alliance*⁶⁶ [divulgou](#) a publicação pela OMS da segunda versão do Plano de Ação Global para a prevenção e controle de doenças não transmissíveis (DANTs) 2013-2030 - também conhecido como o DANT "best buys". A OMS está atualmente aceitando comentários e sugestões das organizações da sociedade civil através do e-mail NCDappendix3@who.int até 28 de agosto de 2022. Além disso, haverá uma oportunidade para uma consulta informal ao vivo com atores não estatais em relações oficiais com a OMS em 19 de setembro de 2022.

A *Drugs for Neglected Diseases initiative (DNDi)*⁶⁷ [divulgou um manifesto](#) durante a conferência WorldLeish7, pedindo à comunidade científica e às autoridades de saúde que priorizem o desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico para a LC. A falta de disponibilidade de ferramentas adequadas para o diagnóstico da LC é um dos maiores desafios para atingir a meta de eliminação desta doença como problema de saúde pública, conforme estabelecido no Roteiro para Doenças Tropicais Negligenciadas da OMS, 2021-2030. [Link do manifesto.](#)

A DNDi também deu destaque aos novos tratamentos orais para leishmaniose cutânea na divulgação do [vídeo](#) “Do descaso à esperança: vozes da leishmaniose”, com pesquisadores do Quênia, Colômbia e Índia. Muitos dos medicamentos usados têm 70 anos e são tóxicos, caros ou difíceis de tomar.

A DNDi [divulgou uma análise](#) do seu papel diante da crise climática e das doenças infecciosas, destacando quatro frentes de atuação: inovação, esverdeamento da P&D farmacêutico e práticas de fabricação, ecossistema de inovação biomédica responsável e redução das emissões de carbono. O ponto de vista da instituição está embasado em um novo [estudo](#) publicado pela Nature sobre o agravamento das doenças infecciosas – incluindo as negligenciadas, como dengue e leishmaniose – com os impactos da crise climática.

A Somália e a Somalilândia enfrentam um dos maiores surtos de sarampo do mundo, de acordo com a OMS. Ante esse cenário, MSF lançou uma [campanha de vacinação](#) em massa realizada em colaboração com o Ministério do Desenvolvimento da Saúde da Somalilândia (MoHD), atingindo 106.000 crianças menores de cinco anos em julho. Esse número representa 86% do grupo-alvo e faz com que seja uma das maiores campanhas de sarampo já registradas na região, de acordo com o MoHD. A equipe de MSF também cuidou de mais de 7.000 pacientes com sarampo desde o início do ano.

Crise Ambiental e Social

A *Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA)*⁶⁸ repercutiu o artigo [Barriers to Climate Disaster Risk Management for Public Health: Lessons from a Pilot Survey of National Public Health Representatives](#) de autoria das coordenadoras do seu grupo de trabalho sobre ambiente e saúde, publicado online pela Cambridge University Press. Falhas de governança e escassez de recursos técnicos, médicos e humanos foram identificadas como as barreiras mais significativas.

A WFPHA também publicou uma reflexão de sua CEO, Bettina Borisch, sobre o significado de “crise”, em que ela argumenta que “(d)evemos abandonar o atual *modus operandi*

⁶⁶ <https://ncdalliance.org/>

⁶⁷ <https://dndi.org/>

⁶⁸ <https://www.wfpha.org/>

de abordar crises como eventos discretos com soluções discretas e, em vez disso, abraçar a diversidade de pensamento, flexibilidade e adaptabilidade como princípios para responder a desafios globais complexos e interligados (no tempo e no espaço)”.

A CARE [lançou](#) uma resposta de emergência em razão das enchentes que atingiram o Nepal. Em parceria com os governos locais, a instituição planeja distribuir assistência urgente com foco específico em mulheres grávidas, lactantes, bebês, pessoas com deficiência e idosos.

Os depoimentos divulgados pela CARE destacam como as [mudanças climáticas](#) são uma realidade na Somália há muito tempo. Seja pela seca intensa e prolongada ou a ocorrência de chuvas inesperadas, os impactos dessas mudanças são perceptíveis no dia a dia da população. Devido à falta de água, baixa produtividade agrícola e falta de renda, mais de 800.000 pessoas já tiveram que fugir de sua terra natal, a maioria mulheres e crianças.

A [Action Aid](#) segue também fortemente mobilizada e denunciando a crise alimentar e climática, e a consequente crise humanitária na região do Chifre da África.

Temáticas geracionais e de gênero

A *Federação Internacional sobre Envelhecimento* (IFA)⁶⁹ anunciou uma parceria com o Homecare HubIFA em uma campanha intergeracional para diminuir as barreiras ao envelhecimento com dignidade: [Older Not Invisible](#). A campanha visa a enfrentar o aumento da apatia em relação à saúde e bem-estar dos idosos na sociedade.

Em 12 de agosto, a Dra. Jane Barratt moderou uma discussão sobre o [papel dos representantes](#) da IFA na ONU e como eles defendem os direitos dos idosos.

Para celebrar o Dia Internacional da Juventude, o *Conselho Internacional de Enfermeiros* (ICN)⁷⁰ [publicou um relatório](#) escrito pelos alunos de enfermagem sobre a oportunidade de participar da 75ª Assembleia Mundial da Saúde em maio de 2022. No relatório, eles descrevem o impacto do seu envolvimento na Assembleia para a formação e como os assuntos discutidos em cada item da agenda afetam estudantes de enfermagem em todo o mundo.

No Dia Internacional da Juventude, comemorado em 12 de agosto, o IFSW [publicou uma reflexão sobre a baixa representação dos jovens na tomada de decisões](#), na formulação de políticas e no debate sobre seus próprios problemas, necessidades e aspirações.

Uma [análise da CARE](#) aponta que, em 2021, cerca de 150 milhões de mulheres a mais do que homens estavam com fome. Com dados de 109 países, o relatório mostra que à medida que a desigualdade de gênero aumenta, a segurança alimentar diminui.: Mesmo quando homens e mulheres estão tecnicamente em situação de insegurança alimentar, as mulheres geralmente são mais impactadas. Link para a íntegra do relatório “[Segurança alimentar e igualdade de gênero](#): uma sinfonia sinérgica pouco estudada”.

Tabagismo

A NCDAlliance pautou a discussão sobre os jogos de preços da indústria do tabaco. Aumentar o imposto sobre o tabaco para aumentar seu preço aos consumidores para inibir o consumo é uma das medidas mais eficazes para conter a epidemia do tabaco, gerando, ademais, receita governamental. Em países de baixa e média renda, um aumento de 10% no preço reduz

⁶⁹ <https://ifa.ngo/>

⁷⁰ <https://www.icn.ch/>

o consumo em 5 a 8%. Uma revisão sistemática da literatura constatou que [a indústria do tabaco responde aos aumentos de impostos](#), usando uma variedade de estratégias para enfraquecer as políticas tributárias. Isto diminui os resultados econômicos e de saúde do aumento do imposto.

Povos indígenas

No Dia Mundial dos Povos Indígenas, 09 de agosto, o IFSW reconheceu o trabalho importante dos assistentes sociais indígenas que há décadas atuam para orientar a profissão no sentido de compreender, respeitar e celebrar diversas culturas. A IFSW admitiu que, em muitos lugares, o serviço social como profissão tem propagado a ideologia ocidental dominante que ignora ou desvaloriza as culturas e os povos indígenas e se compromete a apoiar e promover o trabalho social indígena. [Lei a nota na íntegra](#).

Força de trabalho em saúde

O ICN pede códigos de ética mais fortes para [recrutamento de enfermeiros](#) e investimento na educação em enfermagem. O Conselho destaca a dependência excessiva de muitos países de alta renda de enfermeiros treinados no exterior. De acordo com uma análise de dados do NHS Digital, a parcela de profissionais de saúde recrutados no exterior quase dobrou entre 2014 e 2021. As nações ricas têm “roubado pessoal de enfermagem” das nações em desenvolvimento, aproveitando-se da falta de investimento pelos países de baixa renda em condições de trabalho de sua própria força de trabalho em saúde. O Reino Unido não investe na formação de enfermeiros há anos e esta escolha deliberada transfere os custos da educação para outros países.

Parcerias pela saúde global

O Consortium of Universities for Global Health (CUGH)⁷¹ publicou [artigo](#) no BMJ com um chamado à ação para reformular as parcerias em saúde global para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sobretudo entre países de renda baixa e média e países de renda alta em assuntos relacionados à pesquisa, compartilhamento de informação e capacitação. Além do artigo, convida para a [assinatura](#) e apoio ao chamado.

Pesquisa e Desenvolvimento

O People’s Vaccine Movement⁷² [reagiu](#) à publicação do relatório da farmacêutica Moderna no segundo trimestre de 2022. Na manifestação, ressalta que embora o desenvolvimento da vacina tenha sido financiado com recursos públicos, a empresa teve lucros vultuosos sem agir para garantir o acesso equitativo às vacinas.

A InterAcademy Partnership lançou um infográfico sobre como prevenir o mal uso da pesquisa em biociência: [How to prevent misuse of bioscience research](#).

A *International Federation of Medical Students’ Associations* (IFMSA)⁷³ lançou mais uma edição de *The Medical Student International* (MSI), sua [revista semestral](#). Esta edição se concentra no tema da saúde digital, com pesquisas e relatos de experiências trazidos por estudantes de medicina de vários países, com destaque para o Brasil.

Organizações da Sociedade Civil de Interesse Privado

⁷¹ <https://www.cugh.org/>

⁷² <https://peoplesvaccine.org/>

⁷³ <https://ifmsa.org/>

Doenças Crônicas, DCNTs: pesquisas, desenvolvimento e vacinação

A *Gavi*⁷⁴ anunciou o lançamento de uma [campanha de vacinação em massa](#) na República Democrática do Congo (RDC). A campanha tem a meta de vacinar contra a febre amarela 93% população do país. Segundo a aliança, a RDC está sujeita a perigosos surtos da doença. A campanha tem o apoio da Gavi, UNICEF, OMS e parceiros.

Sobre a COVID-19, a *Fundação Rockefeller*⁷⁵ destacou o trabalho de técnicos de laboratório, no único laboratório do Malawi, que trabalham com amostras do vírus SARS-CoV-2 e estão liderando os [esforços de sequenciamento genômico](#) do país, lançando luz sobre as variantes de vírus que afetaram o Malawi.

A *Fundação Bill e Melinda Gates*⁷⁶ chamou a atenção para a importância dos [investimentos em pesquisa e desenvolvimento](#) para garantir o progresso contra o HIV. Também destacou que através da educação, aumento de testes e uso generalizado da terapia ART, as taxas de [transmissão do HIV](#) mãe-bebê do Botswana caíram abaixo de 1% que está a caminho de ser o primeiro país africano a eliminar a transmissão vertical do HIV.

O *Global Fund*⁷⁷ destacou o progresso na [luta contra o HIV](#) nas últimas duas décadas, mas comentou que as intervenções têm declinado acentuadamente. Por isso, enfatizou a importância de garantir a todos que vivem com HIV a chance de boa saúde, serviços de saúde de qualidade, acesso equitativo à saúde reprodutiva e sexual, para que [nenhuma criança](#) nasça com o HIV. O trabalho desenvolvido na [Tanzânia em](#) apoio a programas comunitários para capacitar mulheres jovens e combater o AIDS é exemplo de intervenção.

Também divulgou o [relatório](#) que evidencia um progresso significativo na quebra de barreiras relacionadas aos direitos humanos nos serviços de HIV e TB, e o encontro no AIDS 2022 com ativistas e defensores latino-americanos. Convocou, ainda, a participação de comunidades, ativistas e parceiros globais de saúde para acelerar a [luta contra o HIV/AIDS](#).

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou que [a StopTB](#) lançou um novo plano para combater a inação global e acabar com a tuberculose até 2030, alocando fundos para diagnóstico, tratamento e desenvolvimento de uma nova vacina.

A Fundação *Wellcome Trust*⁷⁸ registrou as [falas](#) de Harun Tulunay e Jonathan Blake para combater o HIV e COVID-19, e as respostas mais eficazes para pesquisas rápidas, vigilância, acesso a dados em tempo real e cooperação global em saúde pública. À medida que mais casos de varíola do macaco são relatados em novas áreas ao redor do mundo, essas lições serão fundamentais para controlar este surto e outros no futuro.

A Fundação Rockefeller lançou a [Vaccination Action Network](#), uma rede de aprendizado entre pares liderada pela África para compartilhar lições e fortalecer os sistemas de saúde. Também foi destacado que por meio da Iniciativa de Vacinação Equity-First, apoia mais de 100 organizações comunitárias em cidades dos EUA para melhorar o [acesso às vacinas](#) e informações precisas.

⁷⁴ <https://www.gavi.org/>

⁷⁵ <https://www.rockefellerfoundation.org/>

⁷⁶ <https://www.gatesfoundation.org/>

⁷⁷ <https://www.theglobalfund.org/en/>

⁷⁸ <https://wellcome.org/>

A Fundação Bill e Melinda Gates comentou a ocorrência de [casos de pólio](#) em Nova York e conclamou a renovação dos compromissos globais para acabar com a doença. A vacinação contra a poliomielite [reduziu os casos em 99,9%](#) nos últimos 30 anos. A Fundação ainda destacou o comunicado da GAVI sobre a importância de manter [altas taxas de imunização](#) contra doenças como a poliomielite.

Crise climática e segurança alimentar

A Fundação Wellcome Trust destacou que o sistema alimentar global se tornou homogeneizado, produzindo apenas alguns tipos de alimentos, sem garantia de diversidade, sendo comum apenas três culturas básicas: arroz, trigo e milho. Isso pode levar à desnutrição e a impactos duradouros na saúde. Estes alimentos também podem não suportar os impactos das mudanças climáticas. A insegurança alimentar é uma ameaça iminente. Para reverter isso, indica [diversificar nossos sistemas alimentares](#) e alterá-los o suficiente para priorizar a saúde.

Também frisou que as [inundações](#) são o desastre natural mais comum e que as mudanças climáticas as tornam ainda mais prováveis. Isso provoca desnutrição, doenças infecciosas e problemas de saúde mental, afogamento, hipotermia e mordidas de animais. Ainda nesta temática, aponta que é preciso [entender](#) melhor os impactos extremos da crise climática em nossas vidas e o quanto a saúde das mulheres é desproporcionalmente afetada pelos impactos das mudanças climáticas. O [calor extremo](#) tem sido associado, em [mulheres grávidas](#) e seus bebês, a aborto espontâneo e baixo peso ao nascer. A Fundação disponibiliza [dados](#) sobre calor extremo e outros impactos das mudanças climáticas em todo o mundo e também o trabalho na [mitigação](#) das mudanças climáticas, para reduzir o risco de mortes e doenças relacionadas à poluição do ar.

A Fundação Rockefeller destacou que nosso sistema alimentar global e as mudanças climáticas estão [intrinsecamente ligados](#), não podemos enfrentar os desafios de um sem também abordar o outro. Também destacou a [energy alliance](#) e os três tipos de projetos de energia renovável que estimularão as economias e acabarão com a pobreza energética: desativação e reaproveitamento de antigas instalações de combustível fóssil, investimento em fontes renováveis baseadas em rede, distribuição de energia renovável. A Fundação menciona ainda o fato da [Zero Gap Fund](#) ter sido o primeiro investidor em seu Mecanismo de Financiamento e Transferência de Tecnologia para Resiliência e Adaptação Climática e o trabalho da [Blue Forest Conservation](#), que emprega parcerias público-privadas para restauração florestal e melhoria da qualidade da água.

Financiamento da pesquisa em saúde

A Fundação Wellcome Trust está [financiando](#) com até £ 3 milhões pesquisas que contribuam em aumentar a compreensão dos mecanismos que conectam o sono e os ritmos circadianos à ansiedade, depressão e psicose. Também destacou em um [relatório](#) que foi mapeado o cenário atual de pesquisa ligando o sono e os ritmos circadianos à saúde mental e identificadas várias oportunidades para novas descobertas. Também está [financiando](#) uma nova iniciativa para rastrear a saúde das populações na África ao longo do tempo para beneficiar a saúde e o bem-estar no continente e globalmente.

O Global Fund destacou o investimento de US\$ 25 milhões da Johnson & Johnson Global Health e a Skoll Foundation no Africa Frontline First Catalytic Fund para [apoiar agentes comunitários de saúde](#) em até 10 países da região e fornecer cuidados médicos essenciais para até 130 milhões de pessoas, liderando a luta para acabar com as epidemias.

Educação e Covid-19

A Fundação Bill e Melinda Gates destacou a importância da [educação para milhões de crianças](#), que foi interrompida por causa da pandemia de COVID-19. Para reparar rapidamente os danos, os currículos e o ensino precisam se ajustar para atender às necessidades de aprendizado dos alunos.

Enfretamento do racismo

A Fundação Wellcome Trust, em junho de 2020, se comprometeu a combater o racismo como organização, mas infelizmente, se menciona que não foram cumpridos os compromissos que foram assumidos. A Fundação anunciou várias ações para aumentar o [compromisso com o antirracismo](#).

A Fundação Rockefeller destacou a [discussão](#) sobre maneiras práticas de usar ferramentas de desenvolvimento econômico para fechar a diferença racial de riqueza. A Fundação evidenciou, na homenagem ao Black Business Month, o trabalho da [PSEquity Matters](#), que está na linha de frente da promoção da equidade racial, enfrentando desigualdades econômicas para que as comunidades possam prosperar.

Eventos

- A InterAcademy Partnership (IAP)⁷⁹ divulga sua [conferência](#) trienal e reunião global de jovens acadêmicos. O evento ocorre em novembro, nos Estados Unidos.
- Inscrições abertas para a [Assembleia Geral da World Medical Association](#) que ocorre em Berlim, de 5 a 8 de outubro.
- A WONCA lançou uma chamada para submissão de trabalhos para seu próximo [congresso mundial](#), a ser realizado em Sidney – Austrália, em outubro de 2023. O tema central do congresso será “Recuperação, reconexão e renascimento - a celebração da atenção primária”.
- A Federação Internacional de Saúde Ambiental continua focando suas publicações no [16º Congresso Mundial](#) da IFEH sobre Saúde Ambiental, Kuala Lumpur, Malásia, 23 a 25 de agosto de 2022.
- O *Centro de Estratégias e Estudos Internacionais* (CSIS)⁸⁰ realizou um [painel virtual](#) sobre Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI): Fundamental para a Agenda de Localização. Neste evento, os palestrantes discutirão o estado do DEI dentro das organizações de ajuda, os esforços para integrar o DEI na programação cada vez mais localizada e, de forma mais geral, como operacionalizar a agenda de localização dentro das lentes do DEI.
- A IFMSA realizou sua 71ª [assembleia geral](#), em Istambul, nos dias 01 a 07 de agosto. As assembleias gerais da IFMSA são realizadas duas vezes por ano – uma vez em março, uma vez em agosto – e contam com a participação de mais de 800 estudantes de medicina de mais de 100 países.
- Dia 08 de agosto a Dra. Sarah Burch (Universidade de Waterloo, Canadá) conversou com Joseph Majkut (Diretor do Programa de Segurança Energética e Mudanças Climáticas do CSIS)

⁷⁹ <https://www.interacademies.org/>

⁸⁰ <https://www.csis.org/>

sobre as principais descobertas do último relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) - Mudanças Climáticas 2022: Mitigação das Mudanças Climáticas, que forneceu uma avaliação atualizada do progresso e promessas de mitigação das mudanças climáticas globais. A entrevista pode ser ouvida em <https://www.csis.org/node/66467>

- Em 12 de agosto, a Dra. Jane Barratt moderou uma discussão sobre o [papel dos representantes](#) da IFA na ONU e como eles defendem os direitos dos idosos.
- A Women in Global Health (WGH)⁸¹ realizou o evento “Responsabilidade Coletiva, Ação Coletiva – Câmara Municipal Regional da África Oriental e Austral sobre Prevenção e Resposta à Exploração, Abuso e Assédio Sexual na Saúde Global. Registro no [link](#)
- People’s Vaccine Movement realizou um [Seminário](#) sobre a produção de vacinas contra a COVID-19 na América Latina.
- A International People’s Health University (IPHU)⁸² do People’s Health Movement organizou um curso de curta duração para jovens ativistas pela saúde.

Conclusão

As manifestações de OSC chamam a atenção para dois eixos que estão igualmente presentes nas pautas das OSC de interesse público e nas de interesse privado: conflitos, guerras e cenários de crises; e a emergência e (re)emergência de doenças. A crise humanitária decorrente dos confrontos bélicos demanda atenção para a necessidade de auxílio e proteção dos civis, bem como à defesa dos direitos humanos. O agravamento da situação de saúde, com o retorno de doenças erradicadas em muitos países, aponta para os desafios no cenário de (re)produção de negligências frente à inação global. As questões climáticas são abordadas e repercutem no panorama da fome que atinge com maior intensidade as mulheres e configura mais uma dimensão da iniquidade de gênero.

⁸¹ <https://womeningh.org/>

⁸² <https://iphce.org/>

Atividades e posições dos Movimentos Sociais e Organizações Não Governamentais que atuam no âmbito da Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Armando De Negri Filho

Com a intenção de destacar as formulações e orientações para a ação política transformadora, emanada dos movimentos e organizações da sociedade civil defensora do interesse público, utilizamos neste informe os recursos de conhecimento derivados dos estudos do médico, antropólogo e sociólogo francês Didier Fassin para sustentar a necessidade de repolitizar o mundo, identificando as desigualdades em suas manifestações estruturais refletidas em expectativas de vida injustamente desiguais, mas sobretudo na expectativa de vidas injustamente desiguais. Na mesma perspectiva vale a pena ler o desafio proposto por Fassin com a pergunta: Quanto vale uma Vida? ou como Didier Fassin pensa a dignidade humana na desigualdade. Seguimos depois na mesma linha provocativa, argumentativa, para pensar na categoria vítimas em seu contexto neoliberal e como esta categoria, hoje reivindicada pelas vítimas das políticas de estado negligentes frente à pandemia, dialoga com as vítimas das ditaduras políticas e suas expressões sociais. Um tema que promete em seus desdobramentos como reparação e responsabilidades no marco da justiça restaurativa e transicional e suas formas possíveis de aplicação, inclusive no marco da imposição das políticas econômicas e sociais produtoras de desigualdades. As reflexões em torno do proposto por Fassin e sua etnografia política, deveriam ajudar a romper a retórica vazia e as ações insuficientes para enfrentar desigualdades cultivadas historicamente. Neste caminho destacamos as discussões da recente Conferencia "Depois da Pandemia, a Guerra" realizada em Lima - Peru de 8 e 9 de agosto de 2022, para voltar sobre a necessidade de politizar o mundo e assim resgatar os trabalhadores-escravos, os descartáveis, em "A grande crise do século XXI: democracias sequestradas, propaganda e rebeliões" de Jorge Majfud e concluir com a denúncia da Internacional Progressista sobre "Quem tirou nossa comida?" para desmistificar a atual crise alimentar para aclará-la como crise especulativa do capital financeiro e não como crise de produção.

1. Sobre o valor da vida humana e os novos objetos da política. Para uma repolitização do mundo. Vidas descartáveis como um desafio do século XXI. Fassin, Didier. 2018. Buenos Aires: Siglo XXI.

Neste trabalho, Didier Fassin mais uma vez conseguiu captar um debate essencial sobre o papel da vida humana, baseado em um extenso trabalho etnográfico. Voltando aos conceitos de "bioglegitimidade" e "economia moral" em que já trabalhou em inúmeras obras (2016, 2018) e artigos acadêmicos anteriores (2000, 2003), o autor retorna nesta ocasião em etnografias específicas de sua vasta experiência como antropólogo, para atender às políticas que, em cada caso, são colocadas em prática, sempre com "vida humana" como epicentro de interesse. Fassin começa o trabalho falando sobre os "novos objetos da política" baseados no "procedimento antropológico" que ele entende como uma disciplina que "se esforça para dizer ao mundo como ele é e não como deveria ser" (p. 17), uma questão fundamental sobre a qual surge o discurso da escrita, entendendo que a política "governa vidas, se manifesta nos corpos e provém de escolhas de natureza moral" (Ibid.). Em resposta a essa afirmação, o autor divide sua obra em três partes, onde expressa sua análise etnográfica e teórica em torno de "Política da Vida", "Política do corpo" e "Política da moralidade" respectivamente.

Dentro da primeira parte correspondente à política da vida, o autor começa revendo o conceito de "biopolítica" trabalhado por Michel Foucault, não para contradizê-lo, mas para partir de suas considerações e reforçar a análise com base em suas experiências etnográficas,

problematizando o próprio conceito de "vida". Atendendo à razão humanitária vigente hoje, onde a "maior missão" (p. 35) é salvar vidas, proteger o direito à vida consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, diante de outros direitos que tomaram um assento traseiro, Fassin nos mostra uma reviravolta em sua análise, do biopoder à biolegitimidade, do governo das populações para o governo de vidas próprias cobertas com um valor. A partir do trabalho etnográfico desenvolvido neste caso específico na África do Sul com pessoas que sofrem de HIV, até mesmo fazendo uma comparação com a experiência narrada por Jacques Derrida em sua última entrevista antes de sua morte por câncer, o autor aborda o que ele chama de "ética de sobrevivência" (pp. 47-72).

O ponto central da análise vai a partir de uma genealogia da vida política, onde aborda as abordagens filosóficas para o conceito de vida através de autores como Walter Benjamin, Hannah Arendt ou Giorgio Agamben, chegando às "biografias", onde ele retoma o trabalho na África do Sul para falar sobre "sobrevivência" nas bordas da própria vida marcada pelo HIV. Trata, assim, dos mecanismos desenvolvidos pelos próprios atingidos pelo vírus, transformando "sua vida física em instrumento político, recurso moral ou expressão afetiva" (p. 70). Dessa forma, o autor nos aproxima do valor que a própria vida adquire como recurso de interpelação para a atenção do Estado, mas também como forma de se apresentar aos outros.

Na segunda parte o autor aborda a política do corpo, entendendo este último como um espaço de sofrimento, onde a marca da violência é marcada, dedicando dois capítulos a ele. No capítulo dedicado ao corpo como "território do sofrimento", o autor começa por destacar o ponto cego que o próprio corpo humano representava para as Ciências Sociais. É sobretudo a partir do trabalho de Foucault e dos autores influenciados por ele, que começa a adquirir maior relevância nas Ciências Sociais. No entanto, as novas abordagens que colocam o olhar sobre o corpo, o fizeram entendendo-o como "matéria sobre a qual a norma está inscrita e a violência se manifesta" (p. 73), sem prestar atenção à forma como os indivíduos agem através do corpo quando "estão na frente do Estado" (Ibid.). É precisamente isso que Fassin vai habitar nos dois capítulos desta parte. Entender o corpo como um território de sofrimento, é abordar como do próprio corpo e seus padecimentos, se reclama a atenção do Estado.

O corpo doente, a miséria, transformado em argumentos como parte de uma reivindicação de direitos é um uso político do corpo que não havia sido considerado antes. Analisando o caso de um requerente de auxílio emergencial e o caso de um pedido de asilo, o autor mostra como "os dois requerentes têm em comum o uso de seu corpo como último recurso para aspirar ao bem precioso que constitui auxílio emergencial ou autorização de residência" (p. 77). No capítulo dedicado à marca da violência, Fassin destaca o papel do corpo como superfície na qual se reflete a violência vivenciada, mantendo: "A violência fundamental do Estado e a potencial oposição dos atores sociais têm um lugar comum onde se manifestam: o corpo" (p. 104). O caso dos pedidos de asilo mostra como "muitas vezes, para funcionários e juizes, um atestado médico é mais convincente do que um relato pessoal" (p.109).

Para o autor, há uma relação de "proteção e perseguição, compaixão e repressão entre o Estado e o corpo. Mas tem como base profunda a violência, mas é reprimida e autorizada ao mesmo tempo" (p. 118). De qualquer forma, o corpo é apresentado como um espaço no qual se mostra a disputa entre o Estado e o indivíduo. Olhar para a política do órgão é, assim, apresentado, bem como a possibilidade de compreender a relação entre o Estado e os indivíduos que exigem sua atenção. Na terceira parte, o autor foca na política da moralidade através de dois capítulos "Rumo a uma antropologia do intolerável" e "Para uma teoria das economias morais".

No primeiro dos capítulos, Fassin retoma o trabalho de Kafka "A Colônia Penitenciária" (ao qual ele já se referia anteriormente) para analisar como certas práticas e situações a que os sujeitos são submetidos tornam-se intoleráveis, tornando-se mais do que injustos desumanos. Nesse sentido, o corpo reaparece como central, e isto é, "a inviolabilidade do corpo tornou-se o sinal supremo da humanidade do homem" (p. 124). A categoria da humanidade é onde "a linha da grande divisão moral" está situada, é a comum onde as vidas são consideradas, onde "o ataque à integridade corporal impõe a legitimidade disso (vida) mais do que qualquer outra violação de um direito" (p. 165).

O substrato etnográfico de cada uma de suas obras também nos aproxima em grande detalhe de cada realidade, para entender as análises a partir de uma perspectiva localizada no contexto a que se refere. Trata-se de um trabalho de extrema atualidade que coloca o foco de volta na necessidade de repensar as abordagens da desigualdade social. Leitura recomendada para quem quer abordar a realidade atual de uma perspectiva analítica, sem perder de vista o compromisso de uma "antropologia política" como já mencionado em ocasiões anteriores (2003). Uma repolitização do mundo diz respeito a uma abordagem que se concentre no corpo, que o entenda a partir de sua relevância atual, a partir das perspectivas que são depositadas nele como material de diálogo com o Estado. Fassin consegue neste trabalho capturar as bases dessa repolitização para transformá-la em um objetivo alcançável.

*Resenha de Ivana Belén Ruiz-Estramil. Universidad Pública de Navarra ivanabelenrues@gmail.com

Bibliografia de Didier Fassin: Fassin Didier (2000). "Entre politiques du vivant et politiques de la vie: pour une anthropologie de la santé". *Anthropologie et Sociétés*, Vol. 24 (1): 95-116; Fassin, Didier (2003). "Gobernar por los cuerpos, políticas de reconocimiento hacia los pobres y los inmigrantes en Francia". *Cuadernos de Antropología Social*, 17: 49-78; Fassin, Didier (2016). *La razón humanitaria. Una historia moral del tiempo presente*. Buenos Aires: Prometeo ; Fassin, Didier (2018). *La vie. Mode d'emploi critique*. Paris: Éditions du Seuil.

2.Quanto vale uma vida? ou como Didier Fassin pensa a dignidade humana na desigualdade: https://www.eldiarioar.com/1_876477?utm_campaign=botonera-share&utm_medium=social&utm_source=whatsapp
<https://sigloxxieditores.com.ar/libro/cuanto-vale-una-vida/>

Quanto vale uma vida? O que o fato de que em alguns países os muito ricos podem viver até quinze anos a mais do que os muito pobres dizem sobre nossas sociedades? Por que algumas vidas parecem valer mais do que outras? Como as ciências sociais têm mostrado, a duração da vida e o estado de saúde com que as pessoas passam por ela e terminam não têm nada a ver com as condições naturais, mas com os efeitos das diferentes formas de desigualdade, que também são expressões de injustiça. Podemos continuar a falar sobre longevidade sem incluir na análise a qualidade e a dignidade das vidas?

Neste livro, que inclui a conferência que ele deu como a inauguração de sua Cadeira de Saúde Pública no Collège de France <https://youtu.be/xOKTo44ZKLU> , Didier Fassin mergulha nos temas que vêm ocupando sua pesquisa e suas intervenções públicas nos últimos anos: as formas particulares que a desigualdade adquire quando se trata de saúde das pessoas e, sobretudo, o enorme desafio moral que significa para o mundo contemporâneo reparar essas disparidades. No tom didático que seus leitores reconhecem, com o olhar e a caneta de um etnógrafo, Fassin aponta as limitações da expectativa de vida como forma de medir a duração hipotética de uma

vida biológica. As mulheres vivem mais do que os homens em média, ela exemplifica, mas estão mais expostas à violência, à discriminação e à subjugação de seus direitos.

Falar da desigualdade de vidas não é mais apenas questionar as disparidades de sua duração, mas considerar as diferenças entre o que são e o que os indivíduos têm o direito de esperar deles, escreve. Com este livro, que também inclui uma entrevista especialmente conduzida com o autor, Siglo XXI se junta ao Collège de France para disponibilizar ao público de língua espanhola as principais lições inaugurais e de encerramento da prestigiada instituição francesa, que é mais uma forma de disseminar entre os leitores a produção intelectual mais atualizada e relevante.

3.O conceito de vítima no campo dos direitos humanos: uma reflexão crítica a partir de sua aplicação na Argentina e na Colômbia. Ana Guglielmucci.

<https://journals.openedition.org/revestudsoc/608?lang=pt>

"[...] se pode ser convincentemente estabelecido que um grupo foi vítima de injustiça no passado, isso abre uma linha de crédito inesgotável no presente" (Todorov 2000, 54). A categoria vítima, juntamente com seu oposto complementar, que é a categoria de vitimização, alcançou um lugar preponderante nas políticas públicas contemporâneas de Direitos Humanos (RH) destinadas a gerenciar as consequências de conflitos armados internos ou terrorismo de Estado.

Em diferentes países da América Latina – como Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, El Salvador, Guatemala, Peru e Uruguai – da região dos Balcãs – como a antiga Iugoslávia – ou da África – como Congo, Nigéria, Serra Leoa e África do Sul – podemos observar a proliferação de leis, programas governamentais e iniciativas comemorativas, visando identificar, reparar e comemorar as vítimas. Essas ações geralmente incluem a criação de monumentos públicos e memoriais para lembrar os desaparecidos ou assassinados, e leis para fazer reparações legais ou administrativas aos sequestrados, aos parentes de pessoas desaparecidas ou às pessoas ou grupos que sofreram deslocamento forçado de suas terras, entre outros.

E também incluem a implementação de planos para identificar ou processar os autores. Tais planos podem incluir perdões seletivos ou anistias parciais, julgamentos criminais ou processos judiciais (como os chamados julgamentos da verdade²), julgamentos através de tribunais militares ou civis, processos aplicados àqueles que deram as ordens ou a todos os artistas (independentemente de seu papel ou patente hierárquica), rituais de perdão, entre muitas outras medidas possíveis.

Em relação a esse fenômeno, François Hartog destacou que, ao longo dos anos, a memória que tomou a vítima como epicentro finalmente se tornou "um novo campo de ação pública internacional: o das políticas de memória" (2012, 17), o que justificou a criação de programas, servidores públicos e técnicos, visando projetá-los e implementá-los. Assim, juntamente com os conceitos de direitos humanos, memória, verdade, justiça, reparação, reconciliação e perdão, a categoria vítima foi instalada em nossa forma de representar a violência do mundo para dar sentido a um quadro social, político e econômico (Gatti 2011), o que Didier Fassin (1997) chama de nossa "economia moral contemporânea".

A partir de uma leitura crítica da razão humanitária, Fassin afirma que, nesta nova economia moral, o corpo, a doença e o sofrimento funcionam como um recurso para reivindicar e acessar certos direitos supostamente garantidos pelo estado capitalista moderno. Assim, para

muitas pessoas, a condição de vítima torna-se uma forma de incorporação da cidadania ou seu direito de exercê-la, por meio de seu reconhecimento estatal como objeto de programas voltados à atenção dessas vítimas cidadãs.

Em relação à extensão da aplicação dessa categoria a diferentes esferas sociais, Fassin destacou a relevância da transformação cultural que tem implicado "a política do sofrimento" no mundo contemporâneo, caracterizada pela dupla característica de vitimização e pela singularização dos excluídos ou do sofrimento. Segundo Fassin, "o duplo traço, vitimização e singularização dos excluídos, define uma nova forma de subjetivação das desigualdades sociais e caracteriza o que certos autores como Robert Castel e Pierre Rosanvallon (1995) chamaram de nova questão social" (1997, 35). De acordo com Fassin, primeiramente:

[...] a política do sofrimento é definida dentro do paradigma do Estado democrático-capitalista [...]. Não há discussão sobre o paradigma, mas adaptação para que os efeitos sobre os mais vulneráveis sejam um pouco menos severos. Pode-se falar de arranjos internos que envolvem correções mínimas, o que significa que atualmente é considerado praticamente impossível combater as desigualdades; suas consequências mais visíveis são apenas combatidas. Em segundo lugar, dentro desse paradigma, o escopo de atuação dos agentes locais é muito restrito, o que causa forte frustração. (1997, 36)

Embora concorde com esta formulação de Fassin, acredito que o uso desta política de sofrimento não só exclui ou isola grupos de cidadãos-vítimas, mas também possibilita a configuração de identificações coletivas reconhecíveis por instituições estatais, mídia ou outros órgãos que promovam determinadas ações, bem como desabilitam outras. Ou seja, a configuração de um coletivo de pessoas como cidadãs-vítimas não só permite articular demandas contra o Estado para obter reparações particulares, mas também pode alimentar processos políticos locais. Por isso, é importante complementar uma abordagem voltada para representações políticas e práticas voltadas para os setores da sociedade que sofrem com essas desigualdades – ou situações de violência – juntamente com uma análise etnográfica da gestão feita por diferentes atores dessas atribuições (objetivas e subjetivas) no cotidiano. Bem, nem todos os indivíduos compartilham as mesmas avaliações e dotações da categoria vítima/vitimizador, que são aplicadas e significadas diferencialmente de acordo com a situação social em que cada ator opera."...

4. Conferencia "Depois da Pandemia, a Guerra". Lima - Peru 8 e 9 de agosto de 2022.

<https://www.latindadd.org/2022/08/01/tras-la-pandemia-la-guerra/>

"A Rede de Justiça Tributária da América Latina e do Caribe (RJF-LAC) e a Rede Latino-Americana de Justiça Econômica e Social (Latindadd) organizaram e convidaram organizações sociais, sociedade civil, guildas, autoridades, líderes, ativistas, membros da academia, etc. da região e do mundo para a conferência "Depois da Pandemia, a Guerra" a fim de analisar e propor rotas de ação em meio à crise multidimensional que enfrentamos como humanidade.

Após a parte mais difícil da pandemia, entre 2020 e 2021, o que significou morte e miséria para milhões de pessoas em nosso continente que carrega mais de 30% das mortes do mundo causadas por esse fato – embora algumas continuassem a enriquecer; agora as consequências da guerra que começou em fevereiro de 2022 com a invasão da Ucrânia pela Rússia estão começando a ser sentidas, o que também configura um maior confronto geopolítico Oeste-Oriente.

A ascensão de dos preços dos combustíveis e alimentos como trigo, soja e milho, juntamente com a escassez de fertilizantes, colocou um grande desafio aos nossos países já atingidos, não apenas por causa da pandemia, mas também por causa de uma estrutura de desigualdades, danos ambientais e morte causados pelo capitalismo colonial e pela ordem patriarcal. Assim, os desafios que estamos enfrentando não são apenas econômico-sociais, mas multidimensionais e interseccionais. É a sustentabilidade da vida que está em jogo.

Esta conferência foi semi-cara a cara. Ou seja, aconteceu presencialmente na cidade de Lima, mas também foi assistida virtualmente de qualquer lugar do mundo, tanto em inglês quanto em espanhol. Este evento contou com quatro eixos de discussão: Justiça Tributária, Nova Arquitetura Financeira, Economias Transformadoras e Integração Regional. Da mesma forma, concluiu com uma declaração que contém reflexões, análises e diagnósticos sobre o que está acontecendo no mundo a partir da perspectiva dos eixos propostos, mas também das principais linhas de ação que dão continuidade e atualização à declaração "Mude as Regras para Preservar a Vida" promovida pela Latindadd, imediatamente após o início das quarentenas em 2020."

5.A grande crise do século XXI: democracias sequestradas, propaganda e rebeliões. Jorge Majfud * – ALAI. 10.08.22

[HTTPS://WWW.OTHER-NEWS.INFO/THE-GREAT-CRISIS-OF-THE-21ST-CENTURY-HIJACKED-DEMOCRACIES-PROPAGANDA-AND-REBELLIONS/](https://www.other-news.info/the-great-crisis-of-the-21st-century-hijacked-democracies-propaganda-and-rebellions/)

"Sugerir que o problema da desigualdade seja resolvido com apostilas é como combater uma infecção com aspirina. Em vez de ser curada, a infecção aumenta. O colapso poderia ser evitado por um acordo global, mas se a sanidade não fosse uma mercadoria rara, não estaríamos nos afogando em uma crise ambiental agora o Professor Walter Scheidel, em seu livro "The Great Leveler", mostrou, mais do que convincentemente, que da pré-história até os dias atuais, todos os sistemas socioeconômicos conhecidos pela humanidade tendiam à desigualdade e terminavam em catástrofes globais. O primeiro é bastante óbvio e estamos vendo isso hoje: aqueles que têm poder financeiro e econômico inflamaram o poder político, o que produz um efeito bola de neve. Os ricos e suas corporações são os grandes doadores para os partidos políticos e, em seguida, escrever as leis à sua conveniência. Em 1971, um clássico dos quadrinhos políticos, "The Wizard of ID" (O Mago de Id), resumiu melhor: "A regra de ouro, é que quem tem o ouro faz as regras."

O capitalismo corporativo atual é um legado do sistema escravagista: em nome da liberdade, da exploração dos que estão abaixo, da concentração de riqueza, da sacralização dos mestres-empresendedores e da demonização dos trabalhadores-escravos. Em 2013, o filósofo francês Thomas Piketty escreveu seu aclamado livro "Capital no Século XXI", no qual argumentou que, em grande parte, o crescimento da desigualdade se deve ao fato de que a riqueza dos ricos (baseada no estoque de todos os ativos) cresceu mais rápido do que a economia e a renda do resto, ou seja, mais rápido do que os salários daqueles que lutam para sobreviver.

Mas a desigualdade não é apenas econômica; é também racial, sexual, religioso, ideológico e cultural. Por gerações, as sociedades têm debatido o significado da desigualdade social e se isso é bom ou ruim. Uma das hipóteses conservadoras (uma vez que nunca atingiram a categoria de teorias) foi baseada na justificativa da desigualdade como consequência natural da prosperidade. Em uma tribo ou nos velhos tempos as diferenças nunca foram tão grandes como em nossas (orgulhosas) sociedades atuais. Daí a ideia de que (1) a prosperidade vem da desigualdade ou (2) da desigualdade é uma consequência necessária e inevitável da

prosperidade prevaleceu. "Nunca antes os pobres foram menos pobres do que hoje", e temos que agradecer ao Capitalismo e aos ricos por tudo isso.

Esta demonstração de ignorância radical é a bandeira de libertários e neoliberais, missionários contra a intervenção de governos (de seus regulamentos e seus impostos) na vida social e econômica dos povos. Ironicamente, eles têm as Corporações dos EUA como seu modelo ideológico, cuja prosperidade, como a da Europa, foi construída sobre a escravidão e à força de intervenções imperiais brutais (por governos e suas agências secretas) sobre o resto da humanidade. Também não vêem as corporações como ditaduras como feudos na Idade Média e nas Repúblicas das Bananas mais recentemente. Só mitos. Onde é mostrado que a prosperidade vem da riqueza acumulada dos ricos? Por que não ver que o desenvolvimento e a riqueza são produtos da humanidade, baseados na experiência acumulada e no conhecimento da milenar história humana?

Outro dogma do mundo de hoje está em uma leitura errada do próprio Adam Smith, segundo quem todo o progresso social é baseado na ambição e egoísmo do indivíduo. Portanto, o mito social segundo o qual o progresso e a prosperidade se baseiam na ambição dos indivíduos de serem milionários, razão pela qual não há necessidade de "punir o sucesso" com os impostos. Um mito popular, mas barato, se considerarmos que todo o progresso, todas ou quase todas as invenções técnicas, científicas e sociais registradas na história (mesmo na Era Capitalista) foram feitas por pessoas que não pensavam em nada além do maldito dinheiro.

Mitos sociais não vêm do povo. Eles vêm do poder. Sim, a Revolução Industrial multiplicou a riqueza e a desigualdade cem vezes, mas você não pode separar os três elementos do brutal imperialismo euro-americano. Se a América do Sul tivesse saqueado o resto do mundo por séculos, hoje seria um modelo de progresso e desenvolvimento. O fato de que hoje os pobres são menos pobres do que ontem não é prova dos benefícios do Capitalismo, uma vez que a humanidade vem progredindo há milênios e tudo em ritmo acelerado. Nenhum progresso técnico ou científico não é devido ao Capitalismo ou aos capitalistas. Os milionários acabaram de sequestrá-los. O capitalismo corporativo atual é um legado do sistema escravo: em nome da liberdade, da exploração dos que estão abaixo, da concentração de riqueza, da sacralização dos mestres-empresendedores e da demonização dos trabalhadores-escravos.

Neste momento, o Capitalismo não traz nada além de problemas existenciais, como (1) a destruição do planeta por força do crescimento baseado no consumo e destruição e (2) o agravamento das diferenças sociais, que levarão a maiores conflitos. O capitalismo está esgotado e a crise reside em negar a socialização do progresso humano, que será inevitável (após o colapso) com a robotização maciça e o desenvolvimento da IA. Sugerir que o problema da desigualdade seja resolvido com apostilas é como combater uma infecção com aspirina. Em vez de ser curada, a infecção aumenta. O colapso poderia ser evitado por um acordo global, mas se a sanidade não fosse uma mercadoria rara, não estaríamos nos afogando em uma crise ambiental agora. A alternativa é um colapso global, uma situação distópica onde todas as leis aceitas hoje como dogmas, como o valor do dólar e da propriedade privada são quebradas. Um colapso onde não há vencedores, mas uma regressão definitiva à Idade Média.

Se em uma cidade houvesse crianças morrendo de fome e alguém acendesse um cigarro com uma nota de 100 dólares, seria descrito como imoral. Bem, essa é a situação hoje. Ou seja, estamos no primeiro nível de três: 1. Moral: É imoral que crianças morram de fome em um mundo super-rico e hiper-tecnológico. Necessidades básicas cobertas seriam o primeiro passo de uma civilização humanista. 2. Injustiça: Então, haveria a discussão da injustiça do que cabe a

cada um e com base em que razão. 3. Conveniência: Uma discussão menos relevante é sobre a necessidade ou conveniência da desigualdade. Para muitos de nós, a equidade favorece o desenvolvimento e até mesmo a produção de riqueza. O crescimento como pré-condição para qualquer redistribuição é um dogma criado pelo poder.

Os super-ricos são os inimigos da humanidade. Não só sequestram riquezas dos demais, mas não só monopolizam a política nas democracias e ditaduras, mas as mantêm em estado de hipnose através (1) da grande mídia de propaganda, (2) a mídia de distração, diversão tóxica, e (3) em virtude de manter milhões de outros humanos em um estado de necessidade, como os escravos sem tempo para pensar que seus irmãos e vizinhos não são os piratas. Mas grande parte da humanidade ama, admira e deseja os super-ricos, como os escravos amavam os mestres que jogaram uma poção neles no final de um dia exaustivo. O mestre e a poção foram recebidos como uma bênção e os rebeldes como os demônios que queriam virar o mundo de cabeça para baixo.”

** Escritor uruguaio, autor de estudos acadêmicos, ensaios e ficção. Graduou-se como arquiteto pela Universidad de la República del Uruguay em 1996. Doutor em Filosofia e Letras da Universidade da Geórgia. Ex-professor da Lincoln University e atualmente na Universidade de Jacksonville, onde leciona Estudos Internacionais.*

6.Nº 31 | Quem tirou nossa comida? 5 de agosto de 2022.
<https://progressive.international/about/es>

“Na segunda-feira, os olhos do mundo estavam em um navio saindo do porto de Odessa transportando 26.000 toneladas de milho ucraniano, a primeira carga desse tipo desde a invasão russa da Ucrânia no final de fevereiro. Durante meses, todas as revistas e jornais publicaram a mesma manchete: Uma crise alimentar global está chegando. Os preços recordes dos alimentos mergulharam milhões de pessoas na insegurança alimentar e nas comunidades na pobreza. Pouco depois que as tropas russas entraram na Ucrânia, o preço do trigo subiu 70% e os líderes ocidentais tentaram vincular o aumento de preços à guerra. A Rússia, por sua vez, culpou as sanções dos EUA e da Europa impostas contra ela, e a Ucrânia e a Europa culparam o "bloqueio" dos portos ucranianos. Mas a crise da fome antecede o conflito. "Quase uma em cada três pessoas no mundo (2,37 bilhões) não teve acesso a alimentos adequados em 2020", segundo relatório de 2021 da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). No entanto, a produção e a oferta, especialmente de commodities como o trigo, não mudaram muito. Muito antes dos grãos deixarem o porto de Odessa, os preços do trigo, que haviam subido desde fevereiro deste ano, já haviam caído: em meados de julho, eles caíram para níveis pré-guerra. Produzimos comida mais do que suficiente para alimentar toda a população mundial. No entanto, nosso povo está com fome. O aumento dos preços dos alimentos este ano, e de fato anos anteriores, nunca foi devido à interrupção da oferta, pelo menos não exclusivamente, mas à especulação e usura nos mercados, fato que tem sido ignorado em todos os principais relatórios sobre a crise alimentar do Banco Mundial, da FAO e de outras instituições internacionais.

Novos dados da Lighthouse Reports, uma organização europeia sem fins lucrativos, mostram que a especulação nos mercados de commodities é o motor dominante do aumento dos preços, com especuladores responsáveis por 72% de toda a atividade de compra no mercado de trigo de Paris em abril. Eles criam fome porque podem. Todos os anos, dezenas de milhões de agricultores de subsistência são expulsos de suas terras por multinacionais do agronegócio. Esse processo – em sua escala, quase sem precedentes na história humana –

destrói a produção agrícola sustentável e obriga as pessoas a viverem em favelas, onde o acesso aos alimentos depende de preços e renda. A pobreza, não a subprodução, é a causa da fome.

Durante décadas, forças populares como La Via Campesina lutaram para construir um sistema alimentar global mais justo. Pode ser feito: a greve dos agricultores da Índia em 2020-21, que conseguiu derrubar três leis agrícolas neoliberais, nos dá confiança no poder do povo de resistir ao regime global de fome. Mas para vencer, as forças populares terão que ir mais longe: para ganhar o poder do Estado e exercê-lo para recuperar alimentos das garras daqueles que se beneficiam da nossa fome.

Em solidariedade, a Secretaria do Internacional Progressista.”

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O UNOSSC oferece um fórum para os Diretores-Gerais das agências de cooperação técnica dos governos nacionais do Sul e do Norte, bem como para outros parceiros e facilita a troca de experiências na resposta aos desafios de políticas, estratégias e arranjos de financiamento para a cooperação Sul-Sul e triangular.

A cooperação triangular, por sua vez, envolve dois ou mais países em desenvolvimento em colaboração com um terceiro, normalmente um governo de país desenvolvido ou uma organização multilateral, contribuindo para os intercâmbios com seus próprios conhecimentos e recursos.

A cooperação Sul-Sul e a cooperação triangular tornaram-se amplamente reconhecidas por seus benefícios estratégicos no compartilhamento de conhecimento.

Destaques do UNOSSC

Primeiro destaque

Nós não temos o hábito de acompanhar a **KOICA** (Agência Coreana de Cooperação Internacional), no entanto, esta agência tem contribuído enormemente para projetos de cooperação Sul-Sul e Triangular para desenvolver parcerias que contribuam com a Agenda 2030 e os ODS.



A KOICA, foi estabelecida em 1991 e seus principais objetivos são: reduzir a pobreza, melhorar a qualidade de vida, contribuir para o desenvolvimento sustentável, promovendo relações amistosas e cooperativas com países em desenvolvimento e contribuindo para a paz e a prosperidade globais. Suas áreas prioritárias de atuação estão relacionadas com a tecnologia, meio ambiente e energia (17,8%), educação (17,3%), saúde (16,5%), administração pública (16,2%) e agricultura (12,6%).

Em 2021, a Ásia foi o principal foco de atuação da KOICA para a cooperação para o desenvolvimento e responsável por 48,3% de toda sua cooperação, seguida pela África (25,6%), América Latina (14,7%) e Oriente Médio e a *Commonwealth of Independent States (CIS)*⁸³ (11,4%). No entanto, a cooperação com a África vem aumentando de forma constante. 38,1% do total de recursos da KOICA são alocados para os países menos desenvolvidos e espera-se que esta proporção continue a se expandir nos próximos anos.



A plataforma *South-South Galaxy* destacou, este mês, a [KOICA e sua cooperação](#).

Como já exposto anteriormente, *South-South Galaxy* é uma plataforma global de compartilhamento de conhecimento e de parcerias, apoiada pelo UNOSSC, agências da ONU e parceiros para o desenvolvimento. Atua como uma local de

⁸³ Commonwealth of Independent States (CIS) é uma organização intergovernamental fundada em 1991 entre nações pós-soviéticas em toda a Eurásia. A missão desta organização é fortalecer a cooperação em vários campos das políticas internas e externas entre os países membros.

soluções Sul-Sul consolidada para parceiros do Sul e o sistema da ONU, e atua como um balcão único para todos os parceiros utilizarem.

O South-South Galaxy se propõe a conectar todas as plataformas existentes de compartilhamento de conhecimento Sul-Sul, tornando mais fácil para os parceiros do Sul acessar, navegar e utilizá-la, permitindo que os usuários acessem uma ampla gama de iniciativas de conhecimento, soluções, pesquisas e parceiros para o desenvolvimento.

Segundo destaque

DG Fórum – GSSD EXPO 2022



Todas as edições da GSSD Expo, apresentaram um DG Fórum (Fórum Geral de Diretores de Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento Sustentável), presidida pelo Diretor Geral do UNOSSC em que se discute no mais alto nível, diversos temas relacionados com a Cooperação Sul-Sul e triangular (SSC/TrC).

O DG Fórum de 2022 se concentrará em fazer com que as vozes do Sul Global sejam ouvidas no que concerne seus desafios, abordagens e boas práticas para fortalecer a capacidade institucional e o ecossistema da cooperação Sul-Sul e triangular para um futuro sustentável e resiliente no contexto da Covid-19 e outras crises globais. O evento terá a participação dos Diretores-Gerais das agências de cooperação para o desenvolvimento, pontos focais nacionais para SSC/TrC e outros parceiros institucionais dos governos; representantes de agências da ONU, organizações intergovernamentais, bem como instituições regionais e sub-regionais.

O DG Fórum proporcionará um espaço para os países e outras partes interessadas discutir suas necessidades e lacunas mais importantes para o desenvolvimento de capacidade para planejar e gerenciar melhor a cooperação Sul-Sul e triangular, incluindo demandas emergentes no contexto da recuperação da Covid-19 e outras crises globais.

Será também o local para compartilhar boas práticas e experiências no fortalecimento das capacidades institucionais e ecossistemas nacionais dos países do Sul, assim como para discutir o papel do sistema das Nações Unidas e das organizações multilaterais na construção de capacidades institucionais, humanas e técnicas nos Estados Membros e no sistema das Nações Unidas necessários para a cooperação Sul-Sul e triangular.

Espera-se que ao final do Fórum DG 2022 sejam redigidas recomendações específicas e/ou planos de ação de desenvolvimento de capacidades para atender às demandas e prioridades de desenvolvimento de capacidade dos países do Sul para avançar com a agenda de cooperação Sul-Sul e triangular para o desenvolvimento sustentável em todos os níveis e por todas as principais partes interessadas.

Espera-se também que este Fórum contribua para o desenvolvimento de um catálogo de serviços de desenvolvimento de capacidades para o aprimoramento do ecossistema SSC/TrC, que reúna serviços de desenvolvimento de capacidade oferecidos por amplos parceiros SSC/TrC como recursos para aprendizagem entre pares Sul-Sul que ajude a moldar um projeto piloto de iniciativas de desenvolvimento de capacidade Sul-Sul, que serão facilitadas pelo UNOSSC com o apoio de parceiros interessados.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas. Criado em 15 de junho de 1964 por setenta e sete países em desenvolvimento, o G-77 foi legalmente institucionalizado durante a primeira conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), considerada a primeira grande conferência Norte-Sul sobre desenvolvimento.

Hoje, o G-77 é composto de 134 países, mas manteve o nome original devido ao seu significado histórico. O grupo tornou o interlocutor do Sul em todos os fóruns relevantes da ONU e seus associados. A China normalmente endossa as posições do grupo, de modo que as decisões geralmente são emitidas em nome do G-77 + China.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)⁸⁴, Nairóbi (UNEP)⁸⁵, Paris (UNESCO)⁸⁶, Roma (FAO/IFAD)⁸⁷, Viena (UNIDO)⁸⁸ e Washington ((G-24)⁸⁹.

A República Islâmica do Paquistão assumiu a presidência do G-77 em 14 de janeiro de 2022, por um período de um ano.

Entre os dias 01 a 14 de agosto de 2022, o G-77 e a China participaram de uma reunião da AGNU no dia 04 de agosto.

New York, 04 de agosto de 2022

Declaração feita pelo Embaixador Munir Akram, Representante permanente do Paquistão junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China durante a sessão informal sobre o progresso na implementação das recomendações do relatório do Secretário Geral sobre “NOSSA AGENDA COMUM”

No dia 4 de agosto de 2022, durante esta sessão informal na AGNU, sobre “Nossa Agenda Comum”, o secretário-geral da ONU, Antonio Guterres, expressou a esperança de que a Cúpula do Futuro agendada para a semana de alto nível da Assembleia Geral das Nações Unidas, em setembro produza um Pacto para o Futuro.

Espera-se que a Cúpula do Futuro seja uma oportunidade única, para estimular uma ação global, reafirmar o compromisso com os princípios fundamentais e desenvolver ainda mais as estruturas do multilateralismo adequadas para o futuro. O resultado bem sucedido desta Cúpula do Futuro, deverá ser um Pacto para o Futuro negociado entre todos os Estados Membros.

No centro deste pacto deve estar o compromisso de revigorar o sistema multilateral e adequá-lo aos desafios de hoje e de amanhã. Deve também reafirmar a confiança fundamental

⁸⁴ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

⁸⁵ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

⁸⁶ UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

⁸⁷ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

⁸⁸ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

⁸⁹ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

contida na Carta das Nações Unidas. E deve reorientar os esforços em cumprir com os compromissos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris; abordar as ameaças à paz e segurança internacionais e cumprir as ambições dos direitos humanos, justiça internacional e igualdade de gênero.

De acordo com Antonio Guterres, “o Pacto para o Futuro deve demonstrar ao mundo que, enquanto se enfrenta desafios assustadores, pode-se superá-los com cooperação, compromisso e solidariedade global. Deve-se mostrar que, com um sistema multilateral fortalecido, pode-se colocar o mundo em um caminho melhor”.

Durante as consultas informais sobre a Cúpula do Futuro, realizadas em 28 de julho de 2022, o G-77 e a China já haviam se manifestado, no entanto, gostariam de reiterar os seguintes pontos-chave:

1) A organização para a Cúpula deve se dar de forma negociada e detalhada entre os governos incluindo data, cronograma, participação, escopo e objetivos, processos e eventos preparatórios e incluindo a redação do documento final da Cúpula.

2) Considerando o grande escopo desta Cúpula, os especialistas devem ter tempo suficiente para negociar tanto a resolução das modalidades quanto o resultado da Cúpula - o “Pacto para o futuro” - para garantir o consenso. E as sessões de negociação não devem ser realizadas em conjunto, para permitir tempo suficiente de negociação.

3) Para que a Cúpula alcance um resultado significativo e inclusivo é essencial garantir o envolvimento ativo de todas as delegações, especialmente dos países em desenvolvimento, em todos os seus processos e eventos preparatórios. Deve-se evitar a sobreposição com outras negociações, processos e eventos, para permitir a participação efetiva de delegações menores.

4) Considerando que há vários outros eventos de alto nível programados para 2023, como a Cúpula dos ODS, o Diálogo de Alto Nível sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a Reunião de Alto Nível sobre Cobertura Universal de Saúde, a Cúpula do Futuro deve ser complementar e não competir com estes eventos. Além disso, uma vez que a Cúpula se destina a “turbinar” a implementação dos ODS, ela deve se beneficiar e ser informada pelos outros eventos.

5) Neste momento, como a realização da Cúpula em 2023 pode coincidir com outros tantos eventos, é importante garantir que delegações menores do G-77 possam acompanhar todos os processos e participar integralmente.

6) Portanto, a data da Cúpula deve ser decidida tendo em mente todos os fatores acima. É essencial um roteiro claro, com cronogramas para as negociações sobre as modalidades de resolução, para os processos ou eventos preparatórios (se houver) e para as negociações sobre o documento final.

Sobre a Declaração sobre as Gerações Futuras, o Grupo destacaria os seguintes pontos:

1) A maioria das gerações futuras nascerá no Sul global. Assim, a Declaração deve incorporar as necessidades, prioridades e aspirações dos países em desenvolvimento.

2) O mundo de hoje é o prenúncio do futuro. Assim, alcançar a equidade entre as gerações é o único caminho possível.

3) A Agenda 2030 e sua implementação são nosso roteiro acordado para salvaguardar os interesses das gerações atuais e futuras.

4) A Declaração sobre as Gerações Futuras deve conter orientações para “turbinar” a implementação da Agenda 2030 de forma inclusiva e equitativa. Seu foco deve ser a implementação dos compromissos existentes.

5) Isso só será possível por meios de implementação adequados, previsíveis e sustentáveis, incluindo acesso a financiamento concessional, transferência de tecnologia preferenciais e capacitação para países em desenvolvimento. Portanto, a Declaração sobre as Gerações Futuras deve conter orientações que garantam esses meios de implementação.

6) A Declaração deve considerar todas as três dimensões do desenvolvimento sustentável, econômica, social e ambiental, de forma equilibrada e deve reafirmar o nosso compromisso com os propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.

7) Importante considerar a eliminação de medidas unilaterais econômicas, financeiras ou comerciais que não estejam de acordo com o direito internacional e a Carta das Nações Unidas, que impeçam a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente nos países em desenvolvimento.

Multilateralismo Eficaz

O Grupo acredita que, para superar os desafios que o mundo enfrenta hoje, é necessário um compromisso renovado com o multilateralismo, a solidariedade internacional e a cooperação. E a comunidade internacional deve reconhecer o papel central da ONU no apoio aos países para enfrentar os problemas presentes e futuros e os desafios que a humanidade encontra para chegar a soluções.

Na opinião do Grupo, a implementação efetiva da Carta das Nações Unidas é necessária para promover a adesão ao direito internacional e avançar os objetivos mutuamente reforçados de direitos humanos, desenvolvimento, paz e segurança.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é um fórum político formado por um grupo de países que não se alinham oficialmente com nenhum grande bloco de poder ou grupo de países. É a maior coligação de países depois das Nações Unidas, composta atualmente por 120 Estados Membros de todas as partes do mundo. Também existem 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

A administração da organização é de responsabilidade do país que ocupa a presidência, cargo que se reveza a cada cúpula e os ministros das Relações Exteriores dos Estados membros reúnem-se com mais regularidade para discutir os desafios comuns, notadamente na abertura de cada sessão ordinária da Assembleia Geral da ONU.

De 2019 a 2023, a presidência do MNA está a cargo do Governo do Azerbaijão.

Um dos desafios do Movimento dos não alinhados no século XXI tem sido reavaliar sua identidade e propósito na era pós-Guerra Fria. O movimento continua a defender a cooperação internacional, o multilateralismo e a autodeterminação nacional, mas também tem se manifestado cada vez mais contra as desigualdades da ordem econômica mundial.

Sem destaque no período

Centro Sul (South Centre)

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.

Destaques do South Centre relacionados à saúde

Conselho de Direitos Humanos adota resolução pedindo acesso global e equitativo a medicamentos, vacinas e outras tecnologias médicas

No dia 7 de julho de 2022, o Conselho de Direitos Humanos (HRC) adotou sem votação a [Resolução A/HRC/50/L.13/Rev.1](#) sobre “Acesso a medicamentos, vacinas e outros produtos de saúde no contexto do direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental”. A Resolução foi proposta por um grupo de países em desenvolvimento (Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, Senegal, África do Sul e Tailândia). Ela destaca o acesso desigual a vacinas e outras tecnologias médicas durante a pandemia do Covid-19 entre outros, lembrando as várias resoluções e decisões sobre o gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, bem como as decisões de 2022 que enfatizaram a “necessidade de garantir acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países a vacinas em resposta à pandemia da doença de coronavírus (Covid-19)”. É importante lembrar as várias implicações de direitos humanos resultantes da falta de acesso equitativo e acessível a esses produtos, particularmente para os países do Sul Global, mulheres e meninas e outras comunidades marginalizadas.

A Resolução adota uma visão abrangente do direito à saúde, fazendo referência às implicações prejudiciais da pandemia do Covid-19 no combate a outros problemas de saúde global, incluindo doenças como HIV e tuberculose, bem como doenças não transmissíveis. Também reconhece as implicações para o desenvolvimento e implicações socioeconômicas da pandemia, com referências à Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e os deveres dos Estados, assim como a Agenda 2030.

Reafirma também a importância da Estratégia Global e do Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual da Organização Mundial da Saúde e lembra a Declaração de Doha sobre o Acordo TRIPS e Saúde Pública, que destaca o espaço político dos países para fazer uso de todas as flexibilidades deste acordo.

A Resolução também inova ao referir-se a diversos processos e questões emergentes que estão no centro das atuais e futuras respostas à pandemia e de medidas para garantir um acesso mais amplo às tecnologias em saúde. Isso inclui a necessidade de melhorar a transparência no setor farmacêutico, incluindo pesquisa e desenvolvimento (P&D) e precificação, capacidade de fabricação e regulamentação, transferência de tecnologia e a necessidade de mais inovação para doenças negligenciadas.

Defendendo modelos alternativos de inovação que superem as deficiências do modelo atual baseado na proteção da propriedade intelectual, a resolução explicitamente faz um apelo para que os países usem ativamente todos os mecanismos existentes e todas as flexibilidades do [acordo TRIPS](#).

Acima de tudo, solicita ao Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que “reforce seu trabalho, dentro de seu mandato, no campo da dimensão

dos direitos humanos do acesso a medicamentos e vacinas”, e convida o Relator Especial sobre o direito de todos ao gozo do mais alto padrão possível de saúde física e mental, para continuar a se concentrar nas dimensões dos direitos humanos do acesso às tecnologias médicas.

Muito concretamente, solicita a organização de três oficinas de especialistas, ao longo de três anos, para prestar assistência técnica aos países, no que concerne a dimensão dos direitos humanos ao acesso a medicamentos e vacinas no contexto do direito de todos de gozar o mais alto padrão possível de saúde física e mental, inclusive no que diz respeito à boas práticas, principais desafios e novos desenvolvimentos, e apresentar ao Conselho de Direitos Humanos um compêndio de boas práticas em sua quinquagésima terceira sessão em junho de 2023. Solicita também um estudo analítico sobre os principais desafios em sua quinquagésima sexta sessão em junho de 2024, com o objetivo de apresentar um relatório abrangente, incluindo novos desenvolvimentos, em sua quinquagésima nona sessão em junho de 2025, e preparar essas submissões em um formato acessível e de fácil leitura.

A forte linguagem da Resolução pode ser vista como sendo ainda mais crucial, pois países desenvolvidos como o Reino Unido, os EUA e a União Europeia fizeram tentaram de várias formas, diluir a linguagem o texto.

G7, G20 e OCDE: Guerra na Ucrânia, Transição Energética e Mudança Climática

***Pedro Burger, Paulo Esteves, Thaiany Medeiros Cury,
Júlia Abbud Ribeiro, Vitória Kavanami e Nina Bouqvar***

G7

Ucrânia, Segurança e Transição Energética

Nesta quinzena, damos destaque para a declaração dos ministros das relações exteriores do G7 diante do bombardeio próximo à usina nuclear de Zaporizhzhya, na Ucrânia. Não só isso, como a ocupação da usina e a instalação de uma base militar provoca preocupação da comunidade internacional e do G7. A ameaça à segurança do local traz à tona a possibilidade de um acidente nuclear que pode afetar não só a Ucrânia, como países ao redor e o mundo. A declaração exige a devolução imediata do controle total da usina de Zaporizhzhya à Ucrânia, assim como todas as outras instalações nucleares no território ucraniano. Além disso, exige que haja a garantia de que os profissionais que operam a usina devem ser capazes de desempenhar suas funções sem ameaças. Por fim, defenderam o acesso irrestrito e seguro dos técnicos da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, em inglês) à usina para avaliação e prestaram apoio à agência⁹⁰.

Ainda na esteira da guerra da Ucrânia, a Reuters divulgou que existe a possibilidade, segundo uma fonte da agência de notícias, de que em outubro deste ano ocorra, na Alemanha, uma conferência internacional para reconstrução da Ucrânia⁹¹. Na última semana, Scholz, chanceler alemão, afirmou que grupo das sete economias estava também discutindo um limite de preço para o petróleo e que precisaria da ajuda dos demais países para isso. No início do mês, o G7 já havia emitido uma declaração condenando a atitude russa de usar a exportação de energia como ferramenta de coerção política⁹². O grupo garantiu assegurar o fornecimento de energia, estabilizar os mercados e mitigar o aumento do preço, defendendo, ainda, sua posição de transição para uma energia limpa.

G20

Pandemia e Mudança Climática na Agenda do T20

Os efeitos da pandemia de COVID-19 e da mudança climática são temas recorrentes na agenda da presidência da Indonésia no G20. As consequências compartilhadas globalmente decorrentes de ambas as situações exigem um grande esforço de cooperação e apontam para a centralidade do G20. Contudo, desde o início do conflito na Ucrânia, o bloco não foi capaz de apresentar progressos significativos. Nesta quinzena, os principais eventos trataram desses temas, em especial aqueles promovidos pelo Think20 (T20), o grupo de engajamento oficial do G20 que reúne os principais think tanks e centros de pesquisa do mundo.

⁹⁰ Statement of the G7 Foreign Ministers in support of the IAEA's efforts to promote Nuclear Safety and Security at the Zaporizhzhya Nuclear Power Plant in Ukraine. G7 GERMANY. Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/-/2546380>>. Acesso em: 13/08/2022.

⁹¹ Germany plans international conference on Ukraine reconstruction -source. REUTERS, 2022. Disponível em: <<https://www.reuters.com/world/europe/germany-plans-international-conference-ukraine-reconstruction-source-2022-08-11/>>. Acesso em: 13/08/2022.

⁹² Disponível em: <<https://www.auswaertiges-amt.de/en/newsroom/news/-/2545620>>. Acesso em: 13/08/2022.

Por meio do painel “Resiliência Pós Covid-19 na Conquista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030”, realizado em 25 de julho, o grupo de engajamento discutiu três principais agendas: (i) metas climáticas, transição energética e proteção ambiental; (ii) avanço da saúde global, segurança e prevenção e, (iii) aceleração da cooperação global para o financiamento dos ODS⁹³.

Sobre o primeiro eixo temático, foi enfatizada a questão da transição energética visando atingir uma maior segurança. A abordagem discutida incluiu, então, a descarbonização das fontes de energia, a diversificação das cadeias de valor e o acesso a tecnologias e minerais necessários para acelerar o investimento em sistemas de energia com baixa emissão de carbono. Além disso, Wempi Saputra, Adjunto do G20 para a área de finanças, salientou o papel das finanças sustentáveis e da transição energética para atingir uma recuperação econômica mais verde, resiliente e inclusiva, frisando, inclusive, o alinhamento da agenda do G20 com os compromissos globais da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris. O financiamento climático e a precificação do carbono também foram pautas discutidas, salientando o potencial do espaço do G20 para estabelecer uma plataforma comum para o investimento na área de energia renovável e economia circular e estimular a capacidade dos bancos nacionais de desenvolvimento e dos fundos climáticos nacionais – além do impulsionamento na pesquisa e inovação em tecnologias alternativas.

Já sobre o tema da saúde global, a discussão do T20 destacou a celeridade da mutação de vírus, no geral, e seu contraste com a iniquidade de acesso a vacinas para a população – em especial para países de baixa e média renda. A vista disso, faz-se necessário um readequamento das dinâmicas de difusão de informações, da construção de um modelo robusto e de mecanismos que proporcionem uma melhor estrutura de segurança e prevenção para a saúde global, particularmente focando no uso de fundos financeiros e de sistemas de alertas para futuras pandemias. Ainda, enfatizaram a indispensabilidade em mobilizar diferentes atores e forças, como Organizações Internacionais, fundações filantrópicas e Estados.

O evento, que contou com a colaboração da Fundação Rockefeller, também debateu o papel crucial de organizações filantrópicas no financiamento do desenvolvimento, tendo em vista que esse setor supre certas limitações que os financiamentos público, concessional e convencional possuem. Nesse sentido, Bambang P.S. Brodjonegoro, co-presidente do grupo T20 Indonésia, ressaltou a relevância da promoção do financiamento misto, que, segundo a recomendação do próprio T20, deve ser amplamente utilizado para que se torne um pilar relevante do financiamento para o desenvolvimento. No entanto, como ressaltado por Hasbullah Thabrany, co-presidente da sexta força tarefa do T20, esse tipo de financiamento é importante e necessário, mas deve-se estar atento aos desafios que impõe: quem administrará os recursos? como serão distribuídos? Como evitar que interesses pessoais e políticos colonizem as agendas financiadas?

Ainda, na esteira desses acontecimentos, o Ministério do Turismo e Economia Criativa/Agência de Turismo e Economia Criativa (MTEC) realizou nos dias 05 a 07 de agosto a Conferência e Festival Internacional de Turismo de Bem-Estar (CFITB) 2022 na província de Java

⁹³ Think 20 Indonesia Roundtable Discussion: Post Covid-19 Resilience in Achieving the Sustainable Development Goals 2030. **G20**. 3 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/think-20-indonesia-roundtable-discussion-postcovid-19resilience-in-achieving-the-sustainable-development-goals-2030/>> Acesso em: 12 ago 2022.

Central⁹⁴. Trazendo como tema central “Uma Estratégia de Sustentabilidade para a Recuperação e Crescimento do Turismo Mundial através do Turismo de Bem-Estar para Todos”, o evento paralelo do G20 reforçou a colaboração de todas as partes interessadas para a recuperação global do setor do turismo e da economia criativa após os desafios extraordinários causados pela pandemia da COVID-19.

Dessa forma, o turismo de bem-estar foi elencado como potencial força motriz para a economia global e é considerado uma tendência. Tal nicho, que intersecciona a área da saúde com o turismo, já contribuiu significativamente para a economia mundial e é previsto para 2022 o crescimento médio de 7,5% por ano – o que corresponde a 18% do total do turismo⁹⁵. Devido a pandemia, com as pessoas se preocupando mais em adotar um estilo de vida saudável, a procura por esse tipo de serviço aumentou.

No que tange à questão climática, estratégias para promover o investimento em energia renovável na Ásia e no Pacífico foram discutidas na mesa redonda promovida pelo T20 como parte da 43ª Conferência Internacional da Associação Internacional de Economia da Energia (AIEE)⁹⁶. O evento, que ocorreu no dia 02 de agosto em Tóquio, Japão, teve como intuito pensar em novas formas de financiamento para a transição energética. A pandemia de COVID-19 trouxe essa necessidade considerando a restrição do orçamento público em grande parte dos países. Dessa forma, ficou para os pesquisadores o ofício de pensar em uma solução de financiamento que equilibre a crescente demanda de energia, necessária para o crescimento econômico, populacional e de consumo na Ásia, com as metas de emissão zero de carbono na região, imperativo para combater as mudanças climáticas.

Figura 1: Painelistas da Mesa Redonda do T20 na 43ª Conferência Internacional da Associação Internacional de Economia da Energia



Fonte: G20, 2022.

⁹⁴ MOTCE Ready to Hold IWTCF 2022 in Solo City to Promote Indonesia’s Wellness Tourism. **G20**. 3 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/motce-ready-to-hold-iwtcf-2022-in-solo-city-to-promote-indonesias-wellness-tourism/>> Acesso em: 12 ago 2022.

⁹⁵ Menparekraf: Wellness Tourism, a Key to the Recovery of National and Global Tourism and Creative Economy Sector. **G20**. 5 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/menparekraf-wellness-tourism-a-key-to-the-recovery-of-national-and-global-tourism-and-creative-economy-sector/>> Acesso em: 12 ago 2022.

⁹⁶ T20-ADBI Roundtable on Financing Energy Transition in Asia and the Pacific (43rd IAEE International Conference). **G20**. 8 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/t20-adbi-roundtable-on-financing-energy-transition-in-asia-and-the-pacific-43rd-iaee-international-conference/>> Acesso em: 12 ago 2022.

Partindo dessa mesma premissa ambiental, a Indonésia promoveu o seminário intitulado “Carbono Azul: Possibilitando a Conservação e o Capital Financeiro”, no dia 08 de agosto em Bali⁹⁷. O carbono azul faz referência a todo carbono capturado e armazenado em ecossistemas costeiros, como mangues e pântanos. Tais ecossistemas são responsáveis por sequestrar e armazenar quantidades significativas de carbono, além de oferecer serviços ecossistêmicos essenciais, como a proteção contra deslizamentos de terra, tempestades, erosão, e recursos pesqueiros. Portanto, contribuem ativamente para a redução da emissão de gases de efeito estufa (GEE), e, conseqüentemente, na mitigação das mudanças climáticas.

A Indonésia possui os maiores manguezais e leitos de algas marinhas do mundo, sendo um dos países com maior obtenção de carbono azul, cerca de 17% ou 3,4 Giga Ton (GT). Se a gestão atual continuar a ser fortalecida com adaptação e mitigação para a resiliência climática, é esperado que até 2030 o país possa reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEE) em 29% nacionalmente e 41% globalmente.

No entanto, de acordo com dados divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente e Florestas do país, esses espaços estão reduzindo. E, como enfatiza Rizal Primana, Ministro Adjunto de Assuntos Marítimos e Recursos Naturais, preservar esses ecossistemas é fundamental e está na hora de torná-los uma prioridade mundial no planejamento da gestão espacial e conservação costeira. Além disso, existem planos e expectativas para incluir o carbono azul na Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), o compromisso voluntário dos países signatários do Acordo de Paris para colaborar com a meta global de redução de emissões de gases do efeito estufa.

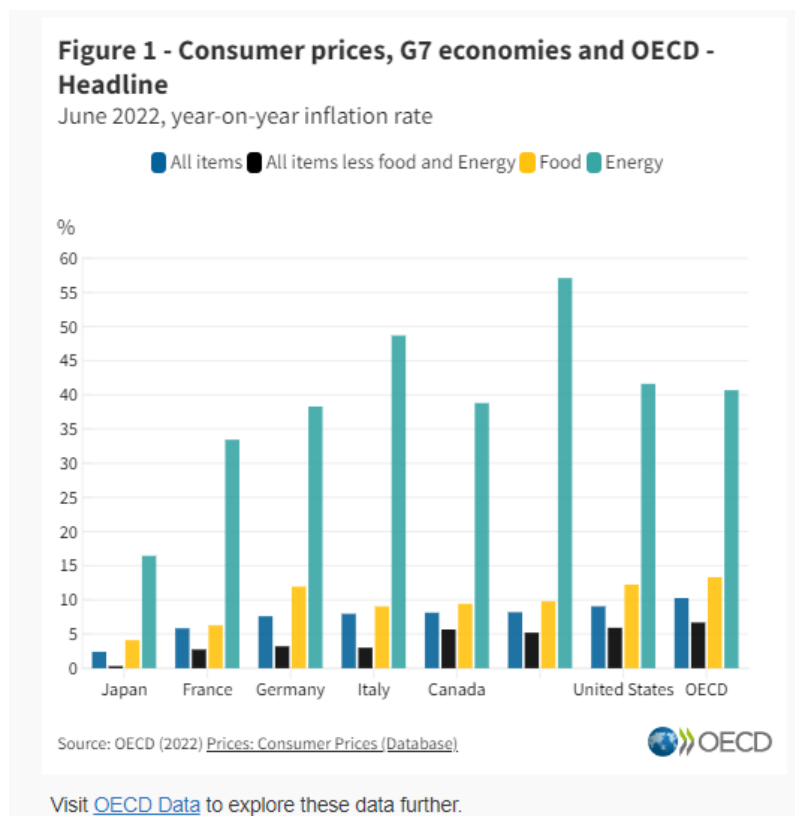
OCDE

A Inflação em Países Desenvolvidos

Em 03 de agosto de 2022, a OCDE registrou a alta da inflação em países da OCDE para 10,3%, principalmente em razão da alta de preços de alimentos e energia.⁹⁸ Relatório indica que as taxas de inflação, sentidas pelos consumidores, vem se mostrando altas em países que integram a OCDE, tendo acelerado para 10,3% em junho, além do salto de 40,7% para os preços de energia. Desconsiderando valores voláteis, como alimentos e energia, o índice de preços ao consumidor em países da OCDE subiu 6,7% em junho de 2022, comparado ao mesmo mês em 2021.

⁹⁷ Indonesia Encourages the World to Develop Blue Carbon Ecosystem. **G20**. 8 ago 2022. Disponível em: <<https://g20.org/indonesia-encourages-the-world-to-develop-blue-carbon-ecosystem/>> Acesso em: 12 ago 2022.

⁹⁸ <https://www.oecd.org/newsroom/consumer-prices-oecd-updated-2-august-2022.htm> , com acesso em 14 de agosto de 2022.



No cenário interno brasileiro há discursos diferentes vindas de diferentes espectros políticos internos. O atual governo brasileiro vem traçando planos para acelerar a entrada do Brasil na OCDE⁹⁹, como a preparação de um projeto de lei para tributação de empresas multinacionais no Brasil, em conformidade aos padrões da OCDE. Nesta toada, o ministro da Casa Civil, Ciro Nogueira, afirmou, em 11 de agosto, que o Brasil já vem movimentando centenas de servidores para realizar uma nova dinâmica visando conformar o funcionamento interno com padrões da OCDE, preparando reformas internas, apostando na afirmação de que o Brasil é considerado em um parceiro-chave para a organização, alegando ainda que é uma prioridade no plano externo a aceitação do Brasil na OCDE.¹⁰⁰

Por outro lado, Celso Amorim, chanceler do Brasil durante o governo Lula, afirma para o Poder 360 que o Brasil deveria priorizar o acordo da Mercosul com a União Europeia, não a entrada na OCDE, que, em sua opinião, vem sendo acelerada no governo atual, que devem ter os termos de adesão revisados, sem o espectro ideológico que vem sendo tão presente, já que considera que o Brasil já segue boa parte das regras da OCDE. Outro ponto trazido por Amorim é que, com o fortalecimento do Mercosul, incluindo a Bolívia, o Brasil e a região ganham musculatura para realizar negociações internacionais, trazendo termos mais vantajosos de negociação para o Brasil.¹⁰¹

⁹⁹<https://veja.abril.com.br/coluna/radar-economico/o-plano-de-guedes-para-acelerar-o-ingresso-do-brasil-na-ocde/>, com acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁰⁰<https://www.cnnbrasil.com.br/business/ingresso-na-ocde-e-prioridade-no-plano-externo-dizem-ministros/>, com acesso em 14 de agosto de 2022.

¹⁰¹<https://www.poder360.com.br/eleicoes/brasil-deve-priorizar-mercossul-com-ue-e-nao-ocde-diz-amorim/>, com acesso em 14 de agosto de 2022.

Grandes conflitos de poder impulsionam a expansão do BRICS

Claudia Hoirisch

Após o presidente chinês Xi Jinping enfatizar a aceleração do processo de expansão do BRICS na 14ª Cúpula do BRICS no final de junho, alguns países já haviam enviado pedidos formais para ingressar no grupo. Chanceleres de vários países participaram da Reunião de Chanceleres do BRICS pela primeira vez em maio. Todas essas ações mostram que a expansão do BRICS está se acelerando.

As principais razões para a expansão dos BRICS podem ser atribuídas a três pontos: primeiro, o intenso confronto Leste-Oeste; segundo, o aprofundamento da cooperação “BRICS Plus”; e terceiro, as demandas dos países nodais.

No novo contexto do conflito em curso entre a Rússia e a Ucrânia e a intensificação da competição sino-americana, o confronto entre o Oriente e o Ocidente tornou-se cada vez mais proeminente. Ambos os lados querem ampliar a rede de parceiros. Como economias emergentes e grandes potências na região, os países BRICS têm uma forte motivação para absorver países nodais situados em locais estratégicos e economias em expansão para se juntar ao grupo. Quanto mais intenso for o confronto Leste-Oeste, mais forte será o ímpeto para a expansão dos BRICS.

Em 2017, a China sediou a Cúpula do grupo em Xiamen e propôs um mecanismo de cooperação BRICS Plus como algo que poderia ir além de seus cinco membros originais. Posteriormente, a cooperação do BRICS Plus expandiu-se gradualmente para áreas como intercâmbios econômicos e comerciais. Dois anos após o surto da pandemia de COVID-19, os países do BRICS lançaram o CPDV; para levar a uma cooperação do BRICS Plus a um caminho de desenvolvimento aprofundado decidiu estabelecer com parceiros, uma Aliança Internacional de P,D&I de Vacinas para aprofundar a cooperação e melhorar a autossuficiência das vacinas nos países em desenvolvimento¹⁰².

O caminho para a expansão do BRICS não será tranquilo. Com a OCX, levou 12 anos para Índia e Paquistão passarem de estados observadores em 2005 para finalmente se tornarem estados-membros em 2017. A ampliação do BRICS pode não ser tão complicada e demorada quanto a expansão da OCX, pois o NDB/BRICS já aceitou países como Emirados Árabes Unidos, Uruguai, Bangladesh e Egito como membros. Portanto, se o processo de expansão for realizado com referência aos procedimentos de aceitação e membros existentes do NDB/BRICS, a expansão do BRICS será mais rápida. Além disso, como o Irã e a Argentina já solicitaram a adesão, o BRICS terá que divulgar os procedimentos do processo de expansão o mais rápido possível.

¹⁰² [Chair's statement at the High-level Dialogue on Global Development - CGTN](#)

Saúde Global e Diplomacia da Saúde na América Latina e Caribe

Sebastián Tobar, Miryam Minayo

Apresentação

Com a chegada de novos presidentes progressistas em países da região, como Chile e Colômbia e Bolívia, uma onda de reformas sanitárias vem se posicionando, propondo avançar na direção de sistemas de saúde universais, integrais e sustentáveis.

Em sentido conexo, em tempos de UNASUL, os doze Ministros que compunham o Conselho de Saúde já haviam levantado “... a necessidade de abrir um espaço de intercâmbio sobre as características dos sistemas de saúde da região, que ao mesmo tempo serviriam para unificar critérios e desafiam a universalidade, considerada por nossos países como meta primordial para a garantia do direito à saúde”.

Passado algum tempo desde a sua dissolução, e com uma incipiente segunda onda rosa, que completa o quebra-cabeça da região, diferentes documentos de política tem surgido com a intenção de avançar para Sistemas Universais de Saúde superando modelos de cobertura essencialmente privados.

A pandemia destacou a fragilidade e o subfinanciamento dos sistemas de saúde e a necessidade de avançar na incorporação de mudanças ou no seu fortalecimento.

Uma das lições aprendidas com a pandemia foi a capacidade de aprendizagem dos Sistemas de Saúde, que se voltaram para os diferentes países para articular respostas nacionais. Na América do Sul, a Bolívia já vem trabalhando por um sistema universal, Colômbia e Chile promovem agendas nesse sentido. Na América Central, à luz de um projeto do BID sobre Saúde na Mesoamérica, estão sendo incorporados componentes para incorporar as reformas do sistema de saúde. Honduras e a Nicarágua também estão gerenciando propostas de reforma apresentadas para financiamento nos Bancos (BID e World Bank)

Desta forma, para tornar os Sistemas de Saúde mais resilientes às futuras pandemias, aos desafios que enfrentam devido às doenças crônicas não transmissíveis e ao agravamento dos problemas de saúde mental na região, algumas mudança estão precisando acontecer.

Seminário CEPAL: Aprendizados e lições internacionais para avançar em direção a sistemas de saúde universais, abrangentes e sustentáveis

Este seminário foi organizado pela CEPAL, com a colaboração do Ministério da Saúde do Chile, do Fundo Nacional de Saúde (FONASA) e da Organização Pan-Americana da Saúde¹⁰³.

A CEPAL promoveu o tema a pedido do Ministério da Saúde do Chile, considerando a importância da saúde para o desenvolvimento sustentável. Na abertura, o secretário-executivo em exercício, Mario Cimoli, enfatizou que o acesso universal aos sistemas de saúde é fundamental para avançar no desenvolvimento com igualdade na região.

Cimoli destacou: “*Você não pode crescer com alta produtividade, competitividade global e inclusão social se a população não tiver acesso a cuidados de saúde de qualidade. É isso que queremos dizer quando falamos de ineficiência da desigualdade*”, nesse sentido, destaca-se a

¹⁰³ O seminário pode ser assistido na íntegra no link: <https://www.youtube.com/watch?v=F2i0TWW4Zq0>

necessidade da capacidade dos Estados de arrecadar recursos suficientes para financiar sistemas universais, abrangentes, sustentáveis e resilientes, o que é fundamental para a realização de reformas na região, um de cujos pilares deve ser o fortalecimento da atenção primária à saúde.

A Ministra da Saúde do Chile, Begoña Ayarza, destacou o desafio que seu país assumiu em relação à Reforma Sanitária, destacando que, nesse sentido, os aliados nessa reforma são a CEPAL e a OPAS. Nesse sentido, como Cimoli, ressaltou que sem saúde não há desenvolvimento e que no caminho que está sendo construído, as experiências internacionais são fundamentais para a elaboração de uma sólida proposta de reforma.

Por sua vez, a Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde, Dra. Carissa Ettienne, destacou o impacto que a pandemia teve na região, com maior percentual de mortes por Covid-19. Por isso, é um momento de ação pela saúde universal.

O Diretor da OPAS afirmou: *“os dados são claros: a região das Américas registra o maior número de casos de COVID-19 e o maior número de mortes. Nossa infraestrutura de saúde pública não estava preparada e nossos sistemas de saúde eram fragmentados, segmentados e subfinanciados”*.

A Diretora afirmou que *“chegou a hora de transformar substancialmente nossos sistemas de saúde, uma transformação que deve ser guiada por uma análise exaustiva do desempenho desses sistemas durante a pandemia e se basear no princípio de que todos nesta região têm direito a saúde”*.

Carissa Ettienne destacou três ações estratégicas:

1. **“O momento das transformações dos Sistemas de Saúde é agora”**: essas transformações devem ser vistas à luz da atuação dos sistemas de saúde durante a pandemia e com base na ideia de garantir o direito à saúde para toda a população na região, superando barreiras que limitam o acesso à saúde.

O acesso universal à saúde e a cobertura universal são um direito e são essenciais para nossas economias e sociedades. É necessário melhorar a equidade para lidar com futuras pandemias.

2. A Atenção Primária à Saúde é a base dos sistemas de saúde e deve ser considerada e priorizada. A evidência é clara de que a transformação baseada na estratégia da APS fortalece os fundamentos da saúde pública, da saúde e da equidade e constitui o principal investimento que pode ser feito nos sistemas de saúde.

As evidências a favor da APS têm sido ignoradas desde 1978 e diferentes abordagens foram tentadas no passado e não foram eficazes.

3. A liderança é de suma importância para apresentar uma visão clara em favor da saúde universal, consolidar as evidências para comunicá-la, fazer consultas e construir consensos que são extremamente importantes para gerar mudanças.

A liderança para aumentar o financiamento e proteger os benefícios de saúde de riscos potenciais também é fundamental.


O Seminário teve uma agenda composta por abertura, duas mesas e encerramento.

Ressalta-se que embora o Diretor da OPAS tenha falado na abertura e diferentes lideranças da referida organização tenham atuado como coordenadores das mesas, a organização não fez uma apresentação sobre o assunto.

No **Painel 1: Desafios dos Sistemas de Saúde na América Latina**, houve duas apresentações, a do Ministro da Saúde do Chile sobre “Os Desafios da Reforma Integral da Saúde no Chile” e a apresentação de Alberto Arenas de Mesa, Diretor da Divisão de Desenvolvimento Social, CEPAL sobre: *As fragilidades estruturais dos sistemas de saúde na América Latina diante da pandemia: a urgência de avançar para sistemas de saúde universais, integrais e sustentáveis*.

A Ministra chilena apresentou a proposta do referido sistema de saúde e a necessidade de respostas integrais e integradas.

Em relação à apresentação de Alberto Arenas de Mesa, como a proposta da CEPAL, podemos apontar as principais mensagens:

- ✓ Continua um cenário de alta incerteza e a crise social em vigor, dois anos e meio após o início da pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe.
- ✓ A região enfrenta a pandemia com sistemas de saúde com fragilidades estruturais que dificultam a gestão da pandemia e aprofundam os impactos da crise sanitária.
- ✓ Os impactos da pandemia têm sido desiguais e condicionados pelos eixos estruturantes da matriz de desigualdade social
- ✓  A crise social aumentou a desigualdade e aprofundou as lacunas estruturais na região.
- ✓ A pandemia constitui uma oportunidade histórica para debater, promover e implementar reformas nos sistemas de saúde que permitam avançar rumo à universalidade, integralidade e sustentabilidade. Isso é particularmente relevante diante de uma estrutura de risco renovada

Neste último ponto, Alberto Arenas de Mesa, conclui comentando:

Que as reformas dos sistemas de saúde abrangem a sociedade como um todo: por exemplo, o comprometimento de recursos fiscais de uma reforma pode ter impactos além dos sistemas de saúde.

Da mesma forma, as reformas dos sistemas de saúde devem contemplar a articulação com os demais setores, sendo a proteção social uma área fundamental para a formulação de políticas integrais.

A sustentabilidade financeira e a solidariedade no financiamento das reformas do sistema de saúde são aspectos fundamentais de qualquer processo de transformação.

A sustentabilidade financeira baseada na solidariedade ajuda a garantir o direito à saúde, de forma que a cobertura e o acesso à saúde sejam determinados pela necessidade e não pela capacidade de pagamento das pessoas.

Com base na análise da apresentação da CEPAL, parece oportuno analisar o impacto da Pandemia por seu impacto na mortalidade por Covid-19, mas o que parece muito frágil são as conclusões que não parecem ter a mesma solidez da parte diagnóstica:

Que as reformas dos sistemas de saúde abrangem a sociedade como um todo: por exemplo, o comprometimento de recursos fiscais de uma reforma pode ter impactos além dos

sistemas de saúde.

Da mesma forma, **as reformas dos sistemas de saúde devem contemplar a articulação com os demais setores**, sendo a proteção social uma área fundamental para a formulação de políticas integrais.

A sustentabilidade financeira e a solidariedade no financiamento das reformas do sistema de saúde são aspectos fundamentais de qualquer processo de transformação.

A sustentabilidade financeira baseada na solidariedade ajuda a garantir o direito à saúde, de forma que a cobertura e o acesso à saúde sejam determinados pela necessidade e não pela capacidade de pagamento das pessoas.

Com base na análise da apresentação da CEPAL, parece oportuno analisar o impacto da Pandemia por seu impacto na mortalidade por Covid-19, mas o que parece muito frágil são as conclusões que não parecem ter a mesma solidez da parte diagnóstica. Em síntese, as conclusões abordam um conjunto de generalidades com pouco valor instrumental para a reforma dos Sistemas de Saúde rumo à universalidade, integralidade e sustentabilidade.

O segundo painel foi sobre: ***Lições e aprendizados para avançar em direção a sistemas de saúde universais, abrangentes e sustentáveis: as experiências dos países desenvolvidos***

1. *“Os desafios da sustentabilidade financeira dos sistemas nacionais de saúde e fundos únicos de saúde: a experiência da Europa”*, Joseph Kutzin, Chefe de Unidade, Financiamento da Saúde, Departamento de Governança e Financiamento dos Sistemas de Saúde, OMS.

2. *“Transição para esquemas universais de saúde pública: a experiência comparativa da implementação do Seguro Nacional de Saúde”*, Cristóbal Cuadrado, Subsecretário de Saúde Pública, Ministério da Saúde do Chile

3. *“A relevância do consenso na política de saúde para as reformas sanitárias: O Sistema Nacional de Saúde espanhol e a experiência do Pacto Nacional de Saúde na Catalunha”*, Pere Ibern, Pesquisador Principal, Centro de Pesquisa em Economia e Saúde, Universidade de Pompeu Fabra (virtual)

4. *“Sistemas de saúde universais, descentralizados e financiados publicamente: a experiência canadense do Medicare”*, Gregory P. Marchildon, professor titular de pesquisa de Ontário em política de saúde e design de sistemas e professor do Instituto de Saúde, Política e Avaliação da Universidade de Toronto (virtual)

Comentários sobre o Seminário

É muito interessante que o seminário possa alimentar e subsidiar com evidência os processos de formulação e tomada de decisão para os processos de reforma.

Pela análise do seminário, chama a atenção como a CEPAL assume um papel de liderança em um mandato setorial que a OPAS deveria ter ao formular um conjunto de recomendações que abundam em aspectos do modelo de financiamento, ou em questões de impacto da pandemia nos sistemas de saúde, e não aspectos técnicos da saúde.

De fato, um aspecto que, sem dúvida, é muito importante na direção da saúde universal é o da segmentação em diferentes subsistemas. Chile tem a intenção de superá-lo, mas não surge nenhuma reflexão sobre a fragmentação dos cuidados da saúde e a necessidade de dar

seguimento aos mesmos. De fato, CEPAL fala de abrangência, mas pouco é mencionado ou proposto sobre como avançá-la nos processos de reforma.

Outro ponto que chama a atenção é que existem experiências significativas de Sistemas Universais de Saúde na região com importantes lições aprendidas. Nesse sentido, desconsiderar a experiência do Sistema Único de Saúde do Brasil, que desde sua criação na Constituição de 1988 até os dias atuais, se constituiu como um sistema robusto, do qual se podem tirar importantes lições, parece ser um erro importante. No entanto, o Seminário organizado pela CEPAL apenas analisa as experiências europeias, espanholas e canadenses, considerando as experiências de reforma setorial na região, talvez permitisse experiências mais adequadas para alimentar e subsidiar a reforma chilena.

Dois aspectos considerados extremamente importantes não foram abordados no seminário. Por um lado, o da força de trabalho em saúde, que, pelo uso intensivo de mão de obra, pela má distribuição de recursos humanos entre os países e dentro deles, bem como pela abundância de certas categorias profissionais em detrimento de outras, constitui um grande desafio para os sistemas de saúde.

O outro aspecto diz respeito à transição demográfica e a transição epidemiológica, que geraram um maior peso das doenças crônico-degenerativas. Temporão, J. (2012) também analisa a transição que é tecnológica. “E as poucas inovações lançadas no mercado protegidas por patentes atingem um custo insuportável para os sistemas de saúde de todo o mundo, o que causará um grande impacto financeiro...”

Embora a CEPAL tenha contribuído com a CELAC, na elaboração de “Diretrizes e Proposta de Plano de Autossuficiência Sanitária” para dar conta de uma estratégia regional para dar conta dessa inovação, ela não é mencionada no Seminário como um desafio dos Sistemas de Saúde.

O financiamento é um aspecto básico para a implementação de reformas nos sistemas de saúde, como a proposta pelo Chile. No entanto, é importante ter em mente que também é preciso levar em conta as inovações no Modelo de Atenção que visam incorporar a estratégia da APS e avançar na continuidade da atenção à saúde.

Violência constante e Estados ausentes: a dupla falta de proteção sofrida pelas refugiadas venezuelanas

A desproteção e o sofrimento das mulheres migrantes e refugiadas da Venezuela compõe uma verdadeira história de horror e abandono.

Mais de 6,1 milhões de pessoas fugiram da Venezuela desde 2015, das quais cerca de 5 milhões fugiram para outros países da América Latina e do Caribe. Destes, mais de 3 milhões estão na Colômbia e no Peru, e mais de 50% são mulheres e meninas.¹⁰⁴

Embora, de acordo com a ONU Mulheres¹⁰⁵, em toda a América Latina a violência de gênero seja uma “pandemia sombria”, mulheres venezuelanas que fugiram da Venezuela passam por condições particulares que as deixam em uma situação de ainda maior vulnerabilidade.

¹⁰⁴ <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/08/la-doble-desproteccion-que-sufren-las-refugiadas-venezolanas/>

¹⁰⁵ <https://www.unwomen.org/es/news/in-focus/in-focus-gender-equality-in-covid-19-response/violence-against-women-during-covid-19>

A Anistia Internacional observa que, nesse contexto, os Estados de acolhimento não estão cumprindo sua obrigação de protegê-las, nem como refugiadas, nem como sobreviventes de violência de gênero e isso precisa ser corrigido com urgência.¹⁰⁶

Segundo Erika Guevara Rosas, Diretora para as Américas da Anistia Internacional, “A proteção contra a violência de gênero deve ser uma prioridade para todos os Estados das Américas, assim como a proteção daqueles que fogem de violações maciças de direitos humanos em seus países de origem. No caso das mulheres refugiadas venezuelanas, estão enfrentando uma dupla e brutal falta de proteção, como revela nosso relatório sobre a situação na Colômbia e no Peru.”¹⁰⁷

No Informe “Desprotegidas: violência de gênero contra mulheres refugiadas venezuelanas na Colômbia e no Peru”¹⁰⁸ é demonstrado que tanto na Colômbia como no Peru – os dois principais países receptores da população refugiada venezuelana, as mulheres venezuelanas enfrentam múltiplas formas de violência nos espaços públicos, em casa e no trabalho. No entanto, não conseguem aceder à justiça ou aos serviços de saúde, devido à existência de estereótipos relacionados com o seu gênero, nacionalidade, identidade de gênero, entre outros.

Os Estados colombianos e peruanos estão em grande parte ausentes quando se trata de garantir, proteger e respeitar o direito a uma vida livre de violência e discriminação para as mulheres refugiadas venezuelanas, que enfrentam violência de gênero em todas as áreas da vida, disse a Anistia Internacional. o novo relatório, Desprotegidos: violência de gênero contra mulheres refugiadas venezuelanas na Colômbia e no Peru.

Segundo dados oficiais¹⁰⁹, a violência de gênero contra mulheres refugiadas venezuelanas na Colômbia aumentou 71% entre 2018 e 2021, e no Peru 31% entre 2019 e 2021. Xenofobia, situação imigratória, mitos sobre a insegurança causada por estrangeiros, preconceitos relacionados a sexualidade percebida das mulheres, juntamente com os papéis de gênero socialmente pré-estabelecidos, aumentam a vulnerabilidade.

Quando ambas as faltas de proteção são combinadas, os riscos também aumentam. Por não terem um status regular de permanência no país, suas oportunidades são reduzidas à informalidade, precariedade e exploração laboral ou sexual, e por sua vez os excluem do acesso a serviços públicos como assistência médica ou denúncias de atos de violência. sendo mulheres venezuelanas.

A realidade em ambos os países mostra que um grande obstáculo para garantir os direitos das mulheres venezuelanas está na xenofobia e na discriminação com base em seu gênero e nacionalidade. As autoridades que mais se preocupam com as mulheres venezuelanas que são sobreviventes de violência de gênero – promotores, policiais, médicos e funcionários da imigração – costumam aplicar estereótipos compostos em suas ações, ou seja, discriminam as mulheres não apenas por causa de gênero, mas também por outros fatores que se juntam, como status imigratório, nacionalidade, orientação sexual ou identidade de gênero, entre outros

¹⁰⁶ <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/08/la-doble-desproteccion-que-sufren-las-refugiadas-venezolanas/>

¹⁰⁷ <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/07/colombia-peru-mujeres-venezolanas-enfrentan-violencia-de-genero/>

¹⁰⁸ <https://www.amnesty.org/es/documents/amr01/5675/2022/es/>

¹⁰⁹ <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/07/colombia-peru-mujeres-venezolanas-enfrentan-violencia-de-genero/>

fatores. Isso significa que, muitas vezes, elas são discriminadas e revitimizadas por um conjunto de fatores: serem mulheres, venezuelanas, migrantes e até mesmo por estarem em situação de pobreza.¹¹⁰

A Anistia Internacional denunciou esta lacuna dos Estados colombianos e peruanos na proteção das mulheres venezuelanas com base em uma análise rigorosa da situação no terreno e das normas vigentes. A organização vem clamando¹¹¹ às autoridades de ambos os países para que corrijam urgentemente esse rumo, garantindo a proteção das mulheres venezuelanas em ambos os países. Em primeiro lugar, a Anistia Internacional afirma que devem garantir-lhes o acesso efetivo aos mecanismos internacionais de proteção e regularização migratória. Entre outras coisas, isso implica eliminar requisitos excludentes e arbitrários, como ter entrado no país antes de uma determinada data e fornecer prova documental ou ter um documento de identidade específico. Em segundo lugar, a Colômbia e o Peru devem garantir que os funcionários da linha de frente do atendimento às mulheres venezuelanas sobreviventes de violência de gênero recebam treinamento adequado, sistemático e obrigatório. Esses programas devem ser orientados para desafiar os estereótipos de gênero e atender às necessidades específicas das mulheres refugiadas e migrantes.

É premente que, diante de uma crise dessa magnitude, os Estados sejam protagonistas da solução, não parte omissa do problema.

Publicação CEPAL: A igualdade no centro do pensamento da CEPAL: ideias, políticas e ações no período 2008-2022

Esta publicação resume as principais linhas analíticas, propostas de políticas e ações em favor do desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe que a CEPAL vem realizando durante os mais de 13 anos em que Alicia Bárcena atuou como chefe de sua Secretaria.

O documento pode ser acessado na íntegra aqui: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47995/S2200207_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y

SE-COMISCA: Workshop Nacional sobre Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública¹¹²

O Workshop Nacional de Centros de Operações de Emergência em Saúde Pública (COESP) foi realizado na República Dominicana, no âmbito do Acordo Global de Cooperação em Saúde da SE-COMISCA e do CDC, e visou o fortalecimento dos conhecimentos, atitudes e práticas do pessoal de saúde para lidar com emergências, incidentes e/ou eventos que possam constituir uma ameaça à população.

A inauguração do workshop foi realizada com as palavras da Secretária Executiva do COMISCA, Dra. Alejandra Acuña Navarro; a Diretora Adjunta do CDC – CAR, Nora Macklin; a Diretora de Gestão de Riscos e Atenção a Desastres do Ministério de Saúde Pública e Assistência

¹¹⁰ <https://www.amnesty.org/es/latest/news/2022/08/la-doble-desproteccion-que-sufren-las-refugiadas-venezolanas/>

¹¹¹ idem

¹¹² https://www.sica.int/noticias/se-comisca-realiza-en-republica-dominicana-el-taller-nacional-de-centros-de-operaciones-de-emergencias-de-salud-publica_1_130433.html

Social (MSPAS) da República Dominicana, Dra. Gina Estrella Ramia; e a epidemiologista do CDC da Embaixada dos EUA, Dra. Carmen Figueroa.

Participaram profissionais de diversas áreas do MSPAS, representando as diversas províncias do país, que receberam treinamento sobre o Sistema de Comando de Incidentes, a estrutura, capacidade e funcionamento do COESP, a importância da epidemiologia na tomada de decisões no COESP e atualização da situação epidemiológica da varíola, recentemente declarada Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, entre outras.

Também foram realizados exercícios para praticar os conteúdos ministrados e avaliar o desempenho dos profissionais integrantes das equipes de trabalho e acionamento do COE diante de uma simulação de emergência de saúde pública.

A atividade foi conduzida pela Consultora Regional para Equipes de Resposta Rápida, Dra. Gloria Fajardo, e pelo Consultor Regional para Centros de Operações de Saúde de Emergência, Dr. Sergio Guzmán, ambos da SE-COMISCA. Além disso, os instrutores foram o Gerente de Gestão de Riscos, Lic. Luis Osoria; o Analista de Gestão de Risco, Dr. Octavio Comas, e o Epidemiologista Nacional, Dr. Waddy Casado, delegados do MSPAS.

A atividade realizada contribui para o cumprimento dos objetivos do Plano de Saúde para a América Central e República Dominicana 2021-2025 e a Estratégia de Gestão Integral de Riscos de Desastres e Emergências na perspectiva sanitária do COMISCA.

Conferencia Regional sobre Migración (CRM): Taller sobre Migración y Salud en las Américas¹¹³

El pasado 10 y 11 de agosto se llevó a cabo en San José, Costa Rica, el Taller Migración y Salud en las Américas, organizado por la Conferencia Regional sobre Migraciones (CRM), el mismo tiene como antecedente la XXIV Reunión de la CRM, celebrada en Ciudad de Guatemala e donde los Viceministros y Viceministras de la región decidieron lo siguiente:

5. Aprobar la realización de las siguientes actividades, e invitar a los Países Miembros a participar activamente en las mismas:

(...)

e. Taller sobre Salud Migratoria en las Américas, en mayo o junio 2020, en Costa Rica, con el apoyo de Canadá y Estados Unidos y el apoyo técnico del CICR, OIM y UNODC

Debido a la emergencia por el Covid-19, el evento tuvo que reprogramarse en una fecha posterior, y fue retomado en el plan de trabajo de la Presidencia Pro-Témpore de El Salvador. El taller reunió especialistas de los Países Miembros de la CRM y sus organismos observadores, así como otros países de América, con el objetivo de intercambiar información sobre políticas, programas, mejores prácticas y lecciones aprendidas. El evento cubrió en sus dos días los siguientes temas:

- Preparativos y respuestas a brotes infecciosos por parte de los países participantes, incluyendo experiencias y lecciones aprendidas en las respuestas al Covid-19
- Respuestas regionales y nacionales para abordar los problemas sanitarios relacionados con los movimientos transfronterizos masivos
- Medidas sanitarias y fronteras
- Trabajadores migrantes y salud
- Salud Mental en poblaciones migrantes, refugiadas y personal de primera línea

¹¹³ Texto preparado por: Ginnette Morales Calderón

- Consideraciones a futuro y prioridades en migración y salud

Costa Rica co-auspició el evento con Canadá y fue el país anfitrión, hubo participación del Caribe, también se buscó el apoyo de otros Países Miembros y organismos internacionales para asegurar la presencia y participación activa de sus representantes, de países miembros de las Consultas Migratorias del Caribe (CMC) y de la CSM.

El objetivo general del taller fue brindar a los países de las Américas elementos para contribuir al desarrollo e implementación de políticas públicas de migración y salud, mediante un abordaje conjunto de temas e intercambio de experiencias relacionadas a los movimientos migratorios del hemisferio.

Los objetivos específicos:

1. Intercambiar información y buenas prácticas en materia de salud y migración.
2. Actualizar estrategias y respuestas a brotes infecciosos, incluyendo experiencias y lecciones aprendidas en respuesta al Covid-19.
3. Mejorar las intervenciones de salud en el marco de movimientos transfronterizos.
4. Brindar elementos para la atención de la salud mental de las personas migrantes y refugiadas, así como del personal de primera línea que atiende a estas poblaciones.

El perfil de los participantes fue el siguiente: dos (2) representantes por país participante (de nivel técnico, ejemplos directores de departamentos o programas) de áreas de salud y migración de instituciones gubernamentales relevantes, como Ministerios de Relaciones Exteriores (departamentos consulares, migración, apoyo a los ciudadanos en el extranjero); Ministerios o Agencias de Salud, e instituciones o áreas encargadas de salud mental y ocupacional; y Institutos o Direcciones de Migración; tres representantes de la sociedad civil, acreditados a través de la Red Regional de Organizaciones Civiles para las Migraciones (RROCM).

Los organismos observadores de la CRM fueron invitados a participar y hubo participación de: SECOMISCA; ACNUR; OIT; OPS; CEPAL; INCOSAMI; División de Migración Global y Cuarentena, EEUU; Intervenciones sanitarias para personas refugiadas para el Control y Prevención de Enfermedades, CDC – EEUU; Instituto Nacional de las Mujeres, de México; Dirección General de Asuntos Consulares y Migratorios, Guatemala; Presentaciones de países: Guatemala, Ecuador, Colombia y Honduras

Contexto

Las recientes modalidades migratorias y las respuestas de países tienen mucho en común a través de toda América, incluyendo flujos masivos en pasos fronterizos y mayores restricciones fronterizas, la homologación de documentos y gestión de datos, así como esfuerzos de integración para los migrantes. Un desafío importante para todos los países ha sido la flexibilidad y la disposición de recursos para responder a los impactos y las necesidades de salud a lo largo de la travesía y en lugares de tránsito y destino. Recientemente, la pandemia del Covid-19 ha presentado una necesidad urgente de contener los riesgos de salud internacionales que han impactado el viajar, los mecanismos de control, y la movilidad laboral.

Se han realizado esfuerzos conjuntos de alto nivel para lidiar con grandes movimientos migratorios y brotes infecciosos transfronterizos como el dengue y el Covid-19, que han logrado reunir ministros y movilizar fondos; sin embargo, ha habido pocas oportunidades a través de la región para el intercambio directo de información y experiencia a nivel técnico. La Conferencia Regional sobre Migración (CRM), con su reciente experiencia organizando talleres exitosos de

migración y salud, así como el desarrollo de vínculos con la Conferencia Suramericana sobre Migraciones (CSM), está en una posición única para reunir autoridades de migración y expertos en salud en un foro dedicado al aprendizaje mutuo que informe las respuestas locales y el desarrollo de políticas y programas.

Los países miembros del Caribe, Suramérica y la CRM han visto una creciente incidencia de brotes infecciosos, aprendiendo en el proceso cómo facilitar servicios básicos de salud y cuidado continuo para poblaciones migrantes, abordar las necesidades de los grupos vulnerables y los trabajadores de primera línea, identificar temas de salud mental y responder a cambios súbitos.

Finalmente, el taller versó sobre los desafíos y lecciones aprendidas de la experiencia de cada país, se discutió de como ayudarían a mejorar las respuestas en materia de migración y salud en América.

Algunas de las ideas puestas sobre la mesa fueron: la articulación de las iniciativas existentes y que se están realizando en este momento, son muchas y muy buenas pero es necesario para no duplicar los esfuerzos generar una comunicación robusta entre organismos para hacer trabajo conjunto que sume a los trabajos que se realizan; Otra idea expuesta como necesidad es el enfoque de salud que no debe de quedarse por fuera si no que debe de transversalizar todas las iniciativas en materia de migración.

O continente africano na saúde global e diplomacia da saúde

Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche, Felix Rosenberg

UNIÃO AFRICANA

CDC África e Fundação Mastercard

A iniciativa para salvar vidas e meios de subsistência lançada na Namíbia

Em parceria com a Fundação *Mastercard*, iniciou-se a implementação nesse país da iniciativa para acelerar a vacinação contra a Covid-19. A campanha de vacinação acontece numa altura em que o país tem apenas 26% da população adulta totalmente vacinada. Esta campanha de vacinação em massa visa assegurar que os esforços de vacinação sejam integrados com a imunização das crianças que levam à proteção das comunidades contra os impactos da Covid-19 e das doenças evitáveis por vacinação infantil.

No âmbito do seu “Programa de Apoio Urgente” e do fundo comum para a Namíbia, esta iniciativa conjunta CDC África e Mastercard “*Saving Lives and Livelihoods*” forneceu um total de 479.000 dólares americanos para administrar 43.257 vacinas contra a Covid-19 e entregou 89.220 vacinas dos armazéns centrais às instalações de saúde. Também recrutou 29 funcionários que ajudaram a reduzir a acumulação de dados de 40% para 18%, aquisição de EPIs (400 máscaras faciais, 400 higienizadores de mãos e 400 pares de luvas) e impressão de ferramentas de monitorização e avaliação “M&E” (25.000 cartões de vacinação, 25.000 formulários de rastreio e 300 registos).

Neste apoio atual, a iniciativa *Saving Lives and Livelihoods* e o Ministério da Saúde da Namíbia planearam um objetivo de 27 novos centros de vacinação, reforçando ao mesmo tempo 70 centros de vacinação contra a Covid-19 e vacinando mais de 500.000 no prazo de 12 meses nos locais selecionados.

“O CDC África tem hoje a honra de lançar a implementação no país da iniciativa Saving Lives and Livelihoods em parceria com a Fundação Mastercard, para apoiar o Governo da Namíbia na sua campanha nacional integrada de vacinação de massas. As vacinas Covid-19 continuam a ser um instrumento crítico na redução da transmissão e, em última análise, na recuperação das economias de África à normalidade. Reconhecemos que a única forma de acabar com a pandemia e salvaguardar vidas e meios de subsistência no continente é imunizar rapidamente uma massa crítica da população africana. A iniciativa incluirá um forte enfoque na comunicação de risco e envolvimento comunitário para permitir aos cidadãos namibianos, particularmente os jovens e as populações rurais, compreender a segurança e os benefícios da vacinação. A comunicação de risco e envolvimento comunitário desempenhará um papel crucial na criação da procura de vacinas Covid-19 e no apoio a outros esforços não-farmacêuticos para quebrar a cadeia de transmissão e mitigar o impacto da pandemia”, afirmou o Dr. Lul Pout Riek, Coordenador do Centro de Coordenação Regional da África Austral do CDC África.

Recorde-se que essa iniciativa é uma parceria de 1.5 bilhões de dólares americanos com a Fundação Mastercard, lançada em junho de 2021 para comprar vacinas da Covid-19 para pelo menos 65 milhões de pessoas e apoiar a entrega a milhões de pessoas em todo o continente. Um total de 2 milhões de dólares desse fundo foi concedido para dar início ao primeiro ano de implementação na Namíbia.

A iniciativa irá criar sinergias entre os esforços do Governo, do CDC África e de outros parceiros para aumentar a vacinação contra a Covid-19. A campanha de implementação centrar-se-á na Comunicação de Riscos e Envolvimento Comunitário (RCCE, *Risk Communication and Community Engagement*), capacidade de vacinação, logística e vigilância de vacinas para permitir à Namíbia atingir o seu objetivo de vacinação contra a Covid-19. O objetivo final do CDC África através desta iniciativa é acelerar a cobertura de 70% da população africana com vacinas até ao final de 2022.¹¹⁴

Quase no mesmo período, deu-se início à implementação da iniciativa no Ruanda para acelerar a vacinação Covid-19 em todo o país para crianças entre os 5 e 11 anos de idade e uma segunda dose de reforço a pessoas com 60 anos de idade ou mais.

Anteriormente, ao abrigo dessa iniciativa, mais de 151.000 doses de vacinas foram entregues ao Ruanda para apoiar os esforços de vacinação do país. A União Africana, o CDC África, *Africa Medical Agency* e NEPAD (New Partnership for Africa's Development) também reconheceram o Ruanda como um país estratégico que lidera as iniciativas inovadoras pan-africanas. Sublinhe-se que o país foi selecionado como um dos Estados- Membros da União Africana para produzir a vacina utilizando a tecnologia mRNA através das Parcerias para o Fabrico de Vacinas Africanas (PAVM), com uma cerimónia inovadora que descrevemos em informes anteriores.¹¹⁵

NEPAD

O Gana aprova a libertação da primeira *commodity* geneticamente modificada

A Autoridade Nacional de Biossegurança (NBA - *The National Biosafety Authority*) do Gana aprovou a libertação do primeiro produto geneticamente modificado do país, o feijão-frade (*Vigna unguiculata*) resistente à praga da broca. O pedido foi apresentado por cientistas do Savannah Agricultural Research Institute (SARI) do Council for Scientific and Industrial Research (CSIR).

O país tem vindo a testar o desempenho agronómico e os aspectos de segurança alimentar desta leguminosa como alimento principal geneticamente modificado há mais de uma década. O gene *Bacillus thuringiensis* (Bt) que confere a característica de resistência aos insetos provou ser particularmente eficaz contra a praga da broca que destrói a maior parte das culturas de feijão-frade na região da África Ocidental.

Eric Okoree, CEO da NBA, declarou que esta decisão é um marco histórico que demonstra claramente a capacidade do país em rever e tomar decisões em liberar a adoção segura de produtos biotecnológicos para melhorar a produtividade agrícola e contribuir para o desenvolvimento sustentável. Para além da aprovação de biossegurança da NBA, este feijão seria sujeito a processos do Comité Nacional de Libertação e Registo de Variedades do Ministério da Alimentação e Agricultura antes de os agricultores poderem ter acesso pata o seu cultivo.

O feijão-frade é uma importante fonte de proteínas no Gana e no resto da África Ocidental. A procura anual de feijão-frade do Gana é estimada em 169.000 toneladas, enquanto o país produz apenas 57.000 toneladas por ano. O défice é coberto pelas importações dos países

¹¹⁴<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-saving-lives-and-livelihoods-initiative-commences-implementation-in-namibia/>

¹¹⁵<https://africacdc.org/news-item/africa-cdc-saving-lives-and-livelihoods-initiative-commence-implementation-launch-in-rwanda/>

vizinhos da África Ocidental, nomeadamente do Burkina Faso, Nigéria e Níger. A Nigéria é atualmente o maior produtor mundial de feijão-frade (ou seja, 45% da produção mundial), seguido do Níger (15%) e do Burkina Faso (6%). A Nigéria tinha anteriormente aprovado o feijão-frade resistente à broca para aumentar ainda mais a sua quota de mercado na sub-região, uma vez que a preferência de mercado é por produtos de qualidade. O Gana torna-se assim apenas o segundo país em África a atingir a fase de lançamento comercial com a variedade Bt. deste importante produto.¹¹⁶

OMS AFRO

A esperança de vida saudável em África aumenta em quase dez anos

Um relatório de avaliação da Organização Mundial de Saúde revela que a esperança de vida saudável na Região Africana aumentou em média 10 anos por pessoa entre 2000 e 2019. Este aumento é maior do que em qualquer outra região do mundo durante o mesmo período. O relatório observa também que o impacto perturbador da pandemia da Covid-19 pode ameaçar estes enormes ganhos.

O relatório [Tracking Universal Health Coverage in the WHO African Region 2022](#) mostra que a esperança de vida saudável - ou o número de anos em que um indivíduo está em bom estado de saúde - aumentou para 56 anos em 2019, em comparação com 46 em 2000. Embora ainda muito abaixo da média global de 64 anos, durante o mesmo período, a esperança de vida saudável global aumentou apenas cinco anos.

Melhorias na prestação de serviços de saúde essenciais, ganhos na saúde reprodutiva, materna, neonatal e infantil, bem como progressos na luta contra doenças infecciosas - graças à rápida expansão de medidas de controle do HIV, tuberculose e malária a partir de 2005 – ajudaram a prolongar a esperança de vida saudável. Em média, a cobertura dos serviços de saúde essenciais melhorou para 46% em 2019, em comparação com 24% em 2000. As realizações mais significativas foram na prevenção e tratamento de doenças infecciosas, mas isto foi contrabalançado pelo aumento dramático da hipertensão, diabetes e outras doenças não transmissíveis e pela falta de serviços de saúde dirigidos a estas doenças.

O progresso na esperança de vida saudável poderia também ser prejudicado pelo impacto da pandemia Covid-19, a menos que sejam instituídos planos robustos de recuperação. Em média, os países africanos indicaram maiores rupturas nos serviços essenciais em comparação com outras regiões. Mais de 90% dos 36 países que responderam a um inquérito da OMS em 2021, referiram uma ou mais rupturas nos serviços de saúde essenciais, com imunização, doenças tropicais negligenciadas e serviços de nutrição a sofrerem perturbações mais elevadas.

Têm sido feitos esforços para restaurar os serviços essenciais afetados pela pandemia. Contudo, para melhorar os serviços de saúde e assegurar que estes sejam adequados, de boa qualidade e acessíveis a todos, é crucial que os governos aumentem o financiamento da saúde pública. A maioria dos governos em África financia menos de 50% dos seus orçamentos nacionais de saúde, o que resulta em grandes lacunas de financiamento. Apenas a Argélia, Botswana, Cabo Verde, ESwatini, Gabão, Seicheles e África do Sul financiam mais de 50% dos seus orçamentos nacionais de saúde.

¹¹⁶ <https://nepad.org/news/ghana-approves-environmental-release-of-countrys-first-gm-commodity>

Uma das principais medidas para melhorar o acesso aos serviços de saúde é que os governos reduzam as despesas catastróficas dos agregados familiares. As despesas de saúde não são consideradas catastróficas quando as famílias gastam menos de 10% do seu rendimento em despesas de saúde, independentemente do seu nível de pobreza. Ao longo dos últimos 20 anos, as despesas de saúde estagnaram ou aumentaram em 15 países.

O relatório também analisou a esperança de vida saudável e as diferenças de cobertura dos serviços de saúde ao longo do nível de rendimentos e da localização geográfica do país. Os países de rendimento alto e médio-alto tendem a ter uma melhor cobertura dos serviços de saúde e uma maior esperança de vida saudável à nascença do que os países de rendimento baixo, com cerca de 10 anos adicionais de esperança de vida saudável.

O relatório recomenda aos países que acelerem os esforços para melhorar a proteção contra riscos financeiros, pensar e repensar a prestação de serviços de saúde com enfoque na incorporação de serviços de saúde não transmissíveis como parte dos serviços de saúde essenciais, envolvendo as comunidades e o sector privado. Recomenda também a criação de sistemas de monitorização de sistemas subnacionais para que os países sejam mais capazes de captar sinais de alerta precoce para ameaças à saúde e falhas do sistema.¹¹⁷

Comissão Económica da ONU para África (UNECA)

Dia Africano do Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS)

Em comemoração do quinto Dia Africano do Registo Civil e Estatísticas Vitais (CRVS - *Civil Registration and Vital Statistics*), a Comissão Económica para África foi convidada pelo Governo da Etiópia para a celebração da efeméride. O tema deste ano é "*Aproveitar a coordenação, liderança e apropriação para fortalecer os sistemas integrados de registo civil e estatísticas vitais: um veículo para contar todos*" ("*#CountingEveryone*").

Falando sobre a importância dos sistemas de CRVS em África, Oliver Chinganya, Director do Centro Africano de Estatística da UNECA, enfatizou o "*papel central dos sistemas de CRVS na governação e desenvolvimento económico e a importância do sistema para os indivíduos na sua vida social, política e económica*".

O responsável do Centro delineou as prioridades identificadas pelo Programa Africano para a Melhoria Acelerada do CRV como cruciais para impulsionar o seu progresso em todo o continente. *Em primeiro lugar*, instando os governos de toda a África a estabelecer ou manter comités de coordenação interagências que reúnam regularmente todos os intervenientes relevantes nos CRVS e ecossistemas de identificação para fortalecer e promover tais sistemas e a utilização dos seus dados nos serviços governamentais. *Em segundo lugar*, estabelecer ligações entre os sistemas CRVS e outros sistemas, tais como gestão de identidade e sistemas de saúde e proteção social que são pontos críticos de entrada para o registo civil e estatísticas vitais - avançando a digitalização dos dados de registo civil como parte da infraestrutura pública digital crítica. Assim, promovendo a gestão e utilização de tais dados e reforçando o quadro legal e regulamentar que rege a CRVS. E finalmente, criar sistemas de identificação para assegurar a inclusividade e universalidade, promover uma maior colaboração intergovernamental e facilitar a utilização de dados do CRVS em todos os sectores governamentais.

O tema para o Dia Africano do CRVS deste ano também sublinha a necessidade de um compromisso político sustentado a nível do país, com os governos africanos a assumirem a

¹¹⁷ <https://www.afro.who.int/news/healthy-life-expectancy-africa-rises-almost-ten-years>

liderança e a apropriação na transformação e no reforço dos seus respectivos sistemas de registo civil. O dia marca o décimo segundo ano desde o estabelecimento do *Programa Africano sobre a Melhoria Acelerada dos Sistemas de Registo Civil e Estatísticas Vitais (APAI-CRVS, Africa Programme on Accelerated Improvement of Civil Registration and Vital Statistics Systems)*, um quadro continental concebido para um apoio coordenado e integrado aos países no fortalecimento dos seus sistemas de CVRS. Este programa emblemático da UNECA visa abordar a escassez destes sistemas no continente e cumprir o compromisso de 100% de registo de nascimentos e pelo menos 80% de registo de óbitos, tal como delineado pela agenda global de desenvolvimento sustentável para 2030. Os sistemas conferem identidade jurídica aos indivíduos e informam a boa governança, protegendo os direitos humanos e criando sociedades inclusivas. Também aumentam a credibilidade dos governos nacionais e locais, fortalecendo a sua capacidade de prestação de serviços sociais, ajudando a identificar e a especificar as necessidades de tais serviços.

No Dia Africano de CRVS, os líderes dos governos de toda a África são incentivados a fazer progressos no pensamento sistémico, análise demográfica, tecnologias digitais, bem como os seus quadros legais e regulamentares para melhorar a base das suas infraestruturas públicas digitais e sistemas em geral. O Diretor do Centro apelou ainda todos os Estados-Membros a participarem na **VI Conferência de Ministros Africanos responsáveis pelo Registo Civil**, que terá lugar em Adis Abeba, de 24 a 28 de outubro de 2022, subordinada ao tema: "*Uma década em APAI-CRVS: Refletindo sobre o progresso e acelerando os esforços para 2030 através de sistemas transformados*".¹¹⁸

Aposta da SADC no desenvolvimento de infraestruturas resilientes para a integração regional¹¹⁹

O Secretário Executivo da SADC, Elias M. Magosi, realizou uma visita de cortesia à Sua Excelência Bajabulile Swazi Tshabalala, Vice-Presidente Sénior do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, à margem da reunião do Comitê de Ministros das Finanças e Investimento e Painel de Revisão por Pares, realizado em Lilongwe, Malawi, em 28 de julho de 2022.

Segundo o Secretário Executivo, o desenvolvimento de infraestruturas e a industrialização são componentes chave para a integração regional, por isso, o desenvolvimento de projetos de infraestrutura, como estradas, ferrovias, tecnologia da informação e comunicação, entre outros, são ingredientes inevitáveis para facilitar a circulação contínua de pessoas, bens e serviços, a fim de trazer o impacto de desenvolvimento desejado. Para que haja desenvolvimento inclusivo e integração regional, é preciso uma exploração positiva e consciente da cadeia de valor identificada de agro-processamento, beneficiamento mineral e produtos farmacêuticos.

Para Magosi, a Região Africana, é rica em minerais e matérias-primas que, se processadas localmente e vendidas como produtos acabados, podem criar os empregos necessários em oposição à situação atual em que os minerais e outras matérias-primas deixam o continente em forma bruta, apenas para retornar à Região como produtos acabados caros.

¹¹⁸ <https://www.uneca.org/stories/fifth-africa-civil-registration-and-vital-statistics-day-highlights-need-for>

¹¹⁹ <https://www.sadc.int/latest-news/sadc-remains-focused-development-infrastructural-projects-drive-regional-integration>

No ramo de agro-processamento, Magosi, aponta a necessidade de apoiar os agricultores de subsistência com infraestruturas e recursos que lhes permitam melhorar a produtividade agrícola, e dada ao seu potencial, não só para criar emprego, mas também para criar empreendedores de sucesso, notando ainda que a maioria dos cidadãos da SADC depende da agricultura para a sua subsistência.

Sobre os produtos farmacêuticos, Magosi, relembra que as experiências aprendidas com a pandemia da Covid-19 indicam que a Região deve investir muito na produção de vacinas para garantir o fornecimento adequado na hora da necessidade, a fim de reduzir a dependência do apoio externo.

Garantir a robustez e desenvolvimento de infraestruturas, dinamiza o transporte de mercadorias, pessoas, incluindo insumo de saúde na região. A Vice-Presidente do BAD indicou a existência de regras padronizadas para garantir que o comércio seja contínuo, com gargalos removidos para melhorar o transporte e as medidas de facilitação do trânsito. Ela também disse que a industrialização é fundamental e deve ser construída em torno do setor privado como parceiros na implementação da agenda de industrialização da SADC. Ela também reconheceu o valor de capacitar agricultores de pequena escala, aproveitando a infraestrutura necessária, indicando ainda que esta é uma das áreas de apoio potencial do Banco.

Desenvolvimento e industrialização da SADC¹²⁰.

O Programa de Apoio à Industrialização e Setores Produtivos (SIPS) é um dos programas alinhado ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (RISDP) 2020-2030, que dá prioridade ao Desenvolvimento Industrial e Integração de Mercados, colocando a industrialização no centro da agenda de integração regional.

A margem da 6ª Semana da Industrialização da SADC, realizada em Kinshasa (RDC), a SIPS concedeu três (3) bolsas a *stakeholders* relevantes nas cadeias de valor coureiro, médico e farmacêutico. O evento contou com a presença de Julien Paluku Kahongya, Ministro da Indústria (RDC), Secretário Executivo Adjunto da SADC para Assuntos Corporativos, S.E. Embaixador Joseph Nourrice e Dr. Khutula Sibanda, Director de Desenvolvimento Industrial e Comércio da SADC.

Na cadeia de valor do couro, a [Solidaridad](#)¹²¹ recebeu uma doação de US\$ 500.000 para promover soluções verdes inovadoras no setor de couro da Tanzânia e do Zimbábue e criar vínculos de mercado para produtos de couro em nível nacional, regional e internacional.

Na cadeia de valor médica e farmacêutica, duas bolsas de EUR 103.127,00 e EUR 194.650,00 foram concedidas à [Chemical Process Technologies \(CPT\) Pharma](#) da África do Sul e ao [Namibia Institute of Pathology Limited](#) (NIP) da Namíbia, respectivamente, para aumentar a produção de produtos de qualidade relacionados com a gestão clínica da Covid-19 na região da SADC.

A *Chemical Process Technologies Pty (Ltd)*, com sede na África do Sul, recebeu 102.654,00 euros para trabalhar no desenvolvimento, implementação e validação de um

¹²⁰ <https://www.sadc.int/latest-news/support-manufacturing-leather-medical-and-pharmaceutical-products-gets-boost-sadc>

¹²¹ é uma organização internacional da sociedade civil com mais de 50 anos de experiência no desenvolvimento de soluções para tornar as comunidades mais resilientes e criar cadeias de suprimentos mais sustentáveis

processo de fabricação de Molnupiravir (MOL) em uma planta piloto GMP. O MOL é um medicamento para o tratamento de pacientes não graves com a Covid-19 com maior risco de hospitalização. Normalmente, são pessoas que não receberam a vacinação contra a Covid-19, idosos, pessoas com imunodeficiências e pessoas que vivem com doenças crônicas. O NIP namibiano recebeu uma doação de 194.650,00 euros para se concentrar na produção local de tubos de coleta de amostras de Covid-19 para atender à escassez de consumíveis de laboratório no mercado da África Austral desde o início da pandemia.

O ministro Kahongya destacou que o desenvolvimento de doações para responder à pandemia da Covid-19 é um esforço muito necessário no momento certo e uma necessidade crítica para as pessoas da região. Ele destacou a relevância do programa sobre questões emergentes, como a resposta à Covid-19, por meio de doações para industrialização e integração regional.

Para o Director de Desenvolvimento Industrial e Comércio do Secretariado da SADC, Khutula Sibanda, as subvenções recebidas, irão fomentar a cooperação regional e o reforço das ligações regionais, especificamente nas cadeias de valor do couro e farmacêutico, na região, que será alcançado com investimentos em conhecimento e absorção tecnológica, garantindo que a indústria regional seja competitiva e aproveite as oportunidades existentes no mercado regional.

42ª Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da SADC

Entre 17 e 18 de agosto, será realizada a 42ª Cúpula/Cimeira Ordinária dos Chefes de Estados e de Governo em Kinshasa, República Democrática do Congo, sob o lema *“Promover a industrialização através do agro-processamento, beneficiamento mineral e cadeias de valor regionais para crescimento econômico resiliente”*

A Cúpula/Cimeira da SADC determina a direção política geral e controlo das funções da Comunidade, tornando-se, em última análise, a instituição de decisão política da SADC. Ela é realizada todos os anos e conta com a presença de Chefes de Estado e de Governo dos 16 Estados-Membros da SADC nomeadamente, Angola, Botswana, Comores, RDC, Eswatini, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Seychelles, África do Sul, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue. Também conta com a presença de chefes de órgãos continentais e regionais como observadores.

A 42ª Cúpula/Cimeira será precedida por reuniões de altos funcionários da SADC e do Conselho de Ministros que preparam a agenda dos Chefes de Estado e de Governo. O Conselho de Ministros supervisiona o funcionamento e desenvolvimento das ações da SADC e garante que as políticas sejam devidamente implementadas. O Conselho é composto por Ministros de cada Estado-Membro, geralmente dos Ministérios das Relações Exteriores, Planeamento Económico ou Finanças.

Comércio transfronteiriço de pequena escala no COMESA¹²²

A União Europeia (UE) concedeu uma extensão sem custo ao programa *Iniciativa de Comércio Transfronteiriço de Pequena Escala* (SSCBTI) por 31 meses. O Projeto agora terminará em dezembro de 2024 a partir do prazo inicial de maio de 2022.

¹²² <https://www.comesa.int/small-scale-cross-border-trade-initiative-extended-by-31-months/>

O anúncio foi tornado pública pelo Secretário-Geral Adjunto de Administração e Finanças, Dr Dev Haman, em Lusaka, durante a abertura da III Reunião do Comitê de Direção do Projeto para o SSCBTI em 8 de agosto passado.

O programa teve quatro anos de implementação e fez bons progressos com sucessos tangíveis no trabalho para formalizar os fluxos de comércio transfronteiriço de pequena escala na região tripartida COMESA-EAC-SADC. A prorrogação permitirá a implementação das demais atividades que não foram cumpridas. *“Tivemos desafios devido aos atrasos no recrutamento de pessoal do projeto no início do programa, juntamente com a pandemia de Covid-19 que limitou as interações presenciais a nível dos Estados-Membros por dois anos”*, disse o Dr. Haman.

O comércio transfronteiriço de pequena escala é significativo na região do COMESA e representa 30 ou 40% do comércio informal total. Além disso, a maioria dos comerciantes são mulheres. A região também reconhece que esse comércio proporciona renda e meios de subsistência a muitas pessoas, que transportam produtos essenciais de áreas superavitárias para áreas deficitárias.

Assim, o SSCBTI está trabalhando para formalizar o comércio transfronteiriço de pequena escala, por sua vez, abordando os desafios existentes, como altos custos de transação decorrentes de atrasos nas fronteiras, infraestrutura deficiente, altos impostos e altos custos de transporte. Os comerciantes também enfrentam suborno, corrupção e assédio. Ter os dados desagregados por gênero também é importante, pois ajudará a região a entender completamente o comércio informal de pequena escala.

O Chefe de Cooperação da Delegação da UE na Zâmbia, senhor Arnaud Bouchard, louvou o Secretariado da COMESA pela introdução de vários [instrumentos de facilitação do comércio](#) que estão a trabalhar para melhorar o comércio intrarregional. Ele também elogiou a assinatura de Acordos de Subdelegação com os Estados-Membros e apelou a todos os outros países que ainda não assinaram a fazê-lo.

“Este programa é importante para a região do COMESA e é fundamental para a Zona de Comércio Livre Continental. Por isso, precisamos demonstrar que o comércio transfronteiriço de pequena escala funciona. Peço que acelerem a implementação porque provavelmente não haverá outra extensão”, disse Bouchard.

O Comitê Diretor do SSCBTI serve como um canal importante para compartilhar o progresso na implementação das iniciativas transfronteiriças que ocorrem na região do COMESA. Eles também asseguram a política geral, orientação estratégica e coordenação para garantir uma entrega mais eficaz e eficiente do programa.

Semana do Clima da África 2022¹²³

Em 2021, foi realizada Cúpula sobre Ambiente Mudanças climáticas em Glasgow, denominado “Pacto Climático de Glasgow (CoP26)”, que reconhece as Semanas Climáticas Regionais como uma plataforma para governos e partes interessadas fortalecerem uma resposta confiável e durável às mudanças climáticas com vista traçar estratégias conjuntas para reduzir o aquecimento global em 1,5°C pelas indústrias e reduzir as emissões de dióxido de carbono em 45% até 2030.

¹²³ <https://www.uneca.org/events/african-climate-policy-centre/africa-climate-week-2022>

A *Africa Climate Week* (ACW-2022) será realizada entre 29 de agosto a 2 de setembro no Gabão. A Semana envolverá e capacitará as partes interessadas para impulsionar a ação climática em países, comunidades e economias. Trabalhar em conjunto abre oportunidades para avançar na ação climática, abordar as desigualdades sociais e investir no desenvolvimento que é bom para a humanidade e a natureza. ACW 2022 é uma plataforma de colaboração para explorar:

- Resiliência contra os riscos climáticos;
- A transição para uma economia de baixas emissões;
- Parcerias para resolver desafios urgentes

ACW 2022 será acolhida pelo Governo do Gabão. O evento é organizado pela ONU-Mudanças Climáticas em colaboração com os parceiros globais PNUD, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Grupo do Banco Mundial. Os parceiros na região incluem a União Africana (UA), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA).

A Europa raciona água e se movimenta para enfrentar a crise e acelerar a transição energética

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

A seca e o fogo continuam a castigar o continente europeu, levando ao deslocamento de milhares de pessoas e ao racionamento de água no auge do verão. No Reino Unido e na França, já há proibições ao uso de mangueiras e outras medidas de restrição ao uso da água.

Agricultores do Reino Unido se sentem prejudicados pelas medidas de racionamento de água, que comprometem as plantações e futuras colheitas, preocupando as autoridades. A metade da colheita prevista de batatas, pode ficar prejudicada com a falta de irrigação. Até lavouras resistentes à seca, como o milho, estão comprometidas pela seca e pelas medidas de restrição ao uso da água. São esperadas perdas entre 10% a 50% das colheitas de cenoura, cebola, beterraba, maçã e lúpulo¹²⁴. O pior é que a seca está prevista para durar até outubro. Jornais já trazem matérias sobre como economizar água.

Rios importantes estão secando. A diminuição do nível de água do rio Reno, preocupa autoridades na França e Alemanha. No principal modal fluvial europeu para transporte de mercadorias, incluindo combustível e carvão, as embarcações só estão podendo transitar com 1/3 de sua capacidade de carga. A [situação no Reno](#) é, portanto, particularmente preocupante devido à diminuição da capacidade de transporte. O rio Reno atravessa seis países: França, Alemanha, Suíça, Áustria, Liechtenstein e Países Baixos.

Em resposta à crise energética e à queda do abastecimento interno, o chanceler alemão, Olaf Scholz, propõe resgatar um antigo e engavetado projeto MidCat de construção de um gasoduto que atravessasse a Espanha e a França, para fornecer gás à Europa Central. Por ser considerado caro e pouco rentável, foi descartado em 2019. Com a mudança de contexto, levada à cabo pela crise energética e pela ameaça de corte de fornecimento pela Rússia, o projeto assume outro status, tendo sido muito bem recebido pela Ministra de Transição Energética da Espanha, Teresa Ribera.

Para financiar o projeto, Espanha e Alemanha pretendem pautar o projeto como europeu, para receber apoio da União Europeia e contar com recursos do REPowerEU. A Espanha vislumbra a possibilidade de se tornar um grande hub de distribuição de gás, se valendo de suas seis plantas regaseificadoras de GNL (Gás Natural Liquefeito) e de sua capacidade de regaseificar 40% e armazenar 1/3 do GNL da UE. A esta capacidade, se alia sua posição estratégica, para receber navios-tanque dos EUA, África, Golfo Pérsico e os gasodutos que a unem à Argélia. [Regaseificação](#) é o processo que converte o GNL em gás natural, transformando o gás do estado líquido para o gasoso. Para ser estocado e transportado, o gás natural é submetido a processo de liquefação, passível de regaseificação em unidades próprias.

A Espanha defende que o gasoduto também seja utilizado para transportar hidrogênio verde, fonte energética para a qual o país tem potencial, ainda que não desenvolvido. O tema é polêmico, porque, além de ser uma fonte de energia cara, há obstáculos de ordem técnica. A criação de um mercado de energia europeu e a conexão da península ibérica à rede gasística europeia, serão questões centrais da reunião de cúpula hispano-alemã, que acontecerá em Madrid, no mês de outubro, depois de sete anos do último encontro¹²⁵.

¹²⁴ The Guardian, edição de 13 de agosto de 2022.

¹²⁵ El País, edição de 13 de agosto de 2022.

Enquanto o Reno tem sua navegabilidade comprometida, o Mar Negro volta a ter navios carregados de grãos ucranianos circulando em suas águas. A guerra, no entanto, segue sem previsão de trégua ou desfecho. Os acontecimentos recentes de maior destaque foram as explosões em base aérea russa na Crimeia e a ocupação, por tropas russas, de cidades próximas à usina nuclear Zaporizhzhia, que foi objeto de ataques recentes.

A gravidade da situação foi reconhecida pelo chefe do órgão de vigilância nuclear da ONU, ao pedir uma [inspeção imediata do local](#) por especialistas internacionais. A Rússia e a Ucrânia até agora não estão dispostas a concordar com uma inspeção da usina e se acusam mutuamente de bombardear a instalação. O diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi, alertou que partes da usina nuclear de Zaporizhzhia foram destruídas devido a ataques recentes, arriscando um potencial vazamento “inaceitável” de radiação. “Somente a retirada completa dos russos do território da central nuclear de Zaporizhzhia e a restauração do controle total da Ucrânia sobre a situação em torno da usina garantirão a restauração da segurança nuclear para toda a Europa”, disse Zelensky. A agência nuclear da Ucrânia, Energoatom, disse que 10 projéteis caíram perto do complexo na quinta-feira (12/8), impedindo uma transferência de turno.

As [explosões em base aérea russa na Crimeia](#) intrigaram quanto à sua origem, tendo em vista a distância entre ela e a frente de batalha, que torna inviável a hipótese de ataque por forças ucranianas. Segundo o Ministério da Defesa russo, o incidente foi causado por uma detonação de munições de aviação. Foi confirmada a morte de uma pessoa, com outras sete feridas por estilhaços. Autoridades locais estabeleceram uma zona de isolamento de cinco quilômetros do local do incidente e 30 pessoas foram evacuadas de casas próximas, mas não houve evacuação da área.

A Rússia suspendeu o mecanismo de inspeções mútuas com os EUA, que permitia a visita das instalações nucleares de ambos, por ambos. Previstas no Tratado New Start (2010), as inspeções já estavam suspensas desde a pandemia da Covid-19, como medida de precaução sanitária. Autoridades russas complementam que, com as sanções impostas em consequência da invasão à Ucrânia, os inspetores russos ficaram impedidos de entrar nos EUA, enquanto os americanos poderiam ter acesso às instalações russas, gerando desequilíbrio nas condições do acordo.

Das emergências ao efeito borboleta das disputas geopolíticas: a humanidade em risco

Lúcia Marques

Hegemonia dos EUA agoniza, mas a nova ordem mundial, talvez liderada por China e Rússia ainda não foi parida. Crise civilizatória aprofunda-se nesse interregno e pode culminar em catástrofe.
Ruben Bauer Naveira¹²⁶

O mundo enfrenta três grandes crises entrelaçadas: mudanças climáticas, pandemia e geopolítica em mutação. As três, são mães de outras crises e seus desdobramentos: desigualdades e retrocessos, outras pandemias e epidemias, guerras e sanções, também entrelaçadas. O efeito borboleta dessas crises se refletem e respingam (está mais para grandes nódoas) nas agendas e prioridades dos fóruns de governança global, na inexistência de soluções efetivas, nas lições que não foram realmente aprendidas. Crises que demandam cooperação e multilateralismo. Mas é a bipolaridade que está ditando o futuro: noroeste rico X sudeste pobre ou países capitalistas X os outros ou Norte global X Sul global. Como fazer a cooperação superar o conflito? Como descobrir uma nova maneira de governar o mundo?

Há uma falta de urgência da paz, como falou o embaixador Celso Amorim, em [palestra](#) recente. Segundo ele, metaforicamente, vivemos um momento de deslocamento de placas tectônicas, de transe geológico. E a sobrevivência da humanidade está em risco.

A escalada de agressividades entre EUA e China – principalmente por parte do primeiro -, tem disparado o alerta em todo o mundo. A ordem mundial agoniza. Cresce o medo de um erro de cálculo. O Premier de **Singapura**, Lee Hsien Loong, alertou para a possibilidade de erros de cálculo nas tensões no Estreito de Taiwan¹²⁷: “as relações EUA-China estão piorando, com questões complicadas.” O Secretário Geral da **ONU**, Antonio Guterres¹²⁸, na abertura da conferência da ONU para Não Proliferação de Armas Atômicas, ecoada por líderes mundiais, destacou: “A humanidade está a um erro de cálculo da destruição nuclear. Tivemos sorte até agora, mas sorte não é uma estratégia.” A **ASEAN** pede contenção máxima¹²⁹ sobre o recente desenvolvimento no Estreito (de Taiwan) que “poderia desestabilizar a região e eventualmente levar a erros de cálculo” e a um confronto. Enquanto muitos países reiteraram a Política de Uma Só China, a ASEAN sublinhou a importância da contenção máxima, “de abster-se de ações provocativas e adesão aos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas, no Tratado de Amizade e no Tratado da Cooperação no Sudeste Asiático (TAC), de modo a evitar conflitos abertos entre os principais poderes e consequências imprevisíveis.”¹³⁰ O **Fórum das Ilhas Pacífico (ONU)**, com 17 membros, alertou que a América deve evitar mais militarização ou recorrer a opções militares primeiro ao lidar com a região ou com a China; e em vez disso, se concentrar nas oportunidades, nos benefícios econômicos e ambientais para a região.

¹²⁶ <https://outraspalavras.net/geopoliticaeguerra/a-guerra-nuclear-como-o-sintoma-morbido-ultimo/>

¹²⁷ [Cingapura pede calma na relação EUA-China | Mundo | Valor Econômico \(globo.com\)](#)

¹²⁸ [‘Humanidade está a um erro de cálculo da destruição nuclear’, alerta secretário-geral da ONU | Jornal Nacional | G1 \(globo.com\)](#)

¹²⁹ Durante jantar de gala de abertura de reunião de Ministros de Relações Exteriores da ASEAN, que contou com presença dos chanceleres da China e dos EUA. <https://www.scmp.com/week-asia/politics/article/3187669/asean-urges-maximum-restraint-china-holds-war-games-after-nancy>

¹³⁰ [Final Chairmans Statement of the 12th EAS FMM 5 August 2022.pdf \(asean.org\)](#)

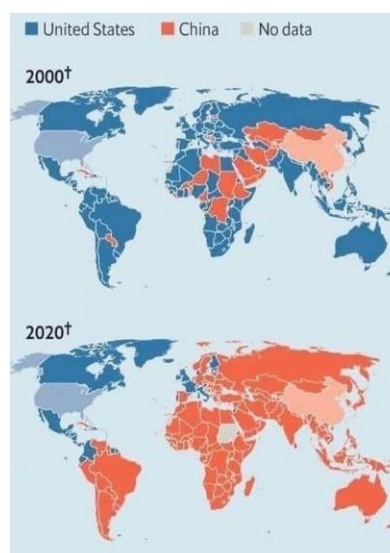
EUA lutam duas guerras, contra a Rússia e contra a China e tentam recuperar (desesperadamente) o vazio que deixou no Oriente Médio, ao ver que seus dois grandes inimigos ocupam espaços e fazem amizade com seu terceiro inimigo, o Irã. O desespero é inimigo da lógica e da lucidez. Erros de cálculo podem acontecer. Enquanto isso, uma Europa cada vez mais cansada da guerra e um mundo em desenvolvimento relutante em tomar partido.

É IDEOLÓGICO. É TECNOLÓGICO. É ESTRATÉGICO.

Os EUA estão dispostos a tudo para conter a China

A rivalidade entre EUA e China se acirrou com o governo do ex presidente Donald Trump, e segue com Joe Biden em escalada vertiginosa. O lado ideológico dessa rivalidade passa pela tradição liberal dos EUA que crê na liberdade do indivíduo, que age sem restrições do Estado. E buscam compartilhar seus ideais pelo mundo. Em nome dela, os americanos derrotaram nazistas e comunistas. Mas esse conceito interfere nos assuntos de outros povos; e a cultura milenar chinesa discorda dessa interferência, como apontou o historiador, sinólogo, Wang Gungwu, professor da Universidade Nacional de Singapura.¹³¹

A China cresceu rapidamente. Em algumas áreas de ciência¹³² e tecnologia, o gigante asiático está superando os EUA e isso é alarmante para o ocidente, em particular, para os EUA. Para Wang, esse é o motivo da tensão. Segundo ele, os EUA estão demonizando os chineses ao dizer que eles querem dominar o mundo.¹³³



The Economist

E nos deparamos com a vertente tecnológica. Por trás da pressão militar, articulação com aliados, acusações sobre direitos humanos e sanções econômicas, está o futuro da tecnologia: os semicondutores e nanochips, cruciais para Internet das Coisas, automação das indústrias, portos e armazéns, assistência médica remota, cirurgias robóticas, cidades inteligentes. A tecnologia tem sido uma área-chave de preocupação para os EUA para tentar manter o domínio geopolítico, econômico e militar.

E a indústria de chips de Taiwan (TSMC) surge como frente de batalha no confronto EUA-China. Ambos os países são atualmente profundamente dependentes da pequena ilha que vem dominando a fabricação de semicondutores mais avançados. Para Washington, permitir que uma China, cada vez mais poderosa, controle as fábricas da TSMC, a maior fabricante de nano chips do mundo, ameaçaria a liderança militar e tecnológica dos Estados Unidos.¹³⁴

¹³¹ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/taiwan-e-hoje-o-principal-ativo-dos-eua-para-conter-a-china-diz-o-maior-sinologo-da-asia.ghtml>

¹³² China se torna número um em pesquisa científica (artigos publicados) <http://www.chinadaily.com.cn/a/202208/11/WS62f4cb6fa310fd2b29e71b05.html>

¹³³ Antony Blinken, Secretário de estado americano, falou isso em entrevista a um jornal australiano, quando em viagem à Ásia, em fevereiro desse ano. *Cadernos CRIS-Fiocruz, Informe 10—2022, p 141.*

¹³⁴ <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/12/industria-de-chips-de-taiwan-surge-como-frente-de-batalha-no-confronto-eua-china/>

A indústria de chips é global e conta com design, matérias-primas, equipamentos e outros serviços de diversas regiões e de muitas empresas especializadas. Portanto, em vez de uma empresa ou região, a colaboração global é vital para o sucesso da indústria de semicondutores. Após as ações dos EUA de isolar Pequim dos fornecedores de tecnologia ocidentais, aplicando sanções, a China fez grandes investimentos para reforçar suas capacidades domésticas de design e fabricação de chips¹³⁵. Mas quando se trata de semicondutores, a economia chinesa depende do resto do mundo, como todo mundo. Os semicondutores avançados, de 5, 4, e 3 nanômetros, são fundamentais para uma ampla gama de tecnologias potencialmente transformadoras, portanto, chips de ponta tornaram-se uma área de competição geopolítica para as próximas décadas. A cadeia produtora de nanochips é extraordinariamente complexa, envolve mais de mil etapas e conta com até 300 insumos diferentes, da areia aos *wafers* (fundição), produtos químicos de commodities e gases especiais, equipamentos para produção e máquinas de litografia, além de propriedade intelectual complexa e softwares. O que significa que nenhum país, incluindo EUA, consegue ser autossuficiente em semicondutores e depende de uma cadeia produtiva instalada em vários países.

Portanto, Taiwan é estrategicamente importante para a China e para a América. Essa é uma das razões pelas quais a China quer recuperar o controle sobre Taiwan: adquirir sua indústria líder mundial em semicondutores, uma vez que Pequim busca independência tecnológica. A outra razão é segurança: manter seu inimigo longe de suas praias e garantir liberdade de navegação para sua marinha mercante, como já falamos no [Informe 11-2022, p.185-189, dos Cadernos CRIS-Fiocruz](#).

E chegamos à vertente estratégica dos EUA. Estratégica para seu projeto de contenção da China, geograficamente falando.¹³⁶ O Estreito de Taiwan (1.968 km metros entre China e a Ilha) e o Mar Meridional da China, como falamos, também são estratégicos para a China, mas por razões diferentes: segurança em sua vizinhança e possibilidade de se desenvolver. Sua economia depende de rotas marítimas e proteger seu quintal é estratégico. China não quer desafiar o poder global dos EUA. Os chineses têm problemas demais em seu país, assumir mais essa responsabilidade está fora de questão, como destacou o sinólogo Wang.¹³⁷

EUA veem Taiwan como uma grande massa de terra entre Japão e Filipinas. “Funciona como uma espécie de porta aviões gigante que não se mexe e que nunca pode ser afundado.”¹³⁸ Essa cadeia de ilhas vai desde o sul do arquipélago japonês, passando por Myanmar, Malásia, Filipinas e chegando ao Vietnã. Um domínio chinês sobre ela representaria uma mudança

¹³⁵ Mas avançar é extremamente difícil devido às sanções e ações dos EUA: o Acordo de Wassenaar, entre EUA e 41 aliados, restringiu exportação de tecnologias de uso duplo – comercial e militar - para países comunistas e isso incluiu os chips; Washington mantém uma lista de tecnologias de chips que precisam de licença para exportação e restringe as vendas externas de tecnologia ao principal fabricante de chips da China, a SMIC; e está impedindo que a ASML, com sede na Holanda, única empresa no mundo que desenvolveu um sistemas de litografia laser produz uma luz extremamente ultravioleta (EUV), com a qual chips muito mais potentes podem ser fabricados, atualmente usados pela TSMC e Samsung. Esse sistema pesa 180 toneladas e custa cerca de 120 milhões de euros [A indústria de chip. A máquina milagrosa de super-microchips \(deutschland.de\)](#)

¹³⁶ **Marshall, T.** *Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo que você precisa saber sobre política global*. 4ª ed. – Rio de Janeiro. Zahar. 2018. p.48 a 71.

¹³⁷ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/taiwan-e-hoje-o-principal-ativo-dos-eua-para-conter-a-china-diz-o-maior-sinologo-da-asia.ghtml>

¹³⁸ No [Informe 8-2022, dos Cadernos CRIS-Fiocruz, p. 170](#) falamos sobre os planos e interesses dos EUA para a região do Indo-Pacífico e sobre a vertente militar dos plano, que envolve instalar, permanentemente, sistemas de mísseis em países em torno do Mar Meridional da China, como Filipinas.

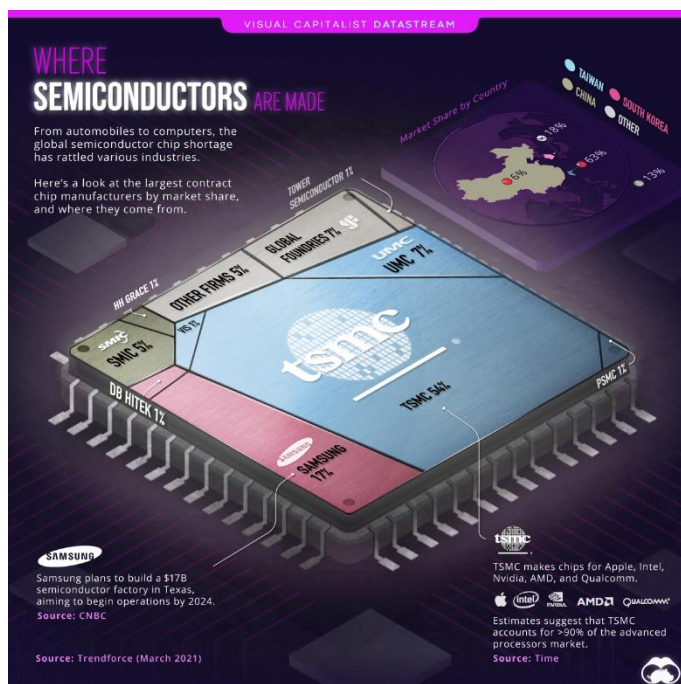
estratégica estrutural para o projeto de contenção à China e para seu projeto econômico no Indo-Pacífico. E aliados militares tradicionais dos EUA, como Japão, Coreia do Sul e Filipinas, “vão começar a pensar duas vezes sobre se seria possível continuar confiando no poder naval EUA na região, podendo, com isso, pender para o guarda-chuva militar de Pequim. Seria o fim de uma era”, como escreveu o professor de RI da USP, Loureiro.¹³⁹

Portanto, a China dominar uma tecnologia (TSMC) que a permitirá, no médio prazo, ter supremacia incontestável em termos de poder militar frente aos EUA “seria um divisor de águas sem precedentes e poderá determinar o rumo das Relações Internacionais do século XXI. Por isso as tensões ali significam tanto, podendo, sim, levar a uma guerra entre as duas superpotências”, completa Loureiro.

DA AREIA AO NANO TRANSISTOR: O CHIP DESENHANDO UMA NOVA GEOPOLÍTICA... OU UMA GUERRA?

Recentemente duas equipes de neurocirurgiões do Brasil e do Reino Unido realizaram a mais difícil e arriscada cirurgia para separar gêmeos siameses brasileiros, ligados pelo crânio, pelo topo da cabeça. A cirurgia era arriscadíssima pois os irmãos compartilhavam veias e artérias do cérebro. Mas a tecnologia de ponta ajudou. As duas equipes usaram scanners cerebrais para criar um mapa digital do crânio compartilhado pelos irmãos; com isso, os cirurgiões puderam praticar no Rio e em Londres, fazendo uma cirurgia de teste usando realidade virtual, simulando minuciosamente todo o procedimento antes de colocar as crianças em risco.¹⁴⁰

Isso foi possível graças às tecnologias usadas nos processadores com chips ou semicondutores de nova geração, com nano transistores cada vez mais nano, produzidos na *Taiwan Semiconductor Manufacturing Co* (TSMC), o maior fabricante de chips do mundo (54%). Juntos, Taiwan, China e Coreia do Sul são responsáveis por 87% do mercado global de semicondutores.¹⁴¹ A TSMC, instalada na ilha mais visada do planeta atualmente, domina a principal parte da cadeia de produção e seus chips estão em tudo. Além das instalações multibilionárias, a empresa é conhecida pelo extraordinário



<https://www.visualcapitalist.com/top-10-semiconductor-companies-by-market-share>

¹³⁹ Felipe Loureiro, Historiador, Professor Relações Internacionais USP, Coordenador Observatório da Democracia no Mundo. <https://twitter.com/FelipeLoureiro/status/1557690719753715713?s=20&t=5FOnlw6vhsUMF0BS2BN3uA>

¹⁴⁰ [Médicos separam gêmeos siameses unidos pelo crânio com ajuda de realidade virtual no Rio \(terra.com.br\)](https://terra.com.br)

¹⁴¹ [As 10 maiores empresas de semicondutores por market share \(visualcapitalist.com\)](https://www.visualcapitalist.com)

rendimento (proporção de chips bons versus ruins) e entrega rápida.

Hoje, os semicondutores são o quarto produto mais comercializado no mundo, atrás do petróleo cru, veículos e óleo refinado. Eles se tornaram cruciais para a cadeia produtiva mundial em um mundo que enfrenta crises graves como mudanças climáticas, pandemias e insegurança alimentar.¹⁴² Também são a espinha dorsal do mundo interconectado. Estão presentes em todos os recantos do universo eletrônico: tecnologias 5G e 6G, internet das coisas, inteligência artificial, robótica, genômica e metagenômica, computação quântica, equipamentos de exploração espacial, equipamentos militares, cidades inteligentes, sistemas de segurança e de vigilância sanitária e tecnologias verdes.

Intel, AMD e Apple são alguns dos consumidores dos chips lógicos de alta tecnologia produzidos pela TSMC. Enquanto a coreana Samsung já produz os próprios chips de 4 nanômetros para seus smartphones.

Entendendo a tecnologia que virou o ativo dos EUA para conter a China

Quando falamos de chip de 10, 5 ou 4 nanômetros, não estamos falando do tamanho do chip, estamos falando do tamanho dos transistores esculpidos, os únicos componentes inteligentes na eletrônica, programáveis e capazes de realizar tarefas complexas. Eles surgem das bolachas de silício¹⁴³ (mais conhecidos como *wafers*), com 25 a 30 cm de diâmetro, tratadas com pigmentos, esculpidas quimicamente e ópticamente, que, depois dos circuitos impressos, são recortadas ao final do processo, e podem render centenas de chips em uma única bolacha. Todo esse processo é automatizado, em ambientes com zero poeira, hiper controlados. E leva 22 dias. <https://youtu.be/jL3TYXr52BY>

A técnica para imprimir o circuito responsável pelo funcionamento do chip é a fotolitografia, a base de luz, com comprimentos de ondas cada vez menores e, portanto, capaz de gerar transistores cada vez menores. A evolução tecnológica do mundo exige mais informação processada, com mais



Placas wafers de chips de 3 nanômetros (Imagem: Divulgação/Samsung)

velocidade e menos aquecimento e gasto de energia; para isso, são necessários mais

¹⁴² Leia mais em: <https://veja.abril.com.br/mundo/chips-provocam-corrída-entre-nacoes-para-nao-mais-depender-da-china/>

¹⁴³ Produção dos *wafers*: se extrai o silício da areia (não é qualquer areia), que é derretida e recebe elementos para adquirir propriedades elétricas (*melt*) e, ao mesmo tempo, são extraídas as impurezas resultando num produto puro, formando uma barra de silício sem falhas estruturais. Quando chega a um tamanho de cilindro suficiente, é levada para corte dos wafers - fatias transversais da barra de silício, com espessura de 1mm. Esse processo é conhecido como fundição, pois o silício é um semimetal, com características físicas e químicas de metais e outras de ametais (ou não-metais), cujo ponto de fusão é 1.414 °C, que o torna ideal como componente de equipamentos que esquentam bastante. Todo esse processo e os seguintes, devem ser completamente isentos de partículas de poeira.

transistores. E para colocar mais transistores num mesmo espaço de chip, foi preciso reduzi-los. Portanto, **o segredo é a luz!** E é o futuro! E estamos avançando para os chips de luz!¹⁴⁴

A **TSMC** até recentemente era a única que produzia chips de 5 nanômetros. A **Samsung** iniciou a produção em massa de chips de 3 nanômetros, usando uma nova fotolitografia, baseada na arquitetura GAA (*Gate-All-Around*), que permite encolher os transistores sem prejudicar a capacidade de transportar corrente e promete um aumento de desempenho de até 23%, com 45% menos gasto de energia, quando comparado aos chips de 5 nanômetros, saindo à frente da taiwanesa TSMC.¹⁴⁵

A chinesa **SMIC** (*Semiconductor Manufacturing International Corp*), com sede em Shanghai, também vem correndo contra o tempo e avançando sua tecnologia, mas vem enfrentando cada vez mais sanções americanas, que visam impedir que tenha acesso à cadeia de produção de insumos e equipamentos necessários para produzir os nanochips e ser auto suficiente tecnologicamente. Em janeiro de 2021, sua capacidade industrial estava defasada, mas motivada.¹⁴⁶ A litografia e as ferramentas de design de software mais avançadas são a pedra no sapato. E vulneráveis às sanções americanas. Menos de um ano depois, a SMIC foi capaz de produzir chips de 7 nanômetros, usando sistemas de (luz) *ultravioleta profundo*, que não é o mais avançado – 7 nm é o limite e o desempenho não é tão bom.¹⁴⁷ A maioria dos players da indústria está usando sistemas de litografia *ultravioleta extrema* para produzir chips de 7nm e os mais avançados. Essa capacidade da SMIC estimulou mais sanções dos EUA, que continua a pressionar as autoridades dos Países Baixos – lar do principal fornecedor de equipamentos de litografia para semicondutores, a ASML Holdings – a restringir ainda mais as vendas ao SMIC, incluindo a máquina de tecnologia já defasada.¹⁴⁸

O futuro tecnológico depende do futuro dos chips. Não é à toa que o mundo está de olho na Ásia e na crise EUA X China envolvendo Taiwan.

Entendo: os chips dos processadores da Intel da geração atual (novembro de 2021) são de 10 nanômetros, isto é, o chip contém 100 bilhões de transistores de 10 nanômetros. O atual Iphone 13 Pro A15 usa o chip de 5 nanômetros, que contém 15 bilhões de transistores de 5 nanômetros. O smartphone mais moderno da Samsung usa os chips com transistores de 4 nanômetros de fabricação própria. **Para comparar:** o vírus Sars-CoV-2 tem 120 nanômetros e a bactéria E. Coli tem 1.000 nanômetros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ásia Pacífico (AP) e o Oriente Médio (OM) vivem de perto o estresse do interregno entre a ordem mundial conhecida, que agoniza, e a nova ordem mundial, que está surgindo. Nesse cenário instável, os movimentos americanos nas duas regiões provocam ondas perigosas.

¹⁴⁴ [O silício e a luz, os novos microchips do futuro - Car Novo](#)

¹⁴⁵ <https://tecnoblog.net/noticias/2022/06/30/samsung-inicia-producao-de-chips-de-tres-nanometros-antes-da-tsmc/>

¹⁴⁶ [Defasado, mas motivado: O estado da indústria de semicondutores da China \(brookings.edu\)](#)

¹⁴⁷ https://www.scmp.com/tech/big-tech/article/3186672/chinas-top-chip-maker-smic-may-have-achieved-tech-breakthrough?module=top_picks&pgtype=article

¹⁴⁸ A ASML Holdings, que tem uma posição monopólio na produção de máquinas avançadas de fabricação de chips, pode sofrer pesadas perdas de receita se atender a uma demanda dos EUA para parar de vender mais equipamentos para a China, de acordo com especialistas e analistas do setor. A fabricante holandesa de equipamentos litográficos já está vendendo sistemas de litografia ultravioleta extrema (EUV) para a China, tornando impossível para o país fazer chips de ponta, como os usados nos smartphones mais recentes. Agora Washington quer bloquear a ASML de exportar sistemas de litografia ultravioleta profunda menos avançados (DUV) para a China.

No **OM**, os EUA ainda podem ser percebidos como um provedor de segurança na região, mas já não é nada confiável; enquanto a China é cada vez mais vista como um parceiro confiável. A América volta a mirar agressivamente no Irã e, apoiar mais declaradamente Israel, contribuiu para os atuais ataques entre Israel e Gaza.¹⁴⁹ Com perdas de vidas humanas. Na **AP**, a falta de aceitação nas últimas tentativas dos EUA de conter a China revela sua política obsoleta à medida que o mundo avança em direção a uma maior colaboração. Para os EUA, o modelo Chinês é uma ameaça às liberdades do mundo. É ideológico? É, mas esse é só um lado do discurso. É tecnológico? É; a tecnologia tem sido uma área-chave de preocupação para os Estados Unidos, pois tentam manter o domínio geopolítico, econômico e militar. Para o historiador, Wang Gungwu, considerado o sinólogo dos sinólogos, a mudança do centro de gravidade econômica do Atlântico para a Ásia causa alarme porque muda a ordem mundial estabelecida pelos EUA após 1945.¹⁵⁰

O embaixador Celso Amorim falou dos riscos e oportunidades que essas mudanças geopolíticas podem trazer. O surgimento de uma super OTAN, quando uma guerra está acontecendo e com outra pior em riscos de acontecer, é muito perigoso. Olhando para as oportunidades, otimistamente, ele fala de um mundo mais multipolar surgindo.

Em palestra nos Seminários Avançados sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde, do CRIS-Fiocruz, sobre [Desafios da Regulação em Saúde Global](#), a presidente da Fiocruz, Nísia Trindade Lima, falou dos desafios atuais e chamou a atenção para a importância da cooperação multilateral e da importância dos países do Sul global de avançarem em suas agendas, não só no campo da Saúde, mas em todas áreas que são determinantes para a saúde, para seu fortalecimento e para sua governança. Deisy Ventura, coordenadora do doutorado em Saúde Global da USP, no mesmo seminário, completou, dizendo que o Sul global precisa ter posição autônoma para defender seus interesses, pois vivem necessidades diferentes. E vimos isso surgir na sessão sobre reforma do Regulamento Sanitário Internacional (RSI), na Assembleia Mundial da Saúde, em maio, na voz de Bangladesh, representando os países menos desenvolvidos.

E parece ser esse o movimento que estamos observando, nestes tempos de novas geopolíticas. Frente à desgastada hegemonia ocidental, à falta de confiança na América e a entrada de novos atores no cenário internacional, os países da **Ásia Central, Pacífico e Oriente Médio** estabelecem parcerias e se reorganizam para traçar seus próprios rumos, para avançar em suas agendas, buscando estabilidade, progresso, recuperação econômica, parcerias tecnológicas para um futuro verde, saudável e interconectado.¹⁵¹ Arábia Saudita e Emirados Árabes¹⁵² têm se tornado importantes players nessa nova geopolítica regional (Cadernos CRIS-Fiocruz – [Informe 14-2022](#), p. 156-161). China, França, Turquia, os Estados cáspios estão reconfigurando esse novo mundo.

Vivemos tempos mais tensos e difíceis do que aqueles de quando o RSI foi estabelecido ou de quando o acordo do tabaco foi negociado. Ou de quando o Acordo Trips foi assinado. As rivalidades geopolíticas não paralisavam as negociações como estamos vendo acontecer.

¹⁴⁹ Por enquanto, o cessar fogo no Yemen segue sendo prorrogado. Arábia Saudita, Emirados, Houthis e Irã estão mantendo a palavra.

¹⁵⁰ <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/taiwan-e-hoje-o-principal-ativo-dos-eua-para-conter-a-china-diz-o-maior-sinologo-da-asia.ghtml>

¹⁵¹ **Marques, L.** Oriente Médio e Ásia Pacífico: similaridades os aproximam na nova ordem mundial. In: [Cadernos CRIS-Fiocruz – Informe 8-2022, p. 166-178.](#)

¹⁵² [Empresa dos Emirados Árabes Unidos realizará projetos rodoviários no Cazaquistão \(inform.kz\)](#)

Todos sabem que cooperação e engajamento construtivo é fundamental; que as promessas devem sair do papel e virar ações estruturantes. Todos sabem que precisamos transformar as lições aprendidas em mudanças permanentes. “O aprendizado social não muda o mundo, mas fornece os elementos para mudá-lo. Promove um incremento de variação, aumentando o escopo de possibilidades de evolução,” escreve Klaus Eder, cujo título do artigo já é um entendimento importante: “As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar”¹⁵³

Como fazer a cooperação superar o conflito? Como descobrir uma nova maneira de governar o mundo? O papel do sul global é crucial!

¹⁵³ [SciELO - Brasil - As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar As sociedades aprendem, mas o mundo é difícil de mudar](#)

O Incidente Ametista

André Costa Lobato

Diplomática

• A China criticou o despejo de água radioativa da usina de Fukushima durante a 10ª Conferência de Revisão das Partes do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares. Segundo Li Song, embaixador para Assuntos de Desarmamento, a decisão unilateral do governo japonês considera apenas o custo econômico, sem esgotar todos os meios de descarte seguro e sem consulta completa com países vizinhos e agências internacionais.¹⁵⁴

• A China anunciou contramedidas à visita de Nancy Pelosi a Taiwan. Também foram anunciadas sanções a ela e membros de sua família – um de seus filhos, por exemplo, estava na comitiva. Um “white paper” foi publicado sobre o tema da reunificação da ilha¹⁵⁵. A chancelaria chinesa publicou nota com as contramedidas:

“Desconsiderando a forte oposição e as sérias representações da China, a presidente da Câmara dos Deputados dos EUA, Nancy Pelosi, visitou a região chinesa de Taiwan. Em 5 de agosto, o Ministério das Relações Exteriores anunciou as seguintes contramedidas em resposta:

1. Cancelar conversas entre os comandantes de teatro [de guerra] China-EUA.
2. Cancelar Conversas China-EUA de Coordenação de Políticas de Defesa (DPCT).
3. Cancelar Reuniões China-EUA do Acordo Consultivo Marítimo Militar (MMCA).
4. Suspensão da cooperação China-EUA no repatriamento de imigrantes ilegais.
5. Suspensão da cooperação China-EUA em matéria de assistência jurídica em matéria penal.
6. Suspensão da cooperação China-EUA contra crimes transnacionais.
7. Suspensão da cooperação China-EUA antinarcóticos.
8. Suspensão da conversa China-EUA sobre mudanças climáticas.”

Sanitária

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças da China anunciou um novo diretor-geral, Shen Hongbing. Ele também é vice-diretor da Administração Nacional de Prevenção e Controle de Doenças. Durante a pandemia a gestão do CDC foi transferida da Comissão Nacional de Saúde para esta nova administração. George Gao Fu era o diretor-geral desde 2017¹⁵⁶. Gao foi um pioneiro da diplomacia da saúde entre Brasil e China e é membro correspondente da Academia Brasileira de Ciências¹⁵⁷¹⁵⁸¹⁵⁹¹⁶⁰¹⁶¹.

O CDC da China lançou ensaios clínicos abrangendo quase 20 vacinas para COVID-19 desenvolvidas a partir de vários métodos, como vacinas inativadas, vacinas recombinantes e

¹⁵⁴ <https://news.cgtn.com/news/2022-08-11/China-seriously-concerned-with-Japan-s-wastewater-release-envoy-1cpDCx50B9e/index.html?>

¹⁵⁵ <https://portuguese.news.cn/20220810/4b9e6101364445098385254f514b8ad7/c.html>

¹⁵⁶ <https://www.chinadaily.com.cn/a/202207/26/WS62dfeae4a310fd2b29e6e846.html>

¹⁵⁷ <https://www.abc.org.br/membro/Fu-Gao-George/>

¹⁵⁸ <https://portal.fiocruz.br/noticia/fiocruz-estabelece-parceria-com-instituicoes-cientificas-chinas-0>

¹⁵⁹ <https://agencia.fiocruz.br/fiocruz-faz-webinario-com-academia-chinesa-de-ciencias>

¹⁶⁰ <https://www.cdts.fiocruz.br/noticias/pesquisadores-vao-china-representar-o-cdts-e-inovacao-tecnologica-no-brasil>

¹⁶¹ <https://cienciahoje.org.br/artigo/a-ciencia-que-aproxima-china-e-brasil/>

vacinas de mRNA para testar a segurança e eficácia dessas vacinas usadas como doses de reforço.¹⁶²

Socioeconômica

O Exército de Libertação Popular da República Popular da China fez os primeiros exercícios navais de cerco da ilha de Taiwan contra forças separatistas¹⁶³. É um marco¹⁶⁴ para um exército nascido da guerrilha rural em uma civilização marcadamente continental que foi ocupada pelas marinhas de vários países. A ilha serviu, por exemplo, de base para invasões do império japonês. O ensaio militar lembra vários episódios, entre eles, o bombardeio dos navios do Rei George pelas tropas de Mao em 1949. No “Incidente de Ametista”¹⁶⁵, como ficou conhecido, a poderosa marinha britânica foi expulsa do Rio Yangtzé. Foi um marco no retorno da soberania fluvial dos grandes rios chineses. Além da série de mísseis que sobrevoou a ilha neste agosto, o exercício, em pleno aniversário de 95 anos do PLA, contou com porta-aviões e submarinos de propulsão nuclear¹⁶⁶.



Os exercícios ocorreram após a nação assistir ao vivo a delegação de Nancy Pelosi, presidente da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos da América, sobrevoar, com apoio militar¹⁶⁷, a costa da ilha e pousar na capital Taipei para uma reunião com o governo local. Além de jogar uma nova pá de cal na admiração que os chineses tinham dos EUA, a nação deve entrar num novo período de estresse sobre como manter sua integridade territorial. Logo após o fim dos exercícios, uma nova delegação da Câmara dos Representantes¹⁶⁸ dos EUA visitou Taipei. A China então anunciou novos exercícios militares. O grande desafio para Pequim será fazer a unificação por uma via pacífica – algo que parece menos provável após a visita da “ametista” Nancy Pelosi.

¹⁶² <https://www.globaltimes.cn/page/202208/1272790.shtml>

¹⁶³ http://eng.mod.gov.cn/news/2022-08/11/content_4917861.htm

¹⁶⁴ <https://www.economist.com/by-invitation/2022/08/10/chinas-huge-exercises-around-taiwan-were-a-rehearsal-not-a-signal-says-oriana-skylar-mastro>

¹⁶⁵ https://en.wikipedia.org/wiki/Amethyst_Incident

¹⁶⁶ <https://www.globaltimes.cn/page/202208/1272193.shtml>

¹⁶⁷ <https://www.scmp.com/news/china/military/article/3188803/how-pelosis-trip-taiwan-set-new-wave-us-china-electronic?>

¹⁶⁸ <https://www.ft.com/content/29d75988-217e-458d-88dc-0d679e055e93#comments-anchor>

Notas de atualização EUA

Guto Galvão

A Lei de Redução da Inflação de 2022

Depois de meses para unir a bancada em torno de uma estratégia comum, a liderança democrata conseguiu a unidade partidária total em ambas as câmaras para aprovar o projeto que o partido tenta passar desde que a Administração Biden-Harris assumiu o cargo em janeiro de 2021. O pacote de mais de US\$ 700 bilhões inclui os investimentos mais extensos do país em novas iniciativas climáticas; permite ao Medicare negociar alguns preços de medicamentos, estende subsídios ao Obamacare (Affordable Care Act), reduz o déficit com um imposto mínimo corporativo de 15% e com um imposto sobre as recompras de ações corporativas.

A Lei de Redução da Inflação de 2022 ([Inflation Reduction Act of 2022 - IRA](#)) é um ato histórico para combater a inflação, aumentar a produção de energia limpa para reduzir as emissões de carbono em cerca de 40% até 2030 e baixar o custo da atenção médica negociando preços de medicamento através do Medicare e prorrogando a Lei de Cuidados Acessíveis ampliada ([Affordable Care Act - ACA](#)) por três anos, até 2025.

Estimativas feitas pela bancada democrática do senado:

Receita total a ser obtida pela lei	US\$ 737 bilhões
<i>Imposto mínimo corporativo de 15%</i>	<i>222 bilhões*</i>
<i>Reforma dos preços dos medicamentos prescritos</i>	<i>265 bilhões***</i>
<i>Execução fiscal da Receita Federal</i>	<i>124 bilhões**</i>
<i>Taxa de recompra de ações de 1%</i>	<i>74 bilhões*</i>
<i>Extensão de limitação de perda</i>	<i>52 bilhões*</i>
Total de investimentos	US\$ 437 bilhões
<i>Segurança energética e mudanças climáticas</i>	<i>369 bilhões*</i>
<i>Extensão da Lei de Cuidados Acessíveis</i>	<i>64 bilhões**</i>
<i>Resiliência da Seca Ocidental</i>	<i>4 bilhões***</i>
Redução total do déficit	mais de US\$ 300 bilhões

* = Estimativa da Comissão Mista de Tributação ** = Estimativa do Escritório de Orçamento do Congresso *** = Estimativa do Senado, aguardando pontuação final do CBO

Detalhes do sumário da Lei de Redução da Inflação:

1. **Expansão dos benefícios do Medicare:** vacinas gratuitas (2023), insulina US\$ 35/mês (2023) e gastos do bolso além de US\$ 4.000 ou menos em 2024 e US\$ 2.000 em 2025
2. **Redução das contas de energia:** reduz as contas de energia em US\$ 500 para US\$ 1.000 por ano
3. **Investimento em clima:** redução das emissões de carbono em cerca de 40% até 2030
4. **Redução dos custos de saúde:** economia média de US\$ 800/ano daqueles que participam do ACA, negociação pelo Medicare de 100 medicamentos na próxima década, exigindo que as empresas farmacêuticas reduzam os aumentos de preços acima da inflação
5. **Cria empregos na indústria:** mais de US\$ 60 bilhões investidos criarão milhões de novos empregos domésticos na indústria limpa
6. **Investimento em comunidades desfavorecidas:** limpar a poluição e tomar medidas para reduzir a injustiça ambiental com US\$ 60 bilhões para a justiça ambiental
7. **Fechar as brechas fiscais usadas pelos ricos:** um imposto mínimo corporativo de 15%, uma taxa de 1% sobre recompra de ações e maior fiscalização da Receita Federal
8. **Proteção das famílias e pequenas empresas que ganham \$400.000 ou menos.**

Ainda que isso represente um avanço a Vice-Presidente Harris lamentou que nenhum membro do partido de oposição tenha assinado a nova lei. [Disse ela:](#) "Infelizmente, nenhum republicano no Congresso votou a favor do pacote. Nenhum republicano votou para reduzir o custo dos medicamentos prescritos, reduzir os prêmios de seguro de saúde, fazer investimentos para enfrentar a crise climática, combater a inflação ou exigir que as corporações paguem sua parte justa."

Outros políticos, como [Bernie Sanders](#) reconhecem e apoiam a lei mas dizem que apesar de ser um bom início faltaria muito para ser um pacote que possa resolver os problemas econômicos e sociais que enfrenta o país.

Um ponto da lei que tem chamado a atenção da imprensa e de críticos é o aumento substancial do orçamento da receita federal americana que deve receber um aumento de oitenta bilhões nos próximos dez anos e a metade será para repor a capacidade de fiscalização e auditoria das declarações de renda.

Clima na prática

A [First Street Foundation](#) lançou um modelo sobre efeitos do calor extremo nos EUA. O [modelo](#) permite conhecer o impacto do aumento das temperaturas nos próximos 30 anos ao nível de propriedades. A análise combina medições das temperaturas da superfície da terra, superfícies impermeáveis, cobertura da terra e proximidade com a água. O modelo calcula a exposição térmica atual e projeta cenários futuros, permitindo determinar o número de dias que qualquer propriedade deverá experimentar níveis perigosos de calor.

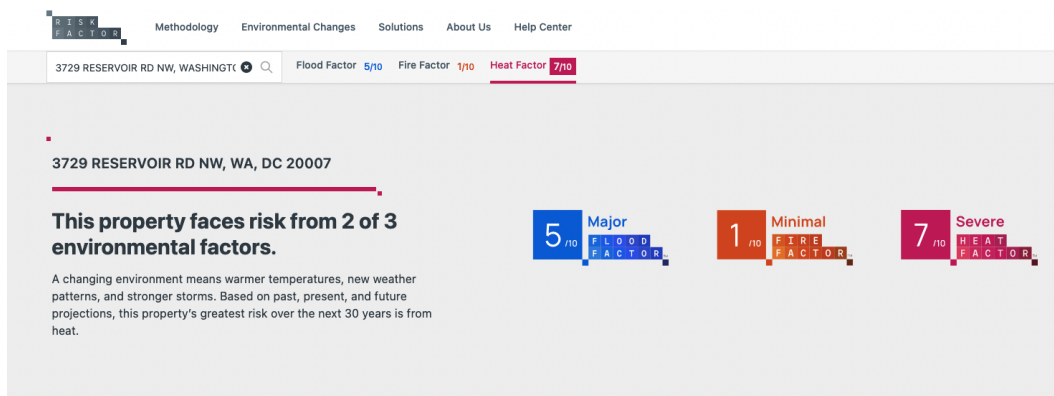
O modelo apontou que a mudança mais severa seria no condado de Miami-Dade, onde o número de dias mais quentes (41,6°C) aumentarão de 7 para 34 dias até 2053. Em todo o país, em média, os 7 dias mais quentes devem aumentar para 18 dias até 2053.

O calor extremo (51,6°C) deve afetar 50 municípios onde vivem cerca de 8,1 milhões de habitantes, que devem experimentar temperaturas acima de 125°F em 2023, o nível mais alto do índice de calor dos Serviços Meteorológicos Nacionais. Até 2053 mais de mil condados devem

superar essa temperatura, uma área que abriga 107,6 milhões de americanos e cobre um quarto da área terrestre dos EUA. Esta área emergente, concentrada em uma região geográfica que a Fundação chama de "Cinturão de Calor Extremo", se estende das fronteiras do Norte do Texas e Louisiana até Illinois, Indiana, e até mesmo para Wisconsin.

"O aumento das temperaturas é amplamente discutido como médias, mas o foco deve ser a extensão dos eventos extremos de cauda esperados em um determinado ano", disse Matthew Eby, fundador e CEO da First Street Foundation. "Precisamos estar preparados para o inevitável, que um quarto do país em breve cairá dentro do Cinturão de Calor Extremo com temperaturas superiores a 125°F e os resultados serão terríveis."

O modelo de calor extremo da First Street Foundation será agora incorporado com fator de risco para cada propriedade nos Estados Unidos contíguos. Os visitantes do Fator de Risco encontrarão seu Fator de Calor ao lado de seu Fator de Inundação e Fator de Incêndio e poderão aprender os riscos específicos para sua propriedade, hoje e até 30 anos no futuro.



CRÉDITOS DOS AUTORES DESTA EDIÇÃO

Anna Carole D'Amelio - Médica residente da Escola de Saúde Pública da Università Vita-Salute San Raffaele de Milão e estagiária da WFPHA

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

Ana Luísa Jorge Martins – Bacharel (UFMG) e mestre (PUC Minas) em Ciências Sociais

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Ananda Melo King - Mestre em Antropologia Social e Cultural da Universidade de Estrasburgo (França) e Doutoranda em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, coordenador do Comitê Executivo do Fórum Social Mundial da Saúde e da Seguridade Social, membro do Mecanismo de Especialistas em Direito ao Desenvolvimento do Conselho de Direitos Humanos da ONU, pesquisador sênior do CRIS/Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Caio Murta – Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTS Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Claudia Hoirisch - Engenheira química, mestre em gestão e políticas de saúde, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública

Danielle Keylla Alencar Cruz – Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Eduardo Nilson, *Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade, Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília*

Erica Ell, *Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento*

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em Comércio Exterior e Direito, especialista em Saúde Pública, mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Forum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Ginnette Morales Calderón – Licenciada em Relações Internacionais com especialização em Cooperação Internacional pela Universidade Católica do Chile. Chefe da Secretaria Executiva do Conselho de Ministros da Saúde da América Central e República Dominicana (SECOMISCA)

Gisele Sanglard – Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Possui graduação em História, mestrado em História Social da Cultura e doutorado em História das Ciências da Saúde

Harim Baek - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jameson Vinícius Martins da Silva - Mestre em Relações Internacionais da USP e Doutorando em Saúde Global e Sustentabilidade da USP

Jesus Enrique Patiño Escarcina - Grupo de Trabalho sobre Sociedade Civil e Saúde Global, Cadernos CRIS

Julia Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Júlia Moraes - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP

Karinne Marieta Carvalho – IFF/Fiocruz

Lara Daibert – Advogada, pós-graduada em Relações Internacionais, mestranda em Desenvolvimento Humano FLACSO Argentina. Secretária executiva do Sustainable Health Equity Movement (SHEM)

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Prof. da Universidade Lúrio de Moçambique e doutorando de epidemiologia na USP

Marciglei Brito Morais - Enfermeira e Historiadora, Mestra em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança

Marina Sujkowski - Doutoranda, Faculdade de Saúde Pública da USP Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latinoamericana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Regina Ungerer - Médica, doutora em ciências, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Rômulo Paes de Sousa - Pesquisador da Fiocruz Minas; vice-presidente da ABRASCO

Santiago Alcazar - Diplomata, bacharel em filosofia, membro da equipe do Cris/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em saúde pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitória Kavanami - graduado em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Até o final de 2022 serão **65** fascículos. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. Serão **62** seminários até o final de 2022, e todos podem ser acessados em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2022

Dia 24 de agosto, 4ª feira, 10-12:30h – Caribe

Dia 8 de setembro, 5ª. feira 10-12:30h – Cooperação internacional em saúde

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 15/2022

Período de 02 a 15 agosto de 2022

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde. Rio de Janeiro, XXXX de 2022.

173 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde são de responsabilidades de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz.